

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti
(Org.)

Assentamentos rurais e cidadania

a construção de novos espaços de vida



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

ASSENTAMENTOS RURAIS
E CIDADANIA

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETTI
(ORGANIZADORA)

ASSENTAMENTOS RURAIS
E CIDADANIA
a construção de novos espaços de vida



MARÍLIA
2011

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora:

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor:

Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright© 2011 Conselho Editorial

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

José Blanes Sala

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Mariângela Braga Norte

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ubirajara Rancan de Azevedo Marques

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

A845 Assentamentos rurais e cidadania : a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2011.
188 p. ; 23 cm.
ISBN 978-85-7983-142-3
DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-142-3>
1.Reforma agrária - Brasil. 2. Cidadania. 3. Assentamentos rurais – Organização e dimensão política e econômica. 4. Cooperação agrícola.
I.Simonetti, Mirian Cláudia Lourenção.

CDD 301.35

SUMÁRIO

Apresentação	
<i>Mirian Cláudia Lourenção Simonetti</i>	7
PARTE 1	
A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	
A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão - SP	
<i>Teresinha D 'Aquino</i>	15
Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos Rurais	
<i>Mirian Cláudia Lourenção Simonetti</i>	53
Lembranças que tecem diferentes fios de uma mesma história	
<i>Maria Tereza Papa Nabão</i>	67
PARTE 2	
A DIMENSÃO ECONÔMICA E A ORGANIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	
MST: as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos	
<i>José Geraldo A. Poker</i>	107
Produção agropecuária e arrendamento de terras em áreas de reforma agrária	
<i>Luiz Antonio Norder</i>	125
A Construção da Qualidade de Vida no Assentamento Reunidas	
<i>Fabiana Xavier Vieira</i>	139

PARTE 3

A DIMENSÃO POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS E NOVAS TERRITORIALIDADES

Os Sem-Terra brasileiros marcam posição política (<i>Brazil's Landless Hold heir Ground</i>) Harry E. Vanden	161
Ocupar, Resistir e Produzir: a crise e a luta do MST pela reforma agrária no governo Collor e o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos <i>Fábio Júnior Lopes</i>	169
Assentamentos como territórios <i>Bernardo Maçano Fernandes</i>	177
SOBRE OS AUTORES	187

APRESENTAÇÃO

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Os textos reunidos nessa coletânea trazem para reflexão questões referentes aos movimentos sociais, reforma agrária e assentamentos rurais. Muitas outras publicações já trouxeram a luz diferentes enfoques sobre os assentamentos rurais, isto evidencia o quanto este tema é importante para as discussões sobre a questão agrária brasileira. A demanda por terra dos Sem Terra e suas experiências realizadas nos acampamentos e assentamentos, clama por compreensão visto que nenhuma sociedade pode pensar em mudanças sem refletir profundamente sobre todos os seus segmentos sociais.

Os Sem Terra, desde os anos 80, introduziram na agenda política a temática da terra, da propriedade e suas formas de uso, esse tema continua persistindo na sociedade brasileira. Nas últimas três décadas, juntamente com a grande visibilidade da luta pela terra levada a efeito por diferentes movimentos sociais, apareceram muitos estudos sobre o tema na academia brasileira. A idéia que a redistribuição fundiária era central para resolução dos problemas econômicos, sociais e políticos do país estava subjacente a estas análises. Alguns autores se contrapunham a esta visão argumentando que a agricultura capitalista, através do seu setor moderno e agro-industrializado, seria capaz de produzir alimentos e matérias primas, tanto para o setor interno, quanto para a exportação, neste contexto a reforma agrária se constituiria importante na resolução dos problemas sociais e não econômicos do país. Tais discussões ainda perduram nos dias atuais.

Na atualidade, verifica-se que a agricultura capitalista é capaz de atender parte significativa da demanda da produção para a exportação, de parte da produção de matéria prima para a indústria e parte da produção de alimentos, mas a questão posta é: em que condições? Com a produção da monocultura de cana de açúcar, soja, eucalipto e pecuária, excludentes de força de trabalho e predatória do meio ambiente? A queda da fertilidade e o uso cada vez maior de insumos químicos são, comprovadamente, cada vez mais usados nessa atividade danosa à saúde e ao meio ambiente.

Os dados demonstram que a agricultura camponesa é, proporcionalmente, mais produtiva, menos danosa ao ambiente, possibilita mais trabalho para famílias, além de ser mais produtiva com relação à produção de alimentos, na produção de matéria prima para a indústria e até em alguns produtos para exportação.¹ Ou seja, se discute sobre a qualidade da agricultura, do meio ambiente, do trabalho e seus beneficiários. É este o enfoque dado pelos autores presentes nessa coletânea, ao trazerem para o primeiro plano as discussões sobre a agricultura camponesa, as políticas de reforma agrária, os assentamentos e o papel dos movimentos sociais no país.

Em sua maioria, os textos presentes nessa coletânea tratam de pesquisas realizadas sobre o Projeto de Assentamento Reunidas. Este Assentamento, localizado no município de Promissão, no oeste do Estado de São Paulo, tornou-se paradigmático visto que foi o primeiro a ser realizado, no estado de São Paulo, sob a égide do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, além de ser o maior assentamento do estado, abarcando 634 famílias.

Outra característica importante nessa coletânea é a interdisciplinaridade, uma vez que seus autores pertencem a diferentes áreas das ciências Humanas, a saber: Geografia, Sociologia, História, Economia e Agronomia. Sendo assim, os temas em questão, movimentos sociais, reforma agrária e assentamentos rurais, são estudados sob diferentes perspectivas.

A coletânea se divide em três partes. A primeira delas, denominada *A Construção de novos espaços de vidas nos assentamentos rurais*, contém três textos cujo conteúdo volta-se à compreensão dos assentamentos rurais numa perspectiva centrada na noção de modos de vida.

Nessa abordagem, Teresinha D' Aquino, apresenta o texto *A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP*, Mirian Claudia Lourenção Simonetti apresenta o texto *Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos Rurais*, e Maria Tereza Papa Nabão apresenta o texto *Lembranças que tecem diferentes fios de uma mesma história*. Embora as autoras tenham realizado suas pesquisas independentes e em momentos diferentes, têm por eixo central comum a busca das diferenciações significativas do ponto de vista da construção de um novo modo de

¹ OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

vida, que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até as relações com o capital. Nessa perspectiva analítica a família assentada é uma categoria de análise central, pois a família é o lugar em que as classes trabalhadoras também se constituem como cultura e identidade, sendo assim, as autoras procuram captar o universo cultural e simbólico em que elas estruturam suas práticas e se reproduzem.

O assentamento apresenta-se como um espaço onde a construção de um novo modo de vida sobre a terra, articula, simultaneamente, o resgate de modos de vida tradicionais com a incorporação de práticas modernas, tanto para a organização do trabalho e da produção, como nas relações familiares e sociais. A terra é concebida como local de moradia, de trabalho, de produção e reprodução da vida material e afetiva. Não ter patrão, nem horário para cumprir é estar livre. Portanto, o desejo que os move é o da autonomia, representado pela conquista da terra que garante fartura, sossego e liberdade. Porém, após várias histórias de vida, depoimentos e entrevistas com trabalhadores homens, mulheres e jovens do Assentamento Reunidas, as autoras, mesmo em campos de conhecimentos distintos, a saber, Sociologia, Geografia e História conseguem algumas pistas extremamente interessantes acerca de como as famílias assentadas concebem a terra e qual o significado dela dentro do universo simbólico destas famílias. Assim, trazem para o primeiro plano as vozes desses homens e mulheres, jovens e idosos, que tão generosamente relataram seus sentimentos e opiniões sobre como é viver na e da terra, bem como a importância deste modo de vida para a realização de seus sonhos, desejos e aspirações.

A segunda parte da coletânea, *A dimensão econômica e a organização nos assentamentos rurais*, contém três textos cujos autores centram suas análises nas formas de organização e das atividades produtivas, bem como na qualidade de vida dos assentados. As pesquisas, realizadas individualmente pelos autores, foram realizadas com as famílias do Assentamento Reunidas, mediante a observação participante em tarefas do cotidiano, e entrevistas com assentados que se tornaram bem sucedidos no trabalho agrícola por si mesmos, sem participar de projetos de associativismo ou cooperação. Teve-se especial atenção à forma pela qual os sujeitos da pesquisa tomam valores tradicionais como parâmetro e explicam suas escolhas e decisões referentes à organização do processo produtivo, e a elaboração de estratégias de competição no mercado. Em seu texto, José Geraldo A. Poker destaca as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos organizados pelo MST. Luiz Antonio Norder contribui para a compreensão das formas de produção nos Assentamentos Rurais através da temática sobre a produção agropecuária e os arrendamentos de terras em áreas de reforma agrária. Em seu texto, Fabiana Xavier Vieira expõe um tema pouco perscrutado nas pesquisas sobre assentamentos rurais, ao tratar da temática da qualidade de vida segundo a percepção das famílias assentadas com relação à questão da alimentação, habitação e acesso aos serviços da saúde.

Na terceira parte da coletânea denominada *A dimensão política da luta pela terra e novas territorialidades* os autores enfocam os aspectos políticos da luta pela terra e dos assentamentos. Em seu texto denominado *Os sem-terra brasileiros marcam posição política*, Harry E. Vanden contribui para a compreensão dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Para o autor, o MST e os demais movimentos sociais vem desafiando os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. Para ele, o MST apresenta um novo *modo de fazer política* à medida que se engajam em organizações de base popular e realizam imensas mobilizações locais e nacionais. Para o autor os movimentos sociais estão apropriando-se do espaço político existente nos países e nesse processo, abrem espaço para o fortalecimento da prática da democracia participativa, isso representa uma mudança substancial da forma anterior de ação política e estão transformando a condução da política no Brasil e na América Latina. Fábio Júnior Lopes, através do texto *Ocupar, resistir e produzir”: a crise e a luta do MST pela reforma agrária no governo Collor e o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos* apresenta uma grande contribuição para a compreensão dos movimentos sociais ao trazer a luz os impasses, dificuldades e possibilidades do MST durante o governo Collor de Mello.

Por fim, Bernardo Manzano Fernandes, através do ensaio *Assentamentos como Territórios* apresenta uma importante discussão teórica para a compreensão dos assentamentos buscando compreendê-los a partir da sua dimensão territorial. Para o autor os assentamentos possuem uma dimensão sócioterritorial que compreende desde a luta pela terra até o mercado; da produção agropecuária até à escola, da organização política até a unidade de produção familiar, da infra-estrutura até os conhecimentos e as tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos.

Por fim, cabe salientar que alguns textos da presente coletânea, ou foram realizados a partir de pesquisas realizadas no âmbito do Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais (CPEA), ou em seminários de estudos realizados sob sua égide. Esse espaço de pesquisa foi criado em 1988, junto à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Marília, com a finalidade de criar um espaço laboratorial destinado à realização de pesquisas e estudos sobre a questão agrária, no qual os graduandos, pós-graduandos, professores e pesquisadores desta universidade pudessem realizar seus estágios, investigações, trabalhos científicos e acadêmicos nesta área. Possui uma sede na própria Unesp e conta atualmente com pesquisadores, multidisciplinares nas áreas geográfica, sociológica, antropológica, pedagógica, ambiental, veterinária e agrônômica. Também conta com estudantes que realizam seus estudos sobre a questão agrária Brasileira.

O CPEA desenvolveu suas pesquisas nas temáticas relativas às questões agrárias em virtude da existência na região de vários movimentos de trabalhadores sem terra os quais resultaram na formação de alguns acampamentos e assentamentos, dentre eles o Assentamento Reunidas. No decorrer destes anos de existência, viabilizou e possibilitou a realização de algumas dezenas de pesquisas, que resultaram

na elaboração de diferentes formas de trabalhos científicos, a saber: relatórios, artigos, monografias, livros, dissertações de mestrados e teses de doutorados, além de participar, organizar e realizar diversos eventos de cunho acadêmico e científico dentro e fora da Unesp.

As pesquisas e os estudos desenvolvidos no âmbito do CPEA apresentam caráter interdisciplinar e multidisciplinar, fundamentados nas linhas de pesquisa: Movimentos Sociais e Territorialidades; Etnias e multiculturalidade; e Políticas Públicas, Ambiente e Populações.

Para a elaboração dessa coletânea agradeço aos estudantes e estagiários do CPEA André Luis Scantimburgo, Adriane Camargo, Thais Souto Vieira e Vladimir Bertapeli que gentilmente colaboraram na sua organização e revisão técnica.

Como se poderá perceber da leitura dos textos, essa coletânea traz um conjunto de contribuições relevantes para enfrentar temas fundamentais da sociedade brasileira contemporânea.

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

Parte 1

*A construção de novos espaços
de vida nos Assentamentos Rurais*

A CASA, OS SÍTIOS E AS AGROVILAS:
UMA POÉTICA DO TEMPO E DO ESPAÇO NO
ASSENTAMENTO DAS TERRAS DE PROMISSÃO-SP

Teresinha D'Aquino

*“ Todo mundo tem um quintal.
É o quintal da infância.
Mais cedo ou mais tarde, ele aparece.”*
(Manoel de Barros)

Esta abordagem do assentamento rural sob a ótica da construção do espaço/tempo a partir da memória da casa como lugar de reprodução familiar, alimenta-se dos devaneios de Bachelard (1991) sobre a terra, à vontade e o repouso.

Chego a esta análise após longa trajetória de estudos sobre luta pela terra e assentamentos no Estado de São Paulo, que tem início em 1987, como parte de pesquisa multidisciplinar. Após ter elaborado um Censo das famílias assentadas, procurou-se recuperar, através de depoimentos, a história e memória dos trabalhadores na luta pela terra e após sua conquista, sob a ótica da ação do Movimento dos Sem Terra e

da construção da nova vida na terra. A pesquisa é realizada no maior assentamento do Estado, o das Fazendas Reunidas, situado no município de Promissão - SP, fruto de um movimento que tem início em 1985 e, depois de muitos embates, resulta na desapropriação da fazenda, em 1986. Em 1987 ocorre o assentamento inicial das 44 famílias que deram início ao movimento e, em julho de 1988, inicia-se o assentamento definitivo das famílias nas dez agrovilas, em lotes de cerca de 15 ha. Estão assentadas hoje 634 famílias não restando nenhum lote vago, neste que é o maior assentamento do Estado de São Paulo, com cerca de 17.000 ha de terra. Nela estão assentados trabalhadores que, expulsos e decepcionados com o “trabalho para os outros”, buscam a terra, como *terra promessa*, ponto de partida e de chegada de muitas lutas, alternativa ao assalariamento na cidade ou no campo.¹

A busca de terra para plantar, colher, viver, morar, é aspiração que move os migrantes que, expulsos aqui e ali, percorreram as fronteiras agrícolas e chegaram à região trazendo a Reforma Agrária como única esperança de obter terra. Para recuperar essas diferentes trajetórias, trabalho com depoimentos que resgatam a memória da luta por terra dos trabalhadores hoje assentados. Trata-se da memória coletiva, a trama que se constrói e constrói o homem, que supõe a existência de uma subjetividade de classe, uma visão de mundo e memória. A memória individual, portanto, está enraizada no meio afetivo, nos quadros de solidariedade múltiplas dentro dos quais cada um se encontra engajado.

Esses trabalhadores, unidos pelo ideal de volta à terra, provenientes de múltiplos lugares, desenraizados, não traziam na memória os mesmos sons, as mesmas lembranças de lugares, cheiros e gentes. A história de migração é uma história de muitos laços rompidos com o “lugar”, os vizinhos, os sons e cheiros familiares, a casa materna e implica até na impossibilidade de peregrinação aos lugares sagrados, aos caminhos, aos percursos da trajetória da alma. Uma vez desenraizados, percorrem um imenso caminho em busca de alternativas para reconstruir suas vidas. O que calça a sua memória?

As falas colhidas na pesquisa parecem indicar que a busca de um lugar, um lugar tido como o seu, o “nosso lugar”, desempenha papel preponderante na luta. Mas este não é um lugar qualquer, é um lugar mítico, construído como local de moradia, de criação-recriação da sociabilidade, objeto de trabalho e meio de vida. Por considerar a relação com a Terra-mãe como definidora da identidade dos trabalhadores assentados, privilegio esse eixo de análise no estudo do processo de luta por terra, de assentamento e reconstrução de formas de sociabilidade grupal. A Análise ao longo

¹ Quanto à composição dos assentados da Fazenda Reunidas, originários de 16 estados da federação, sendo que dos 800 titulares selecionados, 62,12% moravam na região sudeste... Eram, na sua maior parte, trabalhadores da região, assalariados permanentes ou temporários dos quais 84% trabalhavam com atividades agrícolas há de 20 anos. Caracterizam-se por extrema diferenciação: ex-bóia-frias, ex-arrendatários, antigos pequenos proprietários expulsos que pelo movimento do capital, quer pelo Estado para a construção de barragens. Tinham experiência com as culturas do café, cana e laranja, culturas (característica da exploração capitalista) e também com a cultura do arroz, feijão, milho, algodão e com o trato de animais. Há a ainda os trabalhadores de origem urbana, oriundos de grandes cidades, filhos ou netos de trabalhadores rurais ou pequenos proprietário de terra.

desse dez anos de pesquisa, teve múltiplos momentos: a expropriação, a luta pela terra, a chegada à nova terra e instalação que significa a reconstrução do “seu lugar”, do seu espaço de relações e de vida. Esse momento se multiplica em dias de plantar, dias de colher, de consumir ou de vender, de comemorar ou de recomeçar... É sobre este último momento que venho falar neste trabalho, centrado na reconstrução da vida familiar, processo que tenho encarado como de construção de um novo modo de vida, agora como assentados.

O eixo central desta análise consiste, portanto, numa busca das diferenciações significativa do ponto de vista da construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até as relações com o capital. Todas elas marcam o lugar com vias de comunicação, casas, cercados para hortas e galinhas, espaço para os pomares e barracões para a maquinaria e o armazenamento do produto, locais de uso coletivo como igrejas, salões para festas, rezas e reuniões. As estradas, a forma das casas, a sua distribuição espacial, não passam de vida consolidada, nos ensina o velho mestre Durkheim. Como é que as famílias portadoras de tradições tão diferenciadas estão construindo essas relações e o seu novo LUGAR, num espaço antes vazio (ou ocupado pela mata) e nesse tempo de esperança e luta?

Trabalhar com a família, assentada é, portanto, uma categoria de análise central, pois concebendo que a família é o lugar em que as classes trabalhadoras também se constituem como cultura e identidade², procuro captar o universo cultural e simbólico em que elas estruturam suas práticas e se reproduzem. Coloco a construção do assentamento como parte do projeto de vida familiar e, nesse contexto, a casa, historicamente concebida como *foyer* simboliza o centro do projeto, o lar, a lareira, o local de reunião da família, o ambiente em que a família se reproduz, através da reprodução do corpo e das práticas grupais. A casa, nesse sentido, não é apenas um espaço de organização social. É também espaço de projeção do corpo, um espaço pessoal, um espaço em construção, em que as lembranças de outras moradas estão presentes, articulando as práticas individuais e grupais.

Os estudos orientados para o aspecto simbólico da casa, embasados na relação corpo/casa/reprodução sócio-cultural, são raros. Vale lembrar o trabalho de Naomi Vasconcelos (VASCONCELOS, 1987, p. 103-105), “O corpo, a casa e a sexualidade”, em que, empregando Heidegger, pensa a íntima correspondência entre o tempo e a casa e esta como o lugar de encontro e de solidão. Assinala que algumas pesquisas sobre a casa, no domínio da psicossociologia começam a investigar como se estabelecem às generalizações correntes, a percepção dos objetos, a vida cotidiana, mostrando, por exemplo, “que os planos de vida que uma pessoa formula sobre a vida em geral, sua falta de perspectivas podem ter uma relação simbólica, quase

² Nessa análise combino o conceito de reprodução antropômico de Bertaux, com o conceito de estilo de vida de Bourdieu. As análises de Telles (1995) sobre as famílias trabalhadoras urbanas em São Paulo ajudaram-me na construção do referencial analítico.

sempre ignorada, com a estreiteza da casa, sua falta de conforto, ou ainda com a falta de autonomia em seu domínio ou face à co-habitação”.

A casa, ou melhor, a relação corpo/casa, está presente na construção dos projetos de vida e parece-me mesmo estar no centro desse projeto. No caso estudado por mim, essa casa, simbolicamente compreendida, situa-se na “terra prometida”, o que agrega valores relacionados à terra-mãe, como os de dádiva, fartura, bem-estar e liberdade.

Começo a engatinhar nesse tema, a construção do novo “lugar” e a relação família/corpo/casa/terra, a partir da memória dos assentados e inspirados em Bachelard (1991). Considero este trabalho apenas um primeiro e difícil ensaio, buscando suscitar a discussão da metodologia proposta e dos primeiros resultados desse estudo.

Hoje a gente não fala mais “trem”, a gente fala móveis, né? Mas, naqueles tempos, era “trem”, que vinha a ser um guarda-loucinha, uma mesinha, umas cadeira no meio da sala e na cozinha, outra mesinha. Eu me lembro que a mesa que foi da minha mãe quando ela casou, veio acabarr aqui comigo. Era uma mesinha de madeira e ela me deu. (Dona Teresinha, 38 anos, assentada).

MODOS DE VIDA, MODOS DE SER: TEMPO E ESPAÇO

O “estilo de vida” constitui, segundo Bourdieu (1983, p. 83),

[...] um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hexis* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo [...].

Constitui, portanto, uma “cultura” adquirida em um grupo homogêneo, produto de disposições objetivamente concertadas, por constituírem a interiorização das estruturas objetivas. As práticas de cada agente social são produto de uma situação e um princípio gerador, o *habitus*: manifestam-se na *hexis* corporal, a mitologia política realizada e incorporada, transformada em disposição permanente, como maneira durável de se comportar, de falar, de andar e, conseqüentemente, de sentir e de pensar.

O *habitus* é, portanto, uma qualidade, no sentido pleno do termo, que realiza nossa relação com o mundo, a matriz do querer-viver societal, como afirma Maffesoli (1988 apud SPENGLER, 1986): “Esse *habitus*, servindo à compreensão da ação e do pensamento do homem no espaço, sempre esteve ‘na origem do conceito de estilo’, que se exprime concretamente no tipo de indumentária, de governo, de comunicação e de circulação de todo dia”.

À prática concebida enquanto relação entre o sujeito e a história a partir da noção de *habitus*, que enfatiza um aprendizado passado, é preciso agregar a mediação entre o sujeito e a história a partir da noção de projeto, que sublinha a especificidade da ação colocada no tempo futuro. Nesse projeto eu ousou destacar a dimensão “sonho”, diluída nas lembranças, na memória individual e grupal e manifesta na luta por uma vida melhor.

Concebendo a relação entre a estrutura e as práticas, como uma relação dialética entre o *habitus* e um projeto grupal, penso os modos de ser e de viver no assentamento como uma construção coletiva, a partir das experiências passadas (lembranças) e dos projetos de futuro (os sonhos), numa dada conjuntura. Empregando esse referencial, examinei as andanças dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida como construção de um projeto grupal, pois os trabalhadores se encontram, passam a reunir-se, organizados pela Igreja, partidos políticos e sindicatos e começam a lutar por terra. Já nesse momento surgem diferentes projetos que, suponho, estejam relacionados com os *habitus* dos grupos que os formulam: para as famílias de tradição camponesa, a terra simboliza a última alternativa possível para a reconquista do velho estilo de vida e da autonomia, enquanto para os trabalhadores urbanos ela aparece como alternativa à fome, ao desemprego ou ao cartão de ponto. Organizadas pela CPT ou pelo MST, alguns grupos de trabalhadores expressam na busca de terra própria, também a utopia de construção de uma sociedade mais justa. Esse grupo porta a utopia socialista, um encantamento com a idéia de regeneração da sociedade, numa concepção em que o socialismo não é só uma questão de salários, ou de estômago, mas um completo rearranjo da vida, em sua dimensão social e psíquica.³

A complexa rede de relações que se constrói no assentamento desde o início da luta pela terra coloca, portanto, várias alternativas, calcadas em diferentes concepções da organização da nova vida. As diferentes origens e trajetórias familiares, sua participação/ não participação nos movimentos sociais, refletem-se nos projetos grupais: se para um conjunto de trabalhadores assentados nas Fazendas Reunidas, sua identidade se constrói em torno de um projeto de vida camponês, para outro conjunto de trabalhadores o projeto traçado aponta para a vida em coletividade, ou, no mínimo, para a produção e/ou a comercialização conjunta do produto. Enquanto alguns grupos de trabalhadores buscam as velhas formas de conceber o rural e encontram saídas que aproximam as agrovilas dos velhos bairros rurais paulistas, outros procuram formas modernas, racionais, de organização da produção e da vida.

³ É, antes de mais nada, diz Durkheim, “[...] uma aspiração de rearranjo do corpo social, em sistemas que estenderam suas reivindicações a outras esferas da atividade social, à política, à família, ao casamento, à moral, à arte, à literatura etc. O socialismo integral institui a regra de aplicar o princípio socialista à vida coletiva como um todo.”. Uma transformação como essa pregada pelo socialismo iria necessariamente engendrar outros rearranjos em toda a extensão do corpo social: relações conjugais, igualdade jurídica entre os sexos, uma mora mais altruísta etc. o próprio núcleo da vida psíquica seria profundamente alterado (DURKHEIM, 1993, p. 61). Vide também (LOWY, 1992).

O estilo de vida camponês, conjunto de preferências que distinguem algumas famílias assentadas e lhes dá unidade, muitas vezes entra em conflito com o projeto de vida coletivo proposto por outro conjunto de assentados e por mediadores, ao mesmo tempo em que conflita com a visão de agricultores modernos e integrados que os agentes do Estado querem formar. Alguns trabalhadores trazem na bagagem o ideário camponês, enquanto outros, que passaram pela vida urbana e assimilaram as formas racionais de organização e controle da vida, oferecem menor resistência ao controle do tempo e à divisão clara entre vida pública e privada que a organização em cooperativas exige. Mas não é possível leitura linear: muitos assalariados que moravam nas cidades manifestam grande resistência ao “relógio ponto” e referem-se à terra própria como meio de comandar a sua vida. Para esses assentados a terra simboliza a realização do sonho de fartura e autonomia.

Plantar para comer, criar suas galinhas e seus porcos, sua vaquinha de leite, são projetos que buscam realizar. Indagar se essa concepção de vida torna exequível a continuidade das famílias na terra é uma outra questão, da qual não irei tratar neste momento. Agora importa recuperar os sonhos, as lembranças presentes na construção do assentamento, como novo espaço de relação. E, nessa construção, o velho estilo de vida “quando ainda se matava porcos”, é uma das principais referências.

Com o intuito de preservar as diferenciações entre os trabalhadores assentados; tenho procedido sempre a análises comparativas. Dadas as limitações deste trabalho, entretanto, farei apenas uma ligeira análise cruzada dessas diferentes concepções. Analisar rapidamente a construção desses projetos, seus avanços e recuos é um exercício que permitirá fazer precioso contraponto entre as concepções de vida que alicerçam suas práticas. Tomarei como referência o grupo proveniente de Campinas, organizado pelo Movimento dos Sem Terra, em contraste com outros grupos, compostos por trabalhadores que lutaram pela terra organizados pela CPT, ou que chegaram à terra sem luta, “via inscrição do governo”.

O primeiro grupo é composto por ex-arrendatários e parceiros, em sua maior parte, moradores nas cidades da região de Campinas, expropriados de segunda ou terceira geração, tendo passado pelo assalariamento urbano (na construção civil, na metalurgia, no comércio), pelo assalariamento rural e tendo percorrido o país, em busca de terra, neste caso, como uma alternativa de vida mais digna.⁴ O segundo grupo é constituído por trabalhadores rurais expropriados: ex-arrendatários, meeiros e bóias-frias.

Os trabalhadores reunidos na cooperativa, além das casas de moradia construídas em alvenaria possuem também uma cozinha comunitária, uma creche,

⁴ As 350 famílias proveniente de Campinas, em novembro de 1987 acampam à beira da BR-153 são organizados pelo MST. Diante das dificuldades encontradas, o grupo ficou reduzido a 105 famílias, desde outubro de 1992 assentados definitivamente na Comunidade Padre Josimo Tavares. Dessas famílias, 40 formaram a COPAJOTA (Cooperativa de produção Agropecuária Josimo Tavares), morando na agrovila. O restante das famílias decidiu construir suas casas nos lotes individuais.

barracão de máquinas, barracão de reuniões, depósito de armazenagem, horta comunitária, tudo isso construído ao redor da escola. Toda essa organização começou através de um grupo ligado ao Movimento dos Sem Terra, que concebe a organização coletiva como a única alternativa para viabilizar o assentamento. Para esse grupo de trabalhadores, a cooperativa expressava a construção do socialismo, a possibilidade de transformação social vencendo as barreiras do individualismo. Zé Carlinhos, um informante privilegiado para falar da COPAJOTA, assim concebe a organização coletiva:

A gente entende que é bastante complicado consegui mudar a maneira de pensá dos trabalhadores [...] mas a gente entende que vai ser possível [...] Eu acredito que ninguém apóia ninguém apostando no individualismo, então, o próprio partido no qual nós trabalhadores acreditamos, a própria, vamos falar, a esquerda, né? Então nós acreditamos que todo esse apoio vem mais sonhando com a transformação social e que ela não se dá no individualismo. Ele é a mãe da miséria, é a mãe de todo esse estado difícil de vida que nós trabalhadores temos em todas as instâncias. Então nós acreditamos no socialismo [...] O nosso grupo já pesquisamos com companheiro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, participamos de congresso, conhecendo as experiências [...] Então gradativamente é possível que se mude a cabeça dos companheiros [...]. (Zé Carlinhos, Comunidade Padre Josimo, 1989, em depoimento na Unesp - Marília).

Para o grupo de assentados que Zé Carlinhos representa, a experiência coletiva significa a continuidade, a própria sobrevivência no assentamento. Trabalhavam inicialmente no sistema semi-coletivo, coletivizando as máquinas, o plantio, parte da colheita e a venda dos produtos e o acúmulo de discussão e experiências compartilhadas possibilitou a criação da primeira cooperativa de produção do Assentamento Fazenda Reunidas, a COPAJOTA que é também a primeira experiência nos assentamentos do Estado de São Paulo.

Para organizar a Cooperativa, os trabalhadores estudaram o sistema: participaram de um curso sobre sistema cooperativista, fizeram um encontro de dois dias com as famílias, que acabaram por concluir que a única forma de permanecer na terra, resistir, era pelo sistema cooperativista. Fizeram então o “Laboratório de campo”, experiência proposta pelo MST, durante 35 dias.

Para chegar a maior produtividade no assentamento o MST usa essa pedagogia denominada “laboratório de campo”, em busca de construir um novo universo simbólico que resulte num novo cotidiano. Fatores emocionais do trabalhados para que os indivíduos passem a definir sua vida em termos de coletividade. Os sujeitos têm que definir, de dentro, um novo tipo de vida, e não simplesmente aceitar a lógica do mercado. A organização coletiva tem que expressar um projeto comum, uma relação racional com a terra e uma nova forma de vida. O laboratório termina

quando o grupo assessor se retira, tendo colaborado para a organização do grupo, a divisão de trabalho e a fundação da cooperativa.⁵

Fundada em 29/08/92, a COPAJOTA era integrada, na fundação, por 40 famílias. Em julho de 1994, contava com 85 sócios, 37 famílias e 160 pessoas. Desde agosto de 1994 está reduzida a 17 famílias e 44 sócios. A agrovila, construída em área de 6,05 has, tem casas de alvenaria e conta com energia elétrica, escolas, creches e barracões para reunião etc. Internamente a Cooperativa é organizada em oito setores de trabalho: agricultura, máquinas, pecuária, horta, creche, cozinha, estrutura e administrativo. Cada setor tem um coordenador que junto com a Diretoria, forma o conselho deliberativo.

Embora a cooperativa se constituísse, até 1993, numa experiência que estava dando certo, como fruto de acúmulo de discussão e trabalho, e isso seja visível aos olhos dos outros assentados, ainda havia, entre os outros trabalhadores, uma resistência muito grande com relação a esse tipo de associativismo, onde tudo é compartilhado, o que demonstra o receio de trabalhar “cativo”, na base do controle externo, seja um relógio ponto ou um supervisor da cooperativa. Essa resistência pode ser constatada no depoimento abaixo, de um assentado:

[...] Tem umas cooperativas aí que muita gente tá com medo delas, não quer [...] O grupo de Campinas mesmo, muita gente tem medo [...] Por causa que o lote do cara tem que ficar preso, tem que entregar tudo prá cooperativa. Eu escutei o cara falando que vai ficar como escravo, como era antigamente (risos) [...] Eu achava que era bonito trabalhar tudo junto, né, mas tem vários companheiros que mete a faca nesse ponto aí [...] (Sr. Severino, assentamento da CESP, 1994).

Outras falas expressam o mesmo medo ao trabalho controlado, “cativo”, o medo de perder a autonomia conquistada com a terra. O senhor Nelson Cardoso expressa a opinião do grupo sobre a COPAJOTA:

Eu não sei, eu não entendo, nunca conversei; com os comandantes dessa cooperativa, mas eu acho que ali a pessoa trabalha cativo. É a mesma coisa que empregado, pelo jeito que ouvi falar [...] nem lá tá dando certo a cooperativa né? [...] a de Campinas diz que tem muito descontrole, num sei [...] parece que é todo mundo em conjunto, até comida em conjunto, né? Tem muitas família que não se dá bem desse jeito, pra mim já não servia também [...]

⁵ O laboratório tinha por objetivos auxiliar “a capacitação massiva, na formação consciência organizativa, iniciando a especialização da mão-de-obra e criar a Cooperativa”. Visava, em última instância, organizar a produção nos assentamentos através de Cooperativas de produção Agropecuária. Para criar essa empresa, os organizadores consideram que é necessário romper com as formas artesanais de produção baseada na divisão natural do trabalho e na divisão social do trabalho, juntamente com os vícios das formas artesanais de trabalho e o seu comportamento ideológico, alcançando o que denominam Consistência Organizativa Empresarial. Embasa-se na Teoria das Organizações, que propõe a racionalização das relações em moldes racionais como única alternativa para o sucesso o assentamento. O laboratório contou de cursos, palestras, leitura, audiovisuais, atividades práticas de co-gestão e avaliação. E concebido como uma técnica de engenharia social, em que, “na confrontação entre os sujeitos e os fatores ou elementos objetivos da estrutura social, o processo de aprendizagem culmina na otimização da gestão coletiva de auto-capacitação”

Minha natureza nao serve, porque a pessoa entra ali e é cativo, né? Cativo chega o tempo que eu trabalhei pros outros [...] Trabalhando no lote da gente, a gente precisa de uma coisa, tem um amigo ele serve, se aperta ele serve para ele. Eu acho que a cabeça é livre, é fresca, não tem compromisso. Chega um parente aqui em casa, no meio da semana, chega em casa, se eu trabalho numa associação que nem aquela da cooperativa, eu não posso largar pra vim atender ele, aqui se chega eu faço um servicinho, vou proseando, chega a hora de comer, come junto e tudo bem. (Agroviã de José Bonifácio, 08/11/994).

Trabalhador assentado na agroviã de Penápolis, o Sr. Antonio relata outras dificuldades na tentativa de organizar coletivamente as famílias assentadas:

É estranho, o pessoal não aceita mesmo, se for assim o coletivo, ninguém nem comparece [...] Eles alegam o seguinte [...] bom, hoje é difícil porque as alegações são outras uma pessoa vai produzir mais que a outra, sempre aquele problema, né, quer dizer medo, né [...] se diz, faz menos e acaba recebendo igual o outro que faz mais serviço, mas isso é até uma falta de informação, falta de muito esclarecimento, até chegar lá é difícil [...]. (Sr. Antonio da Silva, agroviã de Penápolis, 1993).

Mesmo para aqueles que aceitam a organização em cooperativa, o nó-górdio da questão do trabalho coletivo num entorno capitalista parece ser o controle das horas trabalhadas e as diferenças de produtividade, em especial as relativas às diferenciações próprias do ciclo vital e do gênero. Paralelamente, a divisão do lucro tem sido outra questão responsável pelos recuos da organização em cooperativas.

A opção cooperativista, enquanto forma de organização e alternativa para viabilizar o assentamento, merece análise mais detida. A cooperativa abriu, para todo o assentamento, um novo leque de expectativas, mas ao mesmo tempo, um novo leque de angústias e de ansiedade e esperança. Novas angústias surgem com a tentativa de transferir para a creche a responsabilidade do cuidado com as crianças. É tentativa de romper com a tradicional família camponesa, com o trabalho familiar, com o trabalho da mulher no lar sempre e, em alguns períodos, na lavoura. Além da necessidade da creche há a necessidade da cozinha comunitária, pois não há mais “tempo a perder” na beira do fogão. Pensa-se já para o futuro próximo, na instalação de uma lavanderia. É a vivência do urbano tomando forma no meio rural, fixando suas raízes que não se perderam na luta pela terra.

Já os trabalhadores individuais querem ultrapassar esse limite, e por isso pensam na cooperativa de comercialização, uma outra forma de gerenciamento da produção. Mas as resistências à coletivização são grandes. O assentamento,

de certa forma, exclui as famílias da miséria absoluta.⁶ O trabalho individual garante-lhes a subsistência, a alimentação, e o suprimento de algumas poucas necessidades com a venda do excedente. Mas os resultados da COPAJOTA têm grande efetividade. Junto com a boa colheita de grãos hortifrutigranjeiros e animais, a cooperativa deu bons frutos: a cozinha comunitária, as crianças na creche, as mulheres se revezando na creche e na roça, na roça e no trabalho da cozinha comunitária, os jovens se especializando através de cursos de Pedagogia, computação, tecnologia agropecuária etc, com o objetivo de reproduzir o assentamento como uma organização moderna e eficiente.

Nessa agrovila adotou-se um estilo de vida diferente: o conjunto das práticas, desde a produção, a comercialização e até mesmo a vida familiar chegaram a ser coletivizadas, através de creche, cozinha comunitária etc. Em pouco tempo lograram alcançar um padrão de vida que os distingue das outras agrovilas. Surpreende a qualquer observador chegar à Agrovila Pe. Josimo, após percorrer outras agrovilas, em que alguns construíram suas casas de alvenaria, têm carro, enquanto outros ainda estão “na lona”. Após passar pelas instalações da Cooperativa, os armazéns, a creche, os barracões para a maquinaria, chega-se às casas de alvenaria dispostas ao longo de uma rua muito florida. O conforto das casas com geladeiras, mesas, armários e televisores novos contrasta agudamente com algumas moradias de outras agrovilas. Mas, a partir de julho de 1994, a COPAJOTA passa por sérias mudanças, pois discordâncias quanto aos critérios de divisão dos lucros, (que eles insistem em denominar “sobras, ou excedente”, uma vez que para eles uma produção coletiva não dá lucros), levaram ao afastamento de parte das famílias, que voltaram à produção individual, tendo visto como alívio o fato de poderem cozinhar em casa, educar os filhos, produzir individualmente e poderem dispor de seu próprio tempo, sem controle externo, *como* ocorre na Cooperativa.

O controle das horas trabalhadas, o horário de dormir, que na Cooperativa funciona como verdadeiro “toque de recolher”, a proibição do uso de bebida alcoólica no horário do trabalho, no espaço da Cooperativa (que é todo o espaço da Agrovila), o fato de terem que “pagar por um prato de comida para oferecer a um parente ou uma visita” e a impossibilidade de parar o trabalho a hora que quiserem, uma vez que todas as horas de trabalho são controladas e computadas para a repartição “das sobras” ao final do ano agrícola, provocaram sérias reações entre os trabalhadores que optaram por abandoná-la. O processo foi difícil e revelou que o consenso, aparentemente obtido pelo laboratório de campo, funcionou por pouco tempo.

A resistência à coletivização foi provocada, numa primeira análise, por divergências quanto à forma de distribuição do produto e pela questão fundamental

⁶ A melhoria da qualidade de vida dos assentados de Promissão é única: os assentamentos tornaram-se, de fato, uma possibilidade de obtenção de melhor renda familiar em todo o país. Conforme levantamento recente, elaborado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), a renda familiar dos assentados no país se eleva a 3,7 salários mínimos mensais.

da responsabilidade (grupal ou familiar) de prover a manutenção dos “improdutivos” (velhos, doentes, mulheres grávidas ou no período do pós-parto e crianças).

A cisão, na aparência um retrocesso no processo de construção de uma nova vida na terra, pode significar mais um momento importante de construção da autonomia dos sujeitos envolvidos. Fica evidente que o rompimento não se deu por discordância quanto ao projeto político, nem quanto à eficácia do sistema cooperativista, mas decorreu de divergências de fundo econômico (a divisão do lucro) e divergências calcadas na memória grupal e no novo projeto de vida, mais autônomo, que traçaram para suas vidas na terra.

Segundo informações das pessoas que saíram da Cooperativa, essas famílias não chegavam a receber um salário mínimo ao final do ano agrícola. Segundo a mesma fonte, após a cisão, mesmo tendo que deixar tudo o que acumularam desde a chegada a terra para a Cooperativa, por força do Estatuto, aqueles que saíram no início “estão conseguindo pagar dívida bancária, estão vivendo melhor e mais felizes, porque estão administrando o que é seu”.

A cisão da Cooperativa é interpretada de diferentes maneiras, pelos trabalhadores que nela permanecem ou que a abandonaram. O depoimento abaixo, do Presidente da Cooperativa, reflete a opinião dos que permaneceram na COPAJOTA:

O pessoal que saiu, do meu ponto de vista, foi um pouco por imediatismo mesmo, pois o retorno é sempre demorado na agricultura e no segundo ano eles já saíram. Fizemos um ano só, porque, a impressão é que eles queriam um retorno assim pra comprar um carro, ter uma casa melhor, então eles queriam isso e não conseguiram o domínio da terra [...] Eles queriam eliminar a mão-de-obra obra da mulher e dos jovens também, nem poder de voto eles iam ter, pra decidir algo dentro da cooperativa. Então seria dominado pelos homens, é o machismo. Então houve uma contradição nas propostas [...] Então a proposta era introduzir os jovens e as mulheres na cooperativa, aproveitar a mão-de-obra e a distribuição tinha que ser por quem trabalhava (não por titular do lote) e eles não aceitaram isso.

Manifestando a opinião de quem deixou a Cooperativa, D. Fátima afirma:

É difícil eu contar pra vocês como é que tá esse negócio da Cooperativa. Tá meio enrolado... Eu, indiferente de ter rachado, porque a cooperativa rachou no meio mesmo, saíram mais de 20 pessoas, indiferente disso eu e o meu marido ia mesmo saí pra trabalhar sozinho. Porque pra mim não dava [...] nós queria um caminho, eles queria o caminho deles. Por exemplo, na roça, era necessário 10 pessoas, aí iam 30, mas assim, mulher, criança, então ia marcar muita hora e eu não achava certo. Quando dividia o dinheiro era uma mixaria, era uma tristeza. E aí nós separamos e plantamos nossas coisas separado [...].

Considerando que a creche e outros equipamentos coletivos podem facilitar a vida da mulher, indagamos à informante se eles não faziam falta em sua

vida, agora que saíram da Cooperativa. As declarações revelam que o retorno à vida familiar tradicional foi vivido com muita felicidade e representou verdadeiro alívio para essa trabalhadora:

Nem um pouco. Não porque agora eu estou na minha casa, cuido melhor da minha filha, cuido melhor da minha casa, porque antes trabalhava, tinha que abandonar [...] Tem gente que gosta desse tipo de vida, mas eu não consegui gostar, não. Abandonar filho, sai de manhã com esse peso, deixar ela na creche, na mão dos outros, pra mim não foi bom não. Tá sendo bom agora. Eu cuido da minha filha, da minha casa, faço a minha comida e meu marido trabalha. Eu tive mais lucro. Depois que nós saímos já compramos carro, uma vaca e tá tranqüilo agora. Mas o pessoal não pensa assim, né [...]

Após a cisão a Cooperativa continua avançando na busca de saídas para a questão crucial de acumular e dividir, enquanto o grupo que foi obrigado a sair reorganiza-se em associação para a compra de implementos.

São novas buscas de um estilo de vida no meio rural. Parece bastante razoável afirmar que o desenvolvimento coletivizado da produção, por ser uma forma mais eficiente de organização do trabalho é mais rentável. Porém ele parece provocar desestruturação dos conhecimentos preservados pela memória coletiva enquanto definidora de práticas. A necessidade rege, em certos casos, tais rupturas no modo de pensar a vida na terra, uma vez que os novos rumos econômicos geram novas dependências que geralmente conflitam com valores centrados na autonomia. Para preservá-los, os assentados, em sua maioria, optam por uma produção individualizada. Querem preservar a possibilidade de escolher o que plantar, quando e como trabalhar. A lógica da necessidade enquanto princípio de uso do tempo, opõem os ritmos naturais de trabalho, mesmo que, muitas vezes está escolha implique em trabalhar de sol a sol.

Se entre os assentados de Campinas a opção coletiva está sendo revisitada, entre produtores familiares individuais do assentamento, essa alternativa nunca foi colocada. Ouviram falar do sistema cooperativista, mas reagem francamente a ele, opondo-lhe a imagem de trabalho “cativo”, submetido ao relógio ponto, a toda a forma de controle que a conquista da terra permitiu exorcizar. A percepção interior do tempo e do espaço por parte dos que se concebem como sitiantes, vai se tornando diferenciada da concepção dos cooperados e essas diferenças estão presentes no projeto de vida em construção.

Remetendo-nos às reflexões de Thompson (1989), vale lembrar que entre os séculos XIV e XVII foi se instituindo uma nova percepção do tempo, com a introjeção de um relógio moral nos trabalhadores, que aliou a categoria tempo à idéia de produtividade. Esse relógio moral, ao qual estamos submetidos e ao qual a maior parte dos assentados estava habituada (por terem passado pelo assalariamento rural ou urbano), é substituído, na chegada à terra, pelos tempos largos do ritmo da natureza e pela liberdade no uso do tempo que ausência de patrão simboliza. Mas, na agrovila

de Campinas, o trabalho é controlado por meio do relógio ponto e a remuneração é feita por “hora trabalhada”. Todo o processo de trabalho é racionalizado e gerido pela cooperativa, através dos coordenadores de setor. O trabalhador, do ponto de vista da organização do trabalho, está submetido aos mesmos ditames do trabalho fabril, que impede o controle do trabalho pelo trabalhador. Esta forma, encontrada pelo MST para corroborar no espaço público a viabilidade econômica dos projetos de reforma agrária, é rejeitada pelas famílias assentadas e colocaram a busca de autonomia no centro de seu projeto de vida na terra, optando pela produção em lote individual. Portadores de experiência com culturas tradicionais na região de Promissão, como o algodão, que plantavam como arrendatários ou meeiros, em pouco tempo esses trabalhadores que cultivam seu lote em família, conseguiram adquirir implementos, carro e construíram suas casas. Assalariam esporadicamente algum vizinho, ou mesmo assalariam seus filhos, fora do assentamento, nos períodos em que há pouco trabalho no lote, como estratégia para mantê-lo. Mas a concepção do lote enquanto sítio, espaço de reprodução da família e da liberdade é central em seu imaginário. Aqueles que receberam as piores terras optaram pela criação de gado, no caso de terem trazido pequeno capital ou obtido financiamento ou venderam os seus direitos ao lote.

Para os trabalhadores desse grupo, morar no lote é fundamental: querem cuidar do que é seu, estar perto de suas criações, de sua horta, de seu pomar. As falas colhidas nas pesquisas são fartas de referências à realização desse sonho de autonomia, garantida pela vida no lote. Os trechos abaixo são apenas alguns exemplos:

Aqui tem mais sossego, Tem porco, tem galinha, tem vaca de leite, A gente não é mandado, não é castigado que nem trabalhar para os outros , (Dona Maria Tavares, Agrovila José Bonifácio, 1994).

Minha vida mudou muito, principalmente no modo de trabalhar, porque a gente trabalha à vontade, faz o que a tua cabeça achar que é melhor, o que você gosta. Porque trabalhar de empregado, às vezes tem que fazer coisa que não gosta, aqui não, você vai fazer o que gosta. (Dona Sidney, 41 anos, agrovila José Bonifácio, 1994).

A terra é da gente, a gente colhe e planta o que quer. Foi muito bom, o horário a gente faz, a gente trabalha pra gente. (Dona Floriza, 51 anos, agrovila José Bonifácio, 1994).

Antes, quando nós éramos empregado dos outros, muitas coisas eu queria fazer, mas de que jeito? Plantava uns poucos pés de mandioca no meio do café, que não dava pra nada. Hoje nós fazemos biscoitinho de polvilho a rodo, de tanta mandioca que nós tem. Viche, é um delícia, nossa! Num precisa compra nada pra fazer o biscoito, ovo você tem, gordura você tem, polvilho, você faz. Só compra o sal. Que gostoso que não é, né menina? Eu acho que se melhorar mais estraga, viu? Mas precisa coragem pra fazer, porque é um servicinho meio enjoado, só que eu faço com o maior carinho. (Dona Vanira, 45 anos, Agrovila José Bonifácio, 1994).

Os depoimentos acima revelam que a liberdade de fazer o próprio horário, de planejar e executar com autonomia as atividades de produção e mesmo as mais corriqueiras do dia-a-dia, o cotidiano da vida, aliada à produção para o autoconsumo, que garante fartura, são os símbolos do estilo de vida que escolheram.

Ao controle pessoal do tempo, associam a liberdade de organizar o espaço que constroem paulatinamente, afastando-se, como podemos observar, de qualquer semelhança com a concepção urbana de casas dispostas ao longo de uma rua. Não há, aparentemente, uma lógica, a não ser a de ocupar o seu lugar, via de regra centralizado na casa, lugar de produção e reprodução do indivíduo, da família e do lote (SHANIN, 1979). Contrastam profundamente com a organização da agrovila do grupo de Campinas, com suas casas ao longo de uma rua. A construção das casas ao longo de uma rua nas agrovilas expressa mudança de mentalidade ou visão de mundo dos trabalhadores organizados pelo MST, que procura salientar as vantagens da reprodução da organização espacial da cidade, trazendo proposta que, de fato, consiste num esforço de regulação da vida dos trabalhadores através da normatização do espaço:

A urbanização que representa a construção das moradias mais próximas, permite quebrar o isolamento social das famílias, cria laços de maior integração social, comunitária e permite o desenvolvimento de inúmeras atividades comunitárias e culturais, de forma permanente. O que não se promove em casas isoladas distantes, pelo contrário, até impede. (GORGEN; STEDILE, 1991, p. 142).

Se, para as famílias cooperadas, o controle estrito do tempo e do espaço passa a expressar a possibilidade de viabilizar a permanência no assentamento e seu sucesso, que se traduz em liberdade conquistada num esforço conjunto, para os assentados que constroem seu projeto em tomo da idéia de sítio, ou “horto” rural essa proposta é inaceitável. Os laços de integração comunitária são alcançados pela via do compadrio do parentesco, das trocas e das rezas. O cimento que une esse grupo é a solidariedade vacinal. E escolha do padroeiro, leilões e quermesses para arrecadar fundos para construção da Igreja, o comércio nas primeiras “vendas” construídas no espaço que seria da agrovila, revelam a concepção do mundo rural centrado na vila, mas disperso pelos lotes. Festas, quermesses e até uma forma de ajuda mútua conhecido por “traição” tem sido lembradas e reaparecem nesse meio. Face à dificuldade de algum vizinho, o grupo se reúne para ajudá-lo na colheita ou plantio, tentando viabilizar sua permanência no lote.

Nessa agrovila o compadrio começa a tecer a teia de relações vicinais e o intercasamento entre filhos de assentados é festejado por todo o grupo, simbolizado a possibilidade de reprodução da família assentada.

As experiências relatadas através dos casos escolhidos revelam a heterogeneidade das práticas e as diferentes concepções de vida construídas cotidianamente pelos trabalhadores assentados. Essas diferenças se manifestam nos hábitos de trabalho, nas formas de disciplina, na relação tempo/espaço/corpo que

gradativamente, vão marcando o lugar e as pessoas. São diferentes estilos de vida em construção.

A terra prometida, agora ocupada e construída como um novo “lugar”, passa a constituir-se como o lugar sagrado que a alma percorre quando os trabalhadores assentados rememoram a luta, a chegada e a construção da nova vida. Nela reconstruem sua vida e constroem-se a si mesmos e à sua identidade, como imagens de si para si e para os outros. Recebidos na chegada como baderneiros, invasores, hoje os assentados consolidam sua identidade como novos moradores da cidade, novos atores sociais que se firmaram como pequenos proprietários inseridos na dinâmica do local, cidadãos bem aceitos pela comunidade, vivendo com dignidade na terra conquistada.

PARA UMA POÉTICA DO TEMPO E ESPAÇO NAS TERRAS DE PROMISSÃO⁷

As Fazendas Reunidas são palco de uma história de longa duração. Ao contar a história pessoal, cada trabalhador conta à história coletiva, que é, também, a história da ocupação/expropriação/reocupação da Fazenda pelos trabalhadores. Há, nas histórias rememoradas e recontadas, até o velho pretense proprietário das terras que, sob a forma de um boi malhado, atormentava os trabalhadores, vagando pelas terras, até ser morto no Natal de 91 e servido como churrasco num banquete festivo para novos comensais, nesse novo tempo: os assentados.⁸

A história é toda baseada em fatos verídicos, que efetivamente se desenrolaram na Fazenda Reunidas e tem seu apoio sempre em imagens espaciais: o rio, a mata, “aquela jabuticabeira”, o ponto do ônibus, os bairros, as Igrejas, os grupos de vizinhança [...]. Afinal, conforme Halbwachs (1990, p. 137), a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais, uma relação com o lugar.

As histórias remetem a mitos, da terra, como fonte de toda a vida e o do trabalho por conta própria, como o único desejado e só realizável na volta a terra.

⁷ Neste item busco trabalhar com a **memória de**, que situa o retido no passado, com a **memória para**, que projeta o passado no presente, trabalhando, trabalhando com o acervo familiar e grupal e sua contribuição para a construção do *habitus*. Por ser este um primeiro ensaio, faço uma tentativa de trabalhar com análise cruzada, empregando a evidência oral como fonte de informações. Dada a riqueza das falas colhidas, seleção dos trechos tornou-se um exercício penoso, o que me impediu de ser absolutamente fiel à metodologia da história oral, proposta inicial deste item.

⁸ O boi malhado é remanescente da boiada colocada pelos pretensos proprietários das terras, como argumento para demonstrar que eram produtivas. Esse fato é parte das histórias contadas pelos trabalhadores, que referem-se ao episódio da “quebra das cercas”. O banquete do boi malhado faz lembrar o mito relatado por Antônio Cândido, nos *Parceiros do Rio Bonito*, ao tratar do que denominou “fome psíquica”, o desejo permanente das misturas queridas, em especial a carne. Essa carência expressa-se no “mito do boi assado”, em que um boi vivo vai correr a terra com um par de talhães fincados, que permitira a todos matar a fome com a comida predileta a rara, o que representa, para Antônio Cândido, uma inversão da estrutura social. *Parceiros do Rio Bonito* (1964, p. 125, 157, 159). O resgate mítico parece acontecer quando o homem retorna à terra. Vide a respeito do episódio quebra das cercas, BORGES, M. S. L. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada*.

Não trabalhar para os outros, essa é a esperança que alicerça os sonhos de terra própria.

Obtida a tem, esses sonhos alicerçam a construção da nova vida. Acompanhando a trajetória dos trabalhadores hoje assentados, neste momento caminho em busca de um referencial teórico que permita trabalhar com um referencial que combina o “novo modo de vida” no meio rural. Trabalho com um referencial que combina conceito de ‘estilo de vida”, Bourdieu, com uma sociologia da família concebida como o lugar em que as classes trabalhadoras constroem sua identidade e subjetividade no cotidiano da vida no assentamento. Isso me remete à reunião dos fragmentos dispersos da vida cotidiana, retalhos do modo de vida em construção, interpretados a partir da memória grupal. De fato alimentar-se, vestir-se, habitar, produzir e reproduzir objetos que o consumo devora são hábitos que fazem parte do cotidiano vivido de maneira quase que inconsciente, que ganham um significado diferente quando realizados num espaço “vazio” de vida social a que se atribui o significado de um “novo espaço” conquistado na luta pela terra.

Trata-se de construir toda a vida, projeto que está centralizado, a meu ver, na construção a memória de outros lugares, vividos em outros tempos, marca os projetos individuais, familiares e grupais. Morar no assentamento se afigura para as famílias recém-chegadas, como um “novo tempo de viver” no qual se invertem as prioridades e, muitas vezes, até mesmo a relação espaço/tempo.

Pensar “assentamento” revela-se, portanto, como um exercício precioso, pois a chegada ao novo “LUGAR” (físico e social) de um número considerável de famílias que passam a ocupar um espaço antes vazio socialmente (embora ocupado pelo latifúndio improdutivo) coloca a necessidade de um exercício de pensar o “novo”, ou seja, a chegada, o assentamento, a construção desse modo de vida.

Esse exercício envolve:

- 1) Um estudo das representações dos trabalhadores sobre o assentamento, como novo lugar de vida e de trabalho;
- 2) Um estudo da família assentada e suas representações centradas na idéia da construção de um projeto de vida que se anteponha à fome, à exclusão social, enquanto experiência de realização de um modo de vida que garanta a sobrevivência e reprodução grupal. Tais representações têm como centro a idéia de uma família unida realizando um projeto de segurança grupal, em um imaginário em que pobreza e exclusão social trazem a marca da desagregação moral e da desordem, numa associação muito freqüente, nas classes trabalhadoras, entre pobreza e crime.⁹

⁹ Vide a respeito da associação entre pobreza e criminalidade nas classes trabalhadoras, o belíssimo artigo de Vera Silva Telles “A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo”, 1992, p. 53, 93.

- 3) Um estudo das representações dos trabalhadores sobre a casa, seu significado no lote bem como da distribuição espacial do lote e da moradia em seu interior ou fora dele, na agrovila. Este estudo resulta da etapa anterior da pesquisa em que pude trabalhar com as diferenciações presentes na organização dos assentados nas diferentes agrovilas, resumidas no item anterior deste trabalho, quando tratamos das trajetórias familiares e projetos grupais;
- 4) Um estudo da memória grupal construída no cotidiano da vida na terra, mas alicerçada na memória da luta e nas experiências que antecedem essa luta, fonte das diferenciações entre os diferentes grupos de famílias assentadas. Sob essa ótica revelam-se, ao primeiro olhar, as diferenças relativas às experiências de vida rural ou urbana, a condição dessa vida, se proletária ou autônoma e até mesmo as diferentes imagens espaciais os trabalhadores portam na chegada a terra. Enfim, trabalhar com o imaginário, com as imagens presentes na memória grupal, revelou-se o melhor caminho para chegar aos sonhos que alicerçam a dura luta pela terra. Nessa concisão, a vida sonhada alicerça o real e dialoga com ele. Sem essa dimensão “sonho” seria muito difícil compreender as agruras pelas quais passam as famílias em sua caminhada em busca de terra para plantar, viver e reproduzir-se...

Para captar sonhos, lembranças, recorri, neste trabalho, a histórias de vida de homens e mulheres hoje assentados nas terras de Promissão-SP. Selecionei trechos dessas falas, em especial de três mulheres, cuja trajetória de vida e de participação na construção da história do assentamento é bem diferenciada: a primeira, dona Teresinha, 38 anos, de origem rural, era assalariada urbana e veio para o assentamento após inscrição, portanto, nunca lutou pela terra, mas a concebe como a realização de um sonho de fartura e liberdade; a segunda, Néia, 43 anos, nascida na cidade, mas vivendo a vida rural desde o casamento, com 18 anos, participou da luta pela terra desde as primeiras articulações via CPT e, uma vez assentada, torna-se uma “feliz sitiante”, deixando de participar do movimento; a terceira, Lurdinha, de origem rural, expropriada, vive a vida urbana, participa dos movimentos de base e torna-se líder do MST, realizando, no assentamento, o projeto de viver em coletividade. Essas diferentes trajetórias marcam a memória, o projeto de vida e o estilo de vida em construção no assentamento. Esta pesquisa está apenas começada e este trabalho é parte dos primeiros resultados a que cheguei.

Investigando a partir dos eixos acima propostos, passei a atribuir papel fundamental à imaginação criadora, que me remeteu à poética de Bachelard, para tratar desses sonhos de ação que ele designa como *devaneios da vontade* (BACHELARD, 1991). Essas *imagens* que *saem do próprio sonho humano* mais presentes quanto mais sólida e positiva, ou “dura” é a matéria, nesse caso a Terra. Também ousei voar nos devaneios de Bachelard (1991, p.87) sobre a Terra e os devaneios do repouso, em especial quando trata das imagens de intimidade presentes na casa:

Seriam precisas longas páginas para expor, em todos os seus caracteres e com todos os seus planos de fundo, a consistência de estar abrigado. São inumeráveis as impressões claras. Contra o frio. contra o calor. contra a tempestade, contra a chuva, a casa é um abrigo evidente, e cada um de nós tem mil variantes em suas lembrança para animar um tema tão simples. Coordenando todas essas impressões e classificando todos esses valores de proteção, perceberíamos que a casa constitui, por assim dizer, um contra-universo, ou um universo do contra. Mas é talvez nas mais frágeis proteções que sentiremos a contribuição dos sonhos de intimidade. Basta pensar, por exemplo, na casa que se ilumina no crepúsculo contra a noite. Logo temos o sentimento de estar no limite dos valores inconscientes e dos valores conscientes, sentimos que tocamos um ponto sensível do orinismo da casa.

Evidentemente trabalhar com essas imagens é apenas uma das dimensões da pesquisa que teve início, conforme já destaquei, num Censo dos trabalhadores assentados, prosseguiu através de histórias de vida dos assentados, para chegar a uma pesquisa sobre “estilo de vida”, a construção da nova vida na terra. Essas diversas metodologias de pesquisa conduzem a equipe de pesquisadores a estudar as diversas dimensões da luta pela terra, vista como um processo de construção de novos sujeitos sociais, mais autônomos, em busca da conquista da cidadania.¹⁰

Assim cheguei à construção de um projeto grupal/familiar, que remete a “sonhos”. Evidentemente essas imagens não são algo dado. Como diz Bachelard (1991): “Daríamos uma falsa idéia da imaginação se não disséssemos o quanto às imagens são raras”. Somente muitos anos de intimidade com o tema e com o trabalhador assentado permitiram-nos chegar à dimensão onírica. São depoimentos de intimidade, como o de Ademar, um dos líderes das 44 famílias que primeiro acamparam na Fazenda Reunidas, em sua história de vida, coletada em dezembro de 1995, após dez anos de sua entrada na luta pela terra:

Então a questão hoje, pra mim, está boa de viver, porque em primeiro lugar eu realizei um sonho que é o de morar em cima do que é meu. Na cidade eu tinha uma casa da COHAB, eu nunca gostei de morar na cidade. Eu nasci e criei no sítio e sempre quis morar no sítio. Aqui eu tenho galinha, porco, minhas vaquinhas de leite, nós mesmo é que fazemos o queijo, temos o ovo, o frango. Então, graças a Deus, eu e muitos companheiros estamos felizes aqui, porque a gente realizou o sonho de ter a terra. Se a gente continuar pensando assim sempre unido, jamais a gente vai perder essas terra, não tem cara pra tomar essas terra da gente. Tem é que conseguir mais terra, porque tem tantas terras improdutivas por aí que estão na mão de latifundiário que só pensa nele enquanto crianças estão passando fome, morando em favela na cidade, no meio de rato, cobra, dengue, lixo e tantas terras paradas aí na mão de quem não está desfrutando nada [...].

¹⁰ Os sub-projetos procuram abordar essas diversas dimensões: as diferentes trajetórias de imigração e a luta pela terra: a família no assentamento; o papel das mulheres na luta e a construção de sua autonomia; a saúde, a educação, as condições de infra-estrutura do assentamento; a produção coletiva x individual, a relação assentados/comunidade/poder local etc.

Um pequeno trecho da fala de Ademar, ponteadado de uma longa história de vida, não tem, de fato, a mesma significação que a leitura de toda a história revela. Entretanto, a metodologia proposta para este trabalho impõe limitações, Mas a interpretação de sua história revela a dimensão “sonho de obter terra própria” que permeou toda a luta, ao mesmo tempo em que dá claramente os contornos do estilo de vida que almejava construir, na chegada ao assentamento. O sitio, as galinhas os porquinhos, a tranqüilidade da vida rural, traduzem a possibilidade de reprodução familiar, fugindo à fome e às dificuldades da vida urbana.

Os devaneios de Bachelard (1991) me permitem considerar as imagens da intimidade presentes no espaço do lote e da moradia, num espaço amplo que se antepõe às imagens da moradia e do estilo de vida urbanos. Bachelard nos ajuda a pensar os símbolos da intimidade presentes na casa rural e urbana, o contraste entre a vida aberta no campo e a vida fechada, da cidade:

No fundo, a vida fechada e a vida exuberante são ambas necessidades psíquicas. Mas antes de serem fórmulas abstratas, é preciso que sejam necessidades psicológicas com um quadro, com um cenário. Para que haja essas duas vidas são indispensáveis às casas e os campos [...].

Percebe-se agora a diferença de riqueza onírica entre a casa de campo construída verdadeiramente sobre a terra, dentro de uma cerca, em seu universo, e o edifício cujos compartimentos nos servem de moradia e que só se constrói sobre o calçamento das cidades? [...]. (BACHELARD, 1991).

Mas esta casa de que falamos reúne imagens do passado, a casa paterna e as sucessivas imagens das casas habitadas ao longo de uma vida de migração. Essas casas estão distantes, não são mais fisicamente habitadas, mas estão presentes na construção do novo espaço, portanto, são habitadas pela lembrança. Por essa razão, famílias de origem rural recente pensam o lote e a moradia no lote de maneira diferente daquelas que viveram a vida proletária urbana, nas casas da COHAB, nos barracos das favelas ou nas vilas operárias. A percepção do espaço largo, aberto e verde exige a reconstrução do olhar. A psicologia da vida fechada no espaço da casa urbana se opõe à psicologia da vida aberta para o verde, em que moradia e quintal, pomar, horta e roça são alcançados a um só tempo, pelo olhar mais largo, um olhar ao mesmo tempo de satisfação, de realização, de liberdade e de cuidado/domínio. O trecho abaixo, extraído da história de vida de Dona Teresinha¹¹, que depois de trabalhar na braquiária, no quiabo, trabalhou costurando para fábricas de roupas, antes de vir para o assentamento, fala do olhar:

Ai, apareceu um serviço de fábrica, pra costurar em casa. Costurei muitos anos pra essas fábricas de Bonifácio [...].

¹¹ Dona Teresinha, 38 anos, moradora da agrovila José Bonifácio. História de vida coletada por Maria Teresa Papa Nabão e Patrícia Helena Buim, em D'Aquino (1996).

Quando nós viemos definitivo para cá, uma coisa que eu estranhei mesmo foi o sol. Lá, parecia que era mais frio e a gente, também, ficava mais dentro de casa. Outra coisa que me deu problema foi a vista, porque lá eu só olhava de pertinho, que costurar é bem de pertinho, né? E eu não saía para lugar nenhum. Cheguei aqui, a minha vida era olhar! Olhava para lá, olhava pra cá, hoje está tudo cheio de plantação, mas quando eu vim era tudo limpo, então, dava para olhar longe. Nossa! Eu tinha uma dor de cabeça! Ai, fui na farmácia lá da cidade e falei: “Oh, não se; o que é que eu tenho, mas eu estou tendo muita dor de cabeça!”. Ai, o farmacêutico perguntou porque e eu expliquei: “Se eu fico dentro de casa, não doe, mas se eu fico andando pelo terreiro ai, fica doendo. “Então, eu contei aonde eu estava morando, e ele falou: “Sabe o que é? A sua vista estava acostumada a olhar só de pertinho e agora está olhando longe, então, está dando esse problema. Você fica mais uns dias e se não melhorar, você vai ter que procurar um oculista”. E não é que era falta de olhar longe mesmo! Depois que acostumei, nunca mais deu problema de vista.

Hoje, já não gosto de costurar não! Às vezes costuro um pouquinho para a casa, mas me dá calor e inquietação. Tem gente que me fala: “Porque você não pega roupa da fábrica e continua costurando daqui?” Eu não! Porque se eu estiver costurando e uma galinha cantar lá fora eu já tenho que ir correndo ver aonde ela botou! Se a vaca está berrando, eu tenho que ir lá ver o que é que a vaca tem, Então, eu não tenho vontade de ficar quieta dentro de casa. Eu quero é saber de ficar andando, olhando a roça, as criações [...] lidar na roça, catar quiabo, adoro catar quiabo, agora, serviço de casa eu não gosto, não!

As lembranças de Dona Teresinha falam de três experiências diferentes, que traduzem diferentes *habitus* grupais: a experiência de assalariamento rural, como bóia-fria, a de trabalho industrial à domicílio e a de trabalho em sua terra, o seu sítio. O contraponto entre essas atividades, que permeia a história de vida dessa assentada, é inconsciente, mas vivo e altamente revelador.

A vida na roça, para ela, é percebida em oposição à vida urbana e ao trabalho “para os outros”. O morar na cidade se traduz numa outra forma de ocupar e conceber o tempo: a hora certa, definida pelo horário de “pegar” ou “largar” o serviço e por uma longa jornada de trabalho, é vista em oposição à autonomia da vida rural centrada no lote. A costura, que habituava a olhar miúdo, foi substituída pelo olhar longe, que se estende pelo lote, pela horta e as criações. A concepção de vida agora envolve andar, lidar na roça, olhar o que é seu. Essa concepção se revela no olhar, cujo núcleo é a casa.

O modo de vida se traduz no modo de olhar, o que expressa a relação corpo/casal/terra. Revela-se também na ocupação do tempo com outras atividades de lazer que remetem a uma vida grupal centrada na sociabilidade de vizinhança, que dona Teresinha conta com prazer:

Sabe, que morar em vila não é bom não! Lá, a gente não podia ter nada do que tem aqui. Se tinha uma festa, eu já estava enjoada daquilo! Aqui não, tem coisa diferente. Apesar de que muitas vezes é igual. Um terço de São João, na vila tinha e a gente já sabia que era na casa do meu tio. Aqui também tem

em vários lugares. A gente vai a pé, todo mundo junto, chega lá reza os terço, depois come alguma coisinha, brinca, diverte. Na vila, eu quase já não ia mais em campo de futebol, eu ia mesmo só no tempo de solteira. Depois de casada eu nunca mais fui em campo, porque o marido não joga e eu não tinha nada que fazer lá. Aqui não! Chega de domingo a gente sobe tudo lá para a agrovila, tem jogo, eu tenho o genro que joga e o moleque que gosta, os sobrinhos, os rapazes que consideram a gente como da família. Sábado à noite, a gente vai também, conversar com as colega, reza o terço na igreja, toma um refrigerante. Lá eu não fazia nada disso, porque dentro da vila tinha preocupação de ter que levar as crianças para fazer alguma coisa... Às vezes, a gente também vai em comício. Sabe que em comício eu só tinha ido quando era pequena? [...] Lá na vila eu não largava de assistir televisão para ir ver comício de candidato de jeito nenhum! Sábado, aqui, teve brincadeira, bailinho, [...] Jogo de futebol, as colegas estava tudo lá e como se diz, nós aproveitamos para por as fofocos em dia e com isso passou o dia que nós nem vimos!

O horizonte de Dona Teresinha começou a expandir-se a partir do novo olhar, o olhar longe, processo que se completa com a expansão da sociabilidade, tão grande que hoje atinge a agrovila toda, ampliando a parentela, algo que ela expressa na liberdade conquistada de ir a campo de futebol, pois os rapazes a consideram como família.

O cultivo da sociabilidade grupal exige o controle do tempo, a liberdade de ir e vir, que, na memória, sempre se opõe à experiência do trabalho assalariado, lembrado pela informante como aquele tempo em que tinha que “estar no pau do pecado”, o ponto de ônibus, bem cedo, para ir ao trabalho:

Durante a semana, se eu quiser ir na casa da minha cunhada ou da minha vizinha, eu saio e vou, se a vizinha quiser vir na minha casa é a mesma coisa, a gente não tem preocupação com patrão. Não tem aquele negócio de ficar pensando: “Ah, não posso sair porque o patrão pode vir encher o saco!” Se você tem patrão o negócio é diferente. Na “cata” da laranja, por exemplo, você é registrado, só que é aquele salarinho contado e 30kg de arroz. Mas todo dia tem que estar no “pau do pecado” (ponto do ônibus) às sete horas. A condução passa pra pegar às seis e meia da manhã e a gente só vai chegar em casa às cinco e meia da tarde. Se está chovendo, fazendo frio, não importa, tem que ir. Aqui, se tiver chovendo ou fazendo frio, eu não faço nada, só comida, nem roupa eu lavo! Agora, se você estiver trabalhando para fora você tem que fazer seu serviço de qualquer jeito!

A posse do tempo “para si”, num espaço que é dela, dá a dona Teresinha à sensação de liberdade, revelada na frase:

Lá na vila eu ficava presa, só na beira da máquina e mais nada! Cheguei aqui e achei a liberdade. No começo eu ficava andado por essa roça o dia inteirinho, nem que não fosse para fazer nada, meu prazer era andar, sem horário, sem patrão!

Liberdade, nesse depoimento, é expressão que reúne autonomia no trabalho, posse do tempo e uma verdadeira redescoberta do corpo, do olhar, do andar, do viver em terra própria. E todo esse conjunto que envolve casa, família, trabalho, expressa também, para dona Teresinha, tranqüilidade e fartura:

Eu me sinto bem mais feliz aqui do que lá na vila. Trabalho bem menos, porque lá, na beira de uma máquina, eu sabia que tinha que dar conta do dinheiro até para o fim do mês. Aqui não, você pode chegar no fim do mês sem dinheiro, mas pelo menos, o que comemos a gente não paga. Às vezes, na vila, eu tinha vontade de comer um frango e quantas vezes com o dinheiro na mão e não achava o frango para comprar... um franguinho caipira, quantos vezes nós queríamos e não tinha. Aqui não, se nós quiser um franguinho caipira é só matar, é rapidinho! E tem mais, na vila, a gente tinha que comprar de tudo, arroz feijão, gordura, sabão, além de ter que pagar aluguel e luz, só não pagava água porque não tinha na rua, tinha que ir buscar, nas costas, a um quarteirão de distância. Aqui não, se quero um frango caipira eu vou e no terreiro e tem. De vez em quando, tem um porco gordo, eu mato. Sabão, eu faço em casa, não preciso estar comprando essas barrinha que eu comprava antigamente e não valia de nada. Desde que vim para cá nunca mais compramos um quilo de arroz. Plantamos e colhemos bastante, temo milho abóbora e mandioca à vontade.

Eu não penso em ir embora daqui de jeito nenhum. Muita gente falava que eu não ia acostumar, eu mesmo tinha muito medo! Mas que nada, toda vida eu sempre gostei de roça e de criação. Todo dia cedo, isso é sagrado, eu vou na lavoura, tenho que subir, andar na roça, olhar a plantação para ver se está crescendo, olhar a criação para ver se está engordando! (grifo nosso).

Hoje eu peço a Deus que não me tire daqui, não. Foi sofrido, foi apertado, porque a gente não tinha recurso suficiente, sofremos bastante, mas valeu a pena!

A realização do sonho de fartura aparece no desejo de permanência na terra e no medo de perder este “lugar”, que significa viver em segurança, no espaço conquistado e construído *como* espaço de reprodução familiar.

A vida aberta no mundo rural é permeada de símbolos: tempo de trabalho por conta própria, combinado com tempo para o lazer X tempo de trabalho para o patrão; trabalho assalariado x trabalho autônomo; viver de salário x fartura garantida pelo trabalho por conta própria no lote familiar; monetarização de todas as dimensões da vida x autoconsumo.

Ao refúgio simbolizado pela casa soma-se a intimidade da vida rural aliada à sociabilidade vicinal, as formas simples e ricas de sociabilidade reencontradas na volta a terra. Poder reorganizar o próprio tempo e espaço é um privilégio partilhado pelos trabalhadores assentados, que envolve várias descobertas: a primeira é a do corpo, em seguida a da casa, a dos amigos, a vizinhança. A redescoberta da luz, do longe, do verde, é acompanhada da redescoberta do tempo de lazer e do tempo de conversar. O primeiro momento, sem dúvida é de insegurança face ao desconhecido simbolizado pela escuridão a que o olhar está desacostumado. Os temores de dona Teresinha, na chegada a terra, ainda na condição de acampada, revelam o medo do desconhecido:

Vimos para cá quando saiu esse projeto da reforma agrária, mas no começo eu tinha muito medo, por duas coisa: não tinha força [energia elétrica] e eu tinha medo de morar em barraquinho de plástico, porque quando eles veio para cá, era barraquinho de plástico e eu tinha muito medo! Eu pensava que chegava aqui e ia ser muito mais diferente do que foi, então, eu tinha medo de vir. Eu não vim logo no começo, primeiro veio meu marido, ele ficou dois anos no barraco de plástico. Só depois é que nós viemos tudo para cá, depois que ele fez a casinha de tijolo com três cômodos. O primeiro dia que eu vim aqui o meu marido estava fazendo a casa e eu vim trazer as dobradiça para por nas porta. Já estava coberta só faltava por as porta, aí eu falei: “Ah, hoje nós posa aqui mesmo!” Já tinha colchão. mas não tinha cama, então, eu disse que não ia dormir no chão não, porque de dia eu tinha matado uma cobra. Ai, fizemos umas pilha de tijolo, pusemos a grade da cama e o colchão por cima. Foi chegando a tardezinha, foi ficando escuro, de um jeito ruim, o marido estava pescando e comigo só estava o filho mais velho, os outros tinha ficado na vilinha. Ai o Carlinho chegou com os peixe para mim limpar mas eu não achava jeito! Eu estava acostumada com a luz, não tinha televisão, não tinha geladeira, não tinha nada aqui e eu ainda por cima com medo da cama. Quando chegou a hora de deitar eu deitei, mas quem disse que eu dormi? Virando pra cá, virava para lá e o marido dizendo: “Está difícil dormir com você se merendo assim!” No outro dia levantei bem cedo, já que eu não dormia mesmo, resolvi pular cedinho da cama, mas não tinha o que fazer, não tinha galinha, não tinha nenhuma porca, não tinha nada! Eu levantei, dei uma olhada por tudo e falei: “Quer saber de uma coisa? Eu vou embora! A Reunidas (ônibus) passa aqui às nove hora, os moleque está lá em casa sozinho, eu vou é embora, não vou ficar aqui não!” Juntei a minha sacolinha e fui embora esperar a Reunidas.

Cheguei em casa os moleque perguntaram: “Mãe, como é que é lá?” Eu disse: “É gostoso, é bom, nós vai acostumar!” Mas só Deus sabia que por dentro eu pensava: “Nós não vai acostumar, não!” Ai que medo que eu tive! Aquela escuridão toda. Agora não, não tem força até hoje e eu estou bem acostumada. Eu tenho lampião, mas nem lampião eu uso, fico só na lamparina. Acho que acostumei porque vim com os filhos todos, trouxe galinha, porco [...]

Note-se que dona Teresinha, de origem rural, já havia se desacostumado com a escuridão. Simbolicamente esse medo parece associar-se ao viver sem energia elétrica, água encanada, sem televisão, com tudo o que estava deixando para trás ao vir para o acampamento.

O medo também está presente na fala de outra mulher, Néia¹², assentada que participou, com seu marido Ademar, de todos os momentos da luta pela desapropriação das terras de Promissão. O medo de Néia, que morava em Promissão, em casa de COHAB, é diferente, pois remete aos embates da luta pela terra:

[...] Sei dizer que eu sofri prá chegar agora onde eu estou! Ter esse pedacinho de chão que eu adoro, ter esses 8 alqueire de terra!

A gente fazia reunião em casa também. Cada dia da semana era numa casa de alguém dos “44” que acampou na bera da pista. Então através da reunião a

¹² Néia, 43 anos, moradora na Agrovila dos “44”. Historia de vida Maria Teresa Papa Nabão, em D’Aquino (1996).

gente falava assim: “Tal dia [...]” Não falava “Nós vamos invadi”, falava assim: “Nós vamos no casamento. (risos) Nós vamos fazer o casamento!” Tal dia nós vamos acampar na beira da pista e tem que topa, cada um leva a sua família.”

Ai eu tinha medo, menina, eu chorei muito! A primeira ocupação que é esta destes assentados ai da CESP, eu fiquei com muito medo de ir. Chorei igual uma louca, mas não concordei. Já a segunda, que eu sabia que era uma coisa mais legalizada, tinha as reunião no salão do Cruzeiro, sabia que o INCRA também estava ajudando a tomar a terra, sabia que era improdutiva, que não tinha escritura, ai eu perdi o medo!

Então o Ademar vendeu a nossa casa e comprou um terreno no Jardim Alvorada, e nós resolveu acampar. Minha mãe ficou chorando, ela não queria.

Nós dispomos de tudo que tinha prá poder acampar. Nós tínhamos perua, o Ademar estourou tudo a perua puxando gente prá ir roçar pasto aqui na fazenda. Nós tivemos muita ajuda dos apoio de fora. Mas sempre faltava um pouco, né? Pros remédio, prá doença.

Quando nós ia na cidade, aquelas pessoas que era “puxa” dos Ribas falava assim: “Vocês são umas cambadas de vagabundos! Vai trabalhar prá vocês comprar terra! Aquilo lá tem dono!” Inclusive, teve uma festa um dia na cidade, eu e meu marido num bar prá comprar um doce e cigarro. O homem começou a falar: “Vocês esquece aquilo lá! Vocês vai acabar em nada! Aquilo lá num vai ser de vocês nunca! [...]” Hoje em dia ele é a favor a gente, porque nós demos muito lucro prá cidade, né? Nós levamos cereais prá a cidade, os mercados vives cheios de gente, de assentado, fazendo compras. Ai, que nem eu estava falando, teve um dia que nós acampamos na beira da pista [...] E nós, as vezes lavando roupa, as vezes comendo, passava então aqueles caminhão do Ribas e gritava assim prá nós: “Seus vagabundo! Vai trabalhar! Seus passa-fome! Seus ladrão de terra!” [...] Sei dizer que foi um sofrimento!

As dificuldades da luta relatadas por Néia, têm, entretanto, o sabor de conquista. Nascida na cidade, mas casada com trabalhador rural Néia hoje expressa o ideário camponês, quando agradece pelo pedaço de chão conquistado:

[...] Eu agradeço muito esta luta, nossa e como! Viche, valeu a pena! Hoje em dia temo o nosso pedaço de chão, temo nossa vaquinha no pasto, meus porquinho, minhas galinha!

Eu fui uma moça nascida e criada na cidade! Casei com um moço do sítio e hoje eu não gosto de morar na cidade. A minha vida é aqui na Fazenda Reunidas! Às vezes eu vou em Promissão passear, fazer compra, ir no médico e ai a minha irmã fala: “Ai, credo! Não sei como você gosta dessa vida! Não tem força nem nada!” Ai eu falo: “Ih Cirçal”, que minha irmã chama Cirça. “Eu adoro aquele pedacinho de chão, eu venho aqui mais não vejo a hora de chegar em casa!” Amo mesmo esse lugar! Valeu a pena esta luta!

Tendo realizado o sonho da terra própria, hoje Néia está circunscrita ao espaço do lote, da casa, do quintal e da roça. De sua experiência de luta está presente à memória que se expressa ao contar a história de vida/luta pela terra. Essa

experiência se expressa também no incentivo a outras mulheres que hoje entram na luta por terra:

E eu incentivo também. Tem muita gente fazendo luta! Muita gente inexperiente que não conhece a luta da terra, como que é! Vem muita gente aqui em casa! Muitas mulher que os marido foram acampar nessas terra da Jangada, que infelizmente não deu certo, veio perguntar como é que era, e eu contei. Falei que não era fácil, mas dei bastante força, animei bastante. Não deu certo lá, mas eles já estão em outro lugar tentando ganhar umas terra!

Eu dei muita força prá elas. Falei que valeu a pena a luta que eu fiz, eu e meu marido [...] Taí a nossa luta, que nós fizemos e que valeu a pena! Eu não me arrependo de ter desfeito de tudo que eu tinha na cidade prá tá vivendo na vida do campo. Fico muito feliz!

Plantar para comer, criar seus porcos, suas galinhas, sua vaquinha de leite são evidentemente parte dos sonhos de muitos dos trabalhadores assentados em sua busca de autonomia. São os trabalhadores cuja identidade é marcada pela memória da vida rural do sítio, local de moradia, de trabalho e de reprodução da família. Esse ideário está presente nas falas de Ademar e sua mulher e de muitos outros trabalhadores da agrovila dos “44” e demais agrovilas organizadas como tradicionais sítios rurais.

A recomposição do estilo de vida, nesse caso, expressa o ideário camponês, a concepção da unidade agrícola como unidade de produção familiar. A alternativa colocada por esses trabalhadores insere-se no que Klass Woortmann (1990, p. 30-31) denomina “campesinidade”, que se expressa numa sociedade que tem como princípios organizatórios centrais a honra e a hierarquia. A modernização produtiva e os distintos graus de inteiração com a modernidade, constituem estratégias para a manutenção do sítio, a continuidade da tradição. A terra é vista como patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado nas quais as três categoriais estão separadas.

O camponês pensa a sua terra como sítio e, na hierarquia familiar, o uso do trabalho assalariado ou o assalariamento de algum membro da família são vistos como formas necessárias à reprodução da família camponesa. O sitiante que emprega trabalho assalariado define a atividade não como trabalho, mas como ajuda e, ao assalariar outro sitiante, define seu ato como ajuda. Dentro dessa lógica, pensa-se numa troca de ajudas.

O sítio tem três significados, segundo Klass Woortmann (1990, p. 30-31): “[...] comunidade de parentesco, definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais; área de terras trabalhadas por uma família; o conjunto casa-quintal, que aproxima o seu significado do de chão de morada.” Sítio, além de ser o lugar de

terra de trabalho, é o lugar da troca de tempo de trabalho, da ajuda. A troca de tempo tem significado simbólica: ao trocar, está se produzindo também a comunidade, ligada por laços de solidariedade e compadrio. O sítio portanto, o lugar da família e o espaço e liberdade.

O objetivo principal do camponês não é o lucro, mas a reprodução familiar e a produção da comunidade. Suas práticas contrastam com a do empresário capitalista, embora o negócio e a racionalidade estejam presentes, sempre no contexto da reprodução familiar.

Nesse contexto a casa é o centro, o espaço por excelência da construção da vida familiar. Não por acaso, em geral ela está situada no meio do lote, feita de alvenaria e mobiliada com novos armários, geladeiras e fogões e uma ou outra peça do velho mobiliário herdado, que resistiu a tantas migrações e até mesmo correrias da polícia ou estouros de boiadas propositadamente jogadas sobre os acampamentos. Ela guarda, junto com velhas lembranças, os sonhos de liberdade.

Já os trabalhadores organizados pelo MST concebem a vida na terra como vida em coletividade, a melhor alternativa para viabilizar a permanência na terra. Embora respeitem o estilo de vida adotado pelos outros trabalhadores, optaram pela organização coletiva da produção e mesmo da vida no assentamento. Tudo é coletivizado: o trabalho, organização de produção e divisão do trabalho, a educação das crianças, pensando como parte do projeto grupal de reprodução do assentamento.

A construção desse projeto contou com a colaboração do MST, que promoveu o “laboratório de campo”, cuja história é muito mais interessante quando contada por seus “atores” principais, os associados da COPAJOTA (Cooperativa de Produção Agropecuária Josimo Tavares) como Lurdinha, da liderança dos assentados de Campinas, que, em sua história de vida, conta a história da trajetória grupal de organização para obter a terra definitiva e construir o sonho socialista de viver nela em coletividade. Reproduzir a história de Lurdinha é impossível, neste momento. Aproveito aqui uma frase em que ela resume sua trajetória:

Valer a pena valeu, sabe. Valeu a pena. Tivemos dificuldades muito grande durante cinco anos, né, cinco anos de luta e de resistência. Nós tivemos muitas dificuldades prá conquistar a terra definitiva, né [...] que no ano passado (1992) no dia 15 de [...] dia 16 de outubro que nós recebemos a posse da terra definitiva, né, onde vieram medir os lotes e tudo. E o próprio INCRA declarou que a gente tinha, que nós tínhamos vencido e que essa terra era nossa. E isso foi uma das dificuldades que nós enfrentamos prá conseguir essa terra definitiva. Mas prá conseguir a terra definitiva e ficar nela sem ter uma organização ficaria difícil, né, que nós tínhamos o grupo, que era o grupo de nove famílias na qual a gente trabalhava coletivo, né e tudo comunitário, até a cozinha, a comida era tudo na cozinha comunitária [...] Foi ai que nós decidimos formar a cooperativa [...] nós se reunimos e a gente descobriu que o único jeito da gente permanecer na terra, de resistir, e toda essa discussão que hoje faz os grandes latifundiários, quer engolir o pequeno agricultor com as suas idéias, né, que eles tem avançadas e só com o sistema cooperativista é que

a gente poderia resolver isso, a nossa situação. Ai nós fizemos o ano passado o laboratório de campo, né, foram 35 dias de laboratório.

A história de Lurdinha é uma história de vida em busca de melhores alternativas de vida: de origem rural, chega a Campinas na década de 70 e passa a atuar nas CEBs, organizando a população nas reivindicações por saneamento básico, educação, saúde, asfalto e chegando, a partir dessa luta, ao movimento sindical.¹³

Vale retomar trechos das memórias de Lurdinha, em que a saudade da terra está sempre presente, apesar de ter vivido duas décadas na cidade. Destaca-se, nessa fala, a expropriação, a chegada à cidade e a entrada nos movimentos populares, enquanto seu marido entra na luta pela terra e ela acompanha, quando “o movimento popular passa a ser uma luta pela terra”, tomando consciência de que é na terra que está a transformação:

Então, eu chamo Maria de Lurdes Pereira Silva, mas me chamam de Lurdinha [...] Meus pais eram trabalhadores rurais, trabalhavam para fazendeiros e a gente tinha uma vida muito difícil [...] E meu pai pegava trabalho, assim, além das empreiteira ele pegava também pra trabalhar de porcentagem. Tinha 30%, 40%, 50% [...] E assim eu vivi, estudei numa cidade muito pobre, muito pequena no Paraná que era perto de Apucarana, bem no interior e eu lá estudei até a quarta série [...] moramos no sítio onde era do meu marido, que hoje é meu marido [...] Eu tinha 15 anos na época, daí conheci o Geraldo que era da família da qual pertencia o sítio onde a gente trabalhava e, depois de cinco anos a gente namorava, tudo, e foi que nós casamos [...] E nós então, depois que casamos, a gente plantava soja, feijão, soja e milho. E aí foi a década de 70, 77 nós fizemos um financiamento no banco pra o plantio de soja, e nós plantamos e perdemos tudo. O tempo, assim, de muito sol e a gente não teve como recuperar a soja. Foi daí, depois que nós casamos, que cada filho que ia casando da família Ramos ia pegando a sua parte, e prá nós ficaram 5 alqueires. Então quando nós perdemos essa soja dos 5 alqueires que era nosso, a gente viu que não tinha mais saída, que a dívida no banco estava alta, tinha que pagar aquela dívida nossa, que a gente tinha feito no banco no plantio de soja [...].

A experiência traumática da expropriação é relatada por Lurdinha tendo como eixo a história da família e a sua história pessoal. Note-se que o enquadramento de sua memória é feito a partir de datas relacionadas a sua vida pessoal e de sua família. O trauma da expropriação logo é sucedido pelo trauma de ter que aprender a viver na cidade grande, que Lurdinha rememora:

Ai nós viemos embora prá São José dos Campos. O Geraldo já tinha um irmão que já tinha vindo [...] Depois de 1 mês aí ele foi no Paraná e buscou nós, eu e as crianças. Ai era toda uma tortura, porque cê lá acostumado na roça. Vida sossegada, né? Apesar de tudo [...] apesar de ter perdido soja, tudo. Mais o

¹³ Lurdinha, 41 anos, é casada, mãe de dois filhos, Cidinha, estudante de Pedagogia e professora primária formada pelo MST e Luis, estudante de Técnicas Agrícolas, é membro do Partido dos Trabalhadores e foi um dos fundadores da COPAJOTA. Vide a história de vida de Lurdinha por José Bonifácio Leandro em, em D'Aquino (1996).

campo é muito diferente de que uma cidade, cidade grande. Eu chego na cidade, prá mim foi um [...] assim uma transformação, aquilo que eu nunca tinha visto na minha vida. Que era aqueles ônibus super lotado. E uma criança adoecia e eu tinha que levar sozinha no médico [...] Ai eu tive que aprender a viver aquela vida dura. Eu não podia trabalhar fora, mesmo que eu quisesse [...] Não, não gostei de viver em São José dos Campos [...] Quando foi já em janeiro de 78, nós fomos prá Campinas porque tinha uma tia que morava muito tempo [...] e nós fomos morar na periferia. O Geraldo começou a trabalhar numa construtora. Registrou e eu tinha que se virar sozinha. E aí foi que eu aprendi a viver na grande cidade de Campinas, né? Pois, depois o Luizinho com o tempo o Luizinho cresceu mais. Quando ele estava com 4 anos, aí eu fui trabalhar. Arrumei serviço na creche [...] Mais nesse tempo que eu fui trabalhar na creche, que eu já tinha aprendido a me virá na cidade e participando de comunidade, do bairro e conhecendo a “Teologia da Libertação”. Então despertou dentro de mim aquela vontade de ajudar a transformar, né, aquele, esse mundinho, pelo menos o mundinho onde eu vivia, né que nós tenhamos água, não tinha luz, não tinha esgoto, num tinha escola, né [...] E aí já com aquela experiência que a gente tinha um trabalho de comunidade, que eu sempre fui, né, da igreja minha mãe ensinou isso [...] eu ainda trabalhava com o apostolado da oração [...] Depois quando em Campinas eu estava no bairro que eu vi aquela necessidade [...] fiz um curso de Fé e Política de 3 dias e a partir daí foi despertando cada vez mais, né, na consciência da gente a vontade de ajudar a mudar a situação nossa. E a gente se uniu então, fizemos uma chapa da associação de moradores e o pessoal me elegeram como presidente do bairro. E aí com 5 companheiros a gente, nós começamos fazer um trabalho de melhoramento do bairro. Conseguimos a água, conseguimos a luz [...] Daí em 86, eu continuei sendo a presidente [...].

A história contada relata a trajetória de chegada à cidade e todo o trabalho de acostumar-se ao estilo de vida urbano, que remete a Lurdinha aos movimentos sociais em busca de melhorar o entorno do bairro, para ela, para sua família e demais moradores. Já acostumada, tendo se tornado líder do movimento de CEB's, Lurdinha é quase que “surpreendida” pelo marido, cujo projeto de vida ainda se construía sobre a terra:

Quando foi 86 [...] final de 86 [...] O meu marido começou a participar, né, o Geraldo começou a participar de umas reuniões que estavam tendo nos bairros, nas comunidades, prá [...] discutir a questão da terra, da volta prá terra. E aí ele começou a participar, eu não, eu já estava no movimento popular, eu já estava bem longe, participava das reuniões que havia no Centro de Pastoral Pio XII, porque além de ser presidente da associação eu era também da coordenação das CEB'S da Diocese, era da coordenação da catequese da regional, eu participava da Pastoral Operária, né. Além do partido que eu era, sou filiada, eu participava de todas as reuniões do movimento que havia. E eu estava em outro campo, né? E ele começou a participar então da luta pela terra da organização pela terra. Foi no final de 86, bem no finalzinho de 86, ele chegou lá e falou: “Olha, eu não sou mais apoio ao grupo que tá se reunindo na luta pela terra, eu vou ocupar”. Eu disse: “Mas eu não estou preparada prá isso”. Ele falou: “Mas eu vou ocupar”. Eu era presidente do bairro, eu já estava assim, o meu nome sendo cogitado prá próxima eleição que ia ter, em 87, a vereador a da região [...] Mas eu não podia impedir, porque era um sonho, que a gente durante todo esse tempo que eu estava envolvida na luta

popular, que eu estava trabalhando tudo ele sempre estava horas empregado horas desempregado. Quando você pensava, que ele, estava firme numa firma ele já não estava mais. Então, ora estava empregado, ora não estava. Ai ele falou: “Ah, não agüento mais isso”. Eu quero sai, eu preciso, nós precisamos voltar prá terra de novo. Foi ai que ele veio na ocupação de 2 de novembro. Ai ele veio e eu fiquei, até entregar meu mandato prá outra. Passei o meu mandato pro vice-presidente da associação e [...] ai eu vim no dia 15 de maio, eu deixei então o bairro onde eu morava, e vim com eles aqui, prá terras porque já tinha feito ocupação no dia 2 de novembro. No dia 25 de dezembro eu vim aqui visitar, né. E eu vi aquele monte de barraco, aquele monte de criança, aquele monte de jovem, e eu ficava pensando: “Meu Deus, será que adianta eu ficar lá na cidade e sendo que a transformação tá aqui, né? Se adianta eu ficar lá agora acho que todo tempo, 12 anos que eu trabalhei lá, já era o suficiente prá ter feito o que tinha de fazer”. Então, eu mesmo achei, né, vendo a situação, que eu teria que voltar prá cá, que o Geraldo estava aqui. Eu teria que vim prá cá. Foi ai que eu deixei então tudo e vim mais os meninos. Pra dentro de um barraco que mal cabia a gente dentro, né? Uma casa terminada em Campinas, a gente tinha conseguido terminar essa casa porque eu ganhava mais ou menos, não era tão mal meu salário [...].

A decisão de Lurdinha, de vir para a terra, é uma decisão política, aliada a uma decisão pessoal: acompanhar o marido em seu sonho de volta à terra é projeto que se alia à percepção de que na luta pela terra ela estaria, de fato, trabalhando pela transformação. Sua indecisão é vencida no momento em que percebe que ali havia um campo de luta em defesa de seus ideais.

A chegada a terra significa um outro mergulhar na luta, ao mesmo tempo na terra e junto aos órgãos governamentais para garantir sua posse definitiva. A história de Lurdinha é a memória do grupo de Campinas, que, tendo chegado mais tarde, encontra sérias dificuldades para conseguir o direito a ocupar a terra, destinada trabalhadores da região. Lutam pela terra em todas as instâncias, cortando, eles próprios, os lotes do assentamento provisório, empregando para isso apenas suas foices e facões:

E assim, nós ficamos 16 dias em São Paulo, comissão de negociação, reivindicando a terra definitiva. Tendo em vista que falavam que aqui não tinha, não cabia nós, porque era um projeto do INCRA prá assentamento prá região. Então nós começamos a batalhá pra que assentassem a gente aqui. Porque a gente sabia que existia essa terra aqui. Terra que dava prá ser de todo mundo [...] e essa terra aqui, se a gente não ocupasse, ela iria voltar novamente pro fazendeiro. Ai nós ocupamos. Nós ocupamos aqui, tinha muita cobra, na época, calango, era o que tinha aqui, era um cerradão isso aqui. Ai nós ocupamos, desmatamos o cerrado, medimos os lote, medimos 7 alqueires para cada família... então o nosso era Grupo Margarida Maria Alves, o nosso que eu falo, é o grupo que a gente já tinha no acampamento, que a gente já trabalhava coletivo e a gente já tinha uma caminhada desde Campinas já de CEB 's, pastoral operária, e esse grupo permaneceu tanto lá no acampamento como aqui trabalhando coletivo e os outros trabalhavam como quisessem, coletivo ou não coletivo e tinha o coletivo familiar e tinha família que trabalhava de 2, 3 juntos. E assim, para cada grupo o nome de mártir e viviam como quisessem, trabalhava como quisessem. O nosso grupo na época, achamos que a gente devia trabalhar tudo até “arrancar de toco” aqui onde nós estamos agora, esse

local aqui, era um local que nós passamos aqui arrancando toco, de machado de enxadão. E nós mulheres, a gente vinha ajudar a arrancar os toco também, limpar a área prá gente pode plantar. E plantamos de tudo né, plantamos milho, abóbora, batata, plantamos mandioca, arroz, feijão, nós plantamos de tudo. E de tudo que a gente plantava mostrou que essa terra era boa e que ela produzia, apesar de precisar ser corrigida, dela ter que ser corrigida né. com calcário, e assim por diante. Mas é uma terra que produz. Aqui o que se planta ela produz.

A longa transcrição da fala de Lurdinha revela o enquadramento da memória a partir da vida familiar: as datas lembradas a partir da idade dos filhos no momento do acontecimento estão entrelaçadas com a história da luta, com os outros personagens (os companheiros das CEB's, hoje assentados) e com sua participação política. Na sua memória, o acontecimento está entrelaçado com os lugares e os personagens envolvidos, com a história familiar e com sua história pessoal desde a infância. Como afirma Polak (1992, p. 204):

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Na fala de Lurdinha, quero destacar alguns elementos: a construção de imagens do presente na terra a partir da memória da luta para obtê-la; a escolaridade e a concepção de vida diferenciada, dos trabalhadores cooperados, em relação aos demais assentados; o papel da mulher no assentamento, em especial nessa agrovila, em que as lideranças femininas despontam e avançam, mesmo após a conquista da terra; a concepção da vida na terra, como vida em coletividade. Mas, como uma personalidade de destaque no movimento de luta pela terra, a reconstrução da biografia de Lurdinha é política, ou seja, a vida familiar, a vida privada, entrelaça-se com a vida pública, com a sua participação política desde as CEBs até o MST. A indecisão de Lurdinha, no momento de entrar na luta pela terra, relaciona-se com mudança de sua trajetória política e também com ter que deixar para trás tudo o que a família e o grupo já haviam conseguido construir na cidade. Foi, portanto, verdadeira mudança de rumo, que a fala de Lurdinha revela:

Então, quando eu falo que assim não era tão mal meu salário, é porque eu tinha saldo da creche onde foi meu primeiro serviço, e depois eu tinha entrado no sindicato dos metalúrgicos. Tendo em vista já a minha participação no movimento popular, a própria Pastoral Operária das CEB 'S, acharam eu que tinha que participar tinha, que trabalhar num lugar onde favorecia participação maior. Foi então, aí, onde eu saí, né, da creche onde eu estava e passei a trabalhar no sindicato quando houve então essa decisão de ocupação da terra aqui. Então o que a gente podia ir fazendo, a nossa casa, por exemplo, quando eu falo a casa estava terminada é porque aquele terreno, aquela terra que a gente tinha deixado prá trás no Paraná nós havíamos vendido, e o dinheiro

a gente tinha empregado na construção de uma boa casa, né? Mais aquilo não era o suficiente, ter uma boa casa, ter um carrinho que a gente tinha um fusquinha, eu estava ganhando bem, não era o suficiente, porque se Geraldo, ele num conseguiria permanecer num serviço, eu digo pra você, num serviço, né, constante, uma coisa que, ele estava empregado e não podia dizer, aqui vou ser mandato embora. Então, não valia à pena, por mais que se morasse bem, não valia à pena, porque aquela vontade que ele tinha de voltar pra roça, ia continuar, ele sempre dizia, quem nasceu no campo tem que viver no campo, não adianta viver na cidade grande, né? E nós morava na periferia, né? Mais com a nossa luta a gente conseguiu melhorar muita coisa, né? Então estava até bom já o bairro. A gente já tinha água, esgoto, creche, escola, tinha tudo aquilo, a rede de esgoto estavam terminando, a gente tinha conquistado todos as coisas boas que a gente precisava pro bairro, né? [...] Então foi um avanço muito grande. Então é por isso que eu falo, né, que a gente ganhava mais ou menos devido ao trabalho que a gente tinha com os movimentos populares, mais isso não era tudo, não ia adiantar, a gente ficar lá só porque tinha um salário mais razoável, que dava pra sustentar.

Destaca-se na fala de Lurdinha, o longo processo de construção de sua autonomia, a partir da participação nos movimentos populares, processo que resulta na melhoria da qualidade de vida de sua família e do seu bairro. Entretanto, a dimensão qualidade de vida supõe também trabalho, emprego estável, um projeto que a família e não estava conseguindo levar adiante na cidade, pela insegurança do trabalho do “chefe da casa”. Essa dificuldade os conduz à luta pela terra, movimento no qual a liderança de Lurdinha, construída nas lutas urbanas, logo se destaca:

E aí depois que a gente veio prá cá, que fomos morar no acampamento, aí, a gente com a minha luta que tinha lá com o movimento popular ela passa a ser uma luta pela terra, né? Aí começa a luta pela terra definitiva, por transporte pró nós nas Reunidos, não só prá nós, mas pró o pessoal todo que estava sendo assentado naquela época, né, prá criança, escola, pros jovens transporte pró escola prá levar os menino pró escola. E aí começou toda uma luta. Aí o pessoal me colocaram, as mulheres principalmente, do acampamento, me colocaram na Comissão de Negociação. Aí, comecei a viajar pra São Paulo junto com os companheiros, pra nossas negociações com os órgãos do governo.

E aí eu me envolvi muito nessa luta, né, nossa pela, pela nossa terra definitiva e também pela Reforma Agrária, né?

Num diálogo com Bresciani (1992), que estuda os paradigmas do conhecimento e vivência nas cidades e sugere sete portas de entrada na vida urbana, associadas à idéia de modernidade, podemos pensar nas sete portas de saída da cidade. A autora sugere como portas de entrada, a questão da cidadania; a questão social ou da pobreza; a cidade como espaço de formação de novas identidades sociais; lugar de formação de uma nova sensibilidade e construção de uma nova cultura, em contraste com a suposta vida rural idílica; a cidade como lugar de progresso, de história e de construção da cultura popular e da subjetividade, muitas vezes cindida. Para conhecer

as sete portas de saída, os trabalhadores hoje assentados são os informantes ideais: a exclusão da cidadania, o desemprego e a pobreza associados, em muitos casos, à participação em movimentos sociais responsáveis pelo aparecimento de novos atores sociais, mais lúcidos e mais conscientes de seus direitos. Esses trabalhadores vêm na terra a alternativa de uma vida com fartura e a chance de restabelecer sua dignidade, livrando-se da humilhação de receber “sacolinhas de cesta básica”. A luta pela terra é uma porta de saída das difíceis condições de vida na periferia urbana, não só para os militantes do MST, mas para todos aqueles que lutam por terra, vendo nela a oportunidade de resgate da cidadania.

Lurdinha é uma trabalhadora assentada cuja vida expressa exatamente a difícil passagem pelo meio urbano que lhe permitiu, através da participação no Movimento Eclesial de Base, lutar pela melhoria da qualidade de vida na cidade, concomitantemente à formação de consciência crítica que se expressa na luta pela terra. A conquista da cidadania neste caso conduz à saída da cidade, à Construção de um projeto familiar e grupal centrado na vida rural concebida não como um sonho camponês, mas como um sonho coletivo, para ela, um sonho socialista.

A construção da vida na terra é sempre rememorada por Lurdinha, como uma construção coletiva. Note-se que as imagens do lote da casa e do sítio, tão presentes nas falas de Néia, que foi parte da luta dos “44” para obter a terra e de Dona Teresinha, que entrou nela mais tarde, via “inscrição do governo” estão ausentes na fala de Lurdinha, ou melhor, do substituídas pela construção do sonho coletivo:

E aí nós trabalhamos, uns dois anos, a gente trabalhou assim coletivo, depois a gente começou a pensar que a gente teria que comer também junto. Só trabalhar junto num estava, Ahm [...] estava sendo muito difícil pra nós mulheres. E aí nós começamos a fazer os quintais, dividimos os quintais, né? É como era 30 metros, 30, é [...] 40 por 30, né, os lotes, a gente dividiu, cada família, um plantava batata, outro plantava mandioca, outro plantava batata, outro plantava mandioca e a gente foi fazendo assim pra gente vender na feira [...] outro plantou abóbora [...] e o que a gente plantava no quintal, nós vendíamos na feira, em Promissão. Nós conseguimos comprar um tratorzinho, uma Carreta e [...] Nós vendemos muito milho verde na cidade, ia de casa em casa batendo palma e oferecendo nosso milho, amendoim. Nós vendemos muito. Concertamos o trator com dinheiro de venda de produtos, né, da produção nas casas e na feira.

E assim a gente viveu, fizemos nossa cozinha comunitária de barro, né. prá 9 família. E ali a gente tomava o café da manhã, almoçava e ainda tinha merenda, e a tarde jantava, jantávamos junto também. Então foi assim muito gostosa, a nossa vida, né, de coletivo em tudo. Só que daí a gente começo a perceber, que [...] só 9 família não era suficiente pra fica vivendo dessa forma. Daí com a experiência de cooperativa no Sul [...] a gente aumentou o número de famílias em vez de ficar 9 né, aumentar esse número de família com o trabalho coletivo e na cozinha também [...] Foi aí que a gente teve o “Laboratório Organizacional de Campo”, onde 34 família fizeram o laboratório. E nós fundamos a nossa Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares [...] e a gente trabalhava coletivo então, em tudo, mas por setores de trabalho. A cozinha

aumentou, né, fizemos um projeto pro Canadá e conseguimos essa cozinha hoje que a gente tem... via organização dos mulheres.

E assim a gente começou então com os setores de trabalho onde era creche, cozinha, estrutura, pecuária, máquina, administrativo, horta, e agricultura. Eses são os setores dentro da COPAJOTA. Hoje temos mais que é a suinocultura, a granja, né, que aumentou [...] e a mercearia, que aumentou dentro da nossa empresa cooperativa [...] O nosso primeiro ano de produção foi muito bom, tivemos uma boa produção de algodão. Já no segundo ano já foi caindo a produção e com o tempo a gente vendo toda essa queda da produção houve desistência de famílias [...] Então essas famílias desistiram. Nós continuamos com o barco. Ficamos em 17 famílias. Hoje estamos dando continuidade, né? E o movimento, sempre ligado ao Movimento Sem Terra.

A participação de Lurdinha no MST traduz-se em ações internas ao assentamento a uma percepção aguda da situação de miséria dos trabalhadores brasileiros, aliada a uma viva consciência de que a Reforma Agrária é uma alternativa para melhores condições de vida: Essa consciência não arrefece pós a conquista da terra. Enquanto Néia, uma das líderes da ocupação da fazenda, se afasta da luta após a conquista da terra, a participação de Lurdinha, ao contrario, ganha novos contornos e maior amplitude coma a participação dela e de outros membros da COPAJOTA, na direção estadual e nacional do MST, bem como na Comissão Central de Cooperativa (CCC), ligada ao MST. A fala de Lurdinha expressa essa visão de totalidade:

Nós somos o Movimento Sem Terra hoje no Estado. Temos aqui agora a reestruturação da nossa regional. Tivemos ai o encontro regional [...] Estamos com 6 na direção regional e 18 que compõem a coordenação com setores: setores de educação, setores de formação, setores de produção, setores de frente e massa e setor de informação [...] Então a gente tá assim com o movimento aqui na Regional, estamos lutando para a reestruturação maior com o pessoal daqui da Reunidas.

Pretendemos aqui montar uma rádio popular até o mês que vem. Estamos ai buscando informação de como a gente pode montar essa rádio, apoio, né? E acredito que até o mês que vem essa rádio vai ser montada pelo setor de comunicação. O setor de produção também vai trabalhar esse ano a nível de Reunidos.

Então, com relação ao movimento estamos estruturando ele agora na Reunidas. Não é só do povo de Campinas, mas ele é agora do povo da Reunidas. Agora mesmo tá tendo um Encontro Nacional, tá sendo em Salvador [...] Então nós estamos ai, batalhando tendo em vista um Governo aonde não dá prioridade, nem sequer tem um mínimo de vontade de ajudar o pequeno produtor. Então hoje a política econômica tá feia em todo o país, né? Isso é muito triste, é muito doído saber que nas grandes cidades existe tantas crianças nas esquinas das ruas. Pedindo, né? Parando o carro e pedindo, miséria, né? E gritando por justiça. Enquanto que existem milhões e milhões de hectares de terra nas mãos de poucos. Enquanto muitos morrem de fome. É triste saber que existe mais de 32 milhões, né, de miseráveis, né? E saber que o país ainda é rico [...] É assim que tá acontecendo hoje no nosso país. Não existe uma política que seja a favor dos pequenos, dos pequenos agricultores, dos assalariados,

hoje só se vê desemprego, uma vergonha. Você só vê no Jornal Nacional, pessoas morrendo nas portas dos hospitais [...] Então, nosso país não tá sendo governado, ele tá caminhando desde o Collor, e desde antes de Collor, que o Brasil começou a ficar desgovernado. E eles acham que é na paulada, que é nos cacetetes é que vão resolver, é com bombas, que vão resolver o problema do país. Enquanto que tá muito fácil dele fazer, que é a distribuição da terra, a distribuição de renda. E isso não existe hoje!

E nós estamos organizando, lutando pra ficar organizados, organizar outras cooperativas, no estado, no país, porque se a gente não se unir as forças, seremos engolidos por esse monstro que tá aí que é o capitalismo! Que tá aí prá acabar mesmo com os pequenos trabalhadores.

O projeto de Lurdinha, que traduz o projeto grupal dos assentados hoje reunidos em torno da COPAJOTA, é um projeto para todo o assentamento e para outros trabalhadores que queiram entrar na luta pela terra. Mas a percepção da vida rural centrada na casa, aqui desaparece. A poética do espaço de Lurdinha é muito mais ampla, pois não envolve apenas o espaço familiar, mas todos os assentados da Reunidas e todos os trabalhadores em geral, que sonham com a terra como espaço de realização de cidadania. A poética dessa militante do MST é um sonho de mais justiça, que tem a Reforma Agrária como proposta central. Seu universo perdeu a delimitação do espaço centrado na casa, no lote, para ganhar uma outra dimensão, a luta pela terra para todos os excluídos. O “lugar” de Lurdinha é na terra, percebida como espaço de trabalho coletivo. O tempo de Lurdinha é repartido entre a sua participação no MST e o trabalho na terra. Este, pouco aparece em seu discurso, a não ser enquanto espaço de organização, de um projeto que é, como ela revela, um projeto moderno¹⁴, em que a reprodução do assentamento será garantida pelo trabalho de todos, o que inclui a formação dos jovens para uma agricultura moderna. Nessa concepção o “sonho socialista” que os trabalhadores portavam na chegada à terra, mescla-se com o sonho da viabilização econômica do assentamento como uma forma de alcançar uma vida mais digna:

E hoje então eu estou aí [...] Fazendo [...] nós temos cursos, né. A gente, não é porque hoje trabalha no campo, vive no campo que você não precisa ser formado, né? Nós hoje lutamos pela nossa formação, né. Formação de quadros. Nós precisamos de técnicos agrícolas, nós precisamos de engenheiro agrônomo, nós precisamos de contador, nós precisamos de administrador, que esteja fazendo uma administração de empresas, voltada para nossas necessidades. Enfim, nós precisamos de advogados e a gente precisa de professores, a gente precisa de quadros dentro do Assentamento. E nós vamos batalhar pra isso! Nós precisamos morar com dignidade!

A nossa perspectiva como cooperativa é a gente avançar! Não é ficar aí [...] como nos tempos antigos não! Só porque a gente hoje tá no campo, existe às vezes pessoas que pensam que a gente não precisa avançar, ficar na enxada. Não é isso! Nós precisamos ter as nossas estruturas que venha beneficiar! Nós

¹⁴ Não pretendo, aqui discutir se o projeto socialista formulado pelo grupo de Campinas é realizado na Cooperativa, ou se ela é um típico empreendimento capitalista. Para uma dimensão desse tema, vide D'Aquino (1994).

precisamos de telefone, nós precisamos de computador, nós precisamos de uma boa máquina de escrever, nós precisamos de, de [...] coisas boas, pra gente trabalhar. Não é assim que os grandes vivem hoje? Eles têm, não têm, tudo isso? Os pobres do campo hoje é preciso se organizar e ter vida digna. Ter casa com dignidade pra morar. Então nós estamos batalhando pra isso. Hoje o que nós temos ainda é pouco, né? Nós vamos batalhar pra gente conquistar muito mais. Mas, não só pra mim, mas coletivo, (através de) trabalho profissional em cooperativa. E isso o povo tem que se organizar! Ao ocupar a terra, já tem que ir consciente da ocupação, mas consciente da organização pra permanecer na terra!

Nesse momento, passa a falar a militante, numa fala muito distinta da fala de Néia e de Dona Teresinha, para quem a oposição ao capitalismo é diluída na construção da autonomia no lote. Estas últimas não entram em relação de oposição direta ao jugo capitalista do qual buscaram libertar-se na busca de terra para trabalhar por conta própria. Na fala de Lurdinha, a oposição ao capital está extremamente revelada:

Nosso lema é “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR” e a “REFORMA AGRÁRIA É UMA LUTA DE TODOS!” Por isso nós, como assentados, do Movimento Sem Terra, nós conclamamos ao pessoal da cidade que se una a nós. Porque a Reforma Agrária é uma luta de todos, campo e cidade! Precisamos de nossos quadros no assentamento. Mas precisamos também dos quadros da cidade. Mas que defenda, né, com capacidade, com inteligência a nossa luta e não a luta do capitalista, do oportunista, né, o latifundiário, mas com as nossas cabeças. Que é para o bem de todos e não de um.

Hoje a nossa luta lá assim, né? Ficamos felizes quando as pessoas assumem a nossa bandeira, vestem a nossa camisa e dizem: “Eu sou do Movimento Sem Terra! Estou na luta pela terra, pela Reforma Agrária!” Porque pode ser que ela seja a principal solução da fome no país, pode ser que ela não seja a principal, mas ela é uma dos principais. Que vem acabar com essa fome, com essa miséria que existe hoje na grandes cidades. E é por isso que lutamos pela Reforma Agrária!

A dedicação à fala das três mulheres escolhidas, moradoras de três agrovilas diferentes e com trajetórias distintas, revelou o acerto da escolha da história de vida como instrumental para captar os momentos de transformação. Elas revelam a trajetória da luta e a construção da nova vida na terra (POLAK, 1986). Mostram também que as diferenças significativas do ponto de vista da construção do novo modo de vida na terra guardam uma relação dialética com a percepção da família, da vizinhança, da coletividade e da totalidade.

Conquistado o novo espaço, a princípio amplo e não delimitado, ocupado pelo verde, as famílias assentadas constroem suas casas, retratos de muitos sonhos que se inscrevem no espaço como constelações.

Os que se concebem como sitiantes, arquetam seus lotes e, sobre eles, as casas e os quintais, as hortas e os pomares, os chiqueiros, os galinheiros e as roças e,

mais ao longe, as cercas. A casa se abre para o lote sobre o qual se estende o olhar de prazer, de realização de segurança e de domínio. Olhar o que é “seu”, cuidar, esse é o sentido de morar no lote. Autonomia, intimidade e repouso estão na casa, nos jardins, nos canteiros [...] “A acolhida da casa é tão total quanto o que se vê da janela.” (BACHELARD, 1991) e o olhar, acostumado a olhar o miúdo da costura, o apertado do barraco urbano, o geométrico da cidade agora se espraia, olha longe e verde.

Os demais, os que moram nas agrovilas estendem seu olhar de modo diferente: da casa para a rua de terra e dela para os barracões da cozinha comunitária, de reunião, da pocilga, do viveiro de mudas, da escola e das roças, imensas roças de milho a perder de vista, que traduzem a realização do sonho de fartura para todos. Em contrapartida, nesse espaço amplo, o tempo encarcerado, controlado, da produção coletiva, que simboliza uma outra liberdade, a de organizar-se, conquistar a terra e produzir nela coletivamente. Um outro verde sobre o mesmo verde, um sonho socialista: “Quando as cumeeiras de nosso céu se juntarem, minha casa terá um telhado” (PAUL ÉLUARD, apud BACHELARD, 1991).

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *A terra e os devaneios da vontade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BERGAMASCO, S. M.; FERRANTE, V. B.; D'AQUINO, T. Assentamento de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva de seu passado/presente. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990. p. 253-281.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.) *Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo*. Araraquara, 1995. Pesquisa multicampi, Unesp.
- BERTAUX, D. *Destinos pessoais e sociedades de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BORGES, M. S. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: um estudo da identidade do trabalhador rural na luta pela terra*. 1989. (Mestrado em Sociologia Rural e Urbana) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1989.
- BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu: sociologia. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática. 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- _____. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: Fernandes, A e M. A F. Gomes S. *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras*. FAU-UFBA 1992.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: J. Olimpyo, 1964.
- D'AQUINO, T. Trabalhadores assentados: identidade em construção. *Cadernos da Faculdade de Filosofia Ciências*, Marília, v. 1, n. 1, p. 109-131, 1991.
- _____. Achegas para a análise sociológica. In: JORNADA DE ESTUDOS JORNADA ANTONIO CÂNDIDO, 1990, Marília. *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 1990.

- D'AQUINO, T. Trabalhadores assentados: o mito da terra revisitado. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 46, 1994, Vitória. *Anais...* Vitória 1994.
- D'AQUINO, T. O olhar de Maria Isaura sobre o rural: tradição e mudança. In: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., 1994, Marília. *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 1994.
- _____. Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar. In: FERRANTE, V. L. (Org.). Retratos de assentamentos. *Cadernos de Pesquisa*, Araraquara, ano 1, n. 1, p. 175-247, 1994.
- DURKHEIM, É.; FRIEDMAN, L. C. (Org.). *Socialismo*. Êmile Durkheim, Max Weber. Rio de Janeiro: ReLume-Dumará, 1993.
- ECHEVERRIA, J. M. A situação rural na América Latina. In: PRADO JUNIOR; C. et al. *A agricultura subdesenvolvida*. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.
- ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 22, n. 3, set./dez, 1992.
- GOMES DA SILVA, J. *Caindo por terra*. São Paulo: Busca vida, 1987.
- GORGEN, F. S. A; STEDILLE, J. P. (Org.). *Assentamento a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminho e descaminho dos movimentos sociais ao campo*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HABERMAS, J. Walter Benjamin critica concieciadora o critica salvadora. *Perfiles filosófico-política*. Madrid: Taurus, 1975.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KRANTZ, F. (Org.) *A outra história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LOWY, M. *Ideologia e ciência social elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MAFFESOLI, M. *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.
- POLAK, M. Le temoignage. *Actes de la Recherche*, Paris, 1986.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, 1992.
- QUEIROZ, M. I. P. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.
- ROMEIRO, Oscar et al. (Org.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- SHANIN, T. (Comp.) *Campesinos y sociedades campesinas*. Fondo de Cultura Economica. México, 1979.
- SILVA, J. G. da. *Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República*. São Paulo: Busca vida, 1987.

TAUBE, M. J. M. *De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório*. Campinas: UNICAMP, 1986.

TELLES, V. S. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 53-93, 1992.

TRIGO, M. H. B. *Ser e parecer: estudo de reprodução social no grupo cafeicultor paulista*. 1989. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. *Tradición Revuelta y conciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Critica, 1989.

_____. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, N. Lê corps, la maison e at la sexualidade. *Cahiers Sc. Fam. et Sex*, Paris n. 11, p. 105-128, juin 1987.

VOLVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WAGNER, C. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WOORTMANN, E. A árvore da memória. Brasília. *Série Antropologia*, Brasília, DF, n. 159, 1994.

WOORTMANN, K. *Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral*. Brasília, DF: UNB; Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA AS FAMÍLIAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração deles; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento do homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de encanto de seu trabalho, que passa a ser uma labuta odiosa; eles o alienam das potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção em que a ciência é incorporada neste como força independente; eles distorcem as condições nas quais ele trabalha, sujeitando-o durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital. (Capital) Marx, K.

Eu não trabalho para patrão! Não nasci para ser mandado por outro. (Seu Vicente, camponês assentado em Porto Feliz-SP, 1997).

Apresento um olhar sobre os assentamentos rurais que privilegia os sentidos que as famílias assentadas atribuem ao mundo do trabalho e a sua relação com a motivação que os levou à lutar pela terra. Baseia-se em seus depoimentos e

histórias de vida e visa perscrutar tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos que perpassam suas falas. Elas expressam, objetivamente, o trabalho na terra e a produção do alimento para a família e o mercado. Subjetivamente, representa um conjunto de significados éticos e morais, que se vincula ao ideário camponês onde o trabalho é uma categoria central. A nova vida possibilita que os valores centrais da cultura camponesa, tais como autonomia, liberdade, sejam recolocados nos assentamentos rurais. A idéia da família camponesa será vista não apenas como unidade de produção e consumo, mas também como uma unidade cultural.

A pesquisa realizou-se junto às famílias do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão, no oeste do Estado de São Paulo. Este assentamento foi o primeiro a ser realizado no estado sob a égide do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1997, e possui 634 famílias assentadas. Essas famílias subdividem-se em 10 agrovilas dentro do assentamento, onde seus integrantes possuem afinidades relativas a forma como entraram na luta pela terra e a cidade de origem. A pesquisa¹ realizou-se junto a 104 famílias do grupo denominado Comunidade Padre Josimo Tavares dos Santos, localizadas na Agrovila de Campinas. A escolha deste grupo deve-se por um lado, por serem os únicos camponeses deste assentamento organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de outro ao fato de 96% destas famílias estarem vivendo na cidade no período da organização para luta e ocupação da terra. A vivência na cidade, depois de um processo migratório intenso, tornou suas histórias de vida significativas para verificar a sua entrada na luta pela terra, seu ideário e sua organização espacial.

Para essas famílias, a decisão de entrar na luta pela terra se origina das relações vivenciadas ao longo da sua história de vida. O rompimento dos vínculos de dependência com os proprietários de terra, as constantes migrações, a falta de trabalho, revelou o significado da propriedade e do trabalho. É uma noção de trabalho que organiza as novas concepções da vida, do movimento social, das relações sociais, dos novos valores e do seu projeto de vida. A cultura dos Sem Terra está centrada no trabalho, suas dificuldades e possibilidades. Nos movimentos sociais dos últimos anos, a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar.

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Lutam para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objeto e meio de trabalho e vida. Em face do desenvolvimento intenso do capitalismo no campo, desde fins dos anos 60 do século XX o camponês luta pela terra, seja reagindo contra a sua expulsão do lugar em que constrói sua vida, seja resistindo a proletarianização ou as condições adversas de vida na cidade.

¹ Pesquisa empírica realizada no período de 1992 a 1999 que resultou na tese: SIMONETTI, M. C. L. A Longa Caminhada: A (re) construção do território camponês em Promissão. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Na pesquisa junto a essas famílias, quando indagados sobre o que os motivou a entrar na luta pela terra, se referem à rejeição às condições de trabalho vivenciadas na cidade ou em suas trajetórias no campo. Em seus depoimentos salientam que o que o motivo principal da luta pela terra foi ver viabilizado o controle, a organização e os resultados da produção, bem como a possibilidade de trabalhar para si e sua família, com liberdade e autonomia.

Nos depoimentos observa-se o sentido atribuído ao trabalho e as condições de vida na cidade e, em oposição, a vida e o universo do trabalho no assentamento. Nestes depoimentos os assentados explicitam o motivo que os levou a entrar na luta pela terra.

Benê (1997) salienta:

Trabalhar na terra da gente é super importante. Olha, pra começo de assunto, todo mundo tem deveres e obrigações na fábrica. Você tem deveres e obrigações no sítio também. Na terra você tem deveres e obrigações, mais você se sente um pouco mais livre. Infelizmente, nós somos escravos ou do dinheiro ou do patrão. Somos escravos. A gente mora em um país capitalista no qual nós dependemos de dinheiro para poder se manter. Então, os deveres e obrigações são menos rigorosos quando a gente está no campo do que na fábrica. No campo, em cima de um pedaço de terra da gente, nós podemos perder um dia de serviço. Está cansado de trabalhar, de repente você fala - Ah, vou dá uma pescada pra descansar, eu posso fazer isso. Lá não. Lá na cidade você é obrigado a ir todo santo dia. Está frio, está chovendo, tá sol, tá doente, cê é obrigado a marcá seu ponto. Lá é que o médico vai dispensá se achá que deve é diferente. Aqui não, aqui embora a dificuldade também é grande tem essa liberdade morr no campo que nem nós mora aqui é uma dádiva de Deus. Você esquece a porta aberta aí no outro dia está do jeito que você deixa, né? Você sai de noite pra ir na casa de um vizinho você pode andar, livrando os zóio pelado não tem mais nada que te preocupa. [...] Zóio pelado é cobra por que não tem pelo no olho né? Então a vida é mais feliz. [...] Então pra mim a vida é muito melhor no campo é por isso que eu me viro no avesso pra me manter aqui. [...] Na fábrica não tinha tempo pra minhas crianças e quando eu tinha tempo era irritante, eu não suportava eles nem bater uma bola dentro de casa, o nervosismo era tanto que eu já tava dando aqueles brancos. As vezes dentro da fábrica eu andava dentro do corredor com uma pessoa pra levar num lugar e saía pro outro esquecendo o que ia fazer. Em casa eu pouco conversava com a Alice, a televisão não agüentava nem ver ligar. [...] Não suportava barulho de espécie alguma porque eu trabalhava 15 dias de dia e 15 dias de noite, então não era a mesma coisa a alimentação já não fazia mais digestão direito vivia a base de remédio e cada vez tava ficando pior. Uma das questões juntou a fome e a vontade de comer. Juntou eu que sempre vivi no campo, gostava e sabia das delícias de viver no campo e de um outro lado o nervosismo a situação da minha saúde preocupante e tava afetando dentro de casa a família. Então essas duas coisas fez com que reforçasse mais a vontade de vim morar no campo. Por isso que eu viro do avesso aqui pra não ter que voltar pra cidade, porque se precisar a gente não tem alternativa é obrigado a ir, mas eu peço a Deus pra nunca precisar. Olha, uma das coisas que eu sonhava quando eu vim pra cá, entrei na luta pela terra, era ter um lugar pra morar, uma casa do jeito que eu tenho aqui. Não está acabada mais tem *água e luz, isso aí era um sonho que a gente*

tinha e foi realizado. E o pedaço de chão pra trabalhar que é esses sete alqueires e meio que a gente tem. Eu considero realizado nessas questões, é claro que falta mais coisas, né? A gente está trabalhando muito e precisa parar um pouco de trabalhar. Precisa arrumar uma forma de trabalhar menos e ter o mesmo conforto que a gente tá tendo. É claro que isso demora tempo, mais eu acredito que vai chegá o dia que a gente vai trabalhar menos e ter o mesmo conforto. ... É importante a gente ter o controle da situação. Na fábrica você trabalha, trabalha, o único investimento que você tira da fábrica é um dia se aposentar e aí é um salário do qual não dá pra viver, é obrigado a fazer bico pra poder manter o pequeno padrão de vida que você consegue durante 30 ou 35 anos de trabalho. Quer dizer, quando chega a hora de você descansar você é obrigado a trabalhar fazendo bico pra ajudar no sustento, o único investimento que você tem é a aposentadoria das mais ruim.

Em outro depoimento muito representativo, Luiz Ruas (1997) diz:

Eu lutei pela terra porque eu sou da terra. Quem é da terra não fica na cidade, porque a cidade não é muito bom. Eu mesmo nunca habituei na cidade. Falar a verdade pra você. Quando trabalhava se sentia preso, amarrado dentro das firmas. Para começar não tinha liberdade e aquela saudade [...] Liberdade é você estar em algum lugar, em um canto. Está vendo o verde, o ar puro, né? Que é da natureza. Dentro da fábrica não, você está vendo um monte de pó, uma coisa te sufocando, a poluição te matando, os filhos crescendo e a marginalização na cidade, né? Problemas dos meus filho também quando tava pequeno 1/3 do meu salário ia pra farmácia, pra remédio. Graças a Deus depois que eu vim pra terra nunca mais teve esses problema, o gasto é mínimo. Então tudo isso aí fazia com que eu, né? A minha vontade era voltar pro campo de novo, a cidade não era o meu lugar, tenho certeza que não era. E a primeira chance que eu tive fui embora né?. [...] É para falar a verdade a questão financeira está pior que na cidade, essa não é questão financeira, porque o que a gente produz não tem preço e a gente não tem estrutura para poder fazer. Preparar o solo de acordo né? Então fica muito difícil o financiamento do banco. E tudo é difícil pra gente, pro pequeno produtor tudo é difícil, então tudo isso aí é duro, mas de qualquer forma, toda essa dificuldade, graças a Deus estou mais satisfeito do que na cidade, isso é verdade, se tivesse que ocupar terra mais 10 vezes, eu ocuparia mais 10 vezes.

Estes depoimentos expressam o desejo de todos pesquisados. O que os move em direção à luta pela terra é a perspectiva de realizar na terra o trabalho livre e autônomo, onde possam ter controle do seu tempo e não serem mandados pelo patrão. Evidencia-se uma negação ao trabalho alienado, tanto na cidade quanto no campo, onde os resultados monetários da produção são apropriados pelo capitalista. Nestes depoimentos mostram os elementos fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa em cuja base estão o trabalho familiar, a família e a liberdade de dispor do seu tempo.

Em seus depoimentos há uma oposição entre a vida e o trabalho na cidade e a vida e o trabalho no campo. A cidade remete ao trabalho explorado, enquanto que

o campo, ao trabalho liberto. Somente o trabalho na terra pode ser livre. Morar no campo vincula-se também às condições de vida. Morar bem, ter fartura, tranquilidade em oposição à violência da vida na cidade.

O trabalho camponês é distinto do trabalho na forma capitalista, pois não se baseia na exploração alheia e sim no trabalho coletivo dos membros da família. Opõe-se, desse modo às relações sociais vinculadas ao processo de exploração capitalista oferecendo resistência à sua lógica de acumulação. A família, enquanto unidade de produção e consumo, não se encontra alheia às trocas mercantis, mas as desenvolve a partir das necessidades do grupo doméstico. No universo camponês a vida se estabelece através da sociabilidade local, do direito costumeiro, da ótica moral que se opõe aos princípios capitalistas de produtividade e rentabilidade. Ao contrário deste, o trabalho camponês busca a valorização do trabalho familiar como elemento central das relações de produção.

Verifica-se que o trabalho só pode aparecer como concreto, através do fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua família. Uma parte desse fruto é condição direta de sua sobrevivência a outra é para a comercialização. Ao falar de trabalho, expressam-se sobre outras coisas que estão interligadas, tais como a família, a terra, a liberdade. É o:

[...] trabalho na terra e o saber produzir, não ser mandado por outro, a liberdade e o controle do tempo, a segurança para si e para a família. Enfim, todas as categorias culturais centrais do universo camponês - o trabalho, a família e a liberdade - as quais se opõem à sociedade moderna, individualizada, urbana, nas quais essas categorias estão separadas. (WOORTMANN, 1999, p. 45).

Marx (1978) nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, lembra que “[...] um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um ser dependente.” O trabalho direto com a terra repõe a essas famílias a condição de liberdade e autonomia.

As referências a problemas de saúde adquiridos no trabalho e as dificuldades com o transporte e salários, relacionamento com patrão e horário de trabalho, são expressos pelo desejo do trabalho autônomo ou livre - “*cansei de trabalhar para os outros*”, “*na lavoura a gente não tem patrão e trabalha quando quer*”. A consciência do trabalho alienado ao capitalista, sua negação se expressa através desse depoimento: “*Na cidade lutei muito, sempre trabalhando para os outros, e o que consegui foram só uns trapos para vestir*”, Luis Ruas (1998).

No depoimento de Toninho Barbosa (1997) aparecem outros elementos constitutivos do ideário camponês e do sentido atribuído ao trabalho da família assentada:

Aqui eu sou patrão de mim mesmo né? Então eu já tenho autonomia, né? Eu me considero um ser produtivo que consigo entender o processo completo da minha linha de produção, quanto eu como operário eu sabia uma parte do processo, eu nunca conseguia entender. Mesmo que eu quisesse, as empresas não deixavam, né? Quer dizer, hoje parece que tudo tá mudando nas mentes das empresas, mas participar é uma coisa, crescer é outra. Pra você crescer, você tem que ser chefe ou entrar numa escola e sai daqui, você só é bitolado a fazer aquele tipo de coisa. Hoje é a lei da independência. Quer dizer, hoje você chegou aqui eu parei com o meu serviço e vim te atender. Se eu fosse um operário na cidade isso não aconteceria né?. Então essa liberdade pra mim é tudo. Se eu falar que amanhã eu não vou trabalhar, não tenho que ficar catando atestado ou ficar mentindo. Talvez muitas vezes até mentindo pra podar pegar uma folga. Uma gripe lá na cidade, se não para, e a gente sabe que uma gripe deixa o corpo da pessoa todo quebrado, todo doente. Nem produzi direito produz. Então essa liberdade ela compensa. E muito mais não é só essa liberdade que nós queremos, eu quero essa liberdade condicionada com ganhos reais, né? Porque eu quando aposentasse e um dia a gente ia se aposenta. Como trabalhador rural, vou aposentar simplesmente com a bagatela de um salário mínimo né? Quer dizer, já um operário na cidade pode se tiver uma carreira, ele pode se aposentado com 2, 3, e daí pra frente né? Então, a gente quer construir aqui uma vida. Construir enquanto tem força de trabalho né? Aqui nós também não temos férias, 13º, tem essas questões aí que a gente teria garantido na cidade. Aqui a gente tem que trabalhar os 365 dias no ano. Mas a liberdade, e essa é uma questão e a liberdade eu colocaria numa forma, nós como pobre, nós ia morar na periferia, hoje não dá nem pra falar em segurança porque a polícia é o próprio bandido, né? A periferia, como sempre, são os mais desprotegidos, então por ser mais desprotegido tenho certeza que o pai não vai deixar o filho passar fome, e se também o filho passar fome ele vai entrar no mundo da marginalidade. Então vai roubar, vai fazer algumas coisas que eu atribuo essa questão da violência urbana. Essa questão do roubo tal e tal por uma desigualdade social, uns tem muito, outro nada tem, nem emprego tem, sequer o mínimo que poderia oferecer é o trabalho pra aquele cidadão. Então a gente vivia lá eu vim pra cá, então essa diferença pra mim é muito sagrada, essas questão de eu ter um pouco de mais liberdade e de eu consegui planejar e fazer aquilo que eu sinto, que eu tenho vontade de fazer é uma das coisas que é bastante interessante é a questão da agricultura. A gente já tem um pouco no sangue porque foi nascido, né? Então a gente já tem um pouco embutido no seio da gente porque a gente pega isso dos pais, entendeu? Então meu pai, minha mãe sempre trabalhava na agricultura e era meu sonho também voltar pra agricultura, só que não está muito diferente daquela época, porque naquela época os pequenos proprietários perdiam suas propriedades pro sistema financeiro, todo mundo que tentava, que acabava seus recursos procurava no sistema financeiro pra poder manter-se na propriedade cada um entregando suas pequena propriedade pros banco pra poder pagar suas dívida e hoje também não está nada diferente se continuar sem essa política, se não tiver um respaldo melhor o que vai acontecer também mesmo nos projeto de reforma agrária.

Neste depoimento o autor menciona o aspecto relativo ao conhecimento relativo a todo processo produtivo, bem como a liberdade de realizar a produção. Para ele o trabalho é um processo resultante de um modelo pensado em termos

de uma concepção global, que inclui todos os passos de sua atuação. Verifica-se que a relação entre o homem e a natureza na produção agrícola tem existência ideal construída já antes na mente de quem a executa, permitindo a antecipação do resultado esperado. Tal processo se contrapõe ao trabalho alienado, que é vivido e percebido como separação pelo trabalhador. Isso porque ao separar-se de seu próprio trabalho, por um duplo processo, de um lado, a alienação pela qual ele não trabalha para si, nem direta nem indiretamente, desconhecendo as razões que determinam a divisão técnica e social do trabalho e, de outro lado, o fato de que seu trabalho parcelar só tem sentido e produtividade no âmbito de um trabalho global que foge ao seu controle e compreensão, resulta que muitos trabalhadores neguem essa condição. Mesmo salientando as dificuldades com relação ao resultado comercial da agricultura, na atual conjuntura, alegam que não abririam mão de continuar na terra.

Na sociedade capitalista, o trabalho opõe-se ao trabalho camponês. Os elementos constitutivos do processo de trabalho são as atividades pessoais do trabalhador, o objeto de trabalho e o meio de trabalho. Marx (1977) mostra que o processo de trabalho é, de um lado, consumo da força de trabalho. Ou seja, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista ao qual pertence seu trabalho. Neste processo o capitalista possui três preocupações: que a tarefa seja bem realizada, que não haja desperdício da matéria-prima e que os instrumentos de trabalho somente sofram os desgastes necessários em cada operação. De outro, o produto do trabalho é propriedade do capitalista e não do trabalhador. Ou seja, o capitalista, ao pagar o valor diário da força de trabalho, seu emprego passa a lhe pertencer tal como um animal alugado por ele. O trabalhador, por sua vez, nesta operação, torna-se um vendedor do uso de sua força de trabalho que será incorporada aos outros elementos do processo de trabalho.

Para o capitalista, o processo de trabalho é o consumo da força de trabalho, da mercadoria comprada, e que será consumida somente através da incorporação dos meios de produção. Portanto, o processo de trabalho é uma operação entre coisas compradas e que lhe pertencem, logo, o produto desta operação lhe pertence igualmente, da mesma forma que o produto da fermentação no seu celeiro (MARX, 1977).

Fica evidente que o processo de trabalho coloca em relação o trabalhador, os meios de produção e o proprietário. Trata-se de uma relação de propriedade que assegura ao possuidor a propriedade dos meios de produção e do uso da força de trabalho durante o tempo em que dura a operação de trabalho. Esta relação de propriedade, apesar de fundamentada na relação contratual presente no ato de venda e compra da força de trabalho que antecede a inserção do trabalhador no processo de trabalho, só é legitimada na prática dos trabalhadores durante o consumo da força de trabalho através do controle exercido pelo capitalista.

Entre o momento anterior da venda e compra da força de trabalho - momento das liberdades e das igualdades onde os indivíduos se defrontam como possuidor de mercadorias (dinheiro transformado em capital e força de trabalho)

- e o momento do consumo da força de trabalho, dá-se uma transformação radical nas relações entre vendedores e compradores. A igualdade e liberdade do primeiro momento cedem lugar à desigualdade, ausência de liberdade, de autonomia, no segundo momento.

No momento da produção o trabalhador transforma-se em tempo de trabalho ou trabalho abstrato. É visto como força, como fornecedor de energia para o trabalho. O trabalhador torna-se igual aos outros elementos do processo produtivo. O resultado disto é a mercadoria apropriada pelos donos dos meios de produção e conseqüentemente do dinheiro que comprou a força de trabalho. A relação de propriedade inerente ao processo de trabalho capitalista determina que a organização do trabalho seja orientada através de métodos que vigiem e controlem os trabalhadores. Torna-se necessário, além da vigilância contínua, a instauração da disciplina para o trabalho. Ela surge e vai sendo recriada de acordo com as relações que se estabelecem no ato da produção. Logo, ela é resultante da relação entre trabalhadores e não-trabalhadores. Esta relação é caracterizada por conflitos, contradições, presentes no ato do trabalho e também fora dele.

A transformação dos trabalhadores em força de trabalho não é um ato mecânico, mas um longo processo histórico que se tem manifestado de forma diferenciada nas diferentes realidades sociais. Além da expropriação das condições objetivas, dos meios de subsistência através, muitas vezes, de métodos violentos de acumulação primitiva, há a necessidade da socialização para o trabalho. Na medida em que o indivíduo é reduzido à força de trabalho, é necessário prepará-lo, moldá-lo para as diferentes tarefas. Da mesma forma que um animal exige uma domesticação prévia para puxar um arado, porém possua a força, a energia para isso, o trabalhador exige uma domesticação específica: a transformação de sua vontade em vontade para o trabalho para outrem.

O trabalhador industrial não é apenas separado dos meios de produção. Num processo repetitivo, em que domina apenas uma etapa do processo produtivo, ele é também separado do modelo global referido. Conhecimento e força de trabalho operam separadamente, na medida em que o primeiro é propriedade do capital. O trabalhador não é separado apenas dos meios de produção no plano material, mas também do saber que informa a produção. Para Marx (1977), o capitalismo impede os homens de desenvolverem suas potencialidades, realizados do ponto de vista emocional e intelectual. O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, é onde ele se nega e não se sente feliz, e sim degradado. O trabalhador só se sente feliz fora do trabalho. Seu trabalho não é, portanto, voluntário, e sim forçado. Por isso não representa a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer as necessidades externas ao trabalho. Quando ele está no trabalho, ele não é dono de si mesmo, mas pertence ao outro.

Essa longa consideração sobre o trabalho alienado na sociedade capitalista permite a compreensão da recusa dessas famílias contra a opressão desse trabalho.

A sua luta pela reafirmação de uma vida vinculada a condição camponesa, entendida aqui tanto como a visão de mundo ligada ao universo simbólico camponês, quanto ao trabalho concreto vivido pelos camponeses na sua terra. Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo, na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, na resistência à transformação da terra em monopólio do capital e na afirmação de um modo de vida e trabalho camponês.

A posse da terra e o trabalho aí realizado implicam na recusa e negação ao trabalho alienado, pressuposto da sociedade capitalista. É a negação da falta de liberdade, da falta de controle do tempo e da dominação opressiva do trabalho. Através dos depoimentos verifica-se que o que moveu esses trabalhadores em direção a luta pela terra foi a possibilidade do trabalho livre, onde pudessem ter o controle de suas vidas.

Trabalho é uma categoria cultural e têm múltiplos significados. É uma categoria central na cultura camponesa e expressa uma ética. Para Klass Woortmann (1990) essa ética camponesa, ou campesinidade, baseia-se nos seus valores e códigos culturais. É uma categoria que não é pensada independente de outras tais como família, terra, liberdade e política.

Verifica-se que essas pessoas buscam, através da luta pela terra, a reafirmação de um projeto de vida que tem a terra como fundamento de um modo de ser, de pensar e de estar no mundo, ou seja, o universo simbólico vinculado ao ideário camponês. Neste ideário, o trabalho tem um significado mais amplo, visto que trabalho, terra e família são indissociáveis. Quando falam sobre sua terra, referem-na como terra de trabalho, expressão que encerra um conjunto de significados morais e éticos. Ou seja, não é a terra em um sentido mercantil que move esses trabalhadores em direção à luta, mas um projeto de vida baseado na autonomia e na liberdade. Para esses camponeses a terra possibilita a realização de projeto de vida baseado na família, no trabalho e na liberdade. A terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família. Mais do que um objeto de trabalho, a terra é o espaço da família e da liberdade. A terra é a condição para o desenvolvimento da família e da liberdade. Para os camponeses a terra é tanto natureza sobre a qual se realiza o trabalho do grupo e da família. É o patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Nesta perspectiva não se vê a terra somente como objeto de trabalho, mas também como expressão de uma moralidade (WOORTMANN, 1990, p. 55).

O assentamento inaugura um momento importante para os trabalhadores que participaram da luta pela terra. Para as famílias assentadas é o lugar da realização do projeto de vida camponês, baseado na vida e na produção familiar. Para eles o trabalho só pode aparecer como trabalho concreto, no fruto palpável de suas colheitas, da atividade de suas famílias, pois uma parte deste fruto é condição direta de sua sobrevivência. A falta de trabalho compromete sua sobrevivência, porém o

trabalho abstrato, mero equivalente de dinheiro, como ocorre com o assalariamento, parece-lhes como algo injusto porque não lhes permite a sobrevivência digna e os priva da sua liberdade.

Neste relato do Zé Carlinhos (1997) estas considerações são explicitadas:

Uma das coisas da minha vida que mudou bastante, que eu tinha um dos sonhos da minha vida se eu merecesse, ter uma família eu não fosse um homem desempregado. Eu pudesse ter minha esposa, ter minha filha, ver crescer junto comigo e eu ter o que ela comer e bebê fruto do meu próprio trabalho. A terra, sem dúvida, essa grande mãe está aí. Então eu agradeço a Deus de coração por isso. O meu sonho era ter a terra, aliás o meu grande sonho era um dia ver a minha família toda com terra. Consegui primeiro ver a minha família com terra. Eu realmente vim pra terra com os dois pés, consciente que eu tava indo pra onde eu nunca deveria ter saído. Mas por consequência de uma falta de política, do despejo do homem da terra pra cidade, eu tive que passar pelo que milhões de famílias passaram. Então, hoje eu estou aqui. Nossa, isso aqui pra mim é um pedaço do céu. Eu não tenho dúvida disso e eu vou lutar e vou provar, não provar pras pessoas que tão aqui do meu lado, que eu não preciso provar pra ninguém. Provar que a reforma agrária dá certo, tá? Todos nós se tivermos um objetivo, se a terra é o fundamental da nossa vida, a gente vai acabar se realizando nela. Vai ter que lutar muito mas vai conseguir. [...] Quando eu entrei na luta entrei com algumas roupas porque me deram, quando eu vim do seminário pra cá até a cueca que eu usava os outros me deram. Me deram lá no seminário porque eu era pobre, eu não tinha nada mesmo. Então tive a conquista da terra, hoje eu tenho minha casa para morar, hoje eu tenho o meu sítio com o bananal plantado, com café plantado. Tenho uma colheita razoável que eu posso dizer que o que eu tenho tirado da minha colheita se eu quisesse ficar coçando o ano inteiro eu ficava pelo menos dava pra comer e beber. Mas a gente tem que tentar investir que a vida não pode parar, né?

Neste depoimento, fica evidente com a relação como a terra, e o trabalho nela realizado permite a reprodução familiar. Embora as estratégias de reprodução social sejam diversificadas no assentamento, suas práticas contrastam com a do empresário capitalista que coloca o lucro e a renda da terra em primeiro lugar. Para os camponeses o objetivo fundamental não é o lucro, mas a reprodução da família.

Em outro depoimento a questão moral relativa à terra improdutiva é colocada pelo Seu Elias (1997):

Porque se a terra não está produzindo, ela num está dando renda nem pro fazendeiro, nem pro governo e está tirando o pão de muitos, da boca de muita família que podia estar produzindo naquela área de terra, onde ela está parada sem fazer nada. Então a terra num pode ser acumulada para negócio, né?. Para gerar bens. A terra ela é feita para produzir e matar a fome do povo.

Nos depoimentos verifica-se que a terra é pensada como terra de trabalho. Para os Sem Terra não têm como deixar de questionar a legalidade da propriedade, não podem deixar de considerar ilegítimo, e também iníquo, injusto o que é legal,

que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar, de açambarcar, cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que outros utilizem, mesmo sob pagamento de renda. Se não fosse assim, não se sentiriam encorajados a ocupar a terra. Nesse caso, mostram que têm uma concepção da terra e do trabalho em que as duas coisas estão combinadas: só há legitimidade na terra de trabalho. É concepção distinta daquela que orienta a conduta de quem crê que a terra é instrumento de enriquecimento, por meio da produção ou por meio da especulação. São duas racionalidades distintas, ou seja, a dos grandes proprietários da terra e a dos camponeses. Basicamente, reside aí a impossibilidade, ou precariedade, da negociação e da aceitação de uma decisão legal num litígio de terras ou num caso de despejo.²

Ao ser indagado sobre o significado da reforma agrária, José Carlinhos (1997), assim se expressa:

A reforma agrária ela só está no papel né? Se ela tem acontecido do jeito que aconteceu foi fruto do fato das ocupações, da resistência das pessoas, haja vista a mortalidade que já teve até nesses últimos dias aí. Então, eu vejo a reforma agrária inclusive muito distante da sua conclusão. Na verdade, não está acontecendo reforma agrária. A reforma agrária mesmo seria uma distribuição da terra. A reforma agrária é feijão da feijoada, né? Como política agrícola eficiente né? Para se fazer a reforma agrária. Então pra ter a reforma agrária precisa ter terra, ter um projeto de habitação, saneamento, eletrificação, um acompanhamento técnico da linha de produção que vai se desenvolvido de acordo com a aptidão, com a vocação de determinada região, solo, investi em cada família ou se for cooperativa ou associação conforme a capacidade que cada um tem de produzi, com projeto tecnicamente viável, né? Porque eu enquadraria a capacidade de administração, o acompanhamento técnico, o recurso e o escoamento desse produto, compra desse produto, pra ele poder funcionar, pra se com uma reforma agrária viável do meu ponto de vista, do contrário não. O pessoal está forçando pra sair a reforma agrária, conseguir um pedaço de terra, mas o governo num tem política agrícola nem pra os agricultores tradicionais, imagina pra quem está fazendo uma ocupação de terra, que pra eles é invasão [...] e aí as família não tem os recurso necessário pra produzi, muitas delas chegam a tremenda frustração. É comum nos assentamentos ter diversas famílias que acabam desistindo da terra, que logicamente quando vieram pra terra enfrentaram tamanha situação é porque o sonho delas era ficar na terra e não saíram da terra porque quiseram, porque foram expulsa novamente e aí no caso foi falta de recurso [...].

Nessa fala evidencia-se que a questão da luta pela terra vincula-se à defesa do trabalho e de melhores condições de trabalho. Para esses camponeses a luta pela reforma agrária é uma luta em defesa do direito ao trabalho. Trabalho como centro da definição de vida do camponês. O trabalho vinculado ao meio de trabalho - a

² Cf. Martins (1975), quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida, por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

terra. Trabalho como meio de assegurar à família e aos filhos, saúde, escola, casa, trabalho, segurança, justiça. Portanto uma clara definição do direito a terra como meio de trabalho e aquilo que o trabalho pode assegurar. É também o trabalho pensado como produtor de mercadorias para um mercado que se reconhece como fator de desvalorização do seu trabalho e, portanto, carente de uma intervenção do Estado para que suas regras sejam justas.

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Luta primordialmente para preservar, conquistar ou reconquistar o seu meio de trabalho de trabalho e vida. A radicalidade do movimento camponês reside na defesa de suas condições de vida e trabalho. Nos assentamentos de reforma agrária promovem outro arranjo de vida onde recompõem padrões, valores, ideais, afins de desenvolver e realizar sua cultura, sua visão de mundo, seu modo de vida.

Nessas falas predominam uma visão de mundo que se opõe as tendências predominantes das relações capitalistas de produção. Em geral, a luta pela terra permite a essas famílias um novo arranjo de vida, em que os valores e ideais se opõe aos princípios do mercado, ao domínio da mercadoria, do lucro, da mais-valia. Compreendem um arranjo das relações sociais no qual se reduz ou dissipa a exploração, o desemprego, a miséria, a alienação. Porém, parece um equívoco pensar que suas práticas de contestação podem ser lidas como aquelas que investem contra toda estrutura social, buscando sua superação em direção a uma mudança geral da sociedade. Trata-se de entender a luta pela terra, preconizada pelos movimentos dos sem terra, enquanto formas de lutas cujas pretensões instituem, dentro da sociedade civil, espaços para práticas sociais e culturais alternativas sem que isso represente a vontade de construir outra sociedade.

Ao longo deste texto verificou-se que os camponeses vêm buscando, através da luta pela terra, a reafirmação de um projeto de vida que tem a terra como fundamento de um modo de ser, de pensar e de estar no mundo - seu universo simbólico vinculado ao ideário camponês. A complexa rede de relações construídas entre as famílias, grupos e pessoas, viabilizam várias alternativas de organização delas no assentamento. As diferentes origens e trajetórias familiares e diferentes experiências mostram as diferentes práticas e concepções de vida que foram sendo geradas dentro do grupo. Nas suas falas entreviu-se que a família exerce papel decisivo nos valores referentes à forma de trabalho, à liberdade e ao modo de vida que escolheram para permanecer na terra. As experiências vividas por essas famílias em sua trajetória podem ter alterado ou reafirmado valores, tradições e costumes. Para alguns, o modo de ser do camponês tradicional está bem presente; para outros a racionalidade da produção, os novos projetos do movimento social mistura-se com o ideário camponês.

As condições do trabalho e a sua falta, bem como as diferentes situações de extorsões vividas na cidade permitiram aos assentados compreenderem o significado da propriedade e da exploração/sujeição. É uma certa noção de trabalho

que organiza as novas concepções da vida, do eu e do outro, do movimento, das relações sociais, os novos valores. A reconstrução do modo vida no assentamento, as novas sociabilidades, estão centradas no trabalho e suas dificuldades, na liberdade de quem trabalha, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho e no aprendizado ao longo da luta pela terra.

Nos seus depoimentos não condenam a propriedade em si, mas a propriedade que excede as necessidades de quem a tem, gerando a privação de trabalho aos que dela precisam para trabalhar. Privação que aparece como privação do direito à vida. Em suma, nesses depoimentos verifica-se que a luta pela terra se vincula às questões mais amplas, além daquela referente à simples distribuição da propriedade. A terra repartida que conforma a geografia dos assentamentos possibilita às famílias assentadas a condição necessária para uma vida digna.

REFERÊNCIAS

- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: GEOUSP/LABUR, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1975.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de Textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- WOORTMANN, E. F. *O trabalho da terra*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

LEMBRANÇAS QUE TECEM DIFERENTES FIOS DE UMA MESMA HISTÓRIA

Maria Teresa Papa Nabão

Seria não voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade...O futuro não nos traz nada, não nos dá nada, nós é que para construí-lo devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. (Simone Weil).

As reflexões contidas neste texto foram extraídas de minha Dissertação de Mestrado¹ em que procurei fazer um estudo histórico-antropológico do universo cultural da vida cotidiana de homens e mulheres, moradores do assentamento Fazenda Reunidas, no Município de Promissão localizado na região da Alta Noroeste do Estado de São Paulo. Trata-se na verdade, da história de homens e mulheres, migrantes que já percorreram o país, alguns foram “brasiguaios”, outros nunca deixaram a região de Promissão, mas sempre em busca do mesmo sonho, do mesmo destino: terra para viver, morar e trabalhar.

¹ NABÃO, M. T. P. *Homens e mulheres na luta pela terra (1960-1994): memória, história, tradição e cultura nas terras do assentamento Fazenda Reunidas*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002. Dissertação realizada com apoio da FAPESP e orientação da prof.^a Flávia Arlanch Oliveira.

Este estudo foi favorecido pelas inúmeras indagações que registrei ao longo de alguns anos de trabalhos realizados neste assentamento, quando passei a fazer parte do CPEA² - Centro de Pesquisas e Estudos Agrários da Unesp de Marília e obtive a oportunidade de trabalhar em dois projetos no qual o Assentamento Reunidas era um de seus objetos de estudo³.

O Assentamento Reunidas foi fruto de um movimento social popular que reuniu pessoas e famílias de diferentes regiões do país, sendo que a maioria era do Estado de São Paulo e da região de Promissão. Estas pessoas tinham trajetórias de vida diferentes, experiências urbanas mais ou menos longas e foram organizadas de maneira diferenciada para enfrentar os desafios de forçar a desapropriação daquelas terras.

No entanto, algumas semelhanças sempre foram compartilhadas: esperança de conseguir a terra para nela trabalhar e ganhar a vida com o suor do rosto, criar os filhos com dignidade, segurança e fartura, realizar o sonho de trabalhar naquilo que gosta, que tem vocação e prazer de fazer, apesar das dificuldades, dos tempos ruins tão comuns para quem trabalha na terra e tem por “sócio” as intempéries climáticas como geada, seca, chuva escassa ou em excesso.

Desta forma, entre os assentados são muitas versões e várias interpretações sobre a reforma agrária e o significado de lutar por terra. Versões que nos são contadas evocando a lembrança, a memória daqueles dias de luta. Tem a lembrança de “quem chegou primeiro”, portanto “os pioneiros”; a de quem “chegou depois”, mas organizado pelo MST foram “os mais importantes”, porque mais “aguerrido e organizado”; tem a lembrança de “quem sabe mais” porque é mais “antigo” ou de quem sabe mais porque é mais “moderno”. Tem a lembrança de quem veio via inscrição e então “não roubou nada de ninguém” nem foi contra os ensinamentos de sua religião, mas todos se consideram participantes de uma imensa luta, e todas estas lembranças com certeza tecem diferentes fios de uma mesma história: a história de um grupo de homens e mulheres que participaram de uma imensa luta para conseguirem as “Terra de Promissão”.

Existe a versão das mulheres e dos que eram bem jovens à época da ocupação. Versões que se apóiam em lembranças. Lembranças que são construídas

² O CPEA foi coordenado pela prof^a Teresinha D’Aquino de 1988 a 1998 e atualmente pela prof^a Mirian Claudia Lourenção Simonetti. Esse Centro de pesquisa, com o apoio do CNPq, possibilitou inúmeras bolsas de Iniciação Científica a alunos de graduação e bolsas de Aperfeiçoamento e Apoio Técnico a alunos já graduados propiciando discussão e estudos interdisciplinares acerca dos movimentos sociais e da questão agrária. Portanto, durante estes anos o CPEA vem acumulando um rico material acerca dos assentamentos do Estado de São Paulo, especialmente do assentamento Fazenda Reunidas, tais como: Monografias, relatórios de pesquisas, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, fotografias, recortes de jornais da imprensa nacional e da imprensa de Promissão, mapas, censos, etc.

³ Primeiro colaborei no multidisciplinar e multi-campi da Unesp, já em sua fase final, intitulado “*Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo*” (sob a coordenação geral da Prof^a Vera Lúcia B. Ferrante, sendo que em Marília a coordenação era da prof^a Teresinha D’Aquino) Numa fase posterior, este projeto ficou restrito aos campus de Araraquara e Marília, mas não perdeu seu caráter de multidisciplinariedade e já em uma outra perspectiva e com outros objetivos foi renovado com o título de “Assentamento de trabalhadores rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades”.

de maneira diferente por homens, mulheres, católicos e evangélicos, jovens e idosos e marcadas por acontecimentos diferente, no entanto, um fio condutor parece amarrar estas lembranças e estes significados.

Enquanto o homem marca suas lembranças de acordo com fatos relacionados ao trabalho e à violência de certas atitudes que foram obrigados a tomar e a enfrentar, a mulher conduz suas lembranças de acordo com o nascimento dos filhos, de acordo com as necessidades que passaram em relação à falta de mantimentos e roupas, da ajuda que teve de dar a uma companheira em horas difíceis, à aflição e o temor pela vida do marido e dos filhos. Já os mais jovens foram marcados pelas conversas sussurradas altas horas da noite, pela imagem dos homens (às vezes o pai), que de “capa preta e uma lanterna na mão” eram responsáveis pela segurança e pela ronda noturna no acampamento, e também pelas histórias fantásticas que ouviam (o boi que recebeu vários tiros e não morria porque o velho Ribas estava encarnado nele⁴) pelo sentimento de estarem vivendo algo inusitado e, portanto, muito provavelmente, proibido.

Os mais idosos pautam suas lembranças através dos conhecimentos que tinham acerca destas terras antes delas serem abandonadas pelos pequenos sitiantes, na maioria japoneses e depois serem “adquiridas na marra” pela família Ribas e transformadas em pasto para nenhum boi.

Assim, colocamo-nos na situação de um “bom e paciente ouvinte”, sem a intenção de comprovar ou refutar nenhuma hipótese estabelecida de antemão, mas sim a de compreender a perspectiva e o ponto de vista daqueles que se colocaram em luta por estas terras. Desta maneira, os depoimentos, histórias de vida e entrevistas coletadas nos conduziram a algumas reflexões extremamente significativas em relação ao significado da terra para estes assentados e que desejamos agora expor.

Nesta caminhada começamos a perceber que a concepção de terra para estes assentados pode ser conflitante com concepções de outros segmentos que também reivindicam a necessidade da reforma agrária no Brasil, tais como o MST e o próprio governo.

Assim, centramos nossa atenção nas interpretações dos trabalhadores rurais, através de suas próprias falas. Eventualmente estaremos mostrando que em alguns momentos a interpretação do MST pode ser conflitante com a trajetória, memória, cultura e visão de mundo destas famílias e que as conseqüências deste conflito podem gerar embates extremamente importantes quando provocam nos sujeitos desta história a necessidade de utilizarem seus próprios conhecimentos para derrotar as adversidades. No entanto, estes conflitos também podem ser prejudiciais quando deles resultam imposição de idéias e opiniões como se fossem verdades absolutas, uma vez que pensadas por um “intelectual orgânico” gabaritado para tal ou

⁴ A “lenda” do boi que não morria porque o velho Ribas depois de morto tinha “encarnado” nele é descrita com mais detalhes por Maria Stela Lemos Borges no livro *Terra: ponto de partida, ponto de chegada*.

porque algumas lideranças mais influentes acreditam nelas, ou porque já que deram certo em outros lugares, outras ocasiões e em outra conjuntura sócio-econômica, ou ainda porque são propícias às transformações sociais pretendidas por outros segmentos que não o dos trabalhadores rurais diretamente envolvidos nesta luta.

Assim, foi fundamental aprofundar nosso entendimento acerca de como estes trabalhadores concebem a terra para então detectarmos com maior precisão por que acontece este conflito, pois acreditamos que ele é fruto de um entendimento equivocado acerca do significado da terra. A partir disto, procuramos ultrapassar considerações, polarizadas, dualistas, simplistas e reducionistas no sentido de entender os reais motivos de luta pela terra para os protagonistas desta luta. Ouvíamos com muita frequência, de jovens, adultos e idosos ao longo de todo o assentamento, a seguinte expressão: “é preciso lutar muito para se possuir a terra” e uma pergunta acabava sempre por me acompanhar – O sentido desta luta é o mesmo para todos? – Afinal quem são estes homens e mulheres que lutaram pelas “Terras de Promissão”? O que moveu estas pessoas em busca por terra? Por que e para que querem terra?

Através destas indagações fizemos um esforço no sentido de compreender o significado de “lutar para possuir terra” com o objetivo de perceber se este significado tem haver com um desejo pequeno-burguês de propriedade privada; se tem como fundamento uma lógica comum, uma vivência específica do campo onde a terra pode representar não apenas uma solução econômica, mas um caminho para os que anseiam por um espaço onde seja possível a reconstrução de um modo de vida relacionado à herança cultural, tradição e memória. Ou se tem como motivação um ideal maior de transformar toda estrutura da sociedade, não só a fundiária, ou ainda, se podem articular, ao mesmo tempo todas estas dimensões.

Para responder alguns destes questionamentos partimos da consideração de que na base de nossas dúvidas e inquietações está o significado que assume a dimensão da expressão “terra” para diferentes segmentos sociais que se dedicam a pensar e opinar sobre estas questões.

É certo que a modernização e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, a globalização e os meios de comunicação que têm tornado as distâncias cada vez mais curtas e parecem ter levado à roça a pasteurização do modo de ser e de viver, dos gostos e das preferências, têm desafiado nossa capacidade para pesquisar a pertinência de uma luta por terra que possa ter como fundamento a luta por um modo de vida que reivindica as especificidades do jeito de viver no campo.

Porém, após várias histórias de vida, depoimentos e entrevistas com trabalhadores homens, mulheres e jovens deste assentamento, conseguimos algumas pistas extremamente interessantes acerca de como concebem a terra e qual o significado dela dentro do universo simbólico destas famílias. Assim, pretendo “deixar falar” algumas das vozes que tão generosamente abriram-se para nós. Estes homens e mulheres, estes jovens e idosos nos relataram, às vezes com muita emoção,

outras vezes com muita clareza, seus sentimentos e opiniões sobre como é viver na e da terra, bem como a importância deste modo de vida para a realização de seus sonhos, desejos e aspirações.

POR QUE E QUEM QUER VOLTAR AO CAMPO?

Excluindo as moradias das famílias que foram ligadas à COPAJOTA, todos os lotes são cercados, alguns fechados por porteiros ornamentadas por placas com o nome da *propriedade e do proprietário*. Um viajante qualquer, que por algum motivo tiver que passar pelas estradas vicinais que cortam estas terras, dificilmente poderá identificar este local como sendo fruto de um movimento social de luta pela terra. Como entender a configuração espacial e social que predomina neste assentamento? Será que suas decisões são coerentes com a uma lógica comum que faz parte da cultura de famílias rurais de pensar e agir no mundo? E aqui quando estou pensando em cultura rural estou me referindo a um termo que exprime precisamente um estilo, um modo e um jeito de fazer determinadas coisas que embora não seja homogêneo nem autônomo, é diferente do estilo, do modo, do jeito de fazer estas mesmas coisas, por um outro conjunto de pessoas, ou por um outro tipo de sociedade.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978) ao descrever a dialética entre o rural e o urbano nos alerta para a necessidade de estudos que abordem a cultura brasileira através de uma perspectiva totalizadora das relações entre o rural e o urbano. Além disto, parece que há, entre alguns estudiosos desta questão, uma polêmica em relação à capacidade do homem do campo de produzir e preservar valores próprios, mesmo porque alguns autores consideram que “este homem” está em vias de extinção.

Otávio Ianni (1984, p. 137), por exemplo, crê que se tomarmos a categoria povo como composta de operários e camponeses esta é, então, uma categoria condenada. Segundo este autor está ocorrendo a formação, o amadurecimento e o desenvolvimento das classes sociais: “Esta havendo um desenvolvimento das relações sociais de produção na cidade e no campo que tem provocado a dissolução deste povo dos nossos amores, da nossa ilusão. Acho que este povo está em processo de extinção”.

Esta postura de Otávio Ianni parece apoiada em Hobsbawm (1995, p. 258) que também considera inevitável o desaparecimento do campesinato em nível mundial:

A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade do século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato. Assim, as mudanças da sociedade contemporânea não comportam mais o campesinato.

Entendemos a necessidade do alerta de Maria Isaura, tanto quanto as preocupações de Otávio Ianni e Hobsbawm. Entendemos que o avanço do

capitalismo no campo é implacável, inclusive em relação à destruição da cultura dos habitantes do nosso meio rural, uma cultura magnificamente descrita por Antônio Cândido e M. Isaura, embora ambos tenham também preconizado a fragmentação, degradação e dissolução desta cultura.

No entanto, estas constatações não podem ter o ranço de “profecias” e a história nos tem mostrado insistentemente que esta pode ser uma armadilha fatal. Sempre que lemos afirmações do tipo que preconizam a extinção do homem rural, pois sua cultura e seus valores, em contato cada vez maior e crescente com a vida e os valores urbanos fatalmente acabarão por degradar-se não podemos deixar de lembrar, por exemplo, as teorias racistas do século XVIII e XIX e às idéias do Conde de Gobineau, cônsul da França no Brasil e que publicou em 1856 *A diversidade moral e intelectual das raças*. Neste livro Gobineau não faz uma simples apologia da superioridade da raça branca, ele preconiza o fim do povo brasileiro em menos de 200 anos devido ao contato do negro com o branco e o índio. Este contato íntimo entre raças diferentes, esta miscigenação que ocorria no Brasil em larga escala rapidamente levaria ao nosso fim como povo e como processo biológico. Mesmo sendo “fruto do seu tempo”, Gobineau parece ter ido longe demais neste ponto de vista, que resvalou para esta “profecia” insana do nosso desaparecimento.

Mas o que achamos importante destacar é a dificuldade do intelectual em trabalhar com a ambigüidade, com o múltiplo, com a possibilidade de considerar que o amálgama biológico e cultural entre brancos, negros e índios pudesse produzir uma síntese do melhor que poderia existir entre eles. E é isto que vemos de semelhante quando alguns autores preconizam o fim do homem do campo, como se sua “inferioridade” em relação ao homem urbano fosse totalmente consumida dando lugar à exclusividade da superioridade urbana. Embora, não se possa falar que o rural irá “contaminar” o urbano deteriorando-o, não se deixa, no entanto, de profetizar o desaparecimento de um: o rural, mais fraco e inferior, em detrimento do outro: o urbano, mais forte e culto. Por que não pensar em uma síntese de cujo contato ambos os lados saiam fortalecidos sem que necessariamente um tenha que desaparecer?

Afinal, não podemos nos esquecer que hoje o maior movimento social e popular no Brasil é um movimento de volta ao campo, representado principalmente pelo MST⁵. Por que este movimento consegue incorporar tanta gente em suas fileiras? Desemprego? Desespero? Última opção para quem não tem mais nada a perder? Não é bem isto que constatamos com os moradores do Assentamento Reunidas. Além

⁵ Devemos esclarecer que o MST, não é o único movimento social no campo: há a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios; luta dos camponeses contra as desapropriações de terras para a execução das grandes obras do Estado. O MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens nasceu do processo de luta dos camponeses contra essas desapropriações. Há também lutas por terras tidas como “terras comuns” tais como “Terras de Parentes”, “Terras de Ancestrais”, “Terras de Preto”, “Terras de Santo”, “Terras de Índio” (diferentes de terras indígenas), “Terras de Irmandades” e outras. Há o Movimento dos Brasiaguais e dos Brasilianos. Podemos citar também o movimento dos seringueiros na Amazônia e de suas lutas pelas demarcações das reservas extrativistas, principalmente após o assassinato de Chico Mendes que teve repercussão internacional.

disto, existem outros movimentos de volta ao campo que embora com características bem diferentes, também reivindicam certo jeito próprio de viver na terra⁶. Por que tantos querem voltar ao campo? Quem são eles?

Os depoimentos de dona “Clarisse” são extremamente esclarecedores:

Logo que nós chegou em São Paulo nós arrumou emprego. Nós dois trabalhando registrado, ele de guarda noturno eu de servente no Hospital das Clínicas. Lugar terrível, tinha um colega dos meus filho, novinho de tudo, molecote mesmo, ele devia de ter 13 anos, ia em casa o danado. Pois ele num matou o próprio pai? Tinha outros que mexia com esses negócios de drogas e menina novinha já fazendo o que num deve e eu e o marido fora de casa noite e dia. Eu rezava e pensava: que é que vai virar dos meus filhos, meu Deus! Quando deu certo de nós ir prá Campinas já fiquei mais aliviada. [...] Lá já foi um pouco melhor, mas continuemo trabalhando muito fora de casa eu e o marido, até que era emprego bom registrado tudo. Em Campinas nós compremo um terreninho e já tinha construído uma casinha, quando apareceu aquele pessoal perguntando quem queria terra, quem que tava interessado em participar de umas reunião que era o pessoal do MST e da igreja que tava fazendo e coisa e tal. A senhora sabe que eu num pestanejei nem nunca tinha ouvido falar neste tal de MST, o que eu sabia é que eu queria terra. Falei assim pro homem: pode me esperar nesta reunião que eu vou. Minha cunhada falou: ocê tá doida? Teu marido não vai deixar! E num queria deixar mesmo, mais isso porque foi eu [bate forte no peito com a mão espalmada] que decidi vir, eu que fui participar de reunião contrariando o gosto dele de eu sair de casa né? Porque prá ele mulher pra sair de casa só se for pra trabalhar ou com o marido junto senão tem mais é que ficar em casa, ainda mais de noite, que as reunião era tudo de noite e ele num podia ir porque lá em Campinas ele também trabalhava de guarda noturno.⁷

Ela nos conta que morou muito tempo na cidade, mas que este não era o jeito que ela pretendia viver, era antes o jeito que foi possível no momento em que não mais podiam permanecer na terra:

⁶ Além das várias divisões dentro do MST, que acabaram por se tornar em facções diferentes, e de alguns movimentos de luta por terra que já relatamos, existe ainda um outro tipo de “volta” ao campo como nos mostra, por exemplo o trabalho de Gian Mario Giuliani: Neo-Ruralismo: O novo estilo do velhos modelos. Neste trabalho o autor usa, emprestado do francês, o termo *neo-ruralismo* para expressar a idéia de uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção mas que passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão das pessoas da cidade. É neste sentido que afirma o autor: “a volta às relações diretas coma natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranqüilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da autodeterminação, são as dimensões que atraem as pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo”. Desta mesma maneira e tendo estes mesmos motivos nós poderíamos nos referir as pessoas que hoje estão no assentamento, mas estranhamente, ou talvez sugestivamente, o trabalho de Giuliani refere-se a uma volta ao campo marcada por uma escolha voluntária e encabeçada por segmentos da classe média alta brasileira, como advogados, biólogos, e outros profissionais liberais bem sucedidos.

⁷ Dona Clarisse, 59 anos, casada, 5 filhos, Agrovila Birigui-agosto/99. Todos os nomes citados são pseudônimos e só aparecerá entre aspas uma única vez para lembrar este detalhe, mas as informações complementares aos nomes são reais. Sempre que for repetido o seu nome, não mais a identificaremos a não ser que houver algum detalhe extra que precise ser acrescentado. Este procedimento será adotado para todos os outros entrevistados, ou seja, quando citarmos de novo um mesmo nome já “identificado”, deve-se entender que trata-se da mesma pessoa.

Logo depois que nós casemo fomo mora em São Paulo. Nós somo de Minas do município de Cana-Verde. Meu sogro tinha um sitinho e nós casemo e fomo morar lá, porque na época que eu casei tinha só meu marido e outra filha solteira no sítio. Quer dizer que quem tocava mesmo a lavoura era meu marido. Mas com dois mês de casada meu sogro morreu. Os outros irmão apareceu querendo a parte, não entrava em acordo, então vendero. Meu pai trabalhava de meeiro, morava na terra, tinha as roça dele pra vende e tinha pra come sempre trabalhou assim. Então chamou meu marido pra trabalhar junto, meu marido num quis. Acabou dele arruma um serviço de administrador de fazenda nos fomo mais num deu 2 ano meu marido pulo fora, não quis. Dizia que pra trabalhar na terra tinha que a terra ser dele. Lá nós não podia plantá nada nem horta nada. Então fomo prá São Paulo onde já tinha uma cunhada minha. *Nesta vida é que eu nunca acostumei, vivi é certo, nós moremo 13 anos em São Paulo, mas num acostumei* (grifo nosso), tanto que assim que deu nós fomo prá Campinas, porque sempre quis sair daquele ambiente terrível que é São Paulo [...] Mas não sei dizer que lugar eu me sentia pior, se era lá no bairro dos ricos ou na favela. Difícil imaginar isso que a senhora perguntou de eu ter dinheiro assim de repente e poder mora numa casa daquelas, naquele lugar, acho que eu não acostumava nem assim. Eu ia me sentir estranha, diferente, ia achar que todo mundo tava reparando na gente. Sabe aquela favela grande perto do hospital das clínicas, era lá que nós morava. Vou te dizer lá era terrível, era fogo, mas tinha gente mais parecida com nós, gente pobre, muita gente que já tinha sido da terra que nem nós. Bom na verdade tinha todo tipo de gente!

Dona Clarisse expressa tristeza por ter sido obrigada que deixar a terra e mesmo quando a colocamos frente a uma situação hipotética de não precisar morar na favela e poder morar em um “bairro bom”, ela demonstra um sentimento de “estranhamento” que dificilmente a deixaria viver bem estando em um lugar tão diferente do que fora acostumada e mais do que isto, embora vivendo 13 anos em São Paulo e 05 anos em Campinas, parece que nunca se acostumou com a vida na cidade e que sempre se sentiu como “uma estranha no ninho”.

Não me parece que esta senhora tinha um sonho da vida melhor na cidade grande, pelo contrário, embora sempre trabalhando num emprego fixo, com “carteira assinada”, coisa muito valorizada pelos trabalhadores urbanos, possuindo inclusive casa própria ela não gostava da cidade.

Em resposta a pergunta da repórter Marília Gabriela (2000)⁸ em relação aos motivos que levam as pessoas a buscarem a terra João Pedro Stédile faz a seguinte declaração: “[...] quando o povo aceita deixar a cidade e acampar a beira da estrada *é porque já não lhe resta mais nada, nenhuma outra alternativa para sobreviver, comer ou trabalhar* (grifo nosso), ele se encontra no ‘pico do urubu’”.

Creio que esta resposta precisa ser melhor avaliada. Stédile afirma que as pessoas aceitam deixar a cidade porque não lhes resta mais nenhuma outra alternativa de sobrevivência, já não têm onde morar, trabalhar nem o que comer. Isto pode ser

⁸ Entrevista realizada pela repórter Marília Gabriela na rede de televisão “Rede TV” em 01/08/00 as 23 horas.

verdade em alguns casos, mas não é regra, pelo menos entre os moradores deste assentamento é, inclusive, exceção. Talvez tenha faltado acrescentar ou pensar que a imensa maioria destas pessoas tem uma ligação muito forte com o campo, com a terra, onde já moraram e trabalharam um dia. Nenhum funileiro, pedreiro ou mecânico desempregado que jamais viveu na terra se submete a tantas auguras por um pequeno pedaço de terra a não ser como ideal político. Lógico que não podemos generalizar estas constatações, que na verdade dizem respeito exclusivamente aos moradores do Assentamento Fazenda Reunidas. Mas aqui nossos entrevistados, que já foram moradores da cidade ou mesmo do campo, mas como empregados assalariados, se sentiam muito mais penalizados por serem “cativos do patrão” do que por não ter como sobreviver.

Vários depoimentos são semelhantes em relação às pessoas terem ou não condições de sobreviver, ter emprego, casa etc. Dona “Nilda” nos conta:

Quando saiu esse negócio das terra o “Adelmo” ficou doidinho, acho que se ele num conseguisse era capaz de morrer. Então nós resolveu acampar. Nós dispomo de tudo que tinha prá pode acampar. Vendemo a casa, e um terreninho. Nós tinha perua Kombi, o Adelmo vendeu também.⁹

Em outro depoimento dona “Telma” nos conta:

Nos fez inscrição, mas quando chamaro meu marido ele veio só com meu filho mais velho. Eu e as outras crianças ficamo em José Bonifácio, morando na casa da minha mãe, porque nós vendeu a nossa casinha porque eles falava que se arguém já tivesse patrimônio num ia ganha nada de terra, então nós arriscou tudo, vendemo a casa e meu marido saiu do emprego de tratorista na fazenda.¹⁰

Não apenas os depoimentos nos dizem que a maioria já possuía uma forte relação de trabalhar e morar na terra. Poderíamos citar inúmeros depoimentos semelhantes, mas pesquisas realizadas pelo ITESP mostram que 85,33% dos titulares dos lotes do Assentamento Fazenda Reunidas já possuíam esta experiência de trabalho anterior.¹¹

Também não são apenas os depoimentos que nos dizem que quase todos tinham emprego. O Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo nos mostra no item “Ocupação no ano anterior ao Assentamento” que dos trabalhadores assentados em Promissão 66,7% eram assalariados rurais (permanente, temporário ou autônomo), 22,8% eram assalariados urbanos (permanente, temporário ou

⁹ Dona “Nilda” 48 anos, nascida em Promissão, moradora da agrovila dos “44”, casada, mãe de 4 filhos, foi uma das pioneiras na luta pela desapropriação da Fazenda Reunidas. maio/99

¹⁰ Dona Telma 46 anos, natural da região rural de José Bonifácio, moradora da agrovila dos “44”, casada, mãe de 3 filhos maio/1999.

¹¹ Retratos da terra: perfil sócio econômico dos assentamentos do Estado de São Paulo. *Cadernos do ITESP*, n. 1, quadro n. 2, p. 37, 1997.

autônomo), e 2,3% encaixavam-se em mais de uma resposta, ou seja, 91,8% tinham emprego, e a expectativa de rendimentos no antigo emprego era de 4 a 5 salários mínimos para 36% destes. Além disto, este Censo ainda mostra que 26,7% dos assentados tinham de 21 a 30 anos de experiência com o trabalho na terra, 22,1% tinham mais de 31 anos.¹²

Portanto, não considerar esta experiência e esta relação pode comprometer a atuação do MST.

A TERRA COMO UMA “SEGUNDA NATUREZA”

Em vários depoimentos ou em trechos das histórias de vida, e mesmo em algumas entrevistas ou conversas informais, aparece com certa frequência uma expressão que nos chamou atenção e que relaciona a terra como sendo ou fazendo parte da natureza do entrevistado. Uma história de vida temática extremamente rica e significativa é a de uma senhora, já citada anteriormente e que chamamos de dona Clarisse, moradora da agrovila de Birigüi, que chegou a estas terras em 1987. Mineira de Cana-Verde, o sotaque “mole” quase cantado não foi de todo perdido durante os 18 anos de moradia no Estado de São Paulo. Morena, olhos castanhos, expressão forte herdada de antepassados índios, negros e brancos, dona Clarisse nos fez um relato muito detalhado de sua vida. Separamos um trecho desta história em que podemos perceber esta relação terra/natureza:

O que é a terra pra mim? Vou te dizer que a terra faz parte da *minha natureza*. Foi assim mesmo que eu arrespondi pro meu marido quando ele invocou de não querer vir. Ele é da terra assim como eu, mas achou que nós não sabia mais viver na terra, que fazia muitos anos que nós vivia na cidade. [...] Foi aí que o marido invocou que eu tava doida, que ele num queria mais ir prá terra de jeito nenhum. [...] Então ele veio com aquela conversa de que nós não estava mais acostumado com a terra, que já fazia muitos anos que morava na cidade e que nós já não ia saber viver na terra. Então eu perguntei prá ele: ocê já se esqueceu como é que se faz filho? Ele me arrespondeu: credo mulher, ocê tá achano que eu não dou mais no coro, tá besta ou o que que é então? Ai eu disse prá ele: besta é ocê, que não é disso que eu to falando! *Assim como é da natureza humana fazê filho e num esquece como é que faz, também é da nossa natureza viver na terra! como é que nós num vai sabê mais morar na terra se é da nossa natureza ser da terra?* (grifo nosso).

Dona Clarisse faz uma associação muito estreita entre terra e natureza, como se fosse mesmo impossível viver fora da terra sem que isto alterasse sua natureza, sem que isto não acarretasse tristeza, sofrimento e angustia.

Embora de região geográfica diferente, com um sotaque característico do Paraná, que infelizmente a escrita não consegue traduzir, de olhos verdes e cabelos

¹² Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, p. 21, 22, 23.

claros herdados de antepassados italianos, dona “Lúcia” tem uma história parecida e faz a mesma relação terra/ natureza.

Quando tivemos que sair da terra era toda uma tortura, porque você esta acostumado na roça, na terra a vida é sossegada, né? Apesar de tudo... de ter perdido tudo, a soja e tudo, e nós precisar ir embora, o campo é muito diferente que uma cidade, cidade grande. Eu cheguei na cidade, para mim foi assim [...] uma transformação, eu ter que enfrentar *tudo aquilo que não era da minha natureza* (grifo nosso), aquilo que eu nunca tinha visto antes na minha vida. Ônibus super lotado. Gente que num se conhece, um que desconfia do outro. Num ponto de ônibus ninguém nem olha de lado, tudo um com medo do outro, desconfiado do outro. Se a criança adocece tem que levar no médico sozinha, porque o marido está trabalhando de empregado e não pode ir junto. Ai eu tive que aprender a viver aquela vida dura e tão estranha.¹³

Em outros depoimentos, mesmo quando o tema abordado era trabalho também foi freqüente relacionar o estar no assentamento com algo mais comum à natureza como diz dona Vera:

O serviço aumentou *mas* é da natureza da gente, então a gente faz com o maior prazer porque é seu. Ocê num tem um patrão prá falar: faz isso! E já chegar arrastar e levar embora.

O senhor “Danilo” de 56 anos natural da região rural de Promissão, também nos fez o seguinte relato em abril de 1999:

Nossa vida mudou muito depois que voltamo prá terra, principalmente no modo de trabalha, *que é mais igual a nossa natureza* (grifo nosso), porque a gente trabalha a vontade, faz o que a tua cabeça achar que é melhor, a hora que achar melhor e faz aquilo que você gosta de fazer. Porque trabalha de empregado às vezes tem que faze coisa que a gente não gosta. Aqui tem as dificuldade né? Só que ocê não é cativo do patrão.

O senhor “Adelmo”, marido de dona “Nilda”, natural da região rural de Promissão e um dos pioneiros na luta pela desapropriação da Fazenda Reunidas e um dos líderes do grupo dos “44” deixou bem claro em um dos seus depoimentos esta relação terra/ natureza:

O cara quando sai da terra perde um pouco *da sua natureza*, do seu jeito de ser. O cara fica desajeitado, em todo lugar ele se sente estranho, não encontra paradeiro, tá sempre querendo mudar de lugar, num se aquieta, parece que nada tá bom, que serviço nenhum dá certo. Em quase dez ano morando na cidade fui motorista, eletricista e carpinteiro, nunca consegui nada na vida, sabe por que? Nunca fiz nada disso por gosto mas por precisão. Quando o cara trabalha com gosto a coisa é outra. Tem 14 anos que estou aqui, mais depois de 6 anos eu já tinha construído esta casa que senhora tá vendo e

¹³ Dona Lúcia 46 anos, moradora da COPAJOTA casada, mãe de 2 filhos maio/99

comprado aquele trator. Depois foi só ir melhorando, mas trabalhamos duro, eu e a mulher e os filhos. Tem uns anos pior que os outros. Agora estou erguendo a casa do filho que casou e vai ficar aqui comigo, o mais velho já conseguiu seu lote aqui pertinho de nós, a menina não sei, ainda é nova, mas já estou tendo uma ideia aqui eu com a mulher. (grifo nosso).

Todos estes depoimentos são consistentes para a análise que pretendemos realizar. Porém, considero o depoimento do Sr. Adelmo e o de dona Clarisse decisivos no sentido de entender esta relação terra/natureza¹⁴. Ambos além de falar da terra como parte de sua própria natureza também atribuem a falta dela como algo que os torna estranhos, diferentes. Podemos, portanto, retomar Bourdieu para entendermos este sentimento, pois pensamos que ele possa estar associado à cultura no sentido de *habitus* formulado por este autor.

Bourdieu (1989) não usa o termo cultura para tratar das diferenças culturais que opõe os grupos sociais. Para isto ele recorre à noção de *habitus*. Assim, quando Bourdieu conceitua *habitus* ele está nos mostrando que ele é adquirido por uma série de condicionamentos que resultam do trabalho de educação e de socialização ao qual o indivíduo está submetido e que exercem um enorme peso em relação às experiências posteriores. Portanto, o *habitus* caracteriza e é próprio à determinados modos de vida específicos de uma classe social. Desta forma é o *habitus* que caracteriza um certo grupo social em relação a outro que não possui as mesmas condições sociais. O sistema de disposições que formam o *habitus*, são também disposições corporais que constituem o que Bourdieu define como *hexis corporal* e que é responsável por imprimir a cada grupo um estilo de vida particular. Mas a *hexis corporal* é muito mais do que isto, é uma concepção de mundo e uma moral “incorporada”.

Para Bourdieu pela *hexis corporal* as características sociais podem ser “naturalizadas”, portanto aquilo que se sente como fazendo parte da natureza depende de um *habitus*. O *habitus* explica ainda porque os membros de uma mesma classe social, ou de um mesmo grupo social agem frequentemente de maneira semelhante sem um prévio acordo para tal. Assim, é desta maneira que entendemos porque em tantos depoimentos diferentes, feitos por pessoas de diferentes regiões do país podiam conter esta associação que remete o pertencimento à terra como algo pertinente a própria natureza. Na verdade é algo pertinente ao *habitus* de um grupo, de uma classe social que não são comerciantes nem industriais, mas camponeses que mesmo mantendo suas especificidades próprias têm em comum um elo poderoso: a terra, capaz de garantir a homogeneidade dos *habitus* do grupo (gostos, atitudes, preferências) sem, contudo, negar a diversidade dos “estilos pessoais”.

¹⁴ Charles D’Almeida Santana ao fazer um trabalho que retrata o cotidiano de migrantes baianos entre 1950 e 1980, entrevistando uma senhora que relembra os tempos em que trabalhava e morava na roça, recolhe um depoimento em que esta relação também parece estar presente: “A gente trabalhava muntio, mas tinha uma vida assim, alegre pela natureza, né? No tempo de festas tinha muita alegria de fazer as coisas.” (SANTANA, 1998, p. 60).

O SENTIMENTO DE LUTA PELA TERRA

Lutar pela terra pode ter significados diferentes entre os próprios assentados, mas é um sentimento comum a todos. O depoimento de dona Nilda mostra a luta enfrentada por essa mulher pequena, franzina, mas que esconde uma tremenda força:

Bom vou dizer prá senhora que já contei esta história um par de vez, mas eu gosto de alembra daqueles tempo. Se deixar eu fico falando sem parar. Nós ficamo sabendo das terras através do Padre Vicente, que era pároco da igreja de Promissão . Ele fazia reunião no salão da igreja. Eu ia, o dia que o Adelmo estava ele ia comigo, ia eu e ele. O dia que ele não estava, ia eu no lugar dele [...] Eu morava bem longe, né? Mas eu ias enfrentando ventania, vento forte mesmo! Sei dizer que eu sofri prá chegar agora onde eu estou! *Lutei* muito para ter esse pedacinho de chão que eu adoro, ter esses 8 alqueire de terra! A gente fazia reunião em casa também. Então através da reunião a gente falava assim: “Tal dia [...]” Não falava “Nós vamo invadi”, falava assim: “ Tal dia nós vamo pro “casamento”. Isto era acampar na beira da pista e todo mundo tem que topa e cada um leva a sua família.” Aí eu tinha medo, eu chorei muito! [...] nós resolveu acampar!. Minha mãe ficou chorando, ela não queria. [...] Quando nós ia na cidade, aquelas pessoas que era “puxa” dos Ribas falava assim: “Vocês são umas cambadas de vagabundos! Vai trabalhar prá vocês comprar terra! Aquilo lá tem dono! [...]Aí, que nem eu estava falando, teve um dia que nós acampou na beira da pista. Veio dez família de Cardoso, tinha gente de Indaiatuba e de Limeira. [...] E nós lavando roupa...comendo [...] Os homens fez aquele ranchinho de colonhão prá tampar do sol, passava então aqueles caminhão do Ribas e gritava assim prá nós: “Seus vagabundo! Vai trabalhar! Seus passa-fome! Seus ladrão de terra! [...] Se nossos filhos entrava um pouquinho no pasto prá caçar de estilingue eles era enxotado! Uma vez um menino estava no pasto e “eles” fizeram o coitadinho subi num coqueiro cheio de espinho. Mais judiario até! Uma vez também tinha duas mocinhas e os capanga ameaçou elas dentro do pasto. Na margem da BR não tinha espaço prá os meninos fazer um campinho de bola, então eles fez o campinho pro lado de dentro da cerca, mas os capanga foi lá e desmanchou tudo! Sei dizer que foi um sofrimento! Quando eu fui acampar, a minha caçulinha estava com um aninho, não estava andando ainda. Minha sogra, bem velha, coitada! Foi acampar também prá pegar o pedaço de terra dela. Aí chegou o dia da gente ocupar a terra. [...] Então, chegou o dia de nós ocupar, cortar o arame da cerca! Era meia noite, Mas foi uma aventura! Era uma noite fria de vento, eu tinha um freezer velho de guardar roupa, porque neste meio tempo meus móveis tinha acabado tudo.. Então, né eu ponhei essa minha menina pequenininha, um aninho e pouco, dentro do freezer e forrei com um panão em cima prá segurar o vento. Nós resolveu montar uma guarda na beira do asfalto prá ficar aguardando, prá não vazar, nós tinha medo que tinha vazado. Nós não falava: “Nós vai ocupar!” Nós falava: “Nós vai no casamento. (risos) Nós vai fazer o casamento!” Minha sogra velhinha, tinha outros velinhos também e a meia noite, tudo carregando mudança! Tinha até mulher grávida nos dias de ganhar nenê! E aí nós ocupou a área! No outro dia só dava cavadeira trabalhando, enxidão fazendo os barraquinho, fazendo barracão de reunião. Aí, com 3 três dias, prá aumentar meu sofrimento [...] apareceu um batalhão de policia que veio fazer treinamento. Tinha uma bendita duma mulher que tinha, assim, mais conhecimento com a luta de terra e estava lá no assentamento visitando

a gente e ponho um baita medo em mim! Disse que eles ia acabar com os barracão, dá tiro, matar filho da gente! Muita gente de idade chegou a passar mal e não era nada era só treinamento deles! (grifo nosso).

O sentimento de luta, de ser pioneira, de enfrentar adversidade, dificuldades, preconceitos, medo é muito forte neste depoimento. Será que esta luta é só para satisfazer um desejo de propriedade privada? Mas ela já não tinha uma casa e um terreno na cidade? Outro depoimento feito por dona “Heloísa” também nos mostra que enfrentar tamanha luta não pode ser apenas por um desejo egoísta e individualista:

Quando nós entrou aqui foi uma *luta* tremenda que nós teve de enfrentá! Quando nós conseguiu entrá no lote, nos não tinha nem a lona para fazer o barraco, porque nós veio de inscrição, num tinha ficado acampado, e quando saiu as terras pra nós, nós fico sabeno pelo rádio, um vizinho que escuto o nome do meu marido e correu pra avisa. Pensemo que era brincadeira ai o home lá do INCRA confirmou e falou assim: cês tem que entra na terra hoje mesmo senão ceis perde o direito, que já faz dois dia que nós tá anunciando o nome do seu marido, e tem muita gente de olho nestas terras. Ai nós respondeu: mas como hoje mesmo? As criança tá na escola tem os trens de casa, como é que nós carrega isto? Ele falo prá gente que se nós tava mesmo interessado era prá trancar a casa, deixar as criança com algum parente, e ir deuarque jeito, mesmo sem leva nada, que lá eles dava uma lona e nós fazia um barraco, e depois aos pouco ia buscando as coisa. Então nós fez isto, mas como nós tinha pouco pertence e não tinha com quem deixar as crianças, nós pusemo tudo que pudemo dentro duns saco e fomo tudu mundo. Mas, minha filha, nem te conto, chegou lá tinha acabado tudo as lona. Ocê tá vendo aquela árvore ali embaixo? (ela nos aponta uma árvore grande e frondosa há uns vinte metros da casa atual) Pois foi essa nossa primeira casa. Fiquemo debaixo dela 05 dias, no tempo, mas ela foi nosso abrigo e tivemos *muita sorte de só chover dois dia, uma chuvinha assim rápida*. Eu acho até que o pessoal que ficou deste lado teve muita sorte, porque tem o rio logo ali (no fundo tem um “braço” do rio Tietê), então, água num fartava, nem pro banho nem pra comida. Quem ficou no meião, sofreu um pouco mais, porque tava mais longe da água e até tá pronto o poço e tudo né? Dia deste o marido tava querendo corta a árvore que ela tá sombreando os pézinho de café que nois prantou, mas eu num deixei, num quero. Ela é assim como se fosse um símbolo, né, *da nossa luta*¹⁵ (grifo nosso).

Mesmo estando embaixo de uma árvore, com três crianças entre 05 e 09 anos de idade, esta senhora considera muita sorte ter chovido apenas dois dias. Quem já passou pela experiência de ser pego de surpresa por uma chuva e ter que abrigar-se embaixo de uma árvore por alguns minutos, sabe que esta não é uma experiência nada agradável. Agora, passar dois dias embaixo de uma árvore com chuva e crianças pequenas, deve ser muito pior, porém dona Heloísa considera muita sorte. De que espécie de sorte ela esta falando? E quando ela se refere à luta e ao símbolo desta luta, de que luta fala esta senhora?

¹⁵ Dona Heloísa 45 anos, moradora da Joé Bonifácio, casada, mãe de 3 filhos maio 1999.

Retomando o depoimento completo de dona “Telma” ela nos conta:

Nos fez inscrição, mas quando chamaram meu marido ele veio só com meu filho mais velho. Eu e as outras crianças ficamos em José Bonifácio, morando na casa da minha mãe, porque nós vendemos a nossa casinha porque eles falavam que se alguém já tivesse patrimônio num ia ganhar nada de terra, então nós arriscamos tudo, vendemos a casa e meu marido saiu do emprego de tratorista na fazenda [...] Nossa foi uma dificuldade, até minha mãe num queria dar apoio pra gente, falava que nós távamos doidos que ia roubar terra dos outros e a polícia ia prender todo mundo! Olha você num sabe a *luta* que nos enfrentamos. Pensa que foi fácil conseguir aquelas terras? Foi preciso muita coragem e muita *luta*. Nem todos agüentaram, muitos foram embora. Meu marido e meu filho, este daí, ó, (aponta com a cabeça o filho que está sentado na beirada do poço nos ouvindo) foram pra lá e ergueram em barracão de lona, eles deram a lona, essas lonas pretas de plástico sabe? E lá ficaram até começa a erguer a casa. Nesse tempo eu ia e vinha, ficava de lá pra cá, só Deus sabe a *luta* que eu enfrentei, sozinha sem falar pra eles pra num desanimam eles né?. Largava as crianças na minha mãe, mais eu preocupava muito, porque ela é doente dos nervos sabe? Ela, não podia mais tá guentando barulheira de criança. Voltava pra casa eu sofria porque tinha deixado eles lá sozinho, tinha muito medo, por causa deles que ficaram pra trás. As pessoas falavam cada coisa! Que o Ribas ia mandar matar todo mundo que tava lá, que ia mandar sortar os bois em cima deles. Nossa, como sofri!. Quando a casa tava quase pronta nós fomos pra cá. Isso foi depois de um ano. Aí começou outra *luta*! Não tinha água, não tinha força, num tinha televisão, o céu olhava assim era só mata. Muitos desistiram. Muitas crianças tiveram diarreia e aquela meleca que dá nos olhos, sabe? Nós fomos firme, ficamos na *luta*, e olha tudo que nós temos hoje, num é uma maravilha? (grifo nosso).

Para o grupo organizado pelo MST, bem como para o grupo dos “44” que iniciou a ocupação quem veio “via inscrição” não enfrentou luta nenhuma, não sabe o que é lutar e mobilizar-se para conseguir terra. Para o grupo dos “44” até quem veio organizado pelo MST também veio depois da luta já estar ganha: “viram numa boa, depois que nós já tínhamos ocupado”.

Em uma das nossas entrevistas com o senhor “Adelmo” que é um dos pioneiros deste grupo, ele nos fez o seguinte relato:

Só enfrentamos a *luta* quem ocupou. E a senhora quer saber quem ocupou? Quem ocupou foram nós dos 44. Nós é que enfrentamos a polícia, os Ribas e os capatazes que eles botam aí pra correr com a gente. Eu falo assim nós dos “44” mais não é toda essa agrovila aqui não tá entendendo? E no início nós éramos mesmo em 62 companheiros, ficamos juntos nove meses acampados e os capatazes dos Ribas vigiando a gente. Fazendo judiação, colocando medo. À noite só foi embora mais de 20 dos nossos, com medo dos jagunços dos Ribas que eles eram mal mesmo, tá entendendo? Se pegavam alguém sozinho eles judiavam pra valer e a senhora vê, esses jagunços é tudo uns pobres coitados iguais a nós, mas eles se achavam muito de ser jagunços dos Ribas. Mas nós não desistimos, mesmo com aquela turma indo embora, nós cortamos a cerca, porque isso eu tenho orgulho de dizer e é o certo, quem cortou as cercas dos Ribas fomos nós, os “44”. Hoje essa agrovila que tem o nome do nosso grupo tem mais de 100 famílias, mas muitas *vieram de inscrição*, não sabe o que foi nossa vida naqueles

dias. Num sabe o que é *luta por terra*. Num sabe o que foi o medo da jagunçada dos Ribas, que boto alguns dos nosso companheiro, pra corre. Gente boa era esses nosso companheiro, merecia ter ficado, mas muita criançada, muita judiação e olha que mesmo meio ressabiado com aquela debandada, nós que também tava com muita criança, nós não desistimo de continua a *luta*, de fazer a ocupação. Cortamo a cerca, entramo e ocupamo. Isto foi em outubro de 1987, a senhora vê, em novembro chegou aquela turma de Campinas, tá certo que é tudo companheiro nosso né, porque é tudo trabalhador, eles até ajudaro, mas aí vieram numa boa, depois que nós já tinha ocupado, depois que a luta tava ganha, a senhora não acha? (grifo nosso).

No entanto, o pessoal que veio organizado pelo MST considera que sem a presença e a intervenção das famílias organizadas por eles e vindas da região de Campinas seria impossível conquistar definitivamente estas terras. O depoimento do Sr. Mário recolhido em janeiro de 1999 é esclarecedor:

Pode ser que quem cortou a cerca foram eles, mas naquela época não tinha saído ainda a desapropriação definitiva. Eles cortaro, entraro e daí? Sabe que se nós não tivesse chegado eles não conseguia. Nós era em muitos, reforçou muito a luta. Nós tinha orientação jurídica e vou fala que talvez se não fosse isto hoje era possível da gente nem tá aqui. Sabe por que? Um dia chegou uns homens aí dizendo que tava com uma ordem do juiz, uma liminar, que era pra desocupa as terra que os Ribas tinha ganho na justiça. Muita gente amedrontou. Mas nosso pessoal falou: não, gente, vamo te calma, embaixo desse angu tem caroço e isto pode ser falso. Era uma ordem lá dum delegado, mas que não tinha nenhum valor. Então acho que quem ganhou mesmo esta luta fomos nós.¹⁶

Esta considerações em relação a luta pela terra nos levam a pensar na colocação de Alessandro Portelli (1997, p. 41):

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não acrescentar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas conta-nos bastante sobre seus custos psicológicos.

Assim, entendemos as lembranças dos entrevistado como uma interpretação do passado vivido que não é mais como ele viveu e sim como ele o percebe hoje. Portanto, a experiência está presente na interpretação que o narrador faz do passado. A história que ele narra não é a história tal qual aconteceu, mas sim a visão que ele tem hoje repleta de experiências acumuladas e organizadas pela memória no momento em que é convidado a relembrar. Desta forma o entendimento acerca de fato histórico, é um entendimento em termos de interpretação, pois a história

¹⁶ Sr. Mário 54 anos, natural de Campinas, foi pedreiro, mas nasceu na região rural de Andradina, onde morou na roça até os 14 anos. Foi sócio da COPAJOTA, é militante do MST.

oral é interpretação, e então os fatos históricos não existem a não ser enquanto construídos culturalmente como tais.

Se não consideramos nenhuma fonte totalmente livre da subjetividade seja ela escrita, oral ou visual, especialmente em num trabalho em que a fonte oral é utilizada torna-se importante saber porque o sujeito foi omissivo, seletivo ou mais enfático em um determinado aspecto, pois com certeza isto possui significados que devem ser considerados. Assim, neste mesmo sentido Alistar Thomson (1998, p. 67), afirma:

Alguns praticantes da história oral na ânsia de corrigir preconceitos e fabulações deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira e não perceberam como o processo de relembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual [...] Eles não se deram conta de que as distorções da memória podia ser um recurso, além de um problema.

Alessandro Portelli (1997, p. 31) faz uma colocação semelhante ao afirmar:

A importância do testemunho oral pode se situar não em uma aderência ao fato mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstancia, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis.

Assim, Dona Heloísa, dona Telma, dona Nilda, Sr. Adelmo e Sr. Mário, como tantos outros são muito enfáticos ao considerarem que lutaram sim por essas terras, mesmo que o entendimento acerca desta luta seja diferente. Dona “Heloísa” marca toda sua lembrança através desta luta e sofrimento que passou durante os primeiros tempos de assentamento. Ela pouco sabia sobre o MST ou sobre a CPT, (ela é evangélica), no entanto durante toda nossa conversa está sempre se referindo a esta luta, como sendo a maior luta que já enfrentou na vida, tem até um símbolo dela: a árvore que não deixou o marido cortar. Considera-se uma mulher de muita sorte: afinal choveu apenas dois dias e tiveram a sorte de ter conseguido a terra através da benção de Deus.

A luta à que se refere, portanto, não é a luta para conseguir a terra, mas para manter-se nela, pois conseguiram-na através de Deus. Foi Deus quem lhes deu a terra, porém isto não a eximiu de enfrentar uma tremenda luta para nela permanecer.

Dona Telma e dona Heloísa possuem um sentimento semelhante e embora ambas tenham adquirido as terras via inscrição isto não os exime de um forte sentimento de luta para conseguir a terra. Inclusive uma luta de enfrentamentos com

a justiça, com os antigos proprietários, que durante alguns meses, no assentamento emergencial ainda ocorreu.

Dona “Clarisse”, dona “Telma”, dona “Nilda” e tantas outras e outros, porque insistiram tanto em ir em busca de terra? Elas e suas famílias não eram desempregadas sem perspectivas de vida, pelo contrário, estas famílias arriscaram o emprego, venderam a casa e passaram por momentos muito difíceis! Dona Clarisse foi para a beira da rodovia acampar com quatro filhos pequenos, porque viver na terra fazia parte de sua natureza. O que os movia? Por que arriscavam tanto, por quase nada? Sim, pois o meu ponto de vista “urbanocêntrico” me informava da tremenda dificuldade que deveria ser morar à beira de uma rodovia em baixo de lonas plásticas, sem água tratada, com pouca comida etc., etc., e tudo isto para conseguir mais dificuldade, ou seja, apenas um pequeno lote de terra sem nenhuma infra-estrutura, onde os problemas continuariam. Dona Tânia também tem a sua história de luta:

Nos fez inscrição, mas quando chamaram meu marido ele veio com o pai dele e com meu irmão que ainda era sortero e morava com a gente, né? Bom mora ele mora até hoje só que agora já tá casado, né? Eu e as crianças ficamos lá na vila onde nós morávamos, lá no Patrimônio dos Machado, que vinha a pertencer pra José Bonifácio. Mas nós somos mesmo de Montes Claro, a senhora já sabe né? Olha, eu fiquei na vila porque eu tinha que trabalhar muito! Os menino tava na escola, eu costurava para uma fábrica de meias, passei a trabalhar dobrado pegando mais costura, porque quanto mais costura mais eu ganhava, as vezes varava a noite costurando e ainda tomava conta da horta da escolinha eles não pagava nada não, mas tinha umas verdura pra levar pra casa. Eu não podia abandonar tudo de repente, eu tinha é que trabalhar dobrado, porque meu marido, meu sogro e meu irmão largaram o emprego pra ir pra lá. Como é que nós ficamos até ter a casa e plantar alguma coisa pra comer? Não foi fácil não, foi é uma **luta** danada que nem te conto! (grifo nosso).

Embora o assentamento possua 629 famílias e poucas tenham participado do processo de luta que culminou com a desapropriação definitiva desta fazenda, a imensa maioria possui uma história semelhante de expropriação do campo ocorrida, principalmente durante a década de 60 e 70 e mesmo que não tenham lutado através de um enfrentamento direto com a justiça, a polícia, com os capangas dos antigos proprietários da fazenda e principalmente com a adversidade e a precariedade da situação de “acampado”, todos, de uma forma ou de outra acreditam e sentem profundamente, relatando-nos com muita intensidade a situação de “luta” que enfrentaram para conseguir as terras de promessa.

Todos os entrevistados que vieram para o assentamento após serem sorteados pelo INCRA, nos fizeram seus relatos sempre acentuando muito a luta que enfrentaram. Quem pode afirmar que dona “Tânia”. e sua família, assim como dona Helena e sua família não enfrentaram luta nenhuma? Será que não? No entanto o grupo inicial, os “44”, não pensa assim, nem o grupo organizado pelo MST.

Acreditamos que esta é uma divergência em relação ao significado de luta por terra, mas não uma divergência em relação ao significado de terra. Assim, a maneira de conceber esta luta difere de acordo com quem a está relatando. Para o “grupo dos 44”, apoiados pelo GLEP e pela CPT e que iniciou o movimento em prol da desapropriação, a luta maior foi a deles. Para este o grupo as famílias que chegaram depois, via inscrição no INCRA ou mesmo as organizadas pelo MST, chegaram com a luta ganha.

Mas ao ouvirmos as histórias de quem aqui está, quer tenham sido os “pioneiros”, quer tenham vindo via inscrição ou via MST, percebemos que o sentimento de luta é comum a todos. Assim, começamos a perceber que este sentimento estava intimamente associado ao desejo de viver na terra e que, portanto, qualquer sacrifício para nela morar e permanecer é sempre percebido como uma luta, senão uma luta de enfiamentos com a justiça e a ordem estabelecida, senão uma luta política e ideológica, uma luta diária, quase intermitente, de privações, sacrifícios, temores e desafios vários no sentido de garantir a sobrevivência e a integridade física e moral de todos os membros da família para que acima de tudo e de qualquer sacrifício, todos pudessem permanecer na terra.

Se o significado da terra e da luta pela terra podem ser conflitantes o mesmo não ocorre quando analisamos apenas o significado da terra. Para todos os assentados entrevistados por nós este significado parece coincidir e tem muito a ver com o significado atribuído por dona Clarisse naquele primeiro depoimento, que associa seu pertencimento à terra como algo que faz parte de sua natureza, como algo vital para tornar sua vida mais plena e digna.

LEMBRANÇAS DA TERRA: TRABALHO CATIVO “*VERSU*” LIBERDADE & FARTURA *VERSUS* MISÉRIA

Permanecer na terra é um desafio incessante que estes homens e mulheres têm conseguido superar. Esta superação, esta luta quase infindável com certeza esta relacionada com as condições e formas de trabalho que a terra oferece, que além de ser uma forte vocação capaz de ser exercida de forma mais plena e digna é ainda percebido como um trabalho livre e não mais cativo do patrão. O trabalho assalariado, registrado em carteira não é valorizado positivamente nem por homens nem pelas mulheres, ao contrário, ele é visto como um espaço de opressão e percebido como não fazendo parte da natureza deles. Estar no assentamento significa livrar-se dessa opressão e retornar a um estado que é plenamente aceito por estes homens e mulheres.

Alguns depoimentos nos mostram como esta concepção vem se formando através do tempo, passando de pai para filho, de mãe para filha. Dona Vera nos contou que seus pais sempre trabalharam na roça, mas sempre de empregado dos outros, nunca tiveram seu próprio pedaço de chão e que seu pai até o fim da vida não perdeu a esperança de um dia ainda pode ter uma terra só sua. Ela lamenta que

ele tenha morrido antes deles terem conseguido as terras do assentamento. Abaixo transcrevo um trecho de nossa entrevista no qual ela relata um diálogo que teve com o pai pouco antes dele morrer e que a deixou muito emocionada durante um longo tempo. O diálogo é muito mais extenso do que o que está transcrito aqui, mas embora minha resistência em recortá-los demais reconheço a necessidade de fazê-lo:

Sabe menina, meu pai passou a vida querendo uma terra só dele, ele gostava de lavoura de café, só trabalhou nisso, sempre café. Ele já tava muito doente, morando com a gente e um dia ele me chamou e pediu pra eu arrumá pra ele esses papelzinho de faze loteria que era naquele tempo loteria de futebol, a senhora se alembra desta loteria, que a gente tinha que acertar todos os time que ganhava os jogo e fazê 13 pontos? Pois é, essa mesma. Mas nunca vi meu pai joga em jogo nenhum, espantei, né, menina? Uai, que que tá acontecendo, será que o pai num tá bom da cabeça também? Então eu comecei a conversa com ele. Eu perguntei: tá precisando de dinheiro pra que pai? Tá fartando alguma coisa pro senhor? “Não fia, não é nada disso”! É que eu fico aqui nesta cama dia intero só matutano, matutano, e se eu acertasse a loteria, eu podia comprar uma fazenda num podia”? Meu Deus pai mas o senhor já num dava mais conta de toca fazenda não, que besterada é essa agora? “Num é pra mim não que eu num to doido, é pra você mais os menino num tê uma vida tão judiada como eu e tua mãe tivemo, trabalhando pros outro naqueles mundaréu de terra e nunca ter nada que é da gente”. Num tem um fazendero em toda Minas Gerais que entende mais de lavoura de café que eu, mas que que dianta, a terra é deles e pra mim sobrou doença”. “Teu marido é homem bão, trabalhador, o emprego do cês nesta fazenda num é ruim, mas é porque cês são novo ainda, o tempo passa, as perna enfraquece e vem outros mais novo no lugar. Traibaí pros outros num é vida, fia, trabalhá de empregado é mesma coisa de sê escravo, escuta teu pai, me compra esse tal de jogo!¹⁷

Dona Vera ainda reforça sua posição de repúdio ao trabalho para os outros afirmando:

Olha menina, a mulher que trabalha pro outros, fora daquilo que é dela, ou ela trabalha por dois ou tem que perder muita coisa. Se ocê tem aquele trabalho por dia, eu acho que aquele dinheiro que ocê ganha num da pra mor d'ocê cubrir o teu serviço que ocê perde aqui (na casa e/ou lote) porque, vou te dize menina, essas mãe que trabáia fora não tem nem tempo de educar os filhos e uma empregada também num faz de tudo que precisa, um doce, um pão, uma comida assim com fortidão né?

Indagando dona Telma sobre o trabalho assalariado e se ela não sentia falta de ter o seu próprio dinheiro para fazer suas coisas independentes do marido, ela imediatamente nos fez entender pelas suas respostas que ainda temos um certa ignorância em relação ao mundo rural e não conseguimos no afastar das concepções de vida urbana:

¹⁷ Dona “Vera” nos fez este depoimento muito emocionada. O pai morreu em 1978, quando eles trabalhavam em uma fazenda na região de João Molevade em Minas Gerais. As palavras do pai a influenciaram tanto que ela também começou a desejar a terra mais do antes, segundo ela mais do que o próprio pai.

Trabaiá assim por causa de salário a senhora fala? *Deus me livre!* A senhora acha que eu vou querer ter um dinheiro assim só prá mim? Por causa de que que eu ia querê tê esse dinheiro se não for prá ajudar o marido? Compra mais umas vaquinha, melhorar a cerca, comprar umas coisa pros moleque, uma televisão melhor, umas coberta pra casa, aí sim dinheiro é bom, mas não assim só prá mim né? Eu ia faze o que com ele se não fosse isso mesmo que eu falei prá senhora? O resto tudo que quero tenho, o lote é nosso, meu e do marido e tudo aqui é em conjunto. Eu não tenho estudo, se for trabaia num compensa, é mais duro! Que ver uma coisa? Na cata da laranja, tem caminhão que vem aqui ve se num tem gente que quer ir. Arguns vão, principalmente se no lote deles já plantou ou já colheu. *Eles registra e tem gente que se ilude com isso!* Só que é aquele salarinho contado e 30k de arroz. Mas todo dia as 7h tem que tá no 'pé-do-pecado' (pé de laranja). A condução pega as 6:30h, ocê vai chega só as cinco e meia da tarde em casa. Tá chovendo, fazendo frio, tem que ir, se perdê um dia num ganha os 30k de arroz e num é arroz bão não. Aqui, hoje tá frio e eu não fiz nada, nem roupa eu lavei. Nem tô aí! Deixa a roupa, amanhã eu lavo. Se ocê tá trabalhando pra fora ocê tem que fazer seu serviço de qualquer jeito, com frio ou chuva, as vez até com dor, *nossa, quanto que eu já num trabalhei sentindo dor, até com febre. Nessa época eu sentia mesmo é falta de ter o meu canto, pra eu pode faze o que quiser* na hora que eu quiser. (grifo nosso).

Sr. Zeca também associa o possuir terra com a liberdade de poder trabalhar do jeito que quiser, a hora que quiser, sem patrão controlando o horário e o serviço:

A terra sendo da gente, a gente colhe e planta o que quer. Foi muito bom ter vindo prá, apesar de tudo, das dificuldades. Não tem como o camarada trabalha pra ele mesmo, o horário a gente que faz, a gente trabalha pra gente, com a cabeça mais leve, mais solta. Não é quem antes que nós ficava preso esperando o patrão chegar para dar as ordens. As vezes o patrão vinha só no Sábado ou Domingo, que ele era doutor em São Paulo, então eu ficava preso esperando, doido pra ir pescar ou conversa com os camarada na venda, mas não podia tinha que esperar ele, e ele não avisava quando vinha não. As vez ficava esperando ele não aparecia, isso me dava uma chateação. Eu era um camarada mais emburrado, vivia chateado, nervoso. Hoje isso passou tudo. Pesco a hora que quero, vou pra agrovila conversa com os camarada, vou prá Promissão, sento lá no escritório do doutor Edson, lá no DAF, tomo um café.

O Sr. "Osório" tem 52 anos, é natural do Paraná onde o pai tinha um pequeno sítio de 10 alqueires, mas quando ele tinha 20 anos o pai perdeu tudo e eles tiveram que deixar a terra. Daí em diante ele só morou em cidade. Passou por vários Estados, e estava morando em Lins, trabalhando de motorista de ônibus. Sua esposa participava de um curso de alfabetização para adultos que era ministrado pelo GLEP e ficou sabendo da movimentação para conseguir estas terras. Ambos ficaram entusiasmados, pois ela também já tinha morado no campo e sempre quis voltar para a terra. Os três filhos do casal, 2 meninos, na época um com 10 e outro com 12 anos e uma menina com 7 anos, ficaram com receio de deixar a cidade mas acompanharam os pais. Esta família foi uma das que formou o chamado "Grupo dos

44”. Nossas conversas com este casal e com seus filhos que hoje continuam morando no assentamento foram muito enriquecedoras.

Na entrevista feita com o Sr. “Osório” em março/00, seu depoimento em relação ao significado da terra é muito interessante e demonstra a influencia da concepção de seu pai, naquilo que ele entende como sendo o trabalho em terra própria:

Eu nasci e me crie na terra. Meu pai tinha um sítio muito bonito. Minha mãe costumava dizer que ali era um pedacinho do paraíso na terra. Nós tinha de tudo ali, fruta, verdura, leite, arroz, feijão isso só para o gasto nosso. Pra comercializar era um pouco de leite e soja. Tive uma infância feliz, não faltava nada. A escolinha ficava perto e era muito boa diferente dessas de hoje, acho que meus filho sofreram mais que eu. É a vida deles foi mais difícil. Mas então como eu tava dizendo, meu pai fez um financiamento que derrubou ele, acabou com tudo. Ele fez o empréstimo e deu o sítio de garantia. Num sei dizer ao certo o que aconteceu, se foi uma crise nos preço da soja, se os juro aumentou muito, só sei que lembro quando meu pai avisou que nunca mais nos ia conseguir pagar o banco e que ia ter que entregar o sítio. Ele sentou na mesa da cozinha, abaixou a cabeça e falou pra minha mãe: “eu acabei com tudo, destruí tudo, mas daqui ninguém me leva vivo, eles vão ter que me matar para me tirar daqui. Um homem do sítio sem a sua terra não é nada, não vale nada. Minha mãe tentava consola lembrando que nós ainda tinha uma casinha na cidade e que todo mundo podia arrumar um emprego! Ele disse: só sei trabalha na terra e não vou trabalhar em terra de estranho, não vou ser mandado como um muleque! Casa não vale nada! Com a terra se compra uma casa que nós compramo aquela, mas com a casa o que havemo de comprar se não vale nem uma unha do que nós tamo devendo!” Dois anos depois de nós estar na cidade meu pai morreu, pouco tempo depois minha mãe também se foi. A tristeza para eles foi muito grande. Ai os irmão foram indo cada um pra um lugar. Hoje eu só sei do paradeiro da minha irmã, dos outros quatro num sei dizer, mas nunca esqueci as palavra do meu pai: sem a terra um homem do sítio não vale nada. Por isto enfrentamo a luta aguentamo até o fim. Minha filha caçula teve uma diarreia que nos pensamo que ia perder ela, mas o pessoal do GLEP ajudou muito.

Dona “Sônia”, 59 anos é uma mulher negra, baiana, forte e muito risonha. Quando cheguei a seu lote pela primeira vez (março/99) fiquei surpreendida pelas condições precárias de vida. A casa ainda de lona, tinha poucos e precários móveis. Na sala apenas alguns caixotes para sentar e os restos de um sofá. Na cozinha um armário quebrado escorado por tijolo e uma mesa. Quinze pessoas moravam com ela que é viúva, 3 filhas casadas, 6 netos pequenos, 2 filhas solteiras e 1 filho deficiente mental. Uma das filhas solteiras não tem metade da perna. Inicialmente pensai que ia ouvir uma história de tristezas e amarguras, de reclamações do governo da situação etc. Surpreendentemente, dona Sônia começou a nos contar de sua imensa satisfação de ter conseguido aquelas terras. Seu sorriso largo e espontâneo suas palavras de contentamento por esta em uma terra que lhe pertence não combinavam com a precariedade do local. Apesar de já estarem na terra há dez anos, o lote não possui horta nem galinheiro. Há um chiqueiro de porcos com 4 animais e o pomar é mínimo.

Realmente sua história é triste, feita de privações e amarguras, mas sua voz forte, com muito sotaque, que pretendi reter na transcrição da melhor forma possível, revela antes, determinação, superação. Não há lamento contra a sorte, nem lamúrias em vão, nem mesmo em relação à ajuda que deveriam ter da assistência técnica e não têm. Quando ela começou a contar sua história a situação foi ficando mais inteligível.

Natural do sertão árido da Bahia, município de Caetite, fugindo da seca ela e a família já percorreram quase todo o país, chegando até o Paraguai, onde segundo ela, foram mantidos presos como escravos numa fazenda. Um dos filhos nasceu lá, mas ela não registrou o nascimento dele, porque não queria ter um filho paraguaio.

Sem paradeiro certo, ficaram de lá para cá durante 30 anos. Nestas andanças, morreu o marido e um filho. Há dez anos estão quietos no mesmo lugar, aqui no Assentamento Fazenda Reunidas, num lote precário, muitas bocas para alimentar, pouca produção, só mesmo para subsistência, quase não há o que comercializar. Plantam apenas mandioca e feijão. Por quê continuam aqui? O que os leva a permanecer em um lugar tão inóspito?

Minha filha se contá toda minha história é capaz de num me aquerditá. É uma história muito cumprida que eu vou encurtá. Sai mulher feita da Bahia, já casada e com tres filho. A seca castigou muito naquele ano. Não sei direito que ano era, faz as conta, eu divia de te 19 pra 20 ano, [...] é acho que era 1960, ou era 59, não sei, é por ai. Eu num queria vim pra Sum Paulo, queria fica em algum lugar lá na Bahia mesmo, um lugar que fosse melhor que aquele que nos morava, talvez ali perto de Guanambi, que é um lugar que a seca nunca castiga muitcho, num sabe? Mas meu marido era um cabra arretado e pôs na cabeça que fica na Bahia era vechatório prum homem que tinha perdido a lavoura e que ele tinha que vorta rico prá num sê desfeitiado. Se dizia que em Sum Paulo tinha muitcho trabaio e que o cabra podia inté fica rico e assim fui eu com meu marido sempre atras deste sonho impossível de enrica e ter terra só dele. Arrastou nós prá tudo quanto era lado. Depois que o marido morreu foi pior. Nós já foi muito castigado, muito judiado. A senhora nem queira sabe! Fomo parar no corte da cana. A pior coisa que tem no mundio é trabaio pros outro, ser mandado por capataz e muito tempo foi assim que nós trabaio, cortano cana com o capataz atras, vigiando, sondando. As vez gracejando com as minha menina, que eu já num tinha o marido entonsses sabe como é. Isso é uma desgraça! Esse meu fio que parece deficiente, é não, era sãozinho. Isso que aconteceu com ele foi num acidente com o caminhão dos boia-fria que levava turma pra corta cana, ele bateu com a cabeça. Os médico falou que ele não ia vive. Meu outro filho, o mais velho, que tava junto morreu na hora. [...] A menina que não tem a perna, a senhora viu ela? Foi um corte com o facão de corta cana. Machucou muito e nós sem condição, deu uma doença que num me alembro e teve que corta. Por isso eu falo: a única desgraça da minha vida foi a cana e a seca tumem né? Quando falei que tava num paraíso a senhora estranhou, é não? Depois de tudo que contei a senhora ainda duvida que eu tôu num paraíso? A senhora ve anssim, o barraco feio, os móvel desarrunado, mas tamo tudo junto, a famia toda Temo casa nossa, temo porco, mandioca, feijão. Fome ninguém passa. Uma vez veio um cabra lá do governo dizê que se nos continuava assim ia te que devolve o lote pra eles, que nós não tava progredindo e que tinha gente melhor que nós pra mora aqui e fazê essas

terra ir prá frente. O que que eu fiz? contei pra ele minha história. Aqui nunca mais apareceu ninguém. Olha vou fala uma coisa pra senhora: daqui ninguém tira a gente, que filho meu nem neto num vai mais se judiado, nem castigado e mandado pelos outro, sendo desfeitiado como nos já foi. Podemo come só mandioca e feijão, mas tá bão, tudo mundo tá junto agora e num tem mais ninguém pra maltratá nós!

Dona “Sônia” tinha 59 anos, quando nos contou sua história em março/99. Realmente é uma história muito longa, das qual transcrevemos apenas um trecho, cheia de idas e vindas perdas e ganhos, alegrias e tristezas, encontros e desencontros, com os pais e os irmãos. Mas, sua coragem e determinação são inabaláveis. Seu lote localiza-se em uma área pouco fértil, de solo arenoso que não é bom para lavoura, mas que seria ótimo para pastagem, mas como a família é muito pobre, não conseguem financiamento para gado leiteiro. As condições de vida deles não são boas, mas já foram muito pior. Poderiam ser melhores se obtivessem ajuda para elaborar um projeto de financiamento para gado leiteiro.

O trabalho em terra própria se contrapõe com o trabalho assalariado seja na terra ou na cidade. A terra é concebida como um meio de ser livre, de não ser mandado, castigado, judiado. O trabalho na terra aparece como centro na definição de vida destas mulheres e homens: “um homem do sítio sem sua terra não vale nada” nos diz seu Osório. Ou seja, é um homem sem definição, cuja identidade fica abalada.

No caso da dona “Sônia” e em todos os outros, trabalho na terra é claramente entendido como forma de garantir casa, comida, emprego, saúde, escola, paz, tranquilidade, justiça, ou seja, capaz de garantir os frutos que o trabalho pode proporcionar.

A fartura que a terra pode representar é constante e recorrente em todos os depoimentos e entrevistas e também estão associadas à liberdade que o trabalho em terra própria proporciona.

No assentamento as mulheres recuperaram práticas tradicionais, tais como fazer com a mandioca o próprio polvilho para preparar biscoitos; colher a laranja e fazer o doce; matar o porco, salgar a carne, fazer a banha, a lingüiça; amassar e assar o pão e ainda fazer o próprio sabão.

Estes trabalhos, muitas vezes considerados opressores e ultrapassados, principalmente nos centros urbanos onde tudo pode ser comprado pronto, representam para estas mulheres, um saber recuperado, impedido de se manifestar nas cidades ou nas roças dos patrões. É trabalho que se transforma em fartura. Dona Vera, por exemplo, nos contou que quando era criança ajudava a mãe e a avó no preparo do polvilho, que depois iria resultar em maravilhosos bolos e biscoitos, no entanto, depois mocinha e já casada, nunca mais pode fazer para os filhos aqueles quitutes. Ela julgava até que não

se lembrava mais de como fazê-los, porque tinha perdido o hábito de prepará-los. Em um pequeno trecho de sua história de vida, ela diz:

Quando nós era empregado dos outro muitas coisa eu queria fazer, mas de que jeito se tudo tinha que ser comprado? Nós até plantava alguns pouco pé de mandioca no meio do café que não dava para nada. Prá fazer polvilho, menina, precisa de muita mandioca. E o resto que vai prá fazer o biscoito? Tinha que comprar tudo! Hoje nós faz biscoitinho de polvilho a rodo de tanta mandioca que nós tem. Viche! É uma delícia, nossa! Num precisa comprar nada para fazer o biscoito! Ovo nós tem, gordura nós faz, polvilho nós faz, leite, nós tem, só precisa comprar mesmo é o sal. Que gostoso que num é né menina? Eu acho que se melhorar mais até estraga, viu? Hoje eu num faço só biscoito não, faço muito doce: de laranja, de mamão, de abóbora, de leite. Nossa de leite a mulecada lambe os beiço! Tudo esses doce eu aprendi a fazer com a minha mãe. Mas precisa ter coragem para fazer, não é qualquer um que enfrenta não, porque é um servicinho enjoado, que eu nem lembrava mais como era. Só que eu faço com o maior carinho, com o maior prazer, porque é meu. Num tem um patrão prá falá: faz isto! E já chegar, arrastar e levar embora. Patrão via pedindo prá eu fazer biscoito de polvilho. Quando era mais novinha até que cheguei a fazer, mais depois dava uma tristeza de vê aqueles meus biscoito tão bão ir embora e nem obrigado falava. Ai resolvi falar que não sabia fazer e com o tempo achei até que tinha esquecido mesmo. Mais hoje sempre que posso faço e faço de montão não é poquinho não, é prá comer mesmo!

A fartura na terra traz lembranças de cheiros, quintais, sabores. Dona Clarisse nos fala de fartura e de lembranças que ela procura reproduzir, tal qual dona Vera¹⁸:

Na cidade tudo tem que se comprado é tudo no dinheiro. Imagina só comprá banana, meu pai se tivesse vivo num acreditava nisso e nós mesmo morando na roça se queria banana tinha que compra. A terra era do patrão e só tinha café e ninguém podia fazer nem horta. No tempo do meu pai era diferente. ele era meeiro mas tinha o de come pra nós, fruta, verdura, galinha. Lembro que ele apanhava os cachos de banana já granado, mais ainda verde, cavava um buraco no chão do quintal e pnhava enrolado num jornal, daí tres dia ele tirava. Nossa! A banana ficava um mel e que cheiro! Aqui, plantei banana e faço o mesmo. Pena não ter nenhuma no buraco pra senhora vê, mas o bananal taí.

Dona Tânia também faz questão de nos dizer e mostrar tudo que tem no lote. Sua voz torna-se orgulhosa quando nos diz:

Aqui se quero uma laranja vou no pé e apanho. Se tô precisando de feijão entro no quartinho pego um bocado e vou peneirar, se preciso de café vou no quartinho pego do saco torro e vou moer. Se quero um frango caipira eu vou no terreiro e tem. De vez em quando, tem um porco gordo, eu mato. Sabão eu

¹⁸ Pensamos esta reprodução como algo semelhante ao que Alfredo Bosi (1979) diz: "Enquanto houver um cotidiano popular rústico, as tradições se reapresentam e se reelaboram não como reprodução compulsiva do passado, mas como necessidades da população. *Tradição e contradição*."

faço em casa, não preciso estar comprando essas barrinha que eu comprava antigamente e não valia de nada. Isto é uma satisfação!

O ideal de fartura faz com que homens e mulheres cultivem cada vez mais o hábito de preparar tudo o que podem em casa e ter orgulho de mostrar o fogão sempre cheio, o pão quente saindo do forno. Em meio a muitas entrevistas somos interrompidas para tomar café, comer um pedaço de bolo ou pão. Na pausa de uma destas entrevistas dona Clarisse foi insistente:

Hoje a senhora não sai daqui sem levar esse pão que fiz especialmente pra senhora, venha ve logo que a menina já tá tirando do forno. Num ficou uma beleza? Sabe tudo que nós pode nós faz aqui mesmo. Olhe no terrero meu marido, hoje ele tá batendo milho prá fazer fubá. Esse fubá que nós faz fica meio grossinho, não é que nem esses comprado, ralinho ralinho, num dá polenta boa. As vez as pessoa pergunta como é que faz polenta. Eu digo: olha, começa fazendo o fubá senão a polenta num fica boa não. Não tem mais fubá como os de antigamente, só esses mesmo que a gente faz é que presta.

O chiqueiro de porcos existe em todos os lotes que visitamos até nos mais pobres. O porco é um animal criado exclusivamente para consumo, mas segundo o depoimento de dona Telma, logo abaixo, parece significar mais do que isto. É comum pedir a um vizinho que venha ajudar quando o porco está no “ponto” de ser abatido e nestes casos jamais o vizinho pode ir embora sem levar um bom pedaço de carne e também, dependendo do tamanho do porco, ganha-se uma lata de banha. Dona Telma faz um depoimento interessante a respeito de porcos, fartura, costume, ajudas, vizinhos e lembranças de patrões:

Porco todo mundo tem que ter. Porco é fartura, e, além disso, ele cisca prá frente, ajuda o dono a ir para frente também. Ainda mais se tem galinha, ai tem que ter porco de qualche jeito. Porque? Porque a galinha cisca prá traz, se tiver só galinha o dono num vai pra frente. Pode andar esse assentamento interinho que a senhora num vai encontra um lote sem porco! Quando o marido da Toninha vem ajudar a matar o porco é festa! Nós faz comida junto armoça junto, a molecada faz aquela farra e eles ganha a carne, né? Isto é o nosso costume aqui, né? Bão acho que tudo lugar é assim. Agora trabalhando pros outro a gente ganhava também, porque que nem eu falei é costume: quem ajuda a matar o porco tem que ganhar senão, quem não dá atrai pobreza. Nós matava o porco pro patrão, mas ganhava só as tranqueira, né? Nós ganhava as barrigada e os miúdo. Que mardade né? Nós precisando tanto e eles que tinha tanto dava só isso.

A fartura na terra em contraposição com a miséria vivida na cidade ou mesmo nas roças do patrão aparecem em quase todos os depoimentos, mas o de dona Telma acaba por resumir muitos deles.

Eu sempre morei no sítio, fui morar na cidade já grandinha, mas a saudade da terra era grande! As vezes no meio do dia dava vontade de beber leite, a gente

ia buscar a vaca no meio do pasto. Era uma vaca mansinha lembro como se fosse hoje, ela chamava Maritaca. A gente corria atrás das vacas, era amarrar capim pra vê os outros cair, andava de cavalo, ia pro rio, brincava no meio do cafezal. Ia muito pra casa da vó que era pertinho. Viche! Na casa da minha avó nós pintava e bordava! Quando nós mudamo pra cidade de Rio Preto foi muita tristeza, nós sentia muita saudade, parecia que tinham arrancado um pedaço da gente!. Não tinha mais aquela liberdade, aquela fartura! Imagina, bebe leite no meio do dia! Que nada, leite nós nem via mais! E arroz então? teve uma época destas braba, que nós só comemo macarrão mais de seis mês, arroz, num via nem o cheiro. Ocê sabe que até hoje eu num topo muito macarrão?

Dona Maria do Carmo além de relacionar a terra com a fartura em termos de alimentos, nos apontou uma outra vantagem: poder plantar ervas medicinais. Com a ajuda do padre de Promissão, que deu-lhe um livro sobre a atuação das ervas no organismo, ela fez uma horta “medicinal”, seguindo as lembranças das andanças pelas roças e matos que fazia com a mãe, procurando ervas para cólicas, febre, dor de garganta.. A princípio ela julgou que não seria mais capaz de reconhecer todas aquelas ervas que a mãe e avó tinham em casa, algumas precisaram ser compradas e hoje ela possui uma horta com muitas ervas.

Olha nós tem de tudo aqui: marcelinha, serve prá cólica de criança nova; novalgina: ajuda a abaixar febre. É mesma coisa que novalgina. Esse é o poejo: faz chá pra tosse; aqui tem boldo serve pro estomago, erva-doce, erva cidreira, capim limão. Aqui tem romã, serve para fazer chá para dor de garganta.

Todas estas evidencias nos permitem afirmar que as experiências obtidas, por estas famílias, ao longo de suas vidas pode ter contribuído para transformar costumes, tradições, hábitos, porém não a ponto de descaracterizá-los. Muita coisa ainda sobrou do modo de viver típico do sitiante tradicional, que no assentamento encontrou espaço favorável para se manifestar.

Estas evidencias nos permitem perceber que o significado da terra vai além da alternativa para a miséria e desemprego, mas acima de tudo consideram-na como uma forma digna de viver, morar e trabalhar, uma forma que é mais de acordo com a sua *natureza*, que muitas vezes parece coincidir muito mais com os ritmos da natureza física do ambiente que os cerca do que com o ritmo do relógio.

O significado atribuído ao valor da terra não tem relação com o que ela que vale para o mercado, mas sim com o que vale moralmente para àqueles que dela precisam para o seu sustento¹⁹. Mais do que um fator econômico, a terra para estes sujeitos representa um espaço em que é possível realizar um modo de vida,

¹⁹ Para Woortmann (1990) em *Com parente não se negocia*, a ética camponesa ou o que ele chama de *campesinidade*, ou valores culturais camponeses, a terra tem muito mais um valor moral do que econômico e produzir para o mercado, não significa, necessariamente, estar integrado a ele e nem tão pouco, modernidade, no plano do valor. Significa garantir a terra como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor.

que comporta um jeito de querer viver, morar, trabalhar e divertir-se que não são separados, que acontecem no mesmo local, e muitas vezes concomitantemente. O que é muito diferente do ocorre com os espaços do homem urbano, em que cada esfera de sua vida exige um espaço determinado para realizar-se.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nossa pesquisa mostra que de uma certa forma o mundo rural permanece neste assentamento através de práticas diferenciadas das práticas urbanas, através de modos de sentir, de viver e de pensar a vida e o mundo do trabalho essencialmente diferente do modo como estas coisas são pensadas e sentidas no mundo urbano. Práticas que são engendradas a partir da memória e experiência histórica destes sujeitos, das lembranças *herdadas do passado e que são digeridas, assimiladas e recriadas* e que não surgem da imposição de órgão mediadores.

Podemos perceber nos depoimentos e entrevistas o quanto à posse da terra significou para as vidas destas pessoas. E mais ainda, podemos sentir nos seus gestos, nos seus olhos e na ênfase de suas vozes o quanto a terra é sinônimo de liberdade entendida como poder trabalhar a hora que quiser, fazer o próprio horário, não ter que prestar contas ao patrão. A terra é moradia, aconchego, fartura, mas é trabalho autônomo.

Todas as evidências analisadas nos permitem pensar que antes do assentamento, embora talvez até fazendo o mesmo trabalho, estes homens e mulheres não o percebiam como útil, pelo contrário, além de cansativo, monótono e obrigatório ele beneficiava somente ao patrão. Hoje este trabalho é sentido como tendo uma finalidade uma vez que seus frutos são inteiramente revertidos em benefício próprio e do aumento da qualidade de vida da família. Talvez os assentamentos e o modo de vida e de produção que se estabelece no mundo rural coloquem estes homens e mulheres numa situação menos alienante no sentido marxista do termo, pois como afirma Marx (1979, p. 97):

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido.

Exatamente esta situação de trabalho, penoso, sofrido e que não faz parte da natureza, para estes assentados é lembrança do trabalho urbano, que o trabalho na terra parece “libertar”.

Percebemos que valorizar o saber e a experiência da vida comum de agentes sociais que nunca tiveram voz, é de fundamental importância no sentido de

libertar a história de muitos preconceitos e conduzir-nos a percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, além de promover o papel enfático e decisivo da cultura como uma das forças motivadoras de transformação histórica.

Estamos pensando, portanto, que o resgate de certas tradições, a experiência e resistência cultural de famílias assentadas frente à coletivização e racionalização produtiva do processo de trabalho segundo concepções vindas de “fora”, segundo aquilo que órgãos estaduais, ou grupos de apoio consideram avanço e modernidade devem ser atentamente examinadas, antes de nos lançarmos à interpretações simplistas, do tipo que rotula estas famílias como conservadoras e atrasadas ou que polariza a interpretação entre moderno e arcaico.

Acreditamos que as famílias em busca por terra tinham um projeto de vida em comum. No entanto, este projeto de vida não implica em um modo unitário de ser, baseado sobre um único princípio ou uma única causa, mas está associado a uma “certa lógica comum”, a uma maneira especial de ser, de se pensar, de pensar os outros e de estar no mundo, e que pode ter conduzido estas pessoas para a luta pela terra e não ao contrário. Portanto este desejo é que as conduzem à luta pela reivindicação do direito à terra, ele é o cimento que une estas pessoas. Então, ele não termina nem esmorece com a conquista da terra, porque embora a luta possa ter fortalecido esta união, seu mote principal é um projeto de vida centrado no viver na terra, que perdura e parece não findar.

Assim, estes homens e mulheres que compõem as famílias deste assentamento e que percebemos “semelhantes”, tiram esta semelhança daquilo que lhes dá unidade: a terra. Por isso mesmo o assentamento não é, nem poderia ser, um todo homogêneo, longe disto. As individualidades existem. Há sempre um detalhe que fala da vida íntima de cada família, e que as particulariza.

Mas a terra é o elo que os une e, portanto lhes dá identidade sem, contudo os tornar homogêneos. Se esta identidade centrada no querer viver na terra é anterior à luta, portanto não é a luta que dá coesão ao grupo, não é a luta que transforma ou modifica a identidade. A luta, pode sim, reforçar esta identidade e reconstruí-la.

Com o esclarecimento das fontes orais, percebemos que a luta pela terra travada pelas famílias do assentamento Fazenda Reunidas, não foi apenas uma alternativa ao desemprego ou ao subemprego a que muitos deles estavam submetidos, mas sim um projeto de vida. Constatamos que embora esta luta incorpore em suas fileiras um certo contingente de trabalhadores urbanos desempregados, todos possuíam suas raízes no campo.

Suas histórias nos permitem afirmar que a conquista da terra para “plantar o que, quando e como quiser”, garante um sentimento de dono do destino e autonomia, a toda família. O homem ganhou maior dignidade ao conseguir alimentar e abrigar a família com os frutos do seu próprio trabalho sem ser “mandado”. Os jovens, apesar da vida rústica da roça, foram socializados no mundo da luta pela

terra e demonstram claramente, um sentimento de orgulho pela conquista dos pais e sentem prazer em trabalhar em uma terra que “não é de patrão”.

A mulher recuperou certos “saberes adormecidos” como: colher a laranja e fazer o doce, tirar o leite da própria vaca e fazer o queijo e a manteiga; matar o porco e fazer a lingüiça, o torresmo e até o sabão; ralar a mandioca, fazer o polvilho para preparar o biscoito; buscar no “quintal” os ovos, juntar com o leite, a manteiga e fazer o pão. Estas práticas, normalmente consideradas tradicionais, ultrapassadas e opressoras da mulher em uma sociedade urbana, no assentamento parecem significar conquista de autonomia e delimitação de um espaço feminino em que a mulher “reina” absoluta, pois transforma trabalho em fatura. O trato com os alimentos parece ser uma habilidade desenvolvida através de um saber acumulado por gerações e gerações de famílias camponesas.

Este “saber fazer” específico do universo feminino de tradição camponesa, impedido de se manifestar nas cidades ou no trabalho nas roças do patrão, colocou para estas mulheres o desafio de reaprender novas/antigas formas de lidar com a terra, (re)despertando-as para o valor dos alimentos tradicionais e das ervas medicinais. Trouxe de volta um sentimento de orgulho e prazer, quando a memória foi buscar no baú das avós, receitas de biscoitos e chás medicinais, pães e bolos que muitas mulheres não acreditavam mais que ainda sabiam prepará-los.

As fontes orais nos permitiram ainda, perceber certas sutilezas do universo mental, social e cultural destas famílias que seriam impossíveis de serem apreendidos de outra maneira. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, que é muito nítida no assentamento acabando por resultar em uma certa hierarquia entre homens e mulheres, sem o esclarecimento proporcionado pela fonte oral poderia a primeira vista, nos levar a pensar em uma rígida subordinação feminina. No entanto, o que temos observado é mais uma delimitação de espaços e papéis, do que uma submissão e/ou subordinação feminina. Estas mulheres não manifestam a necessidade de ter o “seu próprio dinheiro”, como normalmente se ouve de mulheres urbanas. O trabalho assalariado é pensado como um trabalho “cativo”, que judia, maltrata e oprime. Vários depoimentos revelaram que livrar-se do trabalho assalariado é livrar-se da opressão e da sujeição ao patrão.

Consideramos, portanto, que não entender os sujeitos desta luta como capazes de possuírem um projeto próprio para suas vidas é esvaziar-lhes o saber, percebendo-os como pouco letrados e “prisioneiros” de uma espécie de paternalismo das classes dominantes e/ou intelectuais, o que os desqualifica como sujeitos políticos. E assim, projetos “de cima” pensados por intelectuais ou líderes de movimentos sociais, são impostos por serem considerados os mais adequados àqueles que não sabem decidir sobre o próprio destino.

Pensamos que nosso esforço em responder as questões propostas por esta pesquisa pode contribuir para que os projetos elaborados quer pelo Estado,

quer pelo MST ou por outros grupos de apoio à reforma agrária, possam ser mais eficientes e mais ágeis a medida que não nega, mas incorpora nestes projetos o saber e a cultura destes agentes sociais, seu modo de sentir, pensar e agir diante da produção e da transformação da sociedade.

Cremos, ainda, que as reflexões em torno da reforma agrária precisam ser exaustivamente analisadas. As interpretações acerca da reforma agrária e de todo este processo de luta pela terra são múltiplos, porém acreditamos que pensar a sua realização implica em uma determinada forma de conceber a terra. Quando um intelectual se dispõe a estudar a reforma agrária, seja ele contra ou a favor, ou mesmo quando o Movimento dos Sem Terra prepara suas cartilhas para defender a reforma agrária, interessa a ambos demonstrar a validade de seus pontos de vista. Quando me refiro a ponto de vista estou querendo dizer também, filiação teórica, visão de mundo, formação acadêmica, pertencimento social que comportam e conformam um determinado jeito de pensar o homem, a sociedade, o mundo e neste caso específico, comportam e conformam uma maneira de pensar a reforma agrária e a terra. Mas, quanto mais rígida for a filiação teórica, do intelectual ou do Movimento, tanto mais entrincheirados ficarão em suas posições, e quanto mais entrincheirados menor o campo de visão, maior a aversão pela opinião do “outro”.

O “outro” que pensa política e intelectualmente diferente ou é encarado como “inimigo” que deve ser combatido, ou como um desvalido, depauperado econômica e intelectualmente e que, portanto, deve ser conscientizado e conduzido. Nunca o “outro” é visto como alguém que pode ter algo a dizer e a nos ensinar ou que pode pensar por si próprio e decidir sobre o seu destino. E é exatamente neste ponto que acreditamos estar o nó desta questão, ou seja, grande parte da literatura acadêmica e grande parte do MST, não consideram a visão de mundo daqueles que estão em luta por terra, não consideram seu pertencimento, o seu ponto de vista e a sua formação cultural, e sua forma de conceber a terra.

Referindo-se especificamente ao MST, José Geraldo Poker (1999, p.287) afirma:

Mas caso a direção do Movimento permaneça cultivando os elementos de coação e de heteronomia, que aprisionam quaisquer paradigmas adotados no dirigismo e coletivismo, podendo ser eles observados no campo discursivo das publicações oficiais do MST, na fala dos militantes e inclusive na mística, daquelas planejadas, poucas mudanças ocorrerão. O dirigismo e o coletivismo alimentam as contradições observadas no campo da prática, aumentando as probabilidades da mesma história se repetir, a despeito do esforço empreendido em contrário, como há muito tempo se vê na relação entre os agentes mediadores e os sujeitos de movimentos: como último ato de sua emancipação, os sujeitos emancipados tendem a completar o processo, emancipando-se também dos emancipadores.

A luta pela terra travada pelas famílias deste assentamento não parece uma luta que pensa a propriedade da terra unicamente como propriedade burguesa, como forma de resolver problemas apenas materiais. É antes um instrumento de luta pela vida, mas não de vida material simplesmente, mas sim de uma vida mais plena e digna que comporta um jeito de ser e estar no mundo e no tempo, ou seja, que comporta um jeito próprio de existir e pelo qual vale a pena lutar.

Desta maneira, pensamos que o assentamento apresenta-se como um espaço onde a construção deste novo modo de vida sobre a terra, articula, simultaneamente, o resgate de modos de vida tradicionais com a incorporação de práticas modernas, tanto para a organização do trabalho e da produção, como para as relações familiares e sociais.

Se por um lado existe a modernização das práticas de produção, através da inserção na agroindústria e da implantação de estufas, por outro sobrevivem a solidariedade vicinal, os favores mútuos, as trocas de serviços, a importância das festas religiosas, o gosto pela comida preparada no fogão de lenha.

A terra é concebida como local de moradia, de trabalho, de produção e reprodução da vida material e afetiva. Não ter patrão, nem horário para cumprir é estar livre. Portanto, o desejo que os move é o da autonomia, representado pela conquista da terra que garante fartura, sossego e liberdade, sem a “*conotação pequeno-burguês e acadêmica a qual estamos acostumados*”, como diria José de Souza Martins.

REFERÊNCIAS

- ANTUNIASSI, M. H. R. Família camponesa na bibliografia sócio antropológica sobre o meio rural: padrões culturais e obtenção dos meios de vida. *Cadernos Ceru*, São Paulo, série 1, n. 5, 1994.
- ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997.
- BARONE, L.A. *Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.
- BARREIRO, I. M. de F. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.
- BARREIRO, J. C. *Campesinato e capitalismo*. Campinas: Unicamp, 1986.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERNAVA, C. M. *A “igreja sem nome” e sua atuação na agrovila dos “44”: um estudo de caso*. Marília, 1996. Arquivos CPEA. Mimeografado.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

- BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu: sociologia. In: ORTIZ, R. (Org.) *Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1997.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BERGAMASCO, S. M. P.; D'AQUINO, T.; FERRANTE, V. L. B. *Assentamento de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva de seu passado/presente*. São Paulo: ANPOCS; Vértice, 1991. (Ciências Sociais Hoje).
- BERGAMASCO, S. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRANDÃO, C. R. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BORGES, M. C. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.
- BORGES, M. E. L. Estilistas urbanos no universo rural: o PCB na luta pela sindicalização em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.
- BORGES, M. S. L. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita, 1997.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Memória e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BUIM, P. C. *Promissão: um sonho possível*. Arquivos do CPEA, 1996. (Filme),
- BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. *A cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do rio bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- CERTEAU, M. D. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- D'AQUINO, T. et al. Nas terras de Promissão: da luta à construção do "lugar". *Cadernos de Pesquisa: Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 1, n. 1, 1994.
- _____. *Trabalhadores assentados: identidade em construção*. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, Marília, v. 1, n. 1, 1991.
- _____. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. *Cadernos Ceru*, São Paulo, série 2, n. 8, p. 29-50, 1997.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Gênese e desenvolvimento do MST*. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n. 30, 1998.

- FERNANDES, M. E. *Memória camponesa*. 1992. Tese (Livre Docência em Sociologia Rural) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1992.
- FERRANTE, V. L. B.; BERGAMASCO, S. M. (Org.) *Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo*. Araraquara: FCL-Unesp, 1994.
- FERRANTE, V. L. B. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. *Revista Perspectiva*, São Paulo, n. 11, 1988.
- FERREIRA, M. M. História oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. (Org.) *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.
- GARRIDO, J. A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 25/26, 1992/1993.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 5, n. 14, 1990.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOHN, M. G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GORGEN, F. S. A.; STEDILLE, J. P. (Org.) *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IANNI, O. A utopia camponesa. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo. p. 172-185, 1986.
- IANNI, O. Cultura do povo e autoritarismo. In: VALLE, E. (Org.) *A cultura do povo*. São Paulo, Cortez, 1984.
- IOKOI, Z. M. G. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do MST. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 11, n. 22, p. 49-50, mar./ago. 1991.
- JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LANG, A. B. S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. (Org.) *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, p. 1996.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ensaio, 1990.
- _____. A história do cotidiano. In: DUBY, G. et al. *A nova história*. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- LE ROY LADURIE, E. *Montaillou*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

- LIMA, V. C. Mulheres assentadas: a conquista da autonomia na luta pela terra. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, Marília, v. 1, n. 1.1991.
- LOZANO, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos: primeiro manuscrito: trabalho alienado. In: FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *A reforma agrária e os limites da democracia da "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.
- MEDEIROS, L. et al. (Org.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.
- MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: IBASE, 1989.
- MEIHY, J. C. B. *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MORAES FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n. 11.1986.
- MÜLLER, N. L. *Sítios e sítiantes no estado de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1951.
- NABÃO, M. T. P.; BUIM, P. H. C. Apesar do medo o amor pela terra venceu! *Cadernos de Pesquisa: Retratos de Assentamentos*, Araraquara, ano 2, n. 4, p. 71-90, 1995. Organização de T. D'Aquino.
- NORONHA, O. *De camponesa a "Madame": trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. 1984. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1984.
- PACCOLA, S. A. D. *Assentamento na fazenda Reunidas: a reforma agrária é um projeto viável?* 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1995.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação social do campesinato. In: PAIVA (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PASSERINI, L. Mitobiografia em história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 10.1993.

POKER, J. G. A. B. Reflexões à luz da luta: a sociologia e os sociólogos diante do movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST. *Cadernos de Campo*, Araraquara, ano II, n. 3. 1995. Organização de V. L. B. Ferrante.

_____. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória esquecimento e silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15. 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto de História*, São Paulo, n. 14.1997.

_____. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10. 1993.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1942.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

QUEIROZ, M. I. P. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

_____. Relatos orais: da “indizível” ao “dizível”. In: VONSIMSON, O. R. M. (Org.) *Experimentos com histórias de vida (Itália - Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1978.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANDRONI, P. *Questão agrária e campesinato*. São Paulo: Polis, 1980.

SHANIN, T. *Campeños y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo de uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n. 29.1989.

SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SIMONETTI, M. L. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

- SILVA, E. A. *Comunidade Padre Josimo Tavares: percalços na busca da autonomia camponesa*. Marília, 1995. Relatório AP/CNPq: FFC-Unesp, 1995
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.
- STÉDILLE, J. P. (Ed.). *Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos*, São Paulo, CONCRAB. *Cadernos de Cooperação Agrícola*, São Paulo. n. 4.1995.
- STÉDILLE, J. P.; GORGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.
- _____. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991
- SORJ, B. A reforma agrária em tempos de globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 50.1998.
- THOMSON, A. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumbres en común*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- _____. *Tradicion, revuelta y consciência de classe*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VEYNE, P. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VIEIRA, F. X. *A saúde no assentamento fazenda Reunidas*. Arquivos do CPEA, Marília, 1996. Mimeografado.
- WAGNER, C. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais. In: *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1974.
- WEIL, S. *Condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? *Cadernos de Campo*, Araraquara, ano II, n. 3. 1995. Organização de V. L. B. Ferrante.
- WOORTMAN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMAN, K. *Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral*. Brasília, DF: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário antropológico, 87).
- _____. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1.1991.
- ZIMMERMANN, N. C. *Depois da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no Rio grande do Sul*. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

Parte 2
*A dimensão econômica e a
organização nos Assentamentos Rurais*

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

MST: AS MODALIDADES E O MÉTODO DE IMPLEMENTAÇÃO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

José Geraldo Poker

Conhecendo as dificuldades que circundam a viabilização dos assentamentos em todos os sentidos, a direção do MST desenvolveu um projeto próprio, diferente do modelo patronal, mas igualmente distinto das formas da agricultura familiar praticada sejam elas comerciais ou camponesas, e identificadas pelas pesquisas rurais no Brasil. Trata-se de uma modalidade de produção nomeada como *agricultura familiar cooperativada*, a ser implantada sob a forma do SCA, que é a sigla do Sistema Cooperativista dos Assentados, criado em 1989, a partir das experiências de associativismo e coletivização, empreendidas nos acampamentos e assentamentos pelo MST desde sua origem, em 1979. Em 1992, o SCA tornou-se um dos setores do MST, o Setor de Produção, englobando o antigo Setor dos Assentados, que deixou de existir.

Para se conhecer o projeto do SCA, seus objetivos, características e propostas, o melhor caminho é recorrer aos materiais produzidos pelo Movimento sobre o assunto. Dentre eles, dois podem ser considerados os fundamentais. Um deles é o Caderno de Formação n.20 “*A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*”, editado

em 1993, quando o SCA ainda estava sendo implantado. O outro é o Caderno de Cooperação Agrícola n. 5 “*O Sistema Cooperativista dos Assentados*”, já produzido pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em 1997, num momento em que as primeiras experiências de cooperação propostas pelo SCA já podiam ser suficientemente avaliadas, em relação aos resultados obtidos, e a conformidade deles com o projeto original. Isso justifica a escolha desse Caderno n. 5 para subsidiar a narrativa que está por vir logo adiante, embora o uso de outros materiais não esteja descartado.

Conforme a análise presente no Caderno de Cooperação Agrícola n. 5, o SCA representa a mudança de rumos que aconteceu no Movimento a partir de 1984, que se consolidou em 1989. Desde sua origem, até 1984, o MST como um todo priorizava os acampamentos, concentrando maior atenção nas atividades de conquista da terra, praticamente ignorando o que acontecia nas áreas já conquistadas, nos assentamentos, onde cada assentado tentava encontrar, por si mesmo, os melhores meios para sobreviver na terra. Por causa disso, os assentados pretendiam criar um movimento próprio, de nome *Movimento Pé no Chão*.

Naquele período anterior a 1984, cuidava-se de cada assentamento isoladamente, não havendo preocupação com a produção do conjunto dos assentamentos, e o MST se via como *movimento de massa*, identificando nos acampamentos sua base de sustentação.

Depois de 1984, quando cresceu o número de assentamentos e também dos fracassos na produção deles obtida, começou a “ficar claro que se cada assentado tentar resolver sozinho o problema da produção corre o risco de ter que entregar a terra, como aconteceu com alguns” (CONCRAB, 1997, p. 29). Mudando de rumo, o Movimento passou a priorizar a organização da produção dentro dos assentamentos, fazendo deles sua nova base e assumindo naquele momento a pretensão de tornar-se *movimento de organização da massa*. Segundo a narrativa do referido Caderno, a organização da produção caminhava em duas direções: *associação em pequenos grupos de assentados*, sob influência religiosa, e seguindo a orientação de Mao Tse Tung, que via nas pequenas associações a possibilidade de serem “um embrião (começar pequenas experiências de ajuda mútua até chegar as grandes cooperativas)” (CONCRAB, 1997, p. 29); e *grandes associações*, cujo enfoque era a prestação de serviços e representação política dos assentados.

Estas experiências de associativismo foram importantes por permitirem que, pela primeira vez, houvesse a liberação das lideranças, possibilitando ao MST tornar-se uma “organização social: ela necessita de quadros liberados para tocar a máquina do MST e organizar novas ocupações” (CONCRAB, 1997, p. 29). Pode-se compreender, assim, a razão pela qual o Movimento fez dos assentamentos sua base, passando a tratar a produção como prioridade. O MST lançou nesta época a palavra de ordem *ocupar, resistir, produzir*.

Mas, antes de explicar o SCA, é preciso explicar ainda a razão de ter sido sua formulação atribuída à *direção* do MST, e não ao movimento todo. E a razão disso é a seguinte: historicamente, tem se verificado que a preocupação com o *dia seguinte* dos diversos movimentos de luta pela terra, notadamente em relação à viabilização econômica das pessoas recém contempladas com um pedaço de terra, é algo restrito aos agentes de mediação e assessores dos grupos de reivindicação¹.

Mais do que aqueles que conquistaram terras, os assessores e mediadores possuem plena consciência acerca das dificuldades e desafios a serem enfrentados pelos assentados, possuindo também uma noção das precárias condições que os assentados em geral dispõem para permanecerem na terra. E tanto temem pelo futuro, que assessores e mediadores de movimentos têm insistido para que os assentados recém empossados adotem, mesmo a contragosto, os projetos por eles indicados como necessários para a viabilização dos assentamentos. E é neste momento que costuma acontecer o divórcio entre os assentados e aqueles que os ajudaram na conquista da terra².

O fato de terem conseguido a terra através de um movimento social não garante automaticamente que estejam em condições de partirem para um segundo confronto, talvez mais difícil que o primeiro: depois da terra, os assentados devem obter dela os recursos necessários para conquistarem uma vida com qualidade, a ponto de justificar a luta empreendida. Conforme o diagnóstico contido no Caderno de Formação n. 20, depois que é assentado:

[...] o sem-terra se reintegra, mesmo sem querer, no processo de organização social dominante: o mercantil capitalista. Assentado em lotes familiares/individuais passa a ser um produtor simples de mercadorias, utilizando para isto a terra, os seus próprios meios de produção e o seu precário conhecimento tecnológico. Decidindo sobre o plantio, o consumo e a distribuição dos produtos. Enfim, ele repete a pequena propriedade que conhece e que sempre sonhou ter.

Como outros camponeses, organiza a sua pequena produção com a propriedade privada dos escassos meios de produção e na organização do trabalho familiar, com uma mínima divisão do processo produtivo (MST, 1993, p. 5).

Produzindo sob a lógica camponesa, segundo ainda o referido Caderno, o assentado em geral tem:

[...] dificuldade de perceber que está subordinado ao modo de produção mercantil-capitalista que utiliza um processo produtivo socialmente dividido, com mão-de-obra especializada, instrumentos de trabalho potentes (máquinas)

¹ Sobre isso ver POKER, J.G. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

² Na mesma dissertação encontram-se relatados vários desses casos de rompimento entre assessores/mediadores e assentados, por divergirem quanto ao modelo de agricultura a ser adotado. Um processo de ruptura entre mediadores/assessores e assentados na Fazenda Reunidas, que será conhecido mais adiante, foi detalhadamente narrado por BORGES, M. S. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada*. São Paulo: Anita, 1997.

e que produz para o mercado, em grande quantidade e com maior rapidez, e um custo menor, fazendo baixar o valor dos produtos. (CONCRAB, 1997, p. 29).

O assentado que opta pela pequena produção camponesa não consegue se adaptar às regras da produção mercantil, e por isso mesmo apenas consegue se integrar de maneira marginal ao mercado, ocupando os “espaços vazios”, de “baixa lucratividade”. Optando por esse caminho, o assentado deixa de ser livre, “embora a propriedade da terra e dos meios de produção e a direção do processo produtivo familiar lhe forneça a falsa sensação de viver ‘sem patrão’” (CONCRAB, 1997, p. 29).

A essas premissas, segue a conclusão que:

A pequena produção tende a transformar-se, DESAPARECENDO, e aí o proprietário perde a terra e os meios de produção; ou INCORPORANDO-SE ao capital pelo processo da integração aos grandes complexos agroindustriais, aonde perde até o poder de decisão sobre a atividade produtiva em si e se mantém arcando com os altos riscos que não atraem a grande empresa; TRANSFORMANDO-SE em pequeno produtor capitalista na medida que consegue recursos para investir e produzir em pequena escala; ou REORGANIZANDO-SE. (CONCRAB, 1997, p. 29, grifos dos autores).

Várias pesquisas constataram que os sujeitos de movimentos, antes de conquistarem a terra, possuem projetos de vida baseados em modelos de agricultura que, na maioria dos casos, são incompatíveis com o contexto e as circunstâncias nas quais tornar-se-ão produtores rurais, através do assentamento. Os acampados vinculados ao MST também não fogem dessa característica.

Nesse sentido, o modelo de agricultura desenvolvido pela direção, e apresentado como sendo do Movimento todo, apesar de ser original em muitos aspectos, não se constitui em algo essencialmente novo, em relação à problemática da viabilização dos assentamentos. O SCA pode ser interpretado como um aperfeiçoamento dos modelos experimentados nos assentamentos por assessores e mediadores, principalmente aqueles vinculados à Igreja Católica *progressista*, muito antes do surgimento do MST, como é o caso da CPT, por exemplo. Prova disso é que o projeto da *direção* para o Movimento incorpora a coletivização da terra e do trabalho como principal fator de potencialização dos poucos recursos disponíveis para produção, o que também foi a essência da grande maioria dos outros projetos anteriormente desenvolvidos. Mas, além da substituição da palavra *coletivização* por *cooperação*, o projeto do SCA possui ainda outros aspectos inovadores, que merecem ser mencionados.

E para que não haja confusão, convém primeiramente esclarecer os significados de *cooperação* e *cooperativismo agrícola* na perspectiva do SCA. Segundo o Caderno n. 5, já mencionado, por *cooperação* entende-se o “jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho”. A vantagem disso é que, introduzindo-se a divisão social do trabalho num processo produtivo, cada trabalhador se

“especializa em uma linha de produção ou tarefa”, podendo daí “fazer as coisas cada vez melhor, aumentando a produção, diminuindo custos, diminuindo o tempo de trabalho” (CONCRAB, 1997, p. 21)³.

A cooperação agrícola, por sua vez, significa:

[...] o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira, etc), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado (CONCRAB, 1997, p. 21).

Conforme aponta o Caderno de Formação n.20, a cooperação tem sido a estratégia adotada inclusive pelos capitalistas do campo, e “por causa disso estão conseguindo aumentar seu capital, comprar a terra dos pequenos e explorar cada vez mais os agricultores, que passam a trabalhar para eles”. Nesse contexto, segue o Caderno, a “Cooperação Agrícola é a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos granjeiros e latifundiários” (MST, 1993, p. 9).

Cooperando, os assentados poderiam obter as mesmas vantagens, e muitas outras, dado que o modelo de cooperativismo adotado pelo MST difere do modelo convencional existente, que se limita à comercialização. Segundo o Caderno de Cooperação n.5, no modelo do MST, que se pretende *alternativo, diferente e de oposição*, o cooperativismo é ampliado até o planejamento e execução das atividades, proporcionando a racionalização do processo produtivo e, em consequência maior ganho aos associados (CONCRAB, 1997, p. 21).

Cooperativismo alternativo significa “construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores”, o que “implica na apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 10).

Por *cooperativismo diferente* deve-se entender aquele que não se adapte “à lógica excludente do capitalismo”, levando as cooperativas a priorizarem “os associados

³ Se tomada literalmente, esta concepção de organização do trabalho, baseada na especialização, faz lembrar da *Teoria da Administração Científica* que o americano W. F. Taylor criou no começo do século XX, para organizar racionalmente a produção na empresa capitalista, e que inspirou também a organização das empresas no socialismo soviético. Na concepção de Taylor, para organizar a produção e aumentar a produtividade do trabalho, seria necessário que cada trabalhador se especializasse numa única tarefa dentro da empresa, com a qual deveria se ocupar. Nas empresas, o trabalho deveria ser dividido em execução e planejamento, cabendo aos operários apenas a execução, para que o ritmo de trabalho pudesse ser plenamente controlado pelos chefes e demais superiores. Mais detalhes, procurar em TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1957. O aparente taylorismo contido no conceito de divisão do trabalho formulado pelo Movimento é atenuado por um outro enunciado no Caderno n.5, onde se lê que, apesar da divisão das tarefas, respeitando as aptidões individuais, todos devem ser polivalentes, significando que *ninguém pode perder a noção de conjunto, isto é, deve saber como funciona cada uma das partes do todo, cada uma das partes da organização* (CONCRAB, 1997, p. 55).

mais viáveis”, desprezando aqueles que mais precisam de ajuda, onde os “técnicos decidem cada vez mais em nome dos associados”. Mais ainda, o “cooperativismo que nos propomos a construir deve ter o desenvolvimento do associado e a cooperação entre os associados e entre as cooperativas em primeiro lugar”. Por fim, a diferença também se define pelo tipo de direção, que não é exercida por um só, mas é coletiva, “deixando o aspecto legal em segundo plano” (Idem. Ibidem)⁴.

E *cooperativismo de oposição*, primeiro em relação à política neoliberal, porque:

A Reforma Agrária que queremos não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade atual, sob o domínio do neoliberalismo. É inconciliável o resgate da dignidade dos sem-terra e do povo trabalhador dentro da sociedade capitalista, pois ela sobrevive da exclusão do povo trabalhador, para concentrar o capital (terra e renda) nas mãos de alguns.

O cooperativismo que nos propomos a construir deve organizar e conscientizar a sua base para contribuir na transformação da sociedade (MST, 1993, p. 11).

Cooperativismo de oposição também em relação ao cooperativismo tradicional, vinculado à OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), “que se propõe a ser a única representante de todas as cooperativas”. O SCA defende “a autonomia de organização e representação”, onde “o desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo”, reconhecendo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), “como a representante de todos os segmentos de cooperativas e demais unidades de produção em áreas de Reforma Agrária” (CONCRAB, 1997, p. 21).

Outra vantagem apontada pelo referido Caderno é quanto à distribuição das sobras, ausente no modelo convencional, mas presente no SCA. No modelo convencional, conforme o Caderno, as cooperativas visam unicamente o desenvolvimento de sua própria estrutura. Ao contrário, O SCA visa o desenvolvimento dos associados e o aperfeiçoamento das formas de cooperação entre eles. Então, ao final de cada ciclo produtivo, ou mesmo através de antecipações, os associados recebem a parte que lhes coube dos rendimentos obtidos pela Cooperativa da qual fazem parte. Mas, para que isso aconteça, é preciso que o SCA se constitua, de fato, como empresa nos assentamentos, buscando eficiência produtiva e inserção cada vez maior no mercado.

A expressão *mercado*, embora soe dissonante no discurso do MST, não deve ser compreendida em seu sentido comum, mas integrando a categoria *alternativo, diferente e de oposição*, contida no projeto do SCA. Apesar de confessar explicitamente que o mercado é um desafio, sendo difícil “até entender o seu funcionamento” (MST, 1993, p. 39), o SCA pretende influenciar na formação de um mercado “alternativo ao mercado capitalista, que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e

⁴ A distinção entre a direção convencional, e aquela pretendida pelo MST, refere-se ao fato de que, legalmente, as cooperativas devem ter um presidente, o que contraria as normas do Movimento, que condena veementemente o presidencialismo como forma de direção. Ver MST. *Normas gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. s. d. Cap. VI, parágrafo 34. (1990)

que beneficia apenas em torno de 1/3 da população”. Busca-se então “criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados a necessidade do povo”, que deve ter as seguintes características: ser “popular (de massa); local/regional; ideológico/(servir de) propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 18-19), e ser “articulado entre campo e cidade” (CONCRAB, 1997, p. 10).

A essa definição de *mercado*, deve-se acrescentar a dos possíveis *nichos de mercado*, que seriam os “espaços comerciais onde comercializaremos produtos diferenciados de elevado valor agregado”, com o objetivo de “buscar uma qualidade de vida média/boa para os assentados” (CONCRAB, 1997, p. 39).

E, correspondendo à natureza peculiar do MST, de ser ao mesmo tempo um movimento *de e para* trabalhadores sem terra, o projeto do SCA constitui-se num *objetivo* e num *meio* para atingir outros objetivos, simultaneamente. Essa duplicidade é explícita, e pode ser verificada na definição do *caráter do SCA*, no já citado Caderno n.5⁵. O SCA possui um caráter de *empresa econômica*, “por visar a organização da produção, a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e o desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos assentados”. E possui também o “caráter político, por atuar na organização política dos assentados, na conscientização e politização da base, levar a mobilização social e articular lutas econômicas e políticas, bem como contribuir com o Setor de Frente de Massa” (CONCRAB, 1997, p. 11).

Entre outros itens citados no Caderno n.º5, os *objetivos* do SCA seriam: promover o desenvolvimento econômico dos assentados, aqui englobando a obtenção de resultados financeiros a serem distribuídos para melhorar a qualidade de vida dos associados; o aumento da produtividade do trabalho; a modernização da produção no campo e o desenvolvimento da agroindústria, que neste contexto é justificada como forma de aproveitamento da mão-de-obra excedente, resultante da racionalização do processo produtivo instaurado pelo SCA. A implantação das agroindústrias nos assentamentos ainda permitiria agregar maior valor aos produtos do lugar, possibilitando assim aumentar o rendimento a ser distribuído.

Vale destacar que a rentabilidade dos assentamentos, além de “provar que a reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista econômico”, pode “servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela reforma agrária” (CONCRAB, 1997, p. 13).

E a pretexto de aprofundar os aspectos apontados acima, sobre a agroindústria e as vantagens de sua implantação para o Movimento, deve ser observado que existe uma grande ociosidade de mão-de-obra nos assentamentos,

⁵ No ‘*Caderno de Cooperação n.º 4*’, a dupla tarefa atribuída à implantação da cooperação nos assentamentos aparece sob a seguinte forma: “a cooperação deve ser vista como um meio. O objetivo final são as transformações sociais e as melhorias permanentes das condições de vida” (CONCRAB, 1995, p. 9).

independentemente da introdução da lógica de organização do SCA. Não são raros os casos em que a ociosidade ocorre também no interior de cooperativas já constituídas.

Em conseqüência disso, a renda gerada não é suficiente para satisfazer as expectativas dos envolvidos na experiência, provocando desapontamento e desânimo, que também podem levar ao abandono da cooperação. Os jovens, filhos de assentados, têm sido os mais atingidos por esse processo. Por causa da pouca renda obtida com o trabalho, muitos dos jovens manifestam claramente a vontade de deixar os assentamentos, para tentar a sorte na cidade. Este é um fato que causa preocupação, tanto entre os militantes do Movimento, como nos agentes do Estado responsáveis pela assessoria técnica e acompanhamento. Ambos temem pela continuidade dos assentamentos, depois da morte dos titulares.

A implantação das agroindústrias representa assim, mais do que a possibilidade de maximizar a renda dos assentados a curto prazo: elas contém a esperança de que, ampliando o leque das oportunidades de trabalho aos mais jovens, pode-se garantir que os assentamentos consigam se reproduzir, e durar por muito tempo além da vida dos que lutaram para conquistá-los.

Mas ao mesmo tempo que persegue a viabilização de seu objetivo, o SCA constitui-se no *meio* através do qual a *direção* do MST espera operar transformações nos outros segmentos do Movimento (militância, base e massa), que daí se expandiriam para os assentamentos e, como ondas, alcançariam o restante da sociedade.

Segundo o Caderno n.º 5, as cooperativas, da forma proposta pelo SCA, “se constituem em mais uma FERRAMENTA DE LUTA dos trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 10). Através do SCA pode-se instaurar uma convivência baseada em novas relações sociais, aí incluídas as relações de gênero e as pedagógicas (entre pais e filhos), que levem os envolvidos a adquirir novos valores, baseados no *humanismo* e no *socialismo*⁶, proporcionando a “construção do *Homem Novo* e da *Mulher Nova*”, que seriam “pessoas responsáveis, politizados, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros” (CONCRAB, 1997, p. 13, grifo dos autores). Para reforçar, e comprovar, a teoria sobre a potencialidade transformadora, contida na cooperação agrícola, recorre-se a Lênin, que enxergou nas cooperativas uma prática cujas vantagens ultrapassam os ganhos econômicos que possibilitam, tornando-se um instrumento político importante na promoção da “revolução cultural no campo” (CONCRAB, 1997, p. 48). Mesmo que tenham sido inventadas no capitalismo, as cooperativas tanto podem fortalecer o sistema vigente, como podem ser usadas como instrumento de luta contra ele, pois,

Acrescentou Lênin que, ‘a cooperação pode tornar-se um fator político importante, contribuindo para a unificação dos camponeses na sua luta pela reforma agrária

⁶ Estas expressões são bastante repetidas nos documentos e materiais didáticos produzidos pela direção do Movimento, mas não vêm acompanhados de uma definição precisa sobre o significado delas, o que permite pensar que tais conceitos referem-se aos de *homem novo* e *mulher nova* que serão construídos mediante a prática da cooperação nos assentamentos, e posterior transformação da sociedade.

radical, pela completa transformação do regime existente. Incutindo nos camponeses hábitos de direção coletiva na economia'. (CONCRAB, 1997, p. 49).

Segue-se então a conclusão que

[...] a cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas. Por tanto a cooperação, no capitalismo além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores em torno da produção cumpre um papel fundamentalmente educativo. (CONCRAB, 1997, p. 49).

Dentre as várias razões apontadas para a implantação do SCA, merece destaque a de que a adoção do cooperativismo nos assentamentos, proporcionaria a “igualdade de direitos entre homens e mulheres”, elas que cumprem “dupla ou até tripla jornada de trabalho e são totalmente subordinadas ao ‘chefe’ econômico da família”, sem desfrutar “de nenhum direito social”, salientando que:

Na Cooperativa Agrícola, criam-se condições materiais para que a mulher participe da divisão do trabalho, evite as duplas e triplas jornadas e tenha menos afazeres domésticos (improdutivos). (MST, 1993, p. 13).

A cooperação, e a divisão do trabalho dela decorrente, além de liberar as mulheres do confinamento nos afazeres domésticos, também possibilitam que elas adquiram “uma certa autonomia financeira”, o que lhes proporciona a participação “de uma maneira mais sadia e menos dependente da vida da comunidade e da educação dos filhos” (MST, 1993, p. 13).

Para conseguir tudo isso, no entanto, é preciso que os assentados optem massivamente pelo cooperativismo, não importando a forma, mas o ato de cooperar:

Estamos convencidos de que só é possível resistir na terra através da cooperação. O ‘jeca tatu’ isolado em seu lote individual dificilmente conseguirá sobreviver. A necessidade tem demonstrado que precisamos cooperar para ir resolvendo as nossas dificuldades e ir superando os nossos problemas.

Para o MST, o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. [...] Não interessa se a produção é individual ou coletiva, pois a forma da cooperação é secundária. O fundamental é o ato de cooperar. (MST, 1993, p. 13).

Com o intuito de estimular e massificar a cooperação nos assentamentos, e principalmente, “integrando neste processo os assentados individuais” (CONCRAB, 1997, p. 9), a direção do Movimento formulou várias modalidades de empresas cooperativas, passíveis de implantação nos assentamentos, que vão da forma mais

simples até a mais complexa, variando para tanto o grau de coletivização presente em cada forma de cooperação.

Para cada necessidade presente nos assentamentos, há um tipo de cooperativa recomendado. Mas apesar das diferenças entre elas, todas as modalidades de cooperativas compõem o Sistema Cooperativista dos Assentados, que torna-se assim responsável:

[...] pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas do assentamento. (CONCRAB, 1997, p. 9)

As formas de cooperação são as seguintes:

Núcleos de Produção (NP): a forma mais elementar de cooperação, indicada para assentamentos onde vigora a produção individual e há dificuldade da introdução de práticas associativas mais complexas. Constitui-se através da “fusão de algumas famílias”, por intermédio de afinidade, parentesco ou proximidade, “[...] com a finalidade de discussão política do MST e da organização da produção” (CONCRAB, 1997, p. 62). Nesta modalidade, a terra, o capital, o trabalho e o planejamento da produção permanecem individuais, e os assentados preferem morar nos lotes, ao invés da agrovila. O NP não precisa de registros legais. A despeito de sua forma simples, pertencer a um Núcleo de Produção é condição indispensável para que um assentado venha a se associar a uma cooperativa e venha a usufruir das vantagens que ela pode oferecer. Também é através da formação dos núcleos que o MST começa a desenvolver o trabalho de organização da produção nos assentamentos.

Associação (A): talvez seja a mais antiga das formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos, mesmo antes do MST, e “constitui-se, na maior parte dos casos, como associação de prestação de serviços”, sendo “formada por pessoas que se juntam para resolverem um problema que dificilmente conseguiriam sozinhas” (CONCRAB, 1997, p. 63), como a associação de máquinas, facilmente encontradas nos assentamentos. Nesta modalidade, a terra, o trabalho e o planejamento da produção permanecem individuais. O capital (máquinas e implementos, geralmente) pode ser mesclado: uma parte individual, outra parte pertencendo à associação. Quanto à moradia, os associados tanto podem morar nos lotes quanto em agrovilas. As associações têm personalidade jurídica e precisam ser registradas em cartório; possuem estatuto, livro de atas e regimento interno, mas não são consideradas organizações econômicas, não podendo emitir notas fiscais e nem obter lucro com as atividades, o que as impede também de repassar qualquer sobra aos associados.

Grupo semi-coletivo (GS): apesar de ser uma experiência de cooperação muito usada entre 1985 e 1988, os grupos semi-coletivos demonstraram ser demasiadamente instáveis que, ou evoluem para formas mais complexas de cooperação, ou retornam à produção individual. Segundo a análise do Caderno, “a contradição principal deste grupo está em conciliar os interesses pessoais com o interesse coletivo” (CONCRAB, 1997, p. 65). Nesta modalidade a terra, o capital, o trabalho e o planejamento da produção são metade individuais e metade coletivos. Em geral os participantes de um grupo semi-coletivo moram em agrovilas. Embora possam ser organizados informalmente, alguns grupos semi-coletivos adotam a forma da associação, precisando assim cumprir as formalidades legais.

Grupo Coletivo (GC): constitui-se num “passo a frente na organização da produção, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva” (CONCRAB, 1997, p. 66). Tanto a terra, o capital, o trabalho, o planejamento da produção estão sob o controle do coletivo. Nos grupos coletivos, geralmente opta-se pela agrovila como lugar de moradia. O grupo coletivo é uma organização informal, não precisando cumprir exigências legais, o que não dispensa a presença de um regimento interno e livros de registros das decisões.

Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS):

[...] dedica-se basicamente à comercialização (organizar o processo de compra e venda de insumos, da produção e de bens de consumo para os associados), da assistência técnica, do serviço de máquinas, da formação política e da capacitação técnica, da organização da produção, [...] da implantação de unidades de processamento [...] para beneficiar a produção dos assentados. (CONCRAB, 1997, p. 67).

O Caderno n.5 considera que esta modalidade é a mais facilmente aceita pelos assentados. Por isso sua implantação deve ser privilegiada como estratégia de massificação do cooperativismo nos assentamentos. As CPS se subdividem em dois tipos:

Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS): quando abrangem a área de um assentamento ou se estende a assentamentos próximos;

Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR): quando abrange vários assentamentos, atingindo vários municípios próximos. A terra pode ser usada individual ou coletivamente, dependendo da condição do assentado associado. O capital (máquinas e implementos) é controlado pela Cooperativa, que distribui as sobras obtidas. A CPS “não organiza o trabalho, que é tarefa dos associados” (CONCRAB, 1997, p. 66), nem planeja diretamente a produção, mas pode estabelecer as “linhas de produção prioritárias a serem desenvolvidas e elaborar planejamento centralizado da produção vinculado a cooperativa (sic)” (CONCRAB, 1997, p. 66). Também não há controle sobre a moradia, que é da competência dos assentados. Quanto aos aspectos legais, todas as cooperativas precisam ser registradas

na Junta Comercial dos municípios onde se localizam e seguem as leis específicas que prescrevem o funcionamento e, “por serem empresas com fim claramente econômico, são fiscalizadas com mais rigor pelo governo, o que exige um maior grau de controle interno, muito mais do que as associações ou grupos informais” (CONCRAB, 1997, p. 68).

Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS): “acontece quando uma CPS começa a desenvolver a produção de um ou mais produtos”, sendo “uma forma de transição entre a CPS e a CPA” (CONCRAB, 1997, p. 68). Há dois níveis para esta modalidade: o mais simples, que ocorre quando uma CPS atinge um determinado estágio de desenvolvimento econômico que possibilita entrar “na produção de determinada mercadoria para o mercado”, ou “colocar uma unidade agro-industrial para transformação dos produtos dos sócios ou de terceiros, etc” (CONCRAB, 1997, p. 68). E o nível mais avançado:

Este novo modelo de cooperativas é uma combinação dos interesses dos indivíduos com o interesse do coletivo num nível mais avançado de cooperação. A cooperativa passa a desenvolver parte das atividades centralizadas como cooperativa e parte da produção ficaria com os sócios que poderia ser organizada em diversos níveis. (CONCRAB, 1997, p. 69).

Nas duas variações o controle da terra pode acontecer igualmente de duas formas: estar inteiramente sob o controle coletivo, ou ser controlada pelo coletivo apenas a parte onde foram feitos os investimentos da cooperativa, e o restante permanecer como propriedade individual. “O mesmo acontece com a organização do trabalho: “nas atividades centralizadas, a cooperativa deve organizar todo o trabalho em função de viabilizar as linhas de produção, ou seja, o trabalho coletivo”, e “[...] cada núcleo deverá colocar à disposição a mão de obra necessária.” (CONCRAB, 1997, p. 69) Também pode acontecer o “assalariamento da mão de obra incorporando um associado para cada posto de trabalho necessário para viabilizar a produção, conforme os critérios estabelecidos” (CONCRAB, 1997, p. 69). Quanto ao capital, “todos os investimentos considerados estratégicos para a cooperativa devem ser centralizados sob controle da CPPS” (CONCRAB, 1997, p. 69), o que também ocorre com o planejamento da produção. Não há especificação sobre a moradia, que fica a cargo dos associados, e as exigências legais são as mesmas de qualquer modalidade de cooperativa.

Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): a modalidade foi implantada pelo MST em 1989, e é considerada a forma mais avançada, superior, de organização da produção. Sua complexidade deriva do fato de se constituir “como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalho coletivos”, além de haver “complicações burocráticas com a legislação trabalhista, fiscal e providenciária” (CONCRAB, 1997, p. 70), que devem ser superadas. Apesar de serem caras, sobretudo à direção do Movimento, por se aproximarem do socialismo, foram estabelecidos alguns condicionantes para sua constituição nos assentamentos: “a terra deve estar sob controle do coletivo; ela deve

liberar quadros; deve estar em uma área estratégica; ter um plano estratégico de desenvolvimento” (CONCRAB, 1997, p. 70).

Nesta modalidade, embora sejam de propriedade individual, a maior parte dos lotes deve estar sob controle do coletivo, que obtém a concessão do uso dos proprietários mediante arrendamento ou comodato. Mas, segundo o Caderno n. 5, já existem casos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde as CPAs possuem título de propriedade de terra concedido pelo INCRA.

Todos os investimentos e capitais existentes são controlados coletivamente pela CPA, e os associados recebem “quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado”. Há também os fundos indivisíveis, que se tornam “patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução” (CONCRAB, 1997, p. 71).

Diferentemente do que ocorre nas outras formas de cooperação, onde existem os núcleos, nas CPAs o trabalho é organizado “em setores, a partir da divisão do trabalho, na lógica de ‘postos de trabalho’, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados-trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 71). O controle do trabalho se faz mediante “a produtividade física, na lógica do desempenho, e se faz a emulação do desempenho pela sua eficiência política e econômica” (CONCRAB, 1997, p. 71). Apesar de estar acima indicado que se privilegia a produtividade como critério de distribuição, isso não acontece de fato nas CPAs, que não dispõem ainda de métodos que permitam fazer a quantificação da produtividade por atividade, num contexto de trabalho coletivo. Quer dizer, numa CPA nem todas as atividades consistem na produção propriamente dita. Há setores como creche, cozinha e secretaria, por exemplo, onde se torna difícil medir e quantificar a produtividade do trabalho. Assim, depois dos insucessos da repartição igualitária (o produto do trabalho é dividido entre todos, indistintamente), testada no começo das experiências com as CPAs, usa-se atualmente o sistema de horas trabalhadas como critério de divisão das sobras. Isto inclusive está explícito no Caderno n. 5, o mesmo de onde foram pesquisados os modelos de cooperativa (CONCRAB, 1997, p. 53).

O planejamento da produção é feito coletivamente, “a partir de ampla discussão, baseada em estudos técnicos”, onde se define “as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas” (CONCRAB, 1997, p. 71). E também pelas necessidades decorrentes da gestão coletiva integral da produção, é recomendado que as moradias sejam feitas na forma de agrovilas.

Faltou ainda mencionar as Cooperativas de Crédito, de formulação e implantação mais recentes. É uma modalidade de cooperação vinculada à Cooperativa de Prestação de Serviços, somente podendo ser constituída em lugares onde já exista uma rede de núcleos de produção sobre os quais podem ser organizados os núcleos de sócios. Os núcleos de sócios são a base desta modalidade de cooperação, seus

representantes compõem todas as instâncias de decisão, inclusive os Comitês de Crédito, que avaliam e autorizam os empréstimos.

Conforme as informações contidas no site do MST na Internet, de endereço já mencionado, existem atualmente duas dessas cooperativas de crédito em funcionamento. Uma delas é a CREDTAR (Cooperativa de Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná Ltda). Sediada no município de Nova Laranjeiras-PR e vinculada à COAGRI, a CREDTAR foi fundada em 11 de janeiro de 1996. Abrange 12 municípios, possui 2 entrepostos e 1202 associados. Seu capital social é estimado em R\$ 91.857,58 e, até maio de 1998, já havia repassado recursos na ordem de R\$ 887.628,94. As sobras acumulam R\$ 3.372,21.

A outra cooperativa de crédito é a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda (CRENHOR), vinculada à Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda (COANOL)⁷, com sede em Sarandi-RS. Foi criada em 24 de agosto de 1996, e conta com 1790 associados, espalhados em 21 municípios. Possui 3 entrepostos e um capital social estimado em R\$ 161.002,00. Até maio de 1998, já havia repassado R\$ 810.117,94 de empréstimos, acumulando R\$ 41.003,73 de sobras.

O projeto do SCA prevê a constituição de uma estrutura, que se fundamenta na participação dos assentados através de sua organização mínima nos núcleos de produção (NP), também chamados de núcleos de base. A reunião dos núcleos formaria o contingente das assembléias, que seriam as instâncias máximas de decisão, com poder de legitimar a posse da direção (legal e política), composta por representantes dos núcleos. Qualquer assentado maior de 16 anos pode se associar a uma cooperativa, desde que se submeta às suas regras de funcionamento.

O conjunto das cooperativas de um estado, conforme o Caderno n. 5, forma a Cooperativa Central dos Assentados (CCA). Juntas, as CCAs compõem a Confederação das Cooperativas de Reforma agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), cujas atribuições, entre outras, são: “articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; viabilizar atividades de exportação e importação”; e “[...] organizar uma Escola Técnica Nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica”⁸.

⁷ Com 8 anos de vida, a Coanol constitui-se num complexo econômico que praticamente domina a agricultura do município de Sarandi-RS e áreas próximas dos municípios vizinhos. Agrega 811 associados e duas CPAs, abrangendo diretamente 5 municípios, mas estende sua influência sobre outros 16, planejando a produção e intermediando a concessão do Pronaf (linha de crédito para financiar a agricultura familiar) a 4 mil famílias. Até janeiro de 1999, a Coanol dispunha de uma frota de 4 carretas, 9 caminhões médios, além de diversas outras máquinas (retroescavadeira, trator de esteira, etc). Estava em desenvolvimento um projeto de criação integrada de suínos e de beneficiamento de erva-mate, para o qual a Coanol já havia investido na construção de uma erva-teira de grande capacidade. Por ano, em média, a Cooperativa comercializa 150 mil sacas de soja, 25 mil sacas de milho. Diretamente para a Parmalat, a Coanol entrega 300 mil litros de leite por mês.

⁸ CONCRAB. *Caderno de Cooperação* n. 5. op. cit. p. 44. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1997.

Nas modalidades de cooperação previstas pelo SCA, alguns aspectos merecem destaque. A começar pela forma de gestão indicada que, exercida democraticamente, constitui-se num elemento pedagógico valioso, levando as pessoas a desenvolverem atitudes de responsabilidade e a disciplina. Tais expressões podem ser assim compreendidas no projeto do SCA: primeiro, que “todos os associados em uma empresa organizativa, legal ou não, devem ter os mesmos direitos e deveres”, o que implica no “direito/dever de participar das decisões, do planejamento, do trabalho, a distribuição das sobras”. Depois, “o respeito às decisões do coletivo, prestação de contas com comprovantes e com transparência aos sócios”, o que também prevê a “punição aos que erram e prejudicam o andamento do conjunto da empresa” (CONCRAB, 1997, p. 47-48). No Caderno n. 5 isto também é classificado como centralismo democrático, que é definido assim:

Todos precisam compreender de que deve existir a máxima democracia no processo de discussão e na tomada das decisões, bem como nas avaliações, mas, após tomada a decisão, todos devem se subordinar a ela, inclusive as pessoas que tiveram a sua proposta derrotada pela maioria. (CONCRAB, 1997, p. 55)

Articulada aos objetivos mais amplos do SCA, que devem obrigatoriamente corresponder à estratégia adotada pelo Movimento, a gestão democrática - prevista como situação onde todos os participantes da instância de decisão possuem igual direito e poder - tem a incumbência de dificultar que a direção legal das cooperativas eventualmente venha a centralizar as decisões, e se sobrepor à direção política, desviando a cooperativa para outros rumos, que não aqueles estabelecidos pelo conjunto do Movimento. Para o SCA, a direção legal é apenas pró-forma, valendo mais a direção política, eleita e referendada pelos Encontros Estaduais do Movimento, também “de forma participativa e democrática” (CONCRAB, 1997, p. 52). Para evitar eventuais conflitos, e dicotomia entre as duas formas de direção existentes nas cooperativas, “recomenda-se que parte dos membros da direção política sejam também da direção legal do SCA” (CONCRAB, 1997, p. 52).

Nota-se aqui uma importante característica da racionalidade contida no projeto do SCA, planejado para constituir-se numa rede integrada, que reúne diferentes formas de cooperação. Formas de cooperação articuladas, mas descentralizadas, por causa dos procedimentos empregados na tomada de decisões. A democracia, na forma como entendida pelo Movimento, praticada já nos núcleos de produção, possibilita que cada experiência de cooperação possua uma certa autonomia relativa, na busca das melhores soluções para os problemas que lhes são específicos, desde que não se desviem das diretrizes estratégicas, fixadas pelo conjunto do Movimento.

Chama também a atenção, na proposta do SCA, a ênfase aos assentamentos, considerados definitivamente como sustentação do Movimento. Sobre os assentamentos é depositada a responsabilidade de viabilizar as condições para transformação da sociedade, em direção ao socialismo pretendido pelo

Movimento. Em princípio, isto demonstra o desejo de longevidade do MST, que já não mais condiciona sua existência à eventual realização de uma reforma agrária, sua reivindicação original.

Nesse novo contexto, os assentamentos, mais fixos e estáveis que as ocupações e acampamentos, proporcionam as condições ideais para que o Movimento faça deles o locus de elaboração e desenvolvimento de projetos, que possam alterar, de maneira significativa, o universo de relações componentes do modo de vida capitalista, em todos os sentidos. A razão da escolha dos assentamentos como alvo preferencial de atuação, tem pelo menos 3 explicações, segundo o Caderno n.5.

Em primeiro lugar, os assentamentos podem servir como apelo de marketing do Movimento, na divulgação de seus reais objetivos para o conjunto dos assentados e o restante da população, inclusive com relação à reforma agrária. Seriam os assentamentos os argumentos concretos, que atestariam a possibilidade e viabilidade de uma vida alternativa ao capitalismo, ainda que constituída dentro do espectro de relações previsto pelo sistema, que rege a sociedade mais abrangente. Isso é demonstrado no seguinte trecho:

Mostrar para a sociedade que é possível mudar, de que existe um outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que queremos mais que a reforma agrária. Nós queremos uma vida digna para todos os trabalhadores, toda a sociedade.

Temos que atrair as pessoas para nosso lado. Por isso temos que mostrar que a reforma agrária é bonita e não algo truculento. Assim a sociedade perde o medo do MST. A ideologia não pode nos afastar da sociedade.

Os assentamentos devem ser exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício. (CONCRAB, 1997, p. 17)

Estabelecendo sua base nos assentamentos, e massificando a cooperação, sobretudo nos padrões da CPA, o Movimento espera não somente resolver o problema econômico dos assentados mas, ao mesmo tempo, obter militantes autossustentados, ou seja, pessoas cujo trabalho seria o de atuar politicamente fora dos seus respectivos assentamentos, para isso sendo remunerados pela cooperativa da qual fizessem parte. Por sua vez, o trabalho não produtivo dos militantes seria custeado pelo aumento da produtividade, conseguida com a racionalização das atividades proposta pela SCA, que geraria excedentes econômicos suficientes, a ponto de dispensar pessoas da produção direta. É o que se chama de liberação de quadros, que é um dos objetivos das CPAs. Através do trabalho militante financiado pelas CPAs, o Movimento poderia “liberar pessoas para ajudar o movimento popular urbano e rural [...] e buscar desenvolver a consciência política através das lutas políticas de solidariedade de classe e da compreensão do seu significado”, colaborando assim para “criar ou recriar a

estrutura social” (CONCRAB, 1997, p. 17). O próprio Movimento estabeleceu que o SCA, e principalmente as CPAs possuem a dupla vocação de serem entidades com fins econômicos (empresa econômica) e políticos (CONCRAB, 1997, p. 11).

Dáí porque, apesar de considerar importante toda forma de cooperação, e a formação de quaisquer dos tipos indicados de cooperativa nos assentamentos, a direção do MST não esconde sua preferência pelas CPAs, modalidade essa a que o Movimento se refere como sendo sua menina dos olhos, conforme literalmente consta no Caderno de Formação n.20⁹.

Caso consiga atingir esse objetivo, de massificar não só a cooperação, mas principalmente as CPAs nos assentamentos, o MST potencializa sua pretensão de longevidade, reunindo condições de envolver o restante da sociedade através de outros segmentos, não apenas aqueles diretamente vinculados com a questão agrária. O MST expande assim seu raio de atuação e, simultaneamente, amplia o poder de influenciar outros movimentos na formulação de projetos de emancipação, podendo até eventualmente levá-los a incorporar nesses projetos a ideologia e os valores defendidos pelo Movimento.

Os assentamentos nos quais o SCA poderá ser implantado, tornar-se-ão com isso o ambiente propício para que o Movimento como um todo concretize através da prática sua ideologia e seus valores. Eles constituiriam, no dizer do movimento, áreas liberadas, lugares dentro da estrutura da sociedade (genericamente chamado de sistema), mas protegidos de sua influência. Ali, poder-se-ia vivenciar aquilo que o Movimento recomenda para o conjunto da sociedade, no caso uma vida baseada em valores humanistas e socialistas, dos quais emergirão o Homem Novo e a Mulher Nova.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 4.1995.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA. O sistema cooperativo dos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 5.1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. A cooperação agrícola nos assentamentos. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n. 20.1993.

⁹ Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno de Formação* n. 20. op. cit. p. 50. 1997.

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E
ARRENDAMENTO DE TERRAS EM ÁREAS
DE REFORMA AGRÁRIA

Luiz Antonio Norder

Este texto apresenta os resultados de pesquisas de campo realizadas entre 2002 e 2003 com o objetivo de analisar a importância da produção agropecuária, as formas de uso da terra e a dinâmica demográfica entre as famílias do Assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão/SP. Procura-se com isso, discutir como, em que medida e através de quais estratégias e quais processos técnicos e organizativos, as famílias assentadas alcançam maior êxito na geração de emprego e renda em atividades agropecuárias. Essa análise oferece relevantes informações para uma discussão mais aprofundada sobre os arrendamentos de terras em áreas de reforma agrária, fenômeno que vem sendo observado não apenas neste assentamento, mas em muitos outros tanto no Estado de São Paulo como nos demais. Em seguida, há uma avaliação quantitativa e uma interpretação sobre a proletarianização e sobre a dinâmica de evasão-permanência das famílias no assentamento. Trata-se de pesquisa basicamente etnográfica que leva em consideração as especificidades locais do objeto empírico observado, mas que pode auxiliar na compreensão de processos sociais similares em outros assentamentos e regiões. Neste sentido, este estudo volta-se para uma observação das características, das peculiaridades e dos principais impactos sócio-econômicos das políticas agrícolas governamentais, em geral incongruentes,

centradas na difusão de ‘modernas’ tecnologias de produção em grande escala de *commodities* nas áreas de reforma agrária e demais segmentos da agricultura familiar.

A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Em uma pesquisa realizada em seis assentamentos, em quatro diferentes regiões do Estado de São Paulo (Sumaré, Araraquara, Promissão e Mirante do Paranapanema), foi estimado que a produção agrícola e pecuária representava cerca de 87,1% da renda monetária obtida pelos *moradores* assentados; o assalariamento dos moradores do assentamento somava apenas 4,8% da renda total; outras fontes de ingresso monetário, como a produção artesanal, o extrativismo e outras atividades, mantinham pouca relevância econômica para a grande maioria da população assentada (BERGAMASCO, 2002).

A ampliação na absorção de força de trabalho e na geração de renda no interior do Assentamento Fazenda Reunidas ocorre entre as famílias que puderam desenvolver determinados processos de produção agropecuária que seguem um estilo mais autônomo, notadamente aqueles nos quais os meios de trabalho demandam o uso de força de trabalho familiar. Os limites e as potencialidades da produção agropecuária, enquanto fonte de emprego e renda, articulam-se, entre outros fatores, com a capacidade de *internalização* de recursos produtivos no interior do lote. Neste sentido, no caso dos assentamentos rurais, o arrendamento dos lotes, o assalariamento de parte dos membros da família e a migração dos filhos para os centros urbanos em busca de trabalho não podem deixar de ser compreendidos em sua relação com a construção histórica das instituições locais e nacionais de desenvolvimento da produção agropecuária.

Em um contexto macro-político marcado por uma oposição mútua e sistemática entre governo federal e organizações representativas dos trabalhadores rurais, as limitações e contradições das políticas públicas de desenvolvimento rural levaram à criação de precárias relações institucionais nos assentamentos rurais. As restrições (quantitativas e qualitativas) nas linhas oficiais de créditos para produção agropecuária e na prestação de serviços de extensão rural e assistência técnica podem ser arroladas entre os principais obstáculos para a geração de emprego e renda nos assentamentos. São muitos os assentados que ressaltam as contradições das políticas estatais para a produção agropecuária: “como é que pode um assentado pegar um lote que nem análise de solo foi feita e no primeiro ano pegar um crédito de custeio para plantar milho?” As críticas às políticas de crédito e as avaliações de seus impactos sociais têm sido reiteradas por muitos assentados.

Os assentados foram obrigados a plantar milho porque a política do banco era essa: plantar milho ou algodão. E muitos deles ficaram inadimplentes. Então, hoje, uma parcela destes companheiros estão sem crédito junto às instituições financeiras. Isso para ele, para o pobre principalmente, porque a única coisa

que sobra para ele é o nome, e eles estão com o nome sujo na praça [...] Isso cada vez inviabiliza mais a produção. (Toninho Barbosa, assentado).

Apesar do ambiente político-institucional desfavorável, com um reduzido volume de créditos de investimentos e uma inadequada política de custeio da produção de grãos e fibras, os assentados desenvolveram, gradual e autonomamente, formas de intensificação da produção que ampliam a utilização de força de trabalho, a geração de renda e a utilização de recursos naturais locais. Tais processos podem ser interpretados como um fortalecimento de elementos endógenos na produção agropecuária e se caracterizam, entre outros aspectos, pela formação de um patrimônio produtivo permanente: o investimento de determinados recursos não apenas para a compra de máquinas e equipamentos, mas também para a formação de plantios permanentes ou aquisição de animais, para a obtenção de matérias-primas diversas que são convertidas, através do trabalho familiar-comunitário, na construção de cercas e diversas outras instalações e edificações. Os recursos financeiros necessários à produção de uma determinada mercadoria podem chegar a ser equivalentes a vários meses ou a mais de um ano de remuneração de trabalho de um assalariado rural.

A manutenção econômica das famílias que se tornaram inadimplentes, como decorrência da produção de milho nos sistemas convencionais, passou a depender do que os assentados costumam chamar de “recursos externos”, notadamente o arrendamento da área agricultável do lote e o assalariamento de parte da família: “são famílias que não vivem em função do lote, senão os filhos não precisariam trabalhar para fora”, sugere uma assentada, Andréia, que assim sintetiza um relevante critério na interpretação dos assentados sobre o universo comunitário em que se inserem. As famílias que vivenciam esta situação econômica e produtiva continuam morando no assentamento, mas deparam-se com os entraves sociais e materiais para o desenvolvimento das mais importantes formas de intensificação da produção agropecuária: “estão vivendo como alguém da cidade, não como produtor rural”.

O arrendamento de parte ou de todo o lote, a redução do tamanho da família com a migração dos filhos e a proletarianização dos familiares que permanecem morando no assentamento constituem uma espécie de conformação provisória e emergencial voltada para a permanência de pelo menos uma parte da família no assentamento. Por outro lado, no longo prazo, estes mesmos processos também estão relacionados com a transferência dos direitos sobre o lote para novos ocupantes. Trata-se de diferentes formas de evasão: evasão de recursos produtivos, evasão de força de trabalho e, finalmente, evasão de famílias rurais para centros urbanos.

Ele não tem recurso nem infra-estrutura dentro da propriedade para o filho dele poder dar continuidade ao processo da reforma agrária. A tendência desse que arrenda é que os filhos vão crescer, vão trabalhar, vender mão-de-obra - e ele vai vender a propriedade quando ficar velho. (Toninho Bustos).

Avaliaremos a seguir a importância relativa da produção agropecuária para a ocupação de força de trabalho e geração de renda no Assentamento Fazenda Reunidas. Pode-se, de acordo com as ponderações acima, fazer uma distinção entre dois grupos de famílias no assentamento. Um deles tem como característica a realização da produção agropecuária como principal fonte de recursos monetários e de ocupação do trabalho familiar, ou pelo menos do casal principal da família. Isso não é incompatível, como veremos, com o arrendamento de parte do lote e/ou o assalariamento dos filhos. No entanto, pelo menos a força de trabalho que constitui o núcleo da família residente, o casal de titulares do lote, desenvolve uma produção agropecuária capaz de absorver sua força de trabalho e com isso gerar receitas monetárias de forma a mantê-las afastadas do mercado de trabalho.

O segundo grupo vem a ser formado pelas famílias que passaram a ter sua reprodução social, sobretudo naquilo que se refere ao acesso à renda monetária, vinculada preponderantemente a “recursos externos”: o arrendamento da terra, a proletarização e a aposentadoria. Entre as características deste grupo de famílias, podemos mencionar: a) os lotes ocupam, no máximo, uma pessoa em tempo parcial (para vigiar e cuidar da casa e da criação animal ou para a manutenção ocasional de cercas e instalações utilizadas na pecuária); b) a produção agrícola e pecuária é realizada através do arrendamento da terra para terceiros; c) a produção agropecuária comercial não absorve força de trabalho familiar e os filhos, e eventualmente os pais, dependendo da idade e outras condições, ingressam de várias formas no mercado de trabalho.

A distinção entre apenas estes dois grupos não pode, evidentemente, ser estanque e unívoca ou desconsiderar as alterações ocorridas ao longo do tempo. Por este motivo, vale ressaltar, os arrendamentos, a proletarização dos filhos, o direito a aposentadorias, bem como os casos de inadimplência, não ocorrem apenas em um desses grupos. O critério central de classificação, no entanto, foi a geração de renda monetária com a ocupação de força de trabalho familiar na produção agropecuária no interior do lote. Outros critérios poderiam levar a classificações distintas ou mais detalhadas, conforme os propósitos de cada observador.

Para identificar e classificar cada família, partimos de uma listagem dos moradores da agrovila, através da qual foram levantadas informações com vários assentados que conheciam boa parte das famílias; foi então elaborada uma análise quantitativa preliminar, apresentada sinteticamente a alguns técnicos e assentados com o propósito de auxiliar na realização de entrevistas qualitativas. A coleta de informações quantitativas teve, portanto, duas finalidades: traçar um panorama da importância e abrangência da produção agropecuária no assentamento; e utilizar os dados como ponto de partida para a identificação de interpretações formuladas na localidade sobre este assunto e outros a ele relacionados.

Os dados sobre a ocupação de força de trabalho na produção agropecuária entre um universo de 55 famílias da Agrovila de Campinas¹, que passaram, em sua quase totalidade, de dez a vinte anos em centros urbanos, são os seguintes:

- a) em 34 lotes (61,8% da amostra), a produção agropecuária absorvia a força de trabalho pelo menos do casal principal e, em parte dos casos, de parte dos filhos. Havia a ocupação de aproximadamente três pessoas por lote, em média. Três destes lotes eram ocupados por famílias pequenas ou com crianças com idade inferior a dez anos, nos quais havia a absorção de apenas uma pessoa na produção agropecuária, além do trabalho feminino dividido entre atividades reprodutivas domésticas e ocupações eventuais e parciais na produção agropecuária; em dez lotes, trabalhavam constantemente duas pessoas; e em nove lotes, três pessoas; nos doze lotes restantes, eram empregadas de quatro a seis pessoas. É preciso considerar que parte das famílias era formada apenas por um casal e crianças, o que carregava ligeiramente a média para baixo. Inversamente, outras famílias eram pequenas devido à saída dos filhos que buscaram ocupações assalariadas fora do assentamento – e esse processo, ainda que relevante, não será analisado aqui. Estas 34 famílias estavam envolvidas em um ou mais processos de produção de mercadorias: dezesseis possuíam estufas; dezoito produziam café; quinze lidavam com a pecuária; sete mantinham a produção de hortaliças em sistemas não-irrigados; apenas nove plantavam milho; dez plantavam arroz e feijão para consumo próprio e/ou comercialização de excedentes. Metade destas famílias arrendava parte do lote para produção de milho, sobretudo para uma cooperativa fundada por 20 destes assentados: “porque produzir nós somos capazes até sem o governo. Agora, se o governo estiver junto com nós e for parceiro, nós vamos produzir muito mais e gerar emprego. E o governo está se batendo tanto para gerar emprego [...]” (Toninho Barbosa).
- b) nos demais 21 lotes (38,2% da amostra), a produção agropecuária absorvia não mais que uma pessoa em tempo parcial em atividades no interior do lote. Mesmo assim, precisa ser ressaltado que em 2/3 deste grupo havia uma pequena produção agropecuária comercial: a manutenção de alguns poucos pés de café com baixa produção; ou um pequeno roçado de arroz, feijão ou mandioca (com a comercialização eventual de um pequeno excedente); o cultivo de hortaliças sem irrigação (sobretudo quiabo e abóbora); a manutenção de um pequeno rebanho, cuja produção de leite cobria apenas o consumo doméstico da família e a comercialização de pequenas quantias. Estas famílias não se desvinculavam da produção agropecuária mercantil, apesar de sua reduzida absorção de trabalho e insuficiente geração de rendimentos monetários. Em sete destes 21 lotes, os assentados passaram por graves problemas de inadimplência decorrentes da produção de milho ou algodão. Algumas famílias eram incompletas: um dos

¹ Este universo de 55 famílias não inclui as famílias ligadas ao MST e à Copajota (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares), moradores da agrovila em formato urbano que continuaram participando de projetos coletivistas até o final dos anos 90.

cônjuges e parte dos filhos já não moravam no assentamento; em outras famílias, todos os filhos haviam deixado o assentamento para morar e trabalhar em centros urbanos distantes. Por outro lado, é também comum a permanência de famílias extensas, nas quais mais de uma família nuclear reside nos lotes: filhas ou filhos casados continuavam morando no lote, procurando garantir sua reprodução através da proletarianização, sobretudo no corte de cana, na colheita de laranja, nos serviços domésticos e na construção civil.

Portanto, a produção agropecuária era realizada, de diferentes formas e intensidades, por 87% das famílias assentadas incluídas nessa estimativa. A situação da Agrovila de Campinas não difere das demais agrovilas do assentamento em seu conjunto, como avalia o agrônomo:

[...] eu não vejo grandes diferenças. No momento, talvez esteja até favorecendo esse pessoal pela questão das estufas. Em todas agrovilas tem uma pequena percentagem de pessoas que conseguem sobreviver a toda essa crise. Eles conseguem driblar [a crise], não que estejam em uma situação excelente [...]. (Dadáσιο).

A experiência urbana das famílias da Agrovila de Campinas não se constitui no elemento explicativo para a disparidade de resultados sócio-econômicos apresentados acima. “Essa questão dos 21 que você colocou, da nossa agrovila, em todas, se você for fazer um levantamento, tem também” (Benê).

Nas demais agrovilas do assentamento, as condições não chegam a ser muito diferentes. Os dados sobre as 55 famílias da Agrovila de Campinas mostram que em 61,8 % dos lotes, havia, em média, a ocupação de três pessoas e que, contrariamente, em 38,2% havia a ocupação de no máximo uma pessoa em tempo parcial. Considerando, por um lado, as limitações da representatividade estatística da Agrovila de Campinas, mas, por outro, a avaliação local de que a situação das demais agrovilas não chega a ser significativamente distinta, podemos esboçar uma estimativa de que em aproximadamente 400 lotes do Assentamento trabalhavam entre 1.100 e 1.200 pessoas; e que nos demais 237 lotes estaria ocorrendo uma ocupação bem menor, o equivalente a aproximadamente 120 pessoas ou um pouco mais.

O fortalecimento de atividades agropecuárias que levam a uma intensificação simultânea na absorção de trabalho e na formação de um patrimônio produtivo (através, por exemplo, da cafeicultura, da pecuária leiteira, da horticultura e da sericultura) repercute na dinâmica e nas estratégias de sucessão familiar. Na avaliação do agrônomo, “o potencial de geração de empregos eu acho que é grande. Precisa ter mais conhecimento, o agricultor e o próprio técnico. Se aliar crédito à prática de treinamento, tem tudo para criar muitos empregos e diminuir o êxodo da juventude, fora os empregos indiretos que acaba gerando”. Uma generalização da média de três empregos (que já havia sido alcançada por cerca de 60% dos assentados) sugere um significativo potencial para a ocupação de um total de pelo menos duas mil

peças no assentamento. Algo entre 50 e 60% deste potencial havia sido efetivamente aproveitado. Para os assentados inseridos na produção agropecuária, a criação de uma nova institucionalidade para a produção agropecuária pode não apenas ampliar o potencial do assentamento para a ocupação de força de trabalho, mas também para o fortalecimento de toda a economia local do município. “Não é qualquer um na cidade, nem loja, que tem um capital como esse. São três, quatro pessoas trabalhando, tem um certo volume de dinheiro circulando” (Toninho Barbosa).

ARRENDAMENTO DE TERRA: O DIREITO ACHADO NA ROÇA

A relação histórica de confrontos e rupturas políticas entre assentados e Estado e demais atores sociais tem um impacto bastante diversificado. De qualquer forma, mesmo os assentados que vinham se deparando com condições produtivas mais precárias teriam alcançado, através do assentamento, condições sócio-econômicas melhores do que as anteriores, notadamente no que se refere à habitação e à mobilização de recursos. O acesso à terra permite que alguns direitos sociais básicos sejam exercidos, como a habitação, com água e eventualmente energia elétrica; o plantio de milho, mandioca, arroz, feijão e alguns outros produtos em uma pequena área, com tração animal, trabalho manual, sobretudo para o consumo alimentar da família; a possibilidade de conduzir um cultivo que exija poucos investimentos fixos e poucos insumos externos, como o de abóboras e quiabo. No entanto, as condições objetivas desta produção comercial não permitem a absorção de trabalho e a geração de renda monetária, o que torna estas famílias dependentes da busca de “recursos externos”.

O acesso à terra também permite uma certa negociação em torno do direito de arrendar o lote. “O arrendamento é uma alternativa de sobrevivência aqui dentro. Mas por que os arrendamentos? Porque o governo não tem política. A impressão que dá para a gente é que o governo queria que todo mundo ficasse inadimplente” (Toninho Bustos). No entanto, o INCRA proíbe expressamente o arrendamento de áreas do assentamento e distribuiu centenas de cópias de um “aviso ao público” indicando como punição a perda do direito sobre o lote e o cadastramento do infrator como “já beneficiário de terras públicas, não podendo receber nenhuma outra parcela/lote em todo território nacional”. Trata-se, certamente, uma ameaça de exclusão cuja efetivação demandaria a programação de variados e imprevisíveis confrontos sociais e políticos.

A legalidade-legitimidade dos arrendamentos nos remete a um conjunto de reflexões atuais no Brasil sobre as práticas alternativas do direito, como no âmbito do projeto *O Direito Achado na Rua* (Universidade de Brasília). Ao longo do processo de assentamento, há uma contínua disputa em torno da redefinição dos direitos sociais. Os arrendamentos se constituem como uma forma de confrontação social e política pela delimitação de um campo para o exercício dos direitos:

Não é excessivo discorrer a propósito da prática recorrente de saques famélicos em nosso país, sobretudo no Nordeste, a partir da consideração do tema da desobediência civil, uma vez que este modo de comportamento diante da lei provoca o resgate de seu princípio constitutivo: o direito de resistência. (SOUZA, 1999, p. 59-69).

Em Promissão, um conjunto de embates levou a uma mudança na concepção dos técnicos governamentais e assentados sobre o arrendamento de terras. De atividade a ser proibida e combatida, passível de graves punições, os arrendamentos passaram a ser vistos, levando-se em conta a conjuntura política nacionais e as condições locais, como algo justificável, racional e, em muitos casos, recomendável. Essa redefinição valorativa foi simultânea a uma certa perda de eficácia e legitimidade das ações e sanções da agência estatal no assentamento, na medida em que os diversos colapsos ocorridos na produção de grãos, entre outros fatores, foram corroendo o poder de intervenção dos técnicos no assentamento. Os assentados foram ampliando suas formas de resistência-desobediência – e o arrendamento de terras tornou-se uma espécie de direito constituído: “achado na roça”. É certo que os arrendamentos possuem uma contraditória natureza: por um lado, representam uma forma de resistência, um recurso a ser mobilizado para a permanência da família no assentamento. Por outro, resultam de uma construção institucional precária que impediu a realização dos projetos familiares de produção agropecuária.

Hoje o assentado não tem crédito. Ele tem 7,5 alqueires de terra e não tem recurso para tocar. Ou ele faz um acordo com alguém que vem de fora com uma máquina e passa uma parte do que produz para ele, ou ele fica olhando o colômbio subir, porque o mato vai subir mesmo (Benê).

Com a permanência do lote sem ocupação, os assentados também ficam formalmente vulneráveis às regulamentações punitivas oficiais. Os acordos informais de arrendamento passaram a ser estabelecidos notadamente para a produção de milho ou para a ocupação de áreas de pastagem. Para a produção de milho, os assentados recebiam o equivalente a cerca de uma tonelada de milho por hectare (40 sacos por alqueire), podendo também optar por receber 20% da produção, em geral mais rentável, mas com a desvantagem de receber o pagamento somente após a colheita. Um eventual arrendamento de toda a área do lote permitiria a obtenção de uma renda monetária um pouco superior a um salário mínimo mensal.

O assentado acomoda, porque, como o Estado está ausente, ele arrenda, e ele não morre de fome, dá para ele sobreviver, mas só para ele. Os filhos vão ter que vender a mão-de-obra. Aí os filhos vão embora, eles ficam velhos e vendem a terra (Bustos).

Como são poucos os assentados que possuem recursos financeiros suficientes para arrendar algumas dezenas de hectares e conduzir a produção de milho em escala, estas áreas são arrendadas para dois atores sociais: por um lado, produtores-arrendatários e comerciantes de produtos agropecuários que passam a buscar tais acordos com os assentados; e por outro, duas cooperativas criadas pelos assentados das agrovilas, formadas pelas famílias oriundas dos acampamentos, a dos 44 e a de Campinas. Há uma relevante dimensão política nos acordos de arrendamento de terras pelas cooperativas de assentados.

Com o arrendamento das pastagens, os assentados recebem um valor fixo, equivalente a um salário mínimo mensal por toda a área do lote. Há também o arrendamento de pasto por unidade de animal (cerca de R\$ 5,00 mensais por cabeça). Os que arrendam as pastagens dos assentados são vizinhos envolvidos em sistemas extensivos de criação bovina e também pequenos sitiantes das imediações: “o grande produtor tem terra à vontade”. O assentado Antonio Bustos alerta para a possibilidade de impacto negativo do arrendamento sobre as condições ambientais das áreas de pastagem:

A terra que arrenda para pasto fica mais degradada. Ele explora a terra e não repõe nada. A terra de milho, ele aduba, calcareia, planta, fica a palhada. Então, vai melhorando o solo. O arrendatário de milho tem um ganho (de fertilidade) com o milho. Agora, quem arrenda para pasto não ganha nada. Tudo o que a terra produz de capim, o animal come e vai embora. Isso vai deixando o solo cada vez mais fraco.

Os valores eventualmente aplicados pelo arrendatário na recuperação das pastagens são posteriormente descontados do pagamento ao assentado. Mas há alguns lotes, bem poucos, em que a fertilidade do solo encontra-se tão baixa, ou as pastagens apresentam condições tão desfavoráveis, que deixam de ser atrativos para o arrendamento. Essas áreas começam a ser tomadas pelo mato e, se estes lotes não são transferidos para novos ocupantes, ficam com o aspecto de terem sido abandonados. As considerações presentes nesta seção mostram que o arrendamento de terras, mais que uma mera fonte adicional de renda familiar, está diretamente associado ao tipo de políticas públicas para a produção agropecuária e repercute nos níveis de absorção de trabalho, nos fluxos demográficos, notadamente dos jovens, e na qualidade e na forma de uso dos recursos naturais.

EVASÃO E PERMANÊNCIA

As famílias deixam os assentamentos por inúmeras motivações, como a incidência de doenças, a velhice ou a perspectiva de se encontrar melhor ocupação, realização profissional ou relações familiares em outros lugares. Os casos de transferência de direitos de ocupação dos lotes também estão associados à presença

de famílias incompletas, sobretudo quando permanecem no assentamento apenas um ou dois integrantes da família, moradores solteiros, viúvos, divorciados ou separados. A despeito desta complexidade, a evasão das famílias está diretamente associada aos arrendamentos, à proletarização da família e à reduzida capacidade de produção agropecuária em parte dos lotes.

As famílias com produção agropecuária bloqueada encontram-se diante de um angustiante dilema: o de permanecer no assentamento sem condições para a realização de uma produção suficiente para garantir a manutenção da família ou o de transferir o direito de ocupação do lote, obtendo um montante de recursos que permitiria não mais que comprar uma pequena casa na cidade e tentar encontrar uma ocupação em um ambiente marcado pela precarização das relações de trabalho, pelos baixos salários e pelo aumento do desemprego: “se forem para a cidade, não têm emprego, têm idade avançada [...] Estão atados nos pés e nas mãos” (Toninho Barbosa). Ao vivenciar tal situação, não é secundária a suposição/constatação, muito comentada por todo o assentamento, de que os assentados que deixaram o lote para arriscar outra forma de vida no meio urbano passaram por grandes dificuldades, se arrependeram, e não podem retornar; muitos teriam passado por restrições econômicas ainda mais intensas que as do tempo de assentamento. Benê:

Eu acho uma tristeza imensa isso daí, porque é ruim com a terra, pior sem ela. O pessoal que saiu daqui, que vendeu os direitos correndo atrás de uma vida melhor, é o mesmo pessoal que saiu de uma periferia. Ele só vai engrossar o número de pessoas desempregadas que tem hoje na cidade.

Duas distintas situações precisam ser consideradas: uma delas ocorre quando a família assentada decide deixar a produção agropecuária por motivos familiares para trabalhar e viver em outros lugares. Restaria definir como compatibilizar esta liberdade de locomoção com a indenização sobre as construções, instalações e cultivos permanentes deixados no lote. Outra situação é a das famílias que abandonam o assentamento para reingressar na proletarização nos centros urbanos sem terem contado com um apoio institucional para o desenvolvimento da produção agropecuária. Bustos: “O que aconteceu? Aquele que não tinha crédito ou cultura de subsistência foi embora, porque ficou inadimplente no banco, os filhos foram embora vender mão-de-obra. Ficou o casal de velhos sozinhos, se ficar doente [...]”.

A proletarização de boa parte da família, incluindo o casal principal, pode provocar uma desconexão entre a família e a manutenção do lote – e a consolidação de novas atividades econômicas e profissionais fora do assentamento pode acentuar esta desconexão.

Vendeu o direito, porque não é vender o lote; dez, quinze, vinte mil pela casa, cerca, alguma outra coisa. Isso por descaso do INCRA. “Se tivessem acompanhado, nem os filhos teriam ido embora, nem o casal de velhos teria que vender o lote para ir para outro canto”. Nestes casos, a “venda dos direitos” sobre o lote se constitui em um meio de se recuperar o trabalho e os

poucos recursos permanentes ali deixados: “casa, cerca, alguma outra coisa”.
(Bustus)

No entanto, quaisquer que sejam os motivos da evasão das famílias do assentamento, a transferência de direitos de ocupação dos lotes, que não tinham sido convertidos em propriedade privada, precisaria ser realizada através de determinadas regras burocráticas formais. E mais uma vez, constata-se a “ausência” do Estado:

O INCRA é um abandono total, um descaso. A impressão que dá é que o INCRA quer que aconteça isso. Não tem um critério, porque tinha um critério quando foi feito o assentamento. Existia uma comissão, lista de cadastrados, selecionados, mas o INCRA abandonou a área (Bustus).

A ausência de acompanhamento das transferências de lote decorre da forma como foi realizado um convênio entre o governo federal e o estadual para a administração dos assentamentos no Estado de São Paulo. Houve uma distribuição de atribuições entre o INCRA e o ITESP, cabendo a este último a prestação de serviços de extensão rural e assistência técnica. Mas o INCRA acabou desativando sua agência local, ainda que mantendo algumas atribuições:

A transferência de lotes é uma questão que não foi delegada para o ITESP. É ter a lista de espera, é tudo com o governo federal. Tem coisas que não funcionam, dá problema em todos os projetos. Eles têm problemas lá na São José, em todo lugar tem, Andradina, aqui tem esses novos assentamentos também. (P. Alves, Guarantã).

Em um documento elaborado pelo ITESP em 1993, há uma indicação dos critérios utilizados até aquela época.

Em janeiro de 1990 foram assentadas as 103 famílias remanescentes do acampamento de 1987, mais as 15 acampadas em 1989. Daí em diante foram assentadas as famílias provenientes da lista de espera dos sindicatos, até dezembro de 1991, quando a mesma perdeu a validade legal. A partir de maio de 1992 passou a vigorar a nova lista elaborada com filhos de assentados que constituíram novas famílias. (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEPARTAMENTO DE ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO, 1993).

Ao longo do tempo, os casos de compra e venda dos direitos sobre os lotes no assentamento passaram a ser realizados praticamente sem qualquer intermediação ou regulamentação estatal. Diante desta informalidade, os novos ocupantes/moradores passaram a se concentrar entre aqueles que mantinham alguma relação de parentesco com os assentados, o que reduzia a princípio o risco de complicações jurídicas posteriores. Criava-se assim um “mercado” de terras bastante específico. Alguns dos novos assentados chegam com boa quantidade de recursos. Toninho Bustos:

Os que entram depois estão produzindo mais. Por quê? Porque eles já entraram em um lote estruturado (casa, poço, cerca, curral, café) e entraram com um pouco de recursos. Eles podem fazer uma produção de leite, tocar o café melhor... Enquanto nós estamos aqui há quinze anos sem assistência nenhuma, eles estavam lá fora ganhando seu dinheiro, acumulando algum recurso para entrar aqui agora. Eles entram e compram dez vacas sem o governo.

As transferências de lotes no assentamento parecem ter se transformado em algo sistematicamente irregular. Zé Carlos: “era papel do INCRA vim e fazer a vistoria, colocar uma outra família, se tivesse que indenizar aquela pessoa que estava saindo por um valor que ela tinha direito, mas o INCRA nem o governo federal tinha nenhuma verba para esta finalidade”. Segundo dados do ITESP, entre 1990 e 1997, o índice anual de permanência teria sido de 98%, como mostra a Tabela 1. Neste período de oito anos, cerca de 84,5% das famílias permaneceram no assentamento². *“Todos os que estão aqui, mesmo quebrados, estão mostrando que querem ficar na terra. Se tiver um projeto, esse pessoal ainda produz. É um pessoal que tem vontade” (José Carlos).*

Tabela 1 – Taxa de permanência no Assentamento Fazenda Reunidas (1990-1997)

Ano	número de evasões	% permanência
1990	1	99,8
1991	0	100,0
1992	16	97,4
1993	27	95,7
1994	12	98,1
1995	16	97,4
1996	16	97,4
1997	10	98,4
Média: 1990-1997	12,2	98,0
Total: 1990-1997	98	84,5

Fonte: ITESP. *Caderneta de Campa*. Assentamento Fazenda Reunidas, safra 98/99 – Tabulações - Promissão: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 1999.

Esse quadro não se constitui como uma exceção entre os assentamentos brasileiros³. Bruno e Medeiros (1998) calcularam o índice de evasão nos assentamentos criados entre 1985 e 1995 com base em uma amostra de 59 projetos em todas as regiões do país. A média nacional ficou entre 26,2 e 29,7% (média aritmética e ponderada).

² Esse percentual não inclui os dois primeiros anos, de grande adversidade para os assentados, e é possível que tenha aumentado a partir do final dos anos 90; estes dados, no entanto, deixaram de ser coletados/divulgados.

³ Como os assentamentos são criados em épocas distintas, o cálculo do índice de evasão/permanência pode ser realizado através da definição de uma determinada data-parâmetro de criação do assentamento e a formulação de um índice anual de evasão/permanência.

Na região Norte e Centro-Oeste, os percentuais ficaram entre 27,8 e 40,4%. Na região Sul, os índices oscilaram de 25,1 a 27,5%; na Sudeste, de 12,1 a 19,6% e no Nordeste, de 15,1 a 17,9. A ocupação da região amazônica e a expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste foram amplamente criticadas desde os anos 70 por terem sido concebidas e implementadas como uma substituição para a realização da reforma agrária nas demais regiões do país. Nos anos 90, os assentamentos nestas áreas foram justamente os que apresentaram os maiores índices de evasão.

As autoras ressaltam o impacto das condições de infra-estrutura na ocorrência de evasões: *“chama a atenção a precariedade das condições de infra-estrutura nos assentamentos rurais, em particular a falta de escolas, a irregularidade do atendimento médico básico, a má conservação das estradas, a inexistência de transporte e de energia elétrica”*. A análise da produção agropecuária concentrou-se na identificação dos mecanismos de comercialização através dos quais a ação dos atravessadores *“tende a drenar parte substancial dos recursos gerados”*. As observações sobre a evasão de famílias nos assentamentos fazem ressaltar a relevância das estratégias de permanência.

Dada a precariedade da situação dos assentamentos, que se traduz tanto nas condições de infra-estrutura como na descontinuidade das políticas em relação a eles, muitas vezes lida pelos assentados como ‘abandono’, talvez devêssemos nos perguntar porque tantos assentados permanecem na terra e porque tantos ainda continuam investindo suas energias na busca de um lote. (BRUNO; MEDEIROS, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do Assentamento Fazenda Reunidas caracteriza-se por uma séria limitação nas condições de infra-estrutura social e, sobretudo, por um bloqueio das políticas públicas no sentido de promover o desenvolvimento de formas endógenas de geração de renda e ocupação de força de trabalho. Ainda assim, registrou-se a permanência de 84,5% das famílias nos oito primeiros anos do Assentamento. Esse índice pode ser atribuído, em grande medida, à capacidade dos assentados de criar alternativas tecnológicas, sociais e econômicas voltadas para um distanciamento estratégico e deliberado em relação aos parâmetros da modernização agrícola contido no sistema de créditos para áreas de reforma agrária desde que as primeiras áreas foram conquistadas pelos trabalhadores rurais sem-terra. O arrendamento de terras precisa ser interpretado neste contexto marcado por uma composição desbalanceada de recursos produtivos, no qual os assentados deparam-se com ampla disponibilidade de terras e força de trabalho, mas não com a recursos financeiros voltados para a aquisição de uma série matérias-primas, ferramentas, insumos e demais objetos e instrumentos de trabalho capazes de gerar uma dinâmica de acumulação relativamente autônoma de condições produtivas. Uma análise das estratégias produtivas dos assentados evidencia que as alternativas técnicas e sociais estabelecidas procuram ampliar processos produtivos mais endógenos e autônomos,

em geral com menor dependência em relação aos insumos e tecnologias provenientes do setor agroindustrial. A recente adoção pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário dos princípios da agroecologia evidencia, neste sentido, que também no que se refere ao campo tecnológico e produtivo, o Estado brasileiro de certa forma atua a reboque dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. et al. *A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Convênio Feagri; UFRRJ; CPDA, 2002. 107 f. Relatório Final.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L. *Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA; FAO, 1998.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Assentamento Fundiário. *Questionário institucional do assentamento: assentamento Promissão I*. Promissão: ITESP, DAF, 1993.

SOUZA, JÚNIOR. J. G. Fundamentos ético-jurídicos do direito de comer: a propósito de saques e do estado de necessidade. *Revista do SAJU*, Porto Alegre, v. 2, p. 59-69, 1999.

A CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO ASSENTAMENTO REUNIDAS¹

Fabiana Xavier Vieira

INTRODUÇÃO

A principal preocupação deste artigo relaciona-se à compreensão de como está sendo promovida construção da qualidade de vida das famílias no Assentamento Reunidas, segundo a percepção destas famílias, enfocando a melhoria das condições de vida após a vinda para este assentamento. Compreende-se que existe um processo de construção de um novo modo de vida na terra, de novas identidades e esse novo processo implica, dentre outras coisas, a busca pela qualidade de vida dos trabalhadores rurais que vivem no Assentamento localizado em Promissão/SP.

O processo de construção de um novo modo de vida na terra, segundo D'Aquino (1997, p. 32):

¹ Este artigo é resultado de parte da pesquisa realizada em 1996 como bolsista de Aperfeiçoamento do CPEA (Centro de Pesquisas e Estudos Agrários), sob o título "A saúde no Assentamento Fazenda Reunidas" e agora aprofundada no Mestrado em Sociologia pela Unesp/ Araraquara tendo como tema "A Qualidade de Vida das Famílias nas Terras de Promissão".

Consiste, portanto, numa busca das diferenciações significativas do ponto de vista da construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o capital.

Desse modo, a construção deste novo universo resulta num novo cotidiano marcado pelas diversas relações sociais que se formam e se solidificam nesse “novo tempo de viver”, nesse “novo lugar”.

Conforme dados revelados nas pesquisas, realizadas pelo CPEA, a qualidade de vida se manifesta na satisfação em viver e na viabilidade de sua permanência no assentamento, observa-se a construção da qualidade de vida no contexto de um projeto de vida: o de viver no assentamento.

ASPECTOS TEÓRICOS DA QUALIDADE DE VIDA

Apesar do tema “qualidade de vida” ser largamente utilizado não tem-se um conceituação precisa do tema.

Contudo, observa-se que os estudos sobre as condições de vida e nível de vida antecipam os de qualidade de vida. Os Parceiros do Rio Bonito de Antônio Cândido, um clássico na área de sociologia rural, pode ser considerado o pioneiro no estudo sobre a qualidade de vida de populações rurais.

Numa digressão ao surgimento do conceito qualidade de vida constatamos que:

[...] talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que ‘qualidade de vida’. Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca de qualidade de vida. Ainda mais moderna é a crítica e a redefinição do conceito de qualidade de vida. O primeiro gesto do que viria a ser o homem tinha por motivação a melhoria na qualidade de vida dele e dos demais de sua tribo. Apesar disso, só muito recentemente o conceito surge e se consolida no imaginário coletivo dos homens. Durante séculos, qualidade de vida estava em não ser ameaçado pelos deuses, nem ser surpreendido pelas intempéries, e ter força para resistir aos inimigos: naturais ou humanos. A vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina. A partir do final do século XVIII e a partir do XIX, com a Revolução Industrial, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver no setor urbano, contar com máquinas que fizessem o trabalho pesado, controlar da melhor forma possível a natureza. Só no século XX o conceito de qualidade de vida se transformou em consumo. O conjunto de massa passou a ser o símbolo da utopia, e padrão de medição de qualidade de vida. (BUARQUE, 1993, p. 157).

Embora acreditando em Buarque que qualidade de vida é consumo, observamos que para os trabalhadores rurais sem terra e os assentados têm outra

conotação, que mesmo englobando o consumo de produtos industriais como automóveis, eletrodomésticos, parabólicas, roupas etc, implica fundamentalmente na reconciliação com a terra extraindo dela os bens necessários à sobrevivência e algum excedente. Dessa forma qualidade de vida implica, para os trabalhadores que se concebem como 'sitiantes' fartura, tranqüilidade e repouso (D'AQUINO, 1997).

Apesar da qualidade de vida ser uma preocupação antiga, somente agora na era da globalização que este termo está em evidência e tudo o que a ele estiver diretamente relacionado. Neste mundo globalizado, com transformações ocorrendo com velocidade extraordinária a ordem é buscar tudo o que possa tornar melhor a nossa vida.

Qualidade de vida tornou-se uma meta a ser atingida por sociedades, populações, indivíduos. Torna-se preciso estar inserido neste mundo transnacional seja através dos meios de comunicação ou do consumo de bens e serviços. Mas a qualidade de vida vai além disso, as pessoas preocupam-se de como se alimentam, como estudam, as condições de sua habitação, como está os serviços de saúde... Enfim tudo o que possa lhe dar uma "boa qualidade de vida".

A busca por uma "boa qualidade de vida" nesse fim de milênio é a preocupação de todos. Qualidade de vida é uma expressão que inclui forma física, saúde, alegria e bem-estar na área pessoal, social e profissional das pessoas. É crescente o número de pessoas que vêm investindo para viver bem seja no trabalho ou fora dele, conseguindo transformar carreira, lazer e vida familiar em um conjunto harmonioso. É ilusão acreditar que qualidade de vida tenha a ver somente com dinheiro ou poder, ela é muito mais profunda, ela não tem receita, pois inicia-se de dentro para fora nas pessoas. Enfim, qualidade de vida está nas *atitudes e ações cotidianas* das pessoas.

Deve-se atentar para o fato que mesmo estando dispondo, usufruindo de objetos, bens de consumo, serviços e todos os aspectos ligados ao referido tema uma questão surge: Quem pode dizer que tem uma boa qualidade de vida? Ou má? Quem pode fazer tal avaliação?

Extrapolando os índices meramente estatísticos, quem deverá responder esta questão deverá ser a própria pessoa, pois quem pode dizer que uma casa com 10 cômodos é melhor do que uma de 5? Quem garante que a vida urbana é melhor do que a rural, e vice-versa?

Percebe-se, então que as respostas à estas questões são extremamente pessoais, individuais, subjetivas até. Desse modo parto do princípio que quem deverá me dizer se tem uma "boa qualidade de vida" será a própria família entrevistada. Obviamente, leva-se em consideração a forma de habitação, o acesso aos serviços de saúde e a sua alimentação, finalmente o que há de disponível para a satisfação destas necessidades. Partindo deste pressuposto este artigo leva em consideração a percepção e a satisfação das famílias nos âmbitos estudados da qualidade de vida,

através da constatação por meio do seu discurso se houve melhoria ou não das condições de vida após a vinda para o assentamento.

Torna-se preciso esclarecer que não é objetivo deste artigo enfocar o lado psicológico da qualidade de vida, mas sim compreendê-la sob o ponto de vista sociológico. Objetiva-se compreender como está sendo promovida a qualidade de vida das famílias assentadas, não só sob o aspecto da satisfação em viver no assentamento mas da viabilidade de vida no assentamento tendo por base a melhoria das condições de vida desses assentados.

Os itens analisados para compreender a qualidade de vida das famílias no Assentamento Fazenda Reunidas estão relacionados como necessidades concretas: alimentação, habitação e acesso aos serviços de saúde, que, sem dúvida, traduzem necessidades abstratas consentâneas com o “estilo de vida” almejado por estes assentados.² Optou-se por estudar estes componentes pois esta seleção proporciona uma análise de grande poder explicativo sobre o tema em estudo.

Os estudos sobre qualidade de vida no meio rural, medem o nível da qualidade de vida através de índices que são analisados estatisticamente. Neste artigo, porém a metodologia adotada é a qualitativa e os dados foram obtidos através de entrevistas e da análise dos formulários respondidos pelas famílias assentadas versando sobre dados sócio-econômicos, história de vida familiar, condições de vida-habitação, condições de saúde, escola, produção, trabalho, lazer e projeto de vida.³

O referencial teórico utilizado neste trabalho é o da Teoria das Representações Sociais pois esta teoria proporciona a apreensão da qualidade de vida tal como se manifesta na vida cotidiana, na formas de pensar próprias ao senso comum, sem que estas famílias tenham um conhecimento científico acumulado sobre o assunto pesquisado.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA QUALIDADE DE VIDA

O termo “qualidade de vida” tão enfatizado na atualidade não possui uma conceituação precisa. Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos na área da Epidemiologia Social e alguns outros pelas ciências humanas, visto que trata-se de um problema social extrapolando o universo biológico, tornando-se, assim um tema interdisciplinar.

² Segundo Bourdieu o “estilo de vida” pode ser considerado como “um conjunto unitário de preferências distintas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou hexis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo.” (BOURDIEU, 1983)

³ Salienta-se que os dados obtidos no formulário pertencem à pesquisa “Inserção no trabalho de crianças e adolescentes na cidade e nos assentamentos rurais: saúde ou qualidade de vida? - Propostas de análise e intervenção no âmbito da família e da comunidade”, sob coordenação da Prof^a Dr.^a Teresinha D’Aquino, durante o ano de 1998.

Como o intuito deste trabalho é analisar a qualidade de vida sociologicamente, buscou-se através de um exame bibliográfico trabalhos que contemplassem tal discussão na área da sociologia rural.

No Brasil, tal levantamento proporcionou a constatação de alguns trabalhos, todos pertencentes à Universidade Federal de Viçosa - Minas Gerais, elaborados como dissertações de Mestrado em Sociologia Rural e Extensão Rural, compreendendo os anos de 1979 à 1987. (Vide bibliografia no final)

Tais pesquisas utilizam o pressuposto teórico de que os indicadores da qualidade de vida do meio rural brasileiro devam ser determinados pelas condições de vida relacionadas com a sobrevivência biológica dessas populações e pelos fatores que fazem possível essa sobrevivência.

No conjunto, estes trabalhos trazem características próprias seja teoricamente ou metodologicamente sobre a análise da qualidade de vida no meio rural.

No entanto, pode-se observar que estas dissertações, na sua maioria trabalham com a base teórica de correntes do desenvolvimento e da teoria do bem-estar familiar, com exceção do trabalho de Rodrigues (1980), que optou pela análise teórica da estratificação social, o que se configura numa padronização do estudo da qualidade de vida no meio rural desenvolvida por estes autores.

Após 1983 os trabalhos apresentaram uma nova característica pelo uso de um artigo escrito por Guerrero e Acosta Hoyos (1983), apresentando uma nova opção teórica e metodológica visando facilitar o estudo da qualidade de vida no meio rural, que já vinha sendo empregada nas dissertações expostas acima de uma forma não tão aprimorada.

A opção teórica formulada por estes autores, docentes da Universidade Federal de Viçosa, é a partir da teoria psicológica das necessidades humanas.

A teoria da percepção das necessidades humanas, tal como é entendida pelos psicólogos, fornece um marco de referência teórico adequado para definir e selecionar os indicadores de qualidade de vida nos diferentes estratos sociais. (GUERRERO; ACOSTA HOYOS, 1983, p. 174).

Entendem qualidade de vida do homem rural como o conjunto de aspectos básicos de sobrevivência e bem-estar dos produtores e de suas famílias.

Estes sociólogos relacionam o estudo da qualidade de vida com as opções econômicas e com o tipo de necessidades familiares e pessoais dos indivíduos, visto que, a qualidade de vida nas camadas afluentes da sociedade tem características e componentes diferentes da qualidade de vida nos setores mais pobres. Afirmam ainda que, os componentes básicos do cotidiano, tais como alimentação, habitação e acesso aos serviços de saúde, revestem-se de um caráter condicionante para a sobrevivência biológica das famílias nos estratos mais pobres. Nos estratos mais

ricos, esses componentes aparecem como pressupostos do alto estilo de vida familiar que possuem.

Assim sendo, de acordo com estes estudiosos, deve ser ressaltado que a construção de uma medida de qualidade de vida está, portanto, condicionada ao tipo de população a ser estudada.

Na opinião destes autores para que os estudos de qualidade de vida sejam representativos de todas as regiões do mundo e de todos os estratos da sociedade devem contemplar aqueles indicadores que refletem as necessidades absolutas. Tais necessidades como alimentação, habitação, higiene, lazer, vestuários, saúde, educação, dentre outras, que afetam as condições de vida da maioria das populações do planeta em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Com relação à análise dos dados coletados nas dissertações verifica-se que a metodologia empregada é a mesma proposta por Guerrero e Acosta Hoyos (1983) em seu artigo já referido anteriormente. Ou seja, a análise dos dados foram descritivas baseadas em percentagens, médias, uso de gráficos, tabelas, análise tabular, análise fatorial e regressão linear múltipla, enfim utilizando recursos estatísticos. Os componentes escolhidos para análise são os indicadores de qualidade de vida da população rural estudada. Estes indicadores foram divididos em:

- Indicadores condicionantes da qualidade de vida
- Indicadores inerentes à qualidade de vida

Os *indicadores condicionantes* são aqueles que nas situações específicas de pobreza e isolamento seja geográfico como psicológico, regulam o acesso dessa população a um nível melhor da qualidade de vida. Considera-se os seguintes indicadores: nível de instrução, grau de integração cívica e renda familiar.

Os *indicadores inerentes* são aqueles que, de acordo com a hierarquia da percepção das necessidades humanas, determinam os parâmetros da qualidade de vida da população rural. Esses indicadores são: posse de bens domésticos, acesso aos serviços de saúde, condição habitacional, tempo para lazer, consumo de calorias e consumo de proteínas ou índice de nutrição. Existem alguns autores que incorporam o índice padrão de higiene, dentre outros indicadores.

Para operacionalizar o estudo da qualidade de vida no meio rural, apresentados nas dissertações transformaram os componentes (ou indicadores) da qualidade de vida em índices elaborados através da atribuição de scores e analisados estatisticamente.

A fim de operacionalizar os componentes da qualidade de vida foi atribuído valores máximos a esses indicadores correspondendo ao limite considerado o mínimo aceitável para a população rural. Cada componente foi dividido em 3 classes para melhor ser analisado estatisticamente.

Desse modo, a qualidade de vida foi representada pelos indicadores abaixo relacionados:

- Índice de Habitação: determinado pela quantificação de 11 itens numa escala de 56 opções referindo-se o estado da moradia do agricultor e de sua família. Os itens foram: condições de ocupação, material das paredes, material de cobertura, material de piso dos dormitórios e da cozinha, abastecimento de água, reservatório domicílios, iluminação artificial, combustível utilizado, destino do lixo, instalações sanitárias, arredores da casa.
- Índice de Bens Básicos: determinado pela posse ou não, de um conjunto de 25 a 35 itens (de acordo com cada estudo) de utensílios de natureza doméstica existentes na moradia familiar considerados básicos. Tais como: geladeira, cama, veículo, ferro de engomar, forma para bolo, bicicleta, caldeirão, toalhas de mesa, escorredor de macarrão, dentre outros.
- Índice de Uso da Previdência ou Acesso aos Serviços de Saúde: refere-se ao uso de benefícios da previdência social usados pelo produtor rural e sua família. Os benefícios são: assistência médica, assistência odontológica, recebimento de medicamentos, auxílio funeral, auxílio natalidade e auxílio acidente.
- Índice de Integração Cívica: refere-se à posse ou não de um conjunto de documentos tais como: certidão de nascimento, certidão de casamento, carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, carteira do INPS, registro de imóveis, CPF, conta em banco e certidão de nascimento dos filhos.
- Índice de Lazer: determinado por um conjunto de 19 itens de valores relativos, onde se levam em conta atividades de lazer comunitárias, familiares e individuais ou tempo gastos em horas de lazer.
- Índice de Instrução ou Grau de Escolaridade: determinado pelo número de anos de instrução formal que o chefe da família declarou ter à época da entrevista.
- *Renda Monetária Líquida*: considerada-se a renda líquida que o agricultor declarou ter durante o ano da pesquisa. Para se obterem os valores de renda líquida, tomou-se o total dos rendimentos brutos menos os gastos efetuados na propriedade agrícola, ou seja, Renda Bruta menos Gastos na Propriedade.
- Índice das Condições de Higiene: refere-se aos aspectos sanitários e de limpeza do produtor e de sua família. Foram considerados 3 itens como destino dos dejetos humanos, destino do lixo e tipo de abastecimento de água.
- Índice de Consumo Calórico e Índice de Consumo Protéico ou Índice de Nutrição: refere-se ao consumo diário de calorias e proteínas da população pesquisada.

De acordo com Guerrero e Acosta Hoyos (1983, p.178) os limites considerados mínimos aceitáveis para cada indicador podem ser verificados na quadro1:

Quadro 1- Indicadores e seus limites.

Indicadores	Limite mínimo	Unidade
Instrução	8	Ano
Integração cívica	8	Documentos
Renda familiar/ano	1.000	U.S. dólares
Consumo de calorias “per capita”	3.200	Calorias/dia
Consumo de proteínas “per capita”	60	g/dia
Condição habitacional	5	Índice
Acesso aos serviços de saúde	6	Serviços oferecidos
Posse de bens domésticos	24	Itens da escala
Tempo para lazer	1.340	Horas/ano

Fonte: Guerrero e Acosta Hoyos (1983, p.178)

Alguns trabalhos acrescentaram conjuntamente à análise destes indicadores a análise de variáveis independentes como: econômicas, sociológicas e psicológicas.

Na variável econômica estão incluídas informações sobre o tamanho da propriedade e utilização do crédito rural. O grupo das variáveis sociológicas contém perguntas relacionadas com os indicadores de grau de orientação empresarial contendo 46 itens; grau de conhecimento geral com 9 itens; grau de conhecimento agropecuário com 15 itens e grau de acesso aos meios de comunicação com 18 itens. No tocante à variável psicológica apresentam-se os seguintes indicadores: grau de crenças e tabus com 12 itens; grau de motivação e grau de alienação.

Os itens usados para medir a qualidade de vida descritos acima, referem-se ao consumo de materiais, no entanto certos itens são totalmente dispensáveis à vida de uma família tais como: cristaleira, máquina de moer carne, rede, forma para bolo, dentre outros. Além do mais o que pode assegurar que tais itens podem tornar a qualidade de vida de uma pessoa ou de sua família melhor? A resposta, então, deve ser subjetiva cabendo a cada família dizer o quê, ou quais itens podem melhorar a qualidade de vida familiar.

Salienta-se que este artigo é baseado principalmente numa pesquisa subjetiva ou de opiniões e atitudes mas, também numa descrição objetiva da realidade. Neste interín é a família que vai responder se a qualidade de vida melhorou ou piorou desde a entrada no assentamento, obviamente os dados coletados servem de base para tal comprovação.

Estes trabalhos realizados pela UFV demonstram resultados que grande importância para a análise da qualidade de vida no meio rural das populações estudadas, porém o que se pretende neste artigo consiste em compreender a qualidade de vida das famílias no assentamento Fazenda Reunidas através da análise da qualidade de vida utilizando outra perspectiva teórica e metodológica das concebidas e aplicadas às dissertações referidas acima. No entanto usar-se-á a conceituação de qualidade de vida proposta por Ferreira (1986), sendo complementada pela Teoria das Representações Sociais. Assim neste trabalho a qualidade de vida das famílias assentadas é conceituado como sendo:

[...] todo bem-estar produzido por elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos, ambientais, etc., que configuram não apenas as dimensões do ter e do possuir, mas também do ser, do viver em condições de produzir, de gerir e de usufruir dos bens e serviços necessários e disponíveis na sociedade. (FERREIRA, 1986, p. 12).

Após estas considerações pronunciadas acima, busca-se explicitar o sentido em que é utilizado a expressão “Representações Sociais”, operacionalizado na análise dos formulários respondidos pelos assentados a respeito da qualidade de vida da família após a vinda para o assentamento.

Toma-se como referência essa expressão no sentido que lhe vem sendo dado pela denominada Teoria das Representações Sociais, formulada inicialmente na obra do psicólogo social francês Serge Moscovici, publicada pela primeira vez em 1961 intitulada *La Psychanalyse: Son image et son public*, apoiada nos fundadores das ciências sociais na França. Moscovici modernizou a ciência social substituindo as representações coletivas de Durkheim pelas Representações Sociais, tornando, assim, a ciência social mais “adequada” ao mundo moderno, segundo sua concepção.

Por isso, as Representações Sociais são caracterizadas de modo que contemplem os aspectos que sejam de interesse imediato do assunto abordado nesta dissertação.

Minayo (1997, p. 89), entende por Representações Sociais o modo de perceber, compreender e se relacionar com o real e assim conceitua:

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

A partir da consideração acima, tomou-se como referencial teórico para análise da qualidade de vida a Teoria das Representações Sociais por se tratar de um

estudo sociológico que abrange a realidade, atos do cotidiano, expressões e trajetórias de vida do senso comum.

Desse modo, Leite (1998) afirma que o conceito de Representações Sociais diz respeito, antes de tudo, a uma forma particular de conhecimento : o conjunto dos saberes sociais cotidianos, os saberes do senso comum.

Muitos autores referem-se às Representações Sociais como: “teorias do senso comum” (SPINK, 1995); saber desenvolvido no cotidiano das relações sociais” (LANE, 1995, p. 59), “conjunto de conceitos, explicações, e afirmações que se originam na vida diária” (MOSCOVICI, 1995, p. 47). Segundo Leite (1998), diante de tais afirmações, com relação ao trabalho desenvolvido sobre a percepção da qualidade de vida das famílias do Assentamento Fazenda Reunidas após a vinda para o assentamento esta teoria não seria a mais apropriada para a apreensão desta realidade?

E para completar a escolha desta teoria constatou-se que segundo explicação de Farr (1997) “*A Teoria das Representações Sociais, enquanto uma forma sociológica de Psicologia Social*, passa a ser vista como valioso instrumental de abordagem sociológica da realidade [...]”, e portanto principalmente no que se refere à compreensão dos sobre a qualidade de vida dos assentados e de sua família.

Atestando tal escolha teórica Leite (1998, p. 19) conclui que:

[...] uma representação social não representa apenas um objeto socialmente importante, não se refere de modo exclusivo a aspectos da realidade que têm relevância para a vida dos sujeitos que produzem essa representação. [...] Ela representa também esses sujeitos, manifestando aquilo que eles são.

As formas de representação da qualidade de vida que tomo em consideração são próprias da vida cotidiana, do senso comum, e não resultados de trabalhos acadêmicos. Por isso, partindo do pressuposto que na qualidade de vida familiar as necessidades básicas de sobrevivência no assentamento em estudo estão sendo resolvidas e que a percepção do nível de qualidade de vida de sua família é expressa pela melhoria das condições de vida após a vinda para o assentamento, é o indivíduo quem vai me dizer se sua qualidade de vida melhorou ou piorou nestes últimos 10 anos. Obviamente que os componentes escolhidos para análise foram observados e verificados a fim de constatar o discurso da família assentada.

Como técnica de coleta de dados optou-se que a entrevista seria feita por dois pesquisadores, um anotaria as respostas no formulário e o outro entrevistaria a um dos membros da família. No decorrer da entrevista os membros da família, respondiam uma ou outra questão complementando ou fornecendo outros dados que não tivesse sido mencionado.

Usou-se, também gravador para melhor aprender o discurso do entrevistado e sua família. As fitas foram transcritas e depois analisadas de acordo com a apresentação que Spink (1997) sobre os passos a serem seguidos para a transcrição da entrevista, atentando para as variações do discurso e ainda detalhes sutis como pausas, silêncios, hesitações, etc. Passos estes já incorporados nas pesquisas realizadas no assentamento pela equipe do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários (CPEA).

Analisamos os diversos aspectos contidos nos indicadores com os quais trabalho, possibilitando a comparação entre as diversas famílias pesquisadas e como eram tais indicadores antes da vinda para o assentamento, tais como:

Com relação ao item *alimentação* abordamos como era e como está a alimentação familiar, quais os alimentos que comumente são ingeridos, número de refeições, a existência de horta, pomar no lote e quais os produtos que plantam. Também discutimos na opinião do entrevistado se a sua família come bem e se melhorou a alimentação depois que vieram para o assentamento.

No componente *habitação* discutimos como eram e como se encontra as condições de vida-habitação da família. Estes dados foram obtidos através da observação sendo complementado, quando necessário, pelo entrevistado. Neste item verificamos o material da construção da casa, número de cômodos, tipo de piso, cobertura, tipo de iluminação, origem da água, tipo de instalação sanitária, tipo de esgoto, aparecimento de pequenos animais e insetos e destino do lixo caseiro.

No item *serviços de saúde* discutiu-se sobre as condições de saúde da família antes e depois da vinda para o assentamento, os serviços de saúde existentes no assentamento e quais que a família frequenta, a qualidade desses serviços e tipo de remédios que usam (caseiros ou não).

Há que se ressaltar que a análise destes componentes da qualidade de vida é realizada a partir das entrevistas feitas com os assentados tomando como referencial a percepção destes com relação à construção de um novo modo de vida, através das relações cotidianas.

Nota-se, portanto, que as Representações Sociais podem nos levar à verificação da qualidade de vida das famílias assentadas no presente artigo, pois apesar de cada família ter sua história de vida própria ela se interlaça com a história de outras famílias que tiveram a mesma experiência social em relação à luta pela terra visando a melhoria das condições de vida, permitindo, assim traçar um panorama da qualidade de vida das famílias no Assentamento Fazenda Reunidas.

Wagner (1997, p. 173, (grifo nosso) atesta tal afirmação acima proposta:

Mesmo que indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social possam ser bastante diferentes em termos de suas personalidades, *elas se aproximam um dos outros no que diz respeito à estrutura básica de sua experiência social comum, de seu pensamento e de sua ação* [...] A relação estrutural entre condições mentais coletivamente compartilhadas e condições sociais é homóloga por causa de sua história comum e sua função social.

ALIMENTAÇÃO

No início do assentamento a alimentação era precária, as crianças e os adultos estavam desnutridos, não havia alimento suficiente para todos; viviam em barracos de lonas e utilizavam a água do rio. Paccola (1989) relata mortalidade por desidratação e problemas endêmicos como escabiose, sarna na fase de acampamento.

Com o passar do tempo a realidade foi mudando: os assentados, de posse de suas terras, passaram a plantar num primeiro momento para sua própria subsistência com o objetivo de melhorar a alimentação. Como resultado direto os adultos passaram a produzir também para o comércio, as crianças passaram a ter uma alimentação mais saudável diminuindo os riscos de doenças.

Atualmente, decorridos mais de dez anos de Assentamento verifica-se que a realidade mudou, as dificuldades iniciais foram vencidas, o nível de desnutrição caiu a partir do momento que os assentados passaram a produzir seus alimentos, contando com uma variedade de produtos alimentícios: arroz, feijão, mandioca, frutas, ovos, leite, carne de ovinos, bovinos, caprinos e aves, verduras etc.

Observamos melhoria na situação sócio-econômica, viabilizando não só o assentamento, mas principalmente, fornecendo alimentos para além da subsistência das famílias. Estas famílias buscavam a terra para plantar e colher, no anseio de ter fartura, de ter o que comer para sobreviver. Aspiravam ter a terra não só como local de moradia, mas como meio de subsistência. E hoje já abastecem o mercado regional com leite, hortifrutigranjeiros, grãos etc. Com relação às safras temos:

Num ligeiro balanço do assentamento como um todo, os dados fornecidos pela Coordenadoria Regional do DAF (área V), de Promissão informam que na safra 93/94 a produção final no Projeto de Assentamento Reunidas foi a seguinte: 4.227 ha de área plantada com milho e uma produção de 12.681 ton; 1985 ha de área plantada com algodão e 2233 ton. de produção; 865 ha de área plantada com arroz, totalizando 700 ton de produção e 30 ha de soja, com 67 ton de produção. A produção de leite no mês de janeiro de 1994 foi de 125.938 litros. (D'AQUINO, 1994, p. 238-239).

Dados atuais da safra de 96/97 mostram os seguintes resultados: 4.260 ha de área plantada de milho com uma produção de 13.766,60 ton; 39,02 ha de área plantada de algodão e uma produção de 75 ton; 278,40 ha de arroz saqueiro e uma produção de 364,70 ton; 754,60 ha de feijão seca e uma produção de 501,40 ton dentre outros produtos. A produção de leite de julho de 1997 foi de 11.870 litros/dia. Ainda há assentados que lidam com a sericultura, ou seja, manuseio de bicho da seda e a piscicultura.⁴

⁴ Dados fornecidos pelo DAF (Departamento de Assuntos Fundiários) de Promissão/SP. Vide a respeito LEANDRO, J. B. *Associativismo, cooperativismo e produção: os modelos de produção e a permanência nas terras de Promissão*. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

Diante do que foi expressado acima verifica-se que o problema da fome está solucionado no assentamento em estudo, pois mesmo grande parte da produção servindo para o comércio, parte dela é destinada para a alimentação dos assentados.

O artigo de Guanzioli (1996, p.1) confirma o resultado obtido nas entrevistas e nas observações realizadas, diz ele:

Os dados produzidos por duas pesquisas realizadas pela FAO, em convênio com o Ministério da Agricultura e com o INCRA, revelam que, [...] o acesso à terra garante uma rápida superação do problema da fome. [...] A renda gerada por uma família de reforma agrária ao nível nacional foi de 3,70 salários mínimos, valor este que ficava bastante próximo da renda mensal de uma família brasileira e acima do salário de um trabalhador rural mensalista.

Outro aspecto a ser destacado, numa pesquisa realizada em 1993 da FAO com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do então Ministério do abastecimento e da Reforma Agrária (Maara) refere-se à média de renda nos assentamentos do Brasil dividido por regiões: Região Nordeste- 2,33 s.m., Região Centro-Oeste- 3,85 s.m., Região Sudeste 4,13 s.m. e Região Sul - 5,62 s.m. por família.

Essas médias só vêm comprovar a eficácia da produção dos assentamentos, que além de proporcionar uma alimentação satisfatória, ainda permite produzir um excedente para despesas adicionais, ou seja, gera condições econômicas que viabilizam a melhoria da qualidade de vida, a partir do momento em que um dos maiores males que afeta populações de todos os continentes, a fome e a miséria, não fazem parte do cotidiano da maior parte dos assentados em questão.

HABITAÇÃO

Com relação à habitação, vemos que no início do acampamento os barracos eram feitos de lonas plásticas, armações de bambu cobertas de capim e de chão batido. Hoje, vê-se que a realidade é outra: novas construções de alvenaria foram feitas, melhorando conjuntamente a qualidade de vida desses assentados. A pesquisa realizada pelo CPEA (Centro de Pesquisas e Estudos Agrários) revela que as moradias são, na sua maioria de blocos ou de tijolos ou madeira, existindo ainda, em número consideravelmente menor, a construção de casas de barro. O piso na sua maioria é de cimento, de cerâmica e poucas casas têm chão batido. A cobertura predominante é de telhas.

A mudança mais representativa diz respeito à iluminação que antes era feita através de lampião a querosene e passou a ser de luz elétrica, existindo agrovilas com luz elétrica desde 1996, como na Agrovila de Campinas. Em contraposição, existem casas que receberam a energia elétrica em julho de 1997, como na Agrovila Birigüi, não descartando as moradias que não tiveram condições econômicas de

trazerem a luz elétrica até o seu lote, embora exista nas mediações. Ressalta-se que, de um modo geral, a luz elétrica já chegou a um número significativo de agrovilas e lotes individuais.

Um aspecto em questão refere-se à higiene pessoal - o banho. Os dados obtidos através das entrevistas apontaram para o banho com balde regador, localizado dentro de casa, nas instalações sanitárias. O banho é realizado, muitas vezes com água previamente aquecida. Também se observou a existência de chuveiros com água encanada.

Em relação às instalações sanitárias apurou-se que a maior parte delas são utilizadas pela família e localizam-se fora da moradia, apresentando o tipo de esgoto conhecido como “casinha” ou fossa negra, existindo casas que possuem a fossa asséptica, tipo de esgoto que mais se aproxima ao vaso sanitário, utilizado pela população urbana.

Outro fato importante a ser considerado para a saúde do assentado rural, diz respeito ao destino do lixo caseiro. Segundo os dados coletados grande parte dos trabalhadores tem um cuidado especial para o lixo, conscientes dos riscos que traz à saúde. Vejamos os depoimentos:

É uma luta nossa com o lixo prá não deixar lixo no quintal. Furam dois buracos um você joga lata, plástico e no outro você joga casca, resto de comida [...] esse lixo orgânico, essas cascas viram adubo [...] Você tira dali, fica ali e depois a gente joga terra, mistura bem aquilo, tira e é utilizado prá colocá nos pé das planta que a gente tem no quintal: pé de laranja, manga. A gente usa pra pôr nos pé de fruta. (Maria de Lurdes Pereira Silva - assentada da Agrovila de Campinas).

Eu sou muito caprichoso. Eu discuto com eles (seus filhos) sobre isso. Ensaco as latas, pondo tudo num monte, porque se a gente deixa esparramado até prá gente trabalhá é difícil, você tá batendo a enxada, batendo em cima de caco de vidro, arame, pedaço de tijolo [...] Isso tudo estraga a ferramenta. O resto? eu dô pros cachorro, pros porco [...] (João Domiciano Alves, Agrovila Birigüi - Lote 206).

Apesar da existência de assentados preocupados com o destino do lixo caseiro, salienta-se que existem os que jogam o lixo no quintal sem ter nenhum cuidado posterior, mesmo tendo crianças que poderão brincar com esse lixo. Torna-se preciso um trabalho de conscientização sobre estas práticas que trazem consequências à saúde.

O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Sabemos que a luta pela saúde é uma luta de todos os cidadãos que exigem dentre outras coisas, um serviço de saúde capacitado para diagnosticar, curar e prevenir doenças, tornando-as novamente saudáveis. As famílias do Assentamento Reunidas também lutaram para ter um serviço de saúde dentro do assentamento.

Paccola (1995) relata que em 27 de setembro de 1988, os trabalhadores assentados em lote definitivo e emergencial fizeram uma caminhada da Fazenda Reunidas até a cidade de Promissão para trazer à opinião pública, autoridades municipais e estaduais reivindicações. Vieram com uma carta ao Secretário de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo, na qual dentre as 12 reivindicações, estava a relacionada a saúde: a criação de um Posto de Saúde e ambulância na fazenda.

A fundação do Posto de Saúde na Agrovila Central ocorreu em 12 de setembro de 1994. Possui uma sala de espera com um banheiro para os pacientes, uma secretaria, uma farmácia, uma sala de pré-consulta, uma sala de inalação, uma sala de curativos, duas salas de consulta, um banheiro para os funcionários. O atendimento é oferecido ao assentamento inteiro, até de sítios/fazendas vizinhas perfazendo um total de 1337 prontuários abertos de pacientes, fora as fichas transitórias de pessoas que vem de outra cidade, geralmente parentes dos assentados ou de pessoas que passam pela rodovia em viagem.

A responsável pelo Posto de Saúde é a auxiliar de enfermagem Vera Lúcia Gomes Campos Soares. Ela é assentada e tem um lote nesta mesma agrovila. Em uma casa construída atrás do Posto pela Prefeitura de Promissão residem ela, o marido e duas filhas.

Segundo Vera Lúcia, ela fez o curso de auxiliar de enfermagem em Promissão e, na época da fundação do Posto só ela tinha essa formação, então para não ter que trazer uma pessoa de outro lugar, contrataram ela mesma que já era assentada. Vera Lúcia é contratada pela prefeitura e recebe um salário mensal. Suas atividades referem-se a abertura e fechamento do o Posto nos horários determinados, fazer o serviço de auxiliar de enfermagem (verificar pressão, fazer inalação, colher sangue, aplicar injeção, fazer curativos) e o serviço burocrático (ficha de paciente, chamar para o paciente para o atendimento).

O Posto de Saúde da Agrovila Central funciona de segunda à sexta-feira das 7 às 11 e das 13 às 17 horas, tendo um médico que atende no período da manhã, três vezes por semana (2ª, 3ª e 5ª feira) de especialidade clínica geral. O número de atendimento varia de 16 a 20 pacientes por dia.

Para o atendimento odontológico há dois dentistas, um atende no período da manhã e o outro no período da tarde perfazendo um total de 6 a 7 pacientes por dia para cada profissional.

Outro Posto de Saúde na Agrovila Cintra foi fundado no final de 1995 e tem uma infra-estrutura menor que o Posto de Saúde da Agrovila Central, pois está em conformidade com o tamanho dessa região, segundo relato do Secretário Municipal de Saúde - Dr. Ronaldo Simões.

O mesmo médico atende, também, no Posto da Agrovila Central, uma vez por semana e consultando de 23 a 24 pacientes/dia.

Pelo tamanho deste assentamento necessitava-se de mais Postos de Saúde, o Secretário Municipal de Saúde reconhece tal necessidade afirmando que tal impedimento é a falta de recursos financeiros:

No assentamento precisa muita coisa ainda, de expansão. Não é fácil. Se dependesse de nós já tínhamos montando uns dois ou três Postos. Nós ficamos na dependência econômica, financeira. (Dr. Ronaldo Simões)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que as condições de saúde para todos os cidadãos estão precárias, em estado de choque mesmo e isso aparece com maior nitidez em relação aos trabalhadores rurais. Observamos que o trabalhador rural está exposto às doenças ligadas às condições deficientes de alimentação causando desnutrição em crianças e adultos; a falta de saneamento básico; o tipo de moradia que em alguns casos proporciona a entrada de animais peçonhentos, de ficar exposto ao frio, chuva, vento. Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao acesso aos serviços de saúde, sua localização, a distância que têm a percorrer e ainda a qualidade do atendimento.

Diante do que foi dito acima, percebe-se a grande dificuldade da busca pela qualidade de vida por parte do trabalhador rural, personificado neste artigo na figura do assentado. Qualidade de vida que signifique não só a satisfação em viver no assentamento, em contato com a “terra mãe”, mas principalmente pela melhoria das condições de vida após a conquista da terra.

Mostrou-se um caso concreto em que a reforma agrária tem sido bem sucedida com é o caso do Assentamento Reunidas, localizado no Município de Promissão Estado de São Paulo. O assentamento foi criado em 1987 e é através da realidade da concretização do projeto de reforma agrária que vemos o quanto foi possível melhorar a qualidade de vida destas famílias assentadas.

No início do assentamento as condições de saúde eram precárias, as crianças e os adultos estavam desnutridos, não tinham alimentos suficientes para todos; viviam em barracos de lonas e utilizavam a água do rio. Com o passar do tempo a realidade foi mudando.

Os assentados de posse de suas terras passaram a plantar num primeiro momento para sua própria subsistência com o objetivo de melhorar as condições de saúde. Como resultado direto os adultos passaram a produzir também para o comércio, as crianças tiveram uma alimentação mais saudável diminuindo os riscos de doenças.

As casas na sua maioria passaram a ser de blocos de tijolos, em algumas agrovilas já têm energia elétrica e utilizam águas de poços artesianos.

Foram criados dois Postos de Saúde para o atendimento da população dentro do assentamento: com médico e dentistas para o atendimento. Também, existe um ônibus que leva os assentados para a cidade de Promissão para serem atendidos no Posto de Saúde desta cidade, no caso de optarem ou necessitarem de outro tipo de atendimento.

Hoje após uma década, nota-se que o índice de mortalidade por doenças entre os assentados é muito baixo, não houve casos de mortes de neo-natas e percebe-se no rosto das crianças que elas estão bem nutridas, saudáveis e felizes.

Finalizando, consideramos que os dados obtidos na pesquisa demonstram que o Assentamento Reunidas proporcionou a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, pois é uma alternativa à fome e à miséria confirmando que o projeto de reforma agrária é viável e necessário para o resgate da cidadania e da vida de toda uma população - a dos Trabalhadores Rurais Sem Terra!

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. A. *Análise comparativa da qualidade de vida entre os pequenos produtores rurais do Agreste de Itabaiana e do sertão sergipano*. 1986. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 1986.
- BERNAVA, C. *A igreja sem nome e sua atuação na agrovila dos "44": um estudo de caso*. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.
- BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu: sociologia. In: ORTIZ, R. (Org.) *Bourdieu, P.* São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Os Grandes Cientistas Sociais).
- BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. *Lua Nova: cultura e política*, São Paulo, n. 31, p. 157-165, 1993.
- CHAMMÉ, S. J. *Saúde: um processo em constante construção*. 1997. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.
- D'AQUINO, T. Nas Terras de Promissão: da luta à construção do lugar. In: FERRANTE, V. L. *Retratos de assentamentos*. Cadernos de Pesquisa, ano 1, n. 1, 1994.
- _____. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão - SP. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 8, p. 29-50, 1997
- _____. *Inserção no trabalho de crianças e adolescentes na cidade e nos assentamentos rurais: saúde ou qualidade de vida?* Marília. 1997. Projeto de Pesquisa.
- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FERRANTE, V. L. B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo espaço de vida. In: FERRANTE, V. L. B. (Org.). *Retratos de assentamentos*. S. I: Cadernos de Pesquisa, ano 1, n. 1, 1994.
- FERREIRA, A. M. S. *Dimensões da qualidade de vida no meio rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 1986.

- FIGUEIREDO, V. M. et al. Questão agrária e saúde no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 15, n. 59. jul./set. 1987.
- GUANZIROLI, C. E. O acesso à terra e a melhoria nas condições de vida. In: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 48. São Paulo. *Anais..* 1996.
- GUERRERO, S. J.; ACOSTA HOYOS, L. E. Qualidade de vida: opção teórica e metodológica. *Revista de Economia Rural*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 173-92, abr./jun. 1983.
- LANE, S. T. M. Usos e abusos do conceito de representações sociais. In: SPINK, M. J. P. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LEITE, I. C. *Representações sociais da miséria*. Projeto de Doutorado em Sociologia apresentado ao Grupo Temático Cultura, Ideologia e Representações. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.
- MENEZES, L. C. C. de. *Qualidade de vida no contexto da ocupação de Rondônia: o caso do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 1987.
- MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NOGUEIRA, O. *Pesquisa social: introdução à suas técnicas*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968.
- PACCOLA, S. A. D. *Assentamento na fazenda Reunidas: a reforma agrária é um projeto viável?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1995.
- _____. *Reforma agrária a (IN) definição da Nova República*. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1989.
- POKER, J. G. B. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: FFLCH: CERU, 1983.
- _____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 3.1987.
- RIBEIRO, H. P.; LACAZ, F. *Do que adoecem e morrem os trabalhadores*. São Paulo: Oboré, 1985.
- RODRIGUES, A. S. *A qualidade de vida dos agricultores do estado de Santa Catarina*. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 1980.
- SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VIANA, L. S. *A qualidade de vida do pequeno agricultor do sertão alagoano*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 1979.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? *Cadernos de Campo*, Araraquara, v. 2, n. 3.1995. Organização de V. L. B. Ferrante.

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

Parte 3

A dimensão política dos assentamentos e novas territorialidades

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)

OS SEM-TERRA BRASILEIROS MARCAM
POSIÇÃO POLÍTICA
(*BRAZIL'S LANDLESS HOLD THEIR GROUND*)¹

Harry E. Vanden

Durante as últimas décadas, pudemos observar diversas formas de protesto popular na América Latina contra as políticas econômicas conservadoras e medidas de austeridade, cujo conjunto convencionou-se chamar “neoliberalismo”. Esses protestos tomaram formas variadas: a rebelião Zapatista no México; o Movimento Quinta República, de caráter neopopulista, liderado por Hugo Chávez na Venezuela; o movimento indígena nacional liderado pela Confederação Nacional Indígena do Equador (CONAIE); as mobilizações populares por mudanças de regime na Argentina e Bolívia e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil, objeto deste artigo.

Tais movimentos são também uma recente e bradante manifestação do fantasma de mobilizações populares contra as elites governantes que assombra a América Latina desde os tempos coloniais. Atualmente, um vasto contingente de pessoas, especialmente os pobres, parece sentir que o muito aguardado retorno à democracia, a celebração da sociedade civil e a incorporação da América Latina ao

¹ Artigo originalmente publicado na revista norte-americana NACLA Report on the Americas, edição de Março e Abril, de 2002. Tradução de Pedro Lima.

processo de globalização deixaram-nos marginalizados econômica e politicamente. As reações no México, Brasil, Equador, Venezuela e Argentina vêm sendo fortes e significantes e, de formas variadas, nos fazem ponderar se o projeto político dominante nesses países contempla o povo comum. É também bem possível que sejam a democratização e celebração da sociedade civil que permitam, ou mesmo encorajem, a ampla emergência de fortes movimentos sociais e políticos de massa.

Há um consenso cada vez mais amplo de que o novo empreendimento político das lideranças tradicionais está deixando para trás as grandes maiorias e, efetivamente, marginalizando ainda mais grupos específicos dentro dessas maiorias. São muitos os indicadores dessa insatisfação e descrença: alienação geral quanto aos processos políticos tradicionais, aumento do crime, altas taxas de abstenção em certos colégios eleitorais, como evidenciado pela baixa taxa de comparecimento nas eleições argentinas de 2001.

As eleições nacionais de 1998 no Brasil observaram um fenômeno semelhante, com 40% do eleitorado abstendo-se, anulando ou votando em branco. Mudanças de atitude como essa muitas vezes levaram ao abandono de partidos políticos tradicionais em favor de novos partidos, mais amorfos e formados de improviso, como o Movimento Quinta República na Venezuela, liderado por Chávez. Tais mudanças também produziram um levante de novos movimentos sociopolíticos e organizações de massa, bem como uma grande quantidade de greves nacionais e protestos, como aqueles que atravessaram a Argentina no final de 2001 e começo de 2002.

Sistemas de comunicação de massa e acesso fácil e relativamente barato à Internet combinaram-se com maiores níveis de alfabetização e muito maior grau de liberdade política durante o processo de democratização. Isso ocorreu simultaneamente à disseminação ampla de idéias de democracia de base, participação popular e até elementos de teologia da libertação e associativismo cristão. Há uma crença cada vez maior de que deva existir igualdade econômica e de que sistemas trabalhando contra tal igualdade necessitam de mudança. Diferentemente dos movimentos radicais revolucionários das últimas décadas, esses novos movimentos sociais não advogam a reestruturação radical do Estado através de uma violenta revolução. Seu foco primário é trabalhar com o sistema político existente, pressionando-o a seus limites para conseguir as mudanças e reestruturações necessárias.

O fim dos governos autoritários e a expansiva democratização do fim dos anos 80 criou novas dinâmicas políticas em muitas nações latino-americanas. Espaços políticos começaram a abrir-se, transformando-se no que se passou a chamar “sociedade civil” e novas formas de atuação política surgiram em consequência. O prospecto de uma vanguarda elitista armada começou a sumir em face de mobilizações sociais e políticas desarmadas. A asserção do poder popular, remanescente das mobilizações das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, começou a borbulhar em novas e variadas formas.

No momento em que as políticas econômicas neoliberais tornaram-se mais amplamente utilizadas nos anos 90, estava ficando evidente que os ultrapassados sistemas políticos da maior parte da América Latina não eram capazes de satisfazer as necessidades das vastas maiorias. De fato, aos olhos da maior parte dos setores populares da América Latina, os ajustes estruturais e as reformas neoliberais defendidas por instituições levaram-nos a procurar novas formas de protesto e estruturas políticas diferenciadas que pudessem lidar melhor com suas necessidades, uma vez que os governos e partidos tradicionais pareciam cada vez mais incapazes de atendê-los.

Ao longo dos anos 90, a insatisfação com os líderes e partidos políticos tornou-se mais difundida, assim como as dúvidas sobre a legitimidade do próprio processo político. Personalismo tradicional, clientelismo, corrupção e cobiça tornaram-se objetos de zombaria e revolta, até mesmo fúria. Os efeitos do neoliberalismo e do racismo e classismo contínuos entre clamores cada vez mais fortes por igualdade eram inescapáveis. Com crescentes questionamentos sobre a relevância e legitimidade do sistema, essas demandas não eram direcionadas exclusivamente ao sistema político em si, mas sim para a sociedade de forma geral. Tampouco as populações da maior parte dos países buscou na luta armada e em movimentos revolucionários formas de remediar seus problemas (o caso da Colômbia é uma notável exceção). Eles buscaram algo diferente. Os grupos procuraram por novas estruturas que respondessem às demandas percebidas, embora nem sempre claramente articuladas, emergentes dos setores populares.

O próprio MST formou-se como resposta às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, há muito inalteradas. A terra, a riqueza e o poder foram alocados de formas extremamente desiguais desde a conquista no início do século XVI. A posse da terra continuou altamente concentrada e, mesmo depois de muitos anos, em 1996, 1% dos proprietários de terra possuíam 45% da terra. Por outro lado, em 2001, havia algo em torno de 4,5 milhões de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. A riqueza permaneceu igualmente concentrada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou em 2001 que os 10% mais ricos da população recebiam uma renda média que era 19 vezes maior que a dos 40% mais pobres (IBGE, 2001).

A agricultura de “plantation” que dominou o período colonial e o início da era republicana tornou-se o padrão para a sociedade brasileira. Os poucos ricos tinham posse da terra, apropriavam-se dos lucros e decidiam os destinos políticos de muitos. A instituição da escravidão provia a maior parte da mão-de-obra para o sistema de plantation inicial e assim contribuiu ainda mais para a polarização das relações sociais entre as ricas elites proprietárias de terras e as fadigadas massas sem direito ao voto trabalhando nos campos. A terra continuou nas mãos de relativamente poucos e trabalhadores rurais continuaram a ser mal pagos e mal tratados.

A comercialização e mecanização da agricultura, iniciada nos anos 70, fez de muito da força rural existente supérflua. Enquanto esse processo continuou e tornou-

se mais fortemente ligado à crescente globalização da produção, grandes propriedades comerciais ou familiares demitiram trabalhadores rurais, expulsaram arrendatários da terra que cultivavam e adquiriram a terra de fazendeiros que possuíam pequenos lotes. Isso resultou em crescente desemprego rural e o crescimento das famílias rurais sem terra, muitas das quais tiveram que migrar para as cidades, inchando as estatísticas de miséria urbana. Outros optaram pelo programa patrocinado pelo governo de colonização da Amazônia, no qual o governo transportou famílias inteiras para a região amazônica onde elas devastaram a floresta tropical para plantar. Poucas encontraram empregos decentes nas cidades e o subsolo da floresta, de erosão fácil, não permitia o desenvolvimento da agricultura sustentável, piorando sua situação coletiva.

As origens imediatas do MST estão ligadas à amarga luta pela sobrevivência frente às políticas agrícolas implementadas pelo regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Os trabalhadores rurais sem terra no estado brasileiro do Rio Grande do Sul começaram a organizar-se para reivindicar a terra no começo dos anos 80. Outras pessoas sem terra adotaram suas reivindicações nos estados vizinhos do Paraná e Santa Catarina. Eles se apoiaram em uma longa tradição de resistência rural e rebelião que remonta ao estabelecimento de quilombos (grandes assentamentos de escravos fugitivos no interior) e à famosa rebelião dos pobres camponeses de Canudos na década de 1890. Em tempos mais recentes, tal tradição inclui as famosas Ligas Camponesas do empobrecido Nordeste brasileiro, nos anos 50 e início dos 60 e a Revolta do Capim no Rio Grande do Sul e outros estados nos anos 70.

Quando o MST foi fundado no Sul do Brasil em 1984 como uma resposta à pobreza rural e à incapacidade de acesso à terra, condições semelhantes existiam em muitos estados brasileiros. De fato, havia trabalhadores e camponeses sem-terra por todo o país e o MST logo se espalhou do Rio Grande do Sul e Paraná para estados como Pernambuco no Nordeste e Pará na região amazônica. O MST rapidamente tornou-se uma organização de cunho nacional com políticas coordenadas e fortes estruturas de participação local, caracterizadas pelas frequentes reuniões estaduais e nacionais baseadas na representação direta. Já em 2001, havia organizações ativas do MST em 23 dos 26 estados.

Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais poderoso movimento social da América Latina. O número de associados passa de 200.000 e talvez chegue ao dobro disso. Ele possui alta capacidade de mobilização local, estadual e nacionalmente. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília.

Suas visões são bem articuladas. Eles entendem claramente a crescente comercialização da produção agrícola e suas conseqüências para com a forma em que a produção é organizada e para a vida social como um todo. De forma análoga, têm consciência plena de como a globalização está fortalecendo essas tendências e ameaçando seu modo de vida. Em pequenas aulas, encontros e assembléias, e por meio de seu jornal, Jornal dos Sem Terra, sua revista, Revista Sem Terra, e diversos

panfletos, eles informam suas bases com um programa bem planejado de educação política. Eles até mesmo fundam escolas em seus acampamentos, assentamentos e cooperativas para certificar-se de que a próxima geração tenha uma visão clara da política em jogo. A próxima geração de líderes frequenta sua escola nacional, ITERRA, onde obtêm uma forte orientação política e popular, instrução bem fundamentada em teoria organizacional e política e em habilidades práticas como contabilidade e administração.

O MST também facilita o desenvolvimento natural de estruturas organizacionais de base altamente participativas baseadas em grupos de aproximadamente 10 famílias, que constituem um “Núcleo Base” em cada vizinhança. Assembléias locais se reúnem com frequência e todos os membros da unidade familiar são encorajados a participar. Por sua vez, as frequentes assembléias regionais, estaduais e nacionais incorporam representantes dessas unidades de nível local. A liderança é coletiva em todos os níveis, mesmo nacionalmente, no qual aproximadamente 102 militantes compõem o Conselho de Coordenação Nacional.

Sua cultura política e processo de tomada de decisões rompem claramente com a tradição autoritária. O movimento foi altamente influenciado pela teologia da libertação e pela cultura de democracia representativa gerada pelo estudo e uso das idéias de Paulo Freire sobre educação crítica auto-ministrada. De fato, a natureza fortemente participativa da organização e a natureza coletiva da liderança e tomada de decisões fizeram surgir uma cultura política que desafia noções tradicionalmente autoritárias e estruturas verticais de tomada de decisões.

Uma das características de movimentos sociais como o MST é uma ampla visão nacional. Os Sem Terra visam uma reforma agrária abrangente e uma completa reestruturação da produção agrícola em todo o Brasil, como sugere o panfleto preparado para seu quarto congresso nacional em 2000: “Reforma Agrária para um Brasil sem latifúndios”. O MST acredita que é impossível desenvolver o país, construir uma sociedade democrática ou mitigar a pobreza e desigualdade social no campo sem eliminar o latifúndio. Entretanto, defendem que a Reforma Agrária só será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil.

Como muitos dos movimentos sociais e políticos recentes da América Latina, os Sem Terra estão bem cientes de que sua luta está vinculada a conjunturas internacionais. Portanto, iniciam por desafiar a visão positiva do neoliberalismo apresentada pela mídia global. Em um projeto de documento sobre os “Princípios Fundamentais para a transformação social e econômica do Brasil Rural”, eles apontam que “a unidade política das classes dominantes sob a administração Fernando Henrique Cardoso consolidou a implementação do neoliberalismo”, e que essas políticas neoliberais levaram à concentração crescente de terra e riquezas nas mãos de poucos e um maior empobrecimento da sociedade brasileira. “Movimentos

populares”, diz o documento, “devem desafiar essa conceitualização neoliberal de nossa economia e sociedade”.

Mobilização política de massas é outro de seus princípios organizacionais fundamentais, como observado em suas imensas mobilizações para ocupação de terras e passeatas nas ruas. Essa estratégia é amplamente divulgada para aqueles afiliados à organização. Um panfleto distribuído por esta, “O Brasil precisa de um projeto popular”, clama pela mobilização popular, apontando que “todas as mudanças na história da humanidade só aconteceram quando as pessoas se mobilizaram” e que, no Brasil, “todas as mudanças sociais e políticas foram obtidas quando as pessoas se mobilizaram e lutaram”.

Como vem sido o caso em outros países latino-americanos, a política tradicional e os partidos políticos provaram-se incapazes e/ou relutantes em dedicar-se às deteriorantes condições econômicas de grupos marginalizados que sofrem os efeitos negativos da globalização econômica. Por sua vez, os movimentos sociais responderam com organizações de base popular e a criação de um novo repertório de ações que rompe com antigas formas de atividade política. Processos organizacionais e ações grupais em desenvolvimento, às vezes com a assistência externa de organizações progressistas preocupadas com a justiça social, agregaram membros individuais em torno de uma forte identidade de grupo.

No caso do Brasil e dos Sem Terra, essa ajuda externa foi prestada pela igreja Luterana e ainda mais pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica. Apesar do auxílio dessas organizações e de setores do Partido dos Trabalhadores (PT), a organização nunca perdeu sua autonomia. Estava decidido desde o início que esta seria uma organização para os trabalhadores sem-terra, a ser dirigida por sem-terra em seu próprio benefício conforme definido por eles mesmos.

Eles ocuparam grandes propriedades e terras públicas, construíram barracos cobertos com lonas de plástico preto ao lado de rodovias para chamar atenção para suas necessidades por terra, marcharam e recorreram ao confronto quando necessário. Ocuparam até mesmo a fazenda da família do presidente Fernando Henrique Cardoso pouco antes das eleições de 2002. Seu objetivo era atrair a atenção para os interesses de FHC como proprietário de terra e a conseqüente parcialidade que atribuíam a ele. Às vezes, eles foram brutalmente reprimidos, assassinados e aprisionados. Ainda assim persistem, forçando a distribuição de terra para seus membros e outros sem-terra não organizados. Sua capacidade de mobilizar 12.000 pessoas para uma única ocupação ou 100.000 para um marcha nacional sugere a força de suas habilidades organizacionais e o quão bem comunicam-se e coordenam-se a nível nacional. Eles também acumularam grande apoio a nível nacional, criando um consenso no país de que a distribuição de terras é um problema e de que algumas reformas substanciais são necessárias.

Os Sem Terra continuam avidamente ligados e consideram-se parte da luta internacional contra a globalização. Eles ajudaram a organizar e participaram ativamente do Fórum Social Mundial e já enviaram representantes a passeatas em todo o mundo. Disputas que uma vez já foram localizadas e isoladas tornaram-se inter-relacionadas e efetivamente globais. As redes de comunicações internacionais, incluindo a telefonia celular e, principalmente, o e-mail facilitaram enormemente a globalização da consciência sobre as disputas locais e do apoio e solidariedade que recebem. Combinado com ações dramáticas como as grandes ocupações de terras, o MST gerou apoio considerável, tanto nacional quanto internacionalmente e ajudou a transformar lutas locais em eventos nacionais, redefinindo problemas localizados como problemas nacionais que necessitam de atenção e recursos do governo nacional.

A interação entre o MST e o PT é bastante instrutiva. As relações entre as duas organizações são, de modo geral, excelentes no nível local, com muitos indivíduos filiados a ambas. Entretanto, as lideranças nacionais permaneceram separadas e nem sempre tão cordiais. O MST tem mantido uma linha de atuação no que diz respeito à necessidade de ocupar terras improdutivas e afirmar sua agenda, enquanto grande parte do PT tem optado por uma via mais conciliatória. Assim, os Sem Terra apóiam o PT de modo geral, na maior parte das campanhas locais e apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva em sua bem sucedida campanha presidencial. Eles ajudaram a alcançar uma significativa mudança de regime no Brasil: Lula foi eleito em uma vitória sem precedentes com 61% dos votos nas eleições de 2002.

De fato, percebendo o combate histórico do PT às políticas neoliberais e ao governo elitista, os Sem Terra compareceram em peso à eleição, juntando-se a algo em torno de 80% dos votantes registrados que participaram nos dois turnos da eleição. Terminada a eleição, o MST não reivindicou fazer parte do governo. Não obstante, continuaram a pressionar este por uma reforma agrária abrangente e pela redistribuição de terras e riqueza. O movimento não admitiria o retorno à “velha política de sempre”. O PT dedicaria-se ao seu programa “Fome Zero” e a outras iniciativas de cunho socioeconômico e os Sem Terra continuariam a pressionar o governo petista por reformas estruturais que julgassem importantes, em especial a Reforma Agrária. Já em 2004, o MST mostrava insatisfação considerável com o que considerava uma relativa falta de ação do governo no que diz respeito à reforma agrária e ameaçava engajar-se novamente em grandes ocupações de terras. Ao mesmo tempo, o governo Lula deparava-se com uma crescente pressão por parte das instituições financeiras internacionais por políticas econômicas moderadas. Optando por funcionar dentro da sociedade civil e não se tornar parte do governo, o MST ficou livre para dedicar-se a suas demandas originais pela reforma agrária e pela transformação socioeconômica do país.

Como o MST, muitos dos movimentos sociais da região tornaram-se cada vez mais politizados. Eles vieram representar uma clara resposta às políticas econômicas neoliberais que foram impostas aos países da América Latina pelas

instituições financeiras internacionais, o governo norte-americano e pelas elites econômicas nacionais. Nos últimos 20 anos, desde que os militares deixaram o governo brasileiro, o MST cravou-se na sociedade civil, aproveitando-se do espaço político considerável que se abriu com a institucionalização da democracia nominal. Atualmente, o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, controla o governo nacional, bem como muitos governos estaduais e prefeituras, e prometeu mudanças e reformas estruturais. Apesar de talvez faltar-lhe a vontade política necessária para implementar muitos de seus programas, como a reforma agrária, o PT não é totalmente oposto às práticas advogadas pelo MST. Mesmo que ainda não tenha gerado mudanças efetivas, a nova situação política torna improvável a repressão e concede um novo espaço político considerável no qual movimentos sociais como o MST podem manobrar.

À medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. Sua militância e crescimento geraram um novo repertório de ações que inclui mobilizações de massa tão grandes que podem depor governos, como na Bolívia, ou forçá-los a mudar seus programas. Eles tornaram os partidos tradicionais ultrapassados, ao mesmo tempo forjando novos horizontes políticos e criando uma cultura política não-autoritária e participativa. Tais movimentos estão apropriando-se do espaço político existente ao máximo. No processo, fortalecem substancialmente a prática da democracia participativa.

Eles resistem vigorosamente ao processo de globalização corporativa que vem sido apresentado como a cura para o subdesenvolvimento e a pobreza. De fato, a realidade econômica vivida por essas massas de pessoas por toda a América Latina fornece um potente antídoto empírico à prescrição universal por globalizar-se. A formulação de movimentos sociais altamente politizados e a democracia participativa que praticam fornecem uma nova e promissora resposta ao neoliberalismo global. Além disso, essas respostas representam uma mudança substancial da forma anterior de ação política e estão transformando a condução da política no Brasil e na América Latina.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2001.

OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR: A CRISE E A LUTA DO MST PELA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO COLLOR E O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS¹

Fábio Júnior Lopes

INTRODUÇÃO

A vitória de Fernando Collor de Melo do PRN (Partido da Reconstrução Nacional) nas eleições presidenciais de 1989 representou uma derrota política para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST apoiava, então, o candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), Luís Inácio Lula da Silva, acreditando que ele representava a “possibilidade de massificar a luta pela Reforma Agrária no Brasil” e a realização de “uma Reforma Agrária rápida” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 69).

¹ Este artigo é parte integrante de minha dissertação de mestrado, intitulada “A Reinvenção Política do MST: uma análise do Programa de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo da sua história”, elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília, sob a orientação da Prof. Dra. Célia Tolentino.

Com o novo governo, abriu-se uma nova fase na luta pela reforma agrária desencadeada pelo MST. O Movimento, que até aquele momento estava se expandindo por todas as regiões do país, utilizando-se de uma tática agressiva de ocupações de massas e de um discurso de mudança e conquista da democracia, passou por uma crise e começou a optar por uma luta mais interna, centrada nos assentamentos, principalmente na organização da produção através do desenvolvimento da cooperação agrícola.

Tal mudança, segundo o MST, refletia o momento adverso do governo Collor, que perseguia e reprimia o Movimento.

Veremos, no entanto, ao longo desse artigo, que a crise do MST e a organização da produção nos assentamentos através do desenvolvimento da cooperação agrícola estavam ligados a outros fatores importantes, não sendo, portanto, apenas fruto do embate com o governo Collor, considerado pelo MST como o grande inimigo naquele momento.

COLLOR: O NOVO INIMIGO DO MST

Desde que assumiu o poder, em março de 1990, até a data de seu afastamento, em outubro de 1992², Collor tornou-se o principal opositor e inimigo político do MST, ocupando o lugar que pertencia a UDR (União Democrática Ruralista)³. O embate entre o governo e o MST ocorreu durante todo o período em que Collor permaneceu no poder. De um lado, medidas paliativas foram postas em práticas pelo governo para combater as ocupações do MST; do outro, o MST começou a realizar, juntamente com outras categorias de trabalhadores, manifestações contra o governo.

Na percepção do MST, conforme palavras de um de seus líderes, João Pedro Stédile, Collor era “um doido que não queria fazer a Reforma Agrária”. E, segundo Stédile, além de não fazer a reforma agrária, ele reprimia o MST e tentava acabar com o Movimento:

Acionou a Polícia Federal, o que é uma agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado [...] Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 69).

² O afastamento de Collor deveu-se a seu envolvimento num esquema de corrupção, comandado por Paulo César Farias, ex-tesoureiro de sua campanha presidencial. Logo após as denúncias de tal esquema pela imprensa, no início de 1992, foi instalada uma CPI para apurá-las. A CPI encerrou seus trabalhos recomendando o afastamento de Collor da presidência. Ao mesmo tempo, foi proposta pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com amplo apoio popular, a abertura do processo de *impeachment*, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1992.

³ A UDR surgiu em 1985 no bojo das reações dos latifundiários e anti-reformistas que eram contrários à aplicação das propostas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo José Sarney (1985-1989). Os objetivos principais da UDR eram combater a proposta de reforma agrária contida no PNRA e o MST, bem como aglutinar os proprietários rurais na defesa de suas propriedades.

A Polícia Federal invadiu as secretarias estaduais do MST e levou documentos, foram instalados processos judiciais e encaminhados pedidos de prisão contra nós. Ele estava determinado a acabar com o MST (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

O período do governo Collor, representou, então, para o MST, o pior momento de sua história:

Particularmente, sofremos muito durante o seu governo. Foi o pior governo que tivemos, não só pela corrupção que ele simbolizou, mas sobretudo pela forma como tratou as organizações sociais e as questões sociais do país (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

Para o MST, essa repressão desencadeada pelo governo Collor foi o principal motivo que fez com que a luta pela reforma agrária do Movimento se ‘voltasse para dentro dos assentamentos’. Diante da impossibilidade de fazer a luta avançar, o MST decidiu, durante seu 2º Congresso Nacional, realizado de 8 a 10 de maio de 1990, na cidade de Brasília-DF, fortalecer-se internamente, tratando das questões da educação, da saúde, da moradia e principalmente da produção no interior dos assentamentos já conquistados:

O Congresso Nacional de maio de 1990 refletiu um pouco esse sentimento [...] Percebemos que a luta de massas iria ser mais dura, que seria o período de construir organicamente melhor os assentamentos. Gastamos mais tempo no debate sobre a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)⁴, de onde surgiu a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)⁵. Tivemos que nos voltar para dentro de nós mesmos como uma forma de fortalecer o MST, para resistir ao inimigo (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

Essa visão do MST acerca do governo Collor como ‘grande inimigo’, perseguidor dos movimentos sociais e organizações populares, foi muito importante para que o Movimento justificasse um novo momento e uma nova percepção na sua luta pela reforma agrária, que passou, conforme já frisamos, a ser centrada também nos assentamentos, podendo desenvolver um modelo de organização da produção entre os assentados. Essa guinada na percepção da luta pela reforma agrária, conforme aponta Navarro (2002), refletiu um momento de crise interna do Movimento, o qual foi brilhantemente justificado pela conjuntura adversa do governo Collor.

⁴ O SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados) constituía o Setor de Produção e Comercialização do MST, que tinha como objetivo central estimular e massificar a cooperação agrícola dentro dos assentamentos, em suas várias formas, integrando também os assentados individuais (CONCRAB, 1998, p. 99).

⁵ Fundada em maio de 1992 pelo MST, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) tinha como objetivo coordenar a organização da produção e do trabalho em todos os assentamentos. Constituiu-se, segundo Tânia da Silva, como um segmento que procurava viabilizar a proposta de cooperação do MST (SILVA, 2002, p. 236).

Não queremos, com o exposto acima, passar uma idéia equivocada de que o governo Collor realmente não reprimiu os movimentos sociais e que não moveu nenhum tipo de perseguição contra o MST. A própria postura desse governo como representante da classe latifundiária, bem como as medidas de reforma e política agrária por ele implementadas⁶, desmentiriam qualquer afirmativa nesse sentido. Queremos, pelo contrário, mostrar que o MST soube utilizar-se desse momento de conjuntura adversa para justificar sua crise e sua mudança na percepção da luta pela reforma agrária como sendo resultado unicamente da perseguição sofrida por Collor, relegando outros fatores que influíram nesse processo.

A CRISE DO MST: INCERTEZAS IDEOLÓGICAS E PRODUÇÃO.

Navarro (2003) apresenta alguns elementos importantes para refletirmos sobre esse processo de 'volta para os assentamentos' desencadeado pelo MST no bojo da luta pela reforma agrária no governo Collor. Justificada pelo Movimento como uma forma de se defender da repressão e perseguição posta em prática pelo governo federal, a 'volta para os assentamentos' refletiu, para Navarro, com já mencionamos, um momento de crise interna do MST. Segundo ele, essa crise, que ocorreu na virada dos anos 80 para a década de 90 e que foi iniciada com a presença ostensiva de forças contrárias à reforma agrária e ao MST (UDR como exemplo maior, sendo substituída por Collor), teve dois elementos importantes: a queda do muro de Berlim e a necessidade de organizar a produção nos assentamentos.

Com relação ao primeiro elemento, Navarro (2003) justifica que a queda do muro de Berlim, em 1989, marco inicial da derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu e na União Soviética, provocou o surgimento de 'incertezas ideológicas' que enfraqueceram não só o MST, mas também outros movimentos sociais e organizações de esquerda.

No caso específico do MST, Navarro (2003) defende a idéia de que as lideranças do Movimento haviam aderido na 2ª metade dos anos 80, a uma estrutura de organização inspirada nos manuais leninistas e que as mesmas percebiam o socialismo como sendo o 'projeto político' pretendido pelas próprias famílias rurais sem terra. Desse modo, na visão de Navarro, a queda do muro e, conseqüentemente, a crise dos 'pressupostos socialistas', representaram um duro golpe para esses dirigentes. O MST, então, nessa perspectiva, mais do que qualquer outro movimento social ou organização popular no Brasil, sofreu as conseqüências dessa aparente falta de 'utopia socialista'.

⁶ Collor, através de seu Programa de Reforma Agrária, denominado 'Programa da Terra', pretendia, segundo Gomes da Silva (1996), assentar 500 mil famílias ao longo do seu governo. Essa meta, que já representava um decréscimo muito grande em relação ao PNRA do governo Sarney, que previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias, não foi cumprida ao longo dos dois anos em que Collor ficou no poder. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apenas 9381 famílias foram assentadas no período de 1991-1992, ou seja, apenas 4,7% do total previsto no Programa de Reforma Agrária de Collor nos dois primeiros anos de mandato.

Por outro lado, e aqui adentramos no segundo elemento, Navarro entende que o crescimento rápido do número de assentamentos, conquistados pelo MST através das ocupações de terra, passou a impor um problema crescente para este movimento: “como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como ‘áreas modelos’” (NAVARRO, 2002, p. 205).

Até mesmo a palavra de ordem do MST nesse momento (‘Ocupar, resistir e produzir’) denotava essa preocupação do Movimento com relação aos resultados práticos e econômicos dos assentamentos conquistados, ou seja, havia necessidade de se mostrar que era possível a viabilização das novas áreas aos setores contrários aos processos de Reforma Agrária, que questionavam a eficiência sócio-econômica da distribuição de terras.

Além desses dois elementos apontados por Navarro (2003), vale também lembrar que o processo de Reforma Agrária estava, de certa forma, ‘bloqueado’ com a indefinição do conceito de propriedade produtiva e das formas de desapropriação advindos da Constituição Federal de 1988⁷. A viabilização da Reforma Agrária estava condicionada à aprovação de uma Lei Agrária, que regulamentasse os artigos pendentes da Constituição, e de uma Lei Complementar que definisse o Rito Sumário das desapropriações⁸. Da forma como se encontrava, a lei impedia um processo massivo de Reforma Agrária, constituindo-se num empecilho para a conquista de novos assentamentos e contribuindo também para a retração e crise do MST.

A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E A SUPERAÇÃO DA CRISE

A organização, implementação e desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária, principalmente através das chamadas CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária)⁹, foi uma das respostas encontradas pelo MST para combater os problemas e superar a crise que o atingia. Desse modo, com o intuito de encaminhar todos os assentamentos na questão da cooperação agrícola como a melhor forma de organizar a produção e o trabalho, viabilizando-os econômica e socialmente, o Movimento, como já mencionamos, criou o SCA e fundou a CONCRAB.

Essas medidas simbolizavam aquilo que o MST chamou de ‘volta para dentro’. Se elas eram justificadas pelo Movimento como uma forma de luta possível

⁷ Diversos trabalhos abordaram o tema da reforma agrária na Constituição Federal de 1988, mostrando como a indefinição do conceito de propriedade produtiva e das formas possíveis de desapropriação bloquearam a possibilidade de uma reforma agrária massiva naquele momento. Entre esses trabalhos, destacamos: Silva (1988, 1989), Santos Filho e Mello (1989) e Tonelli (1993).

⁸ A Lei Agrária (Lei nº 8.629) foi sancionada somente em 25 de fevereiro de 1993 e a Lei Complementar que regula o Rito Sumário das Desapropriações, por sua vez, foi sancionada em 6 de julho de 1993 (Lei Complementar nº 76/93). Com elas, criaram-se dispositivos legais para a realização de desapropriações de reforma agrária.

⁹ As CPAs, segundo informações da CONCRAB, foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontavam como um forma superior de organização da produção. Elas se constituíam enquanto empresas de produção coletiva, com gestão e trabalhos coletivos (CONCRAB, 1998, p. 70).

diante da perseguição do governo Collor, o que não deixa de ser verdade, elas também refletiam um momento de crise e retração decorrentes dos elementos anteriormente abordados (e não apenas da adversidade de um governo contrário à Reforma Agrária). Portanto, ao incorporar a cooperação agrícola dentro do Programa de Reforma Agrária, as lideranças do MST procuravam dar conta, ao mesmo tempo, desses três aspectos da crise do Movimento: fortalecer-se internamente, no interior dos assentamentos, para resistir e combater o governo Collor; melhorar a produtividade nos assentamentos, mostrando a viabilidade sócio-econômica dos mesmos; e reconstruir, através da produção e do trabalho coletivo, os valores socialistas entre os assentados.

A cooperação agrícola, dessa forma, inseria-se não só na questão da viabilização econômico-social dos assentamentos conquistados pelo MST, mas estava diretamente ligada ao projeto político ideológico desse Movimento:

A cooperação agrícola não pode ser organizada apenas visando resolver o aspecto econômico, tendo em vista o estágio de desenvolvimento do capitalismo, a descapitalização dos assentados, as questões culturais, o custo da produção de alguns produtos etc. É preciso ter uma política ampla que possibilite levar em conta todos os problemas: econômicos, políticos e sociais, mesmo sabendo que nem tudo é possível resolver neste estágio de desenvolvimento. (MST, 1991, p. 146).

Desse modo, como objetivo político da cooperação, o MST considerava a conscientização e a organização dos trabalhadores para o fortalecimento de suas lutas como fundamental; era através da cooperação que o Movimento via a possibilidade de transformação da sociedade e do controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores. Neste caso, os assentamentos tornar-se-iam retaguarda política e a cooperação agrícola uma ferramenta de luta do MST:

Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária. Isto deve levar à superação dos vícios e problemas existentes dentro dos assentamentos. (MST, 1991, p. 146).

A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. (CONCRAB, 1998, p. 22).

Resumidamente, então, conforme consta em texto de autoria do próprio MST, a cooperação agrícola desenvolvida e estimulada por este Movimento nos assentamentos rurais tem os seguintes objetivos:

- 1) criar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representem:
 - a) aumento da produção;
 - b) aumento da produtividade do trabalho e da terra;
 - c) aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida;

- 2) criar condições para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia, estradas etc;
- 3) ser uma retaguarda econômica de sobrevivência no capitalismo, acumulando força política e criando condições para liberar trabalhadores para atuarem nas organizações e em todas as lutas da classe trabalhadora por conquistas econômicas e pela transformação da sociedade;
- 4) contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária e a implantação de um sistema socialista (MST, 1991, p.146).

Podemos perceber que os objetivos da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST caminham, conforme abordam Ribas e Thomaz Junior. (2000), em três frentes: o fortalecimento político do Movimento, a (re)estruturação econômico-produtiva dos assentamentos e a qualificação de vida dos assentados. Atuando nessas três frentes, o MST, ao mesmo tempo em que combatia os principais elementos de sua crise (perseguição do governo Collor, necessidade de viabilizar sócio-economicamente os assentamentos e resgate dos valores socialistas), inseria a cooperação dentro de seu programa de Reforma Agrária e dentro de seu projeto político de transformação da sociedade:

[...] do ponto de vista estratégico, o cooperativismo está inserido nessa discussão, na idéia de organização coletiva, como forma de consolidar um contra-projeto político na esfera da organização do trabalho e da produção [...] Assim, o cooperativismo no raio de atuação do MST, está vinculado à necessidade da construção coletiva de uma nova base objetiva e subjetiva de inserção política dos trabalhadores, ou como defende ser necessário 'Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta' (RIBAS; THOMAZ JUNIOR, 2000, p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da cooperação agrícola nos assentamentos rurais, principalmente através das cooperativas (consideradas pelo Movimento como as formas mais avançadas e que realizariam plenamente todos os objetivos da cooperação), constituiu-se, portanto, numa tarefa muito importante para o MST. Através dela, o Movimento conseguiu combater e superar alguns elementos de sua crise e revigorar a luta pela reforma agrária numa conjuntura de adversidade.

A aplicação e o desenvolvimento das formas de cooperação agrícola pelo MST, no entanto, tiveram muitos percalços, sendo alvo de críticas e interrogações de vários pesquisadores. Acreditamos, porém, que essas críticas refletem as contradições de um Movimento que está em constante diálogo com uma sociedade também contraditória. O MST, e talvez aí resida o segredo da força desse movimento, sabe aproveitar, melhor do que qualquer outro movimento ou organização social, das

ambigüidades nacionais, participando das correlações de forças políticas na sociedade brasileira e promovendo mudanças no seu Programa de Reforma Agrária de acordo com as variações conjunturais.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. *Sistema cooperativista dos assentados*. São Paulo, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: STÉDILE, J. P.; GÖRGEN, F. S. A. (Org.). *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 132-176.

NAVARRO, Z. Pesquisador critica MST, mas diz apoiar sem terra. *Com ciência: revista eletrônica de jornalismo científico*, Campinas, n. 37, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/agraria/navarro.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

RIBAS, A. D.; THOMAZ JUNIOR, A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho. *Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 13-32, 2000.

SANTOS FILHO, J. R.; MELLO, M. T. L. Matrizes e forças matrizes na discussão sobre questão agrária na Constituinte. In: ENCONTRO DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA (PIPSA), 13., 1989, Botucatu. *Anais...* Botucatu: Faculdade de Ciências Agrônomicas, 1989. p. 1239-1285.

SILVA, J. G. da. Avaliação da política agrária e agrícola do novo governo. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, São Paulo, v. 26, n. 1/3, p. 231-238, 1996.

_____. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987/88*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Reforma agrária na Constituição Federal de 1988: uma análise crítica. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 14-17, 1988.

SILVA, T. P. da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. *Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 229-242, 2002.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TONELLI, P. *Lei agrária: um instrumento para combater o latifúndio e democratizar o acesso à terra*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1993.

ASSENTAMENTOS COMO TERRITÓRIOS

Bernardo Maçano Fernandes

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária têm se multiplicado, contribuindo com melhores compreensões dessa nova realidade de criação e recriação do campesinato e, ao mesmo tempo, de reflexão sobre teorias, métodos, metodologias e técnicas de pesquisa. Em duas décadas, diversas teses, dissertações, monografias, relatórios, livros e artigos foram elaborados e publicados possibilitando diferentes e amplas visões das distintas realidades dos assentamentos de reforma agrária. Estas obras abriram novos espaços para debates e construção de perspectivas de novos procedimentos para maior aprofundamento nas pesquisas e nos estudos de assentamentos.

As principais diferenças das metodologias de pesquisa em assentamentos de reforma agrária estão nas escalas geográficas, em que a maioria é de estudos de caso e poucos em escalas regional ou nacional. Em escala nacional, os estudos ou são por conjuntos de amostragens de algumas regionais ou são por amostragens distribuídas em todos os estados. Outra diferença refere-se às opções pelos estudos das dimensões das realidades dos assentamentos: há prioridades para a pesquisa econômica, sociopolítica, ambiental, cultural, socioespacial entre outras ou a reunião parcial destas. Outra diferença teórica e ideológica refere-se às escolhas dos paradigmas a serem utilizados na interpretação das realidades das famílias assentadas. Alguns estudiosos partem de paradigmas cujos pensamentos determinam que os

assentamentos sejam inviáveis. Outros pesquisadores partem de paradigmas cujos pensamentos determinam que os assentamentos sejam viáveis.

Esses estudiosos encontram realidades diversas com problemas e perspectivas. Os primeiros exploram os problemas e anulam as perspectivas; os segundos analisam os problemas para construir perspectivas. Tem muita gente e instituições que distintamente desenvolvem atividades para justificar permanentemente o fracasso ou o sucesso dos assentamentos. Todos acreditam que suas metodologias e técnicas são as melhores e que chegaram a uma verdade. A partir de diferentes matizes, os grupos de pesquisas, os pesquisadores, as instituições apresentam suas colorações, enquanto algumas para não revelarem suas cores, camuflam-se. Não tão distante destes debates estão as famílias assentadas que a cada ano aumentam em número, conquistando novos assentamentos e seguem seus destinos com cidadania, dignidade, como produtores de alimentos, contribuindo com o desenvolvimento do país e construtores de suas existências, desafiando teorias e metodologias.

O ESPAÇO, SOCIAL E TERRITORIAL: O SOCIOTERRITORIAL¹

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre, 1991, p. 102. O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panacéia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaço.

O espaço é uma completude. Como parte da realidade é uma totalidade. É, portanto, multidimensional. Por essa razão e para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o social e o espacial são indissociáveis.

¹ Uma parte modificada dessas reflexões foi publicada em Fernandes, 2005.

Socioespacial ou espaço, socioterritorial ou território são modos de referências e não são diferenças. O espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da *composicionalidade*, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação. As relações sociais, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e completivas dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos, 1996, p. 50 na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de intencionalidades das relações sociais, que determinam as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma ação propositiva que interage com uma ação receptiva e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a

intencionalidade determina a representação do espaço. Constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico.

A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.

Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico,

assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin, 1993, p. 63, como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (geográfico, social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert, 2004, denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira, 1991, nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos

são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de trunfo que Raffestin, 1993, defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos, que são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

TDR: PROCESSOS GEOGRÁFICOS

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda

quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entra em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (Santos, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não

é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

A partir desse breve ensaio é possível fazer várias leituras das territorialidades dos assentamentos. A idéia de socioterritorial que cunhamos aqui compreende desde a luta pela terra até o mercado; da produção agropecuária até à escola, da organização política até a unidade de produção familiar, da infraestrutura até os conhecimentos e as tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos. Estas são algumas dimensões que pesquisamos ao estudar os impactos socioterritoriais dos assentamentos (SILVA, 2006).

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de America Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- MARTIN, J. Y. Les sans terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial. Paris: L'harmattan, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, A. A. et al. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanama. São Paulo: INCRA, 2006.

SOBRE OS AUTORES

TERESINHA D'ÁQUINO

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1992). Ex-docente de Sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia – FFC – Unesp e colaboradora do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, campus de Araraquara.

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETTI

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1999). É professora dos cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais da FFC da Unesp. É docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC da Unesp. Tem experiência na área de Geografia, com publicações nos seguintes temas: Geografia, Movimentos sociais e Reforma Agrária; Políticas Públicas, Ambiente e Populações. Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais da Unesp, Campus de Marília.

MARIA TERESA PAPA NABÃO

Mestre em História, na área História e Sociedade, pela Unesp, campus de Assis (2002). Desde 2001 é docente da Universidade Paulista, campus de Assis, com ênfase em Antropologia, Ciências Sociais e Humanas. Desenvolve pesquisa sobre a Representação social da ditadura Militar no Brasil entre pessoas anônimas.

JOSÉ GERALDO POKER

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor assistente doutor da Unesp. Com vários artigos publicados, é o atual tutor do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais da FFC/Unesp. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperação, cidadania, Direito-Direitos Humanos, razão-tradição, religião e questão ambiental.

LUIZ ANTONIO NORDER

Doutor em Ciências Sociais pela Wageningen University And Research Centre (2004). Atualmente é professor adjunto da UFSCAR, Centro de Ciências Agrárias, campus de Araras. Possui diversas publicações na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, agroecologia, desenvolvimento local, comunidades indígenas, desenvolvimento rural e agricultura familiar. Coordena a Comissão de Acompanhamento Sócio-Pedagógico dos Estudantes Indígenas da UEL e da Comissão Estadual Universidade para os Índios (CUIA).

FABIANA XAVIER VIEIRA

Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara (2000). Especialização em Medicina Preventiva em Saúde Ocupacional pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é professora da Associação de Ensino Julian Carvalho (AEJC) em nível de Pós Graduação nas disciplinas: Metodologia do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa Científica.

HARRY E. VANDEN

Ph.D. em Ciências Políticas com livros e pesquisas voltadas para a América-Latina, USF – University of South Florida. Department of Government & International Affairs. Tampa – Flórida – EUA. C.P. 33620 – vanden@chuma1.cas.usf.edu

FÁBIO JÚNIOR LOPES

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004) com experiência na área de Sociologia Rural. Integra o corpo de pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais - CPEAA

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1999). Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean - University of South Florida (2008). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação Unesp, campus de Presidente Prudente, onde preside o conselho editorial da coleção Geografia em Movimento. Assessor da Via Campesina (Brasil). Coordenador do grupo de trabalho desenvolvimento rural na América Latina e Caribe - Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (Clacso) e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (Nera). Tem publicado inúmeros trabalhos áreas de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias dos territórios, políticas de reforma agrária, movimentos sociais e paradigma da questão agrária.

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Garamond
Papel	Polén soft 85g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250g/m ² (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogo	Maria Célia Pereira
Normalização	Lilian Demori Barbosa
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

Impressão e Acabamento

Gráfica Campus
(14) 3402-1305

MIRIAN CLÁUDIA LOURENÇÃO SIMONETI (ORG.)



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

ISBN 978-85-7983-142-3



9 788579 831423

